

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ROMULO GOMES

**FABULANDO ESPACIALIDADES DIVERGENTES À
CISGENERIDADE:** uma experiência etnográfica (re)localizando
corpos(as) no organizar

VITÓRIA-ES
2022

ROMULO GOMES

**FABULANDO ESPACIALIDADES DIVERGENTES À
CISGENERIDADE: uma experiência etnográfica (re)localizando
corpos(as) no organizar**

Tese apresentado ao curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Administração, na linha de pesquisa em Práticas Organizacionais e Culturais.

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Dias Fantinel

**VITÓRIA-ES
2022**

**FABULANDO ESPACIALIDADES DIVERGENTES À
CISGENERIDADE: uma experiência etnográfica (re)localizando
corpos(as) no organizar**

Tese apresentado ao curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Administração, na linha de pesquisa em Práticas Organizacionais e Culturais.

Aprovada em _____ de _____ de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Letícia Dias Fantinel - Orientador – PPGAdm/UFES

Prof. Dr – Alfredo Rodrigues Leite da Silva – PPGAdm/UFES/ Membro interno

Prof. Dr. Eduardo Paes Barreto Davel – UFBA – Membro externo

Prof. Dr. Eloisio Moulin – PPGAdm/UFES - Membro interno

Profa. Dra. Josiane Silva de Oliveira – UEM – Membro externo

AGRADECIMENTOS

Gratidão ao meu povo e aquelas que vieram antes de mim e abriram caminhos para que eu encontrasse menos dificuldade no processo. Gratidão as minhas avós Irene de Santa Terezinha Moreira Teixeira e Maria da Conceição de Souza Gomes, e minha sogra Maria Domingas Ferreira Fagundes, grandes referências para a família. Gratidão aos meus pais Wilma e Ricardo e irmãos Rodrigo e Isadora, por sempre estarem ao meu lado. Gratidão ao meu companheiro de vida Jove por ficar ao meu lado com todo seu povo, por positivar meu caminho nos momentos mais difíceis e escolher diariamente a mesma trincheira de vida sem soltar a minha mão. Na luta a gente se encontra e se ama. Gratidão a nossa filha Vitória pois me provocou e me suportou nesse lugar. Gratidão ao tio Marcos, a tia Rita, tia Moema e tia Beth, tia Fátima, tia Rosane, tia Regina, tia Claudia, e minhas cunhadas Leu, Nega e Vani, uma mulherada presente no meu caminho que nunca esqueceu de falar que me ama e me fazem sentir especial.

Aos amigos da Ufes, meu sincero agradecimento por todos os momentos que pudemos ouvir, falar e andar de mãos dadas. Neste instante, lembro-me com mais facilidade de Samela Cardoso, Carol Rodrigues, Sabrina, Andiara, Anderson, Mariana Lage, Juliana Mesquita, Arthur e aos professores Juliana Teixeira, Adriana Magro, Jeffa, Alex Rodrigues, e tantos outros amigos que estiveram comigo nesse processo. Gratidão aos professores que com toda sabedoria e generosidade compuseram esta banca desde o instante do exame de qualificação, quando nem mesmo eu saberia falar sobre este projeto, com os quais me senti plenamente respeitado.

Gratidão a orientadora Letícia Fantinel, você é axé no meu caminho! Desde o primeiro momento, uma profissional que me tocou no lugar da ética, do respeito e da responsabilidade no fazer ciência. Gratidão por todas as vezes que trouxe consciência onde não havia. Gratidão por todas as vezes que não me desorientou, todas as vezes que confiou e zelou pela minha liberdade e potência. Gratidão por todas as vezes que simplificou minha escrita com sofisticação. Gratidão por todas as vezes que abriu espaço para sentir e respeitou meu processo tal qual era para ser.

Gratidão ao meu povo que não me deixou só em nenhum instante, abrindo caminhos, limpando máguas, sustentando relações de alteridade, não me deixando esquecer a potência feminina\masculina que há em mim.

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa teve por objetivo compreender a articulação de espacialidades com corpos(as) divergentes à cisgeneridade na prática organizativa. A fim de atingi-lo, utilizei a abordagem etnográfica, ocupando o posicionamento metodológico, mas também ético, que organiza experiências não SOBRE, mas COM o campo, numa lógica relacional e de maior horizontalidade entre o pesquisador e as pesquisadas. A experiência etnográfica aconteceu nos anos de 2019, 2020 e 2021, iniciando numa organização sem fins lucrativos de direitos humanos localizada em Vitória no Espírito Santo e estendendo-se para uma organização de arte transformista na cidade de Salvador, Bahia, ambas espacialmente movidas em termos de gênero por protagonismos não cisgêneros, por meio de corpos bichas e trans travestis. O quadro teórico de referência mobilizado é composto pelos estudos organizacionais sobre espaço e espacialidades, entendendo o espacializar como prática constitutiva nos e dos processos organizativos a partir de uma ótica micropolítica. Durante o trabalho de campo, o contato com perspectivas transfeministas foi fundamental para a reorientação teórica e política da pesquisa. A tese é estruturada por artigos. O primeiro artigo faz relação com a dimensão metodológica ética da experiência de pesquisa e introduz o conceito de corpos-em-campo na pesquisa. Ele é sobre gênero, corpo e sexualidade no espacializar. O segundo artigo faz relação com a dimensão teórica incorporada e versa sobre o organizar espacial convencional situando o papel da cisgeneridade neste processo. O terceiro artigo faz relação com a dimensão prática política no fazer organizacional e propõe o fabular com vistas a um organizar espacial que não tenha na cisgeneridade sua única inteligibilidade possível. Nesse caminho, o artigo inventa uma alternativa espacial para cultivar corpos bichas e trans travestis femininas vivas na organização. Os resultados obtidos apresentaram reflexões, conceitos e caminhos fabulados para o organizar espacial com o transfeminismo, que ainda não haviam sido incorporados, teorizados e praticados desde a perspectiva da cisgeneridade. As principais conclusões apontam que espacialidades divergentes desbinarizam em gênero o corpo no organizar avançando em relação ao conceito de espacialidades de corpos(as) ao divergir em relação a cisgeneridade e incluir por meio

da noção corpos em campo, as formas de espacializar praticadas pelos(as) corpos(as) bichas, trans travestis e outras pessoas trans ou não binárias, o que inclui situar o corpo-pesquisador em um processo no qual ele próprio é implicado, politizando a produção do conhecimento espacial. Ao defender um argumento de tese segundo o qual a articulação de espacialidades com corpos divergentes à cisgeneridade na prática organizativa compõe-se de um contínuo processo de (re)localização de corpos, gêneros e sexualidades em lugares e não lugares, em que, cotidianamente, se negociam estratégica e taticamente limitações à atuação espacial não-cisgênera, esta pesquisa permite desvelar, reconhecer e provocar alternativas ao organizar espacial cisgênero e transfóbico, nos Estudos Organizacionais, fabulando caminhos para cultivar corpos bichas e trans travestis vivas na organização.

Palavras-chave: Espaço. Espacialidades. Ordem. Organização. Corpo. Gênero. Cisgeneridade. Política.

ABSTRACT

This qualitative research aimed to understand the articulation of spatialities with bodies that diverge from cisgenderness in organizational practice. In order to achieve it, I used the ethnographic approach, occupying the methodological position, but also the ethical one, which organizes experiences not ABOUT, but WITH the field, in a relational logic and with greater horizontality between the researcher and the researched. The ethnographic experience took place in the years 2019, 2020 and 2021, starting in a non-profit human rights organization located in Vitória, Espírito Santo and extending to a transforming art organization in the city of Salvador, Bahia, both spatially moved in terms of gender by non-cisgender protagonisms, through queer bodies, trans travestis. The theoretical framework mobilized is composed of organizational studies on space and spatiality, understanding spatialization as a constitutive practice in and of organizational processes from a micropolitical perspective. During the fieldwork, contact with transfeminist perspectives was fundamental for the theoretical and political reorientation of the research. The thesis is structured by articles. The first article relates to the ethical methodological dimension of the research experience and introduces the concept of bodies-in-field in research. It is about gender, body and sexuality in spatializing. The second article relates to the incorporated theoretical dimension and deals with the conventional spatial organization, situating the role of cisgenderness in this process. The third article relates to the practical political dimension in organizational work and proposes the fabular with a view to a spatial organization that does not have its only possible intelligibility in cisgenderism. In this way, the article invents a spatial alternative to cultivate gay bodies, trans female transvestites living in the organization. The results obtained presented reflections, concepts and fabled ways to organize space with transfeminism, which had not yet been incorporated, theorized and practiced from the perspective of cisgenderism. The main conclusions point out that divergent spatialities debinarize the body in gender in organizing, advancing in relation to the concept of spatialities of bodies when diverging in relation to cisgenderity and including, through the notion bodies in the field, the ways of spatializing practiced by bodies(as) queers, trans transvestites and other trans or non-binary people, which includes placing the body- researcher in a process in which he himself is implicated, politicizing the production of spatial knowledge. In defending a thesis argument according to which the articulation of spatialities with bodies that

diverge from cisgenderness in organizational practice is composed of a continuous process of relocating bodies, genders and sexualities in places and not places, in which, on a daily basis, strategic negotiation is and tactically limitations to non-cisgender spatial action, this research allows to unveil, recognize and provoke alternatives when organizing cisgender and transphobic spatial, in Organizational Studies, fable ways to cultivate queer bodies, trans transvestites alive in the organization.

Keywords: Space. Spatialities. Organize. Organization. Body. Genre. Cisgenderness. Policy.

SUMÁRIO

PRÓLOGO: SITUANDO MEU (NÃO) LUGAR DE CORPO-PESQUISADOR AFEMINADO.....	9
1 INTRODUÇÃO: COMPROMISSOS TEÓRICOS E PROBLEMATIZAÇÃO.....	19
2 O FAZER ETNOGRÁFICO NESTA PESQUISA.....	40
2.1 A TRAJETÓRIA DA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA.....	43
2.2 O CORPORIFICAR ETNOGRÁFICO AFETIVO NESTA PESQUISA.....	59
2.3 QUESTÃO DE PARTIDA: CADÊ AS BICHAS E AS TRAVESTIS NA ORGANIZAÇÃO?.....	78
3 A CAMINHADA ETNOGRÁFICA	86
1º ITINERÁRIO: APROXIMAÇÃO COM AS PERSPECTIVAS TRANS NO ESPÍRITO SANTO.....	86
ESTAÇÃO 1: ESPACIALIZANDO COM AS BICHAS E AS TRANS TRAVESTIS ..	86
ESTAÇÃO 2: RECONHECENDO ALTERIDADES EM CAMPO.....	92
ESTAÇÃO 3: GÊNERO-CORPO-SEXUALIDADE NO ESPACIALIZAR: PRODUZINDO CORPOS-EM-CAMPO NA PESQUISA	99
2º ITINERÁRIO: ESTRANHANDO A CISGENERIDADE NA BAHIA.....	121
ESTAÇÃO 4: A DESLOCALIZAÇÃO DO CORPO	126
ESTAÇÃO 5: ESPACIALIDADES DIVERGENTES: O PAPEL DO PONTO DE VISTA CISGÊNERO NA (DES)CONTINUIDADE DE ESPAÇOS BINÁRIOS DE GÊNERO	156
3º ITINERÁRIO: CRIANDO SENTIDOS DIVERGENTES PARA ESPACIALIZAR ..	200
ESTAÇÃO 6: ROMPENDO O PADRÃO BINÁRIO DE OLHAR O CORPO NO ESPACIALIZAR ORGANIZACIONAL	204
ESTAÇÃO 7: DIVERSOS MODOS NÃO CIS PARA ESPACIALIZAR NAS ORGANIZAÇÕES.....	211
ESTAÇÃO 8: FABULANDO ESPACIALIDADES DIVERGENTES À CISGENERIDADE: PROCURA-SE CORPAS BICHAS E TRAVESTIS VIVAS NA ORGANIZAÇÃO!	216
4 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO.....	244
REFERÊNCIAS.....	262
ANEXOS	289

PRÓLOGO: SITUANDO MEU (NÃO) LUGAR DE CORPO-PESQUISADOR AFEMINADO

Determino que termine em nós e desate. E que amanhã, que amanhã possa ser diferente para elas. Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções. E que eu possa viver nelas, através delas e em suas memórias. (canção “Oração” de Linn da Quebrada).

O trecho em epígrafe, excerto da canção “Oração”, de Linn da Quebrada, é uma profecia coletiva de travestis de que o mundo precisa se relacionar, amar, e amar, as travas (LEAL, 2021), postulado particularmente interessante para dar o tom da minha tese. Não, eu não estou trans travesti. Entretanto, poderia ser e estar trans travesti. Essas palavras poderiam ser minhas. Poderiam, se eu tivesse experimentado outras relações espaciais. Embora eu não ocupe esse lugar, ele situa as afinidades que me levaram aos encontros relatados neste espaço. Por isso, inspirado nos termos de Kopenawa (2010), início também por uma afirmação preliminar: as singularidades e sofisticções próprias de performatividades transgêneras¹ presentes no tenso campo das relacionalidades sociais que experimentei nesta pesquisa, condicionaram a escuta afetiva, com a qual me permiti afetar e ser afetado com as participantes. Afirmo desde já, pois foram estas condições que caracterizaram a intencionalidade presente durante esta experiência etnográfica.

Nesse sentido, quando escuto essa canção e mobilizo seus trechos, estou partilhando “pensamentos travestis”² desde outros espaços, nas artes, nas músicas,

¹ Um conteúdo de transgeneridades e de mulheridades diz respeito à produção e recepção social das transgeneridades em organização espacial situada numa sociedade cisnormativa (LEAL, 2021, p. 280). Correspondem a processos que fazem sentido em relação a corpos, indicando a importância da espacialidade como linguagem de gênero que se produz entre corporeidades.

² Quando uso o termo “pensamento travesti” não estou querendo dizer que o pensamento de uma trans travesti seja algo naturalmente ou biologicamente diferente em relação ao pensamento de quem não se autodesigna como travesti. Em sentido divergente em relação a qualquer noção biologizante, estou me referindo a conhecimentos situados a partir do lugar, uma posição social a qual a trans travesti ocupa em contextos situados violentos, como o Brasil. Conhecimentos próprios e peculiares do ponto de vista desta perspectiva situada historicamente no país que mais mata pessoas trans no mundo. Nesse sentido, estou me ancorando nos termos da multiartista, professora e trans travesti Isadora Ravena quando ela nomeia seu curso online “Pensamentos Travestis na Arte Contemporânea”, e explica em entrevista concedida ao portal UOL, que trata-se de um lugar social que entende que a violência existe, pois sabemos que os espaços formais são organizados para excluir o corpo trans, mas, em alguma instância, esse lugar é disparador de criação, pois, é possível partir da violência para imaginar novos mundos, no sentido de, fugir da violência para, a partir daí, criar outros imaginários, onde nossos corpos não sejam mais alvos desse extermínio. A afirmação está registrada no portal de notícias, onde a pesquisadora explica sua pesquisa de mestrado e fala sobre seu curso online cuja

no movimento organizado de direitos humanos. Assumo que esses conhecimentos são invenções desde pontos de vista não cisgêneros atingindo a tese.

Afirmo o uso desses saberes localizados, pois são posicionamentos que apresentam uma postura própria diante da organização social de mundo que qualifica e enriquece os debates como já dizia bell hooks (2019). Nesta pesquisa, consumo saberes localizados como rotas de deslocamento analítico, com as quais me afetei e reconheci meu próprio lugar. Nesse sentido, dizer os lugares desde os quais a materialidade desta tese ganha corpo é sobretudo não negar, nem silenciar, sobre os processos e percursos que contribuíram para construir a estrada que me familiarizou com as perspectivas trans das participantes e me fez estranhar minha própria perspectiva cis. Começar situando meu lugar de fala trata-se de um posicionamento ético reclamado pelas participantes desta pesquisa, “antes de falar sobre mim, querer saber ou perguntar sobre minha história, me diga quem você é, de onde vem” (fala de uma das primeiras participantes desta pesquisa, ainda no Espírito Santo, mas que ressoam em falas similares presentes no segundo campo, na Bahia).

Contudo, não é tão fácil situar meu lugar enquanto corpo-pesquisador a partir do qual esta experiência etnográfica aconteceu experimentando relações entre cisgeneridades e transgeneridades. Resumo isso em dois motivos. Primeiro, porque sou lido como um homem cisgênero, então não fui acostumado a reconhecer e pensar muito sobre esse lugar da norma. Ser homem, ser cis, acaba não sendo uma questão em praticamente espaço algum. Repito, usando saberes das travestis: poder ocupar espaços numa sociedade organizada de maneira cisnormativa é um direito concedido apenas a corpos que apresentam uma **passabilidade** cis (LEAL, 2021). Essa passabilidade cis diz respeito à recepção espacial, especificamente como determinados corpos são lidos na experiência, numa espécie de vigilância de gênero que posiciona corpos dissidentes de uma maneira a “estar em cena o tempo todo”

proposta visa investigar as traveco-metodologias de criação movimentadas por artistas e coletivos artísticos travestis na Arte Contemporânea, realizado pelo Espaço Lux, em São Paulo. Desde já, assumo que participei desse processo formativo com a professora Isadora e reconheço que esses pensamentos afetaram as reflexões que faço na Administração. Trata-se de uma proposta sobre aproximação de artistas trans travestis como plataforma para criação que investiga maneiras de seguir trans travesti viva ocupando os espaços das artes. São diálogos com artistas do Brasil e da América Latina. Entrevista disponível em <https://gamarevista.uol.com.br/sociedade/pensamentos-travestis-na-arte-de-isadora-ravena/>. Acesso em 24/05/2022.

como fundamento para visibilizar as desigualdades nas dinâmicas espaciais e questionar as relações dessa passabilidade não ser universal (LEAL, 2021, p. 60).

Devido à passabilidade cis, costumo poder acessar quase todos os espaços sem ser questionado. Eu simplesmente **passo**. Por outro lado, situar meu lugar de fala (e de escuta) pode não ser tão simples por outro motivo que também diz respeito à condição que demarca meu lugar social na experiência espacial. Apesar de ser lido como um homem cis, eu escrevo a partir da perspectiva de um corpo (corporalidade) afeminado(a) vivendo no Brasil. E aí, sendo afeminado, eu desvio, eu escapo de normas masculinas de gênero. Aqui reside a segunda dificuldade em falar sobre o lugar de fala, uma vez que fui acostumado ao fato de que não se chega nos lugares falando sobre isso.

Quando você ocupa o lugar da norma não se fala sobre isso, faz de conta ser este um lugar neutro e acaba falando mais sobre os outros. Mas, no Brasil, quando se escapa da norma, aí é que o sujeito não fala mesmo. Não sei exatamente quando, mas desde pequenininho alguém me ensinou que eu não deveria falar sobre as dimensões afeminadas desse meu lugar. Então, se tornou um não dito (um silenciamento) ao longo da minha história. Talvez motivo de vergonha ou medo. Intelectuais sobre o tema situam que, no Brasil, como em muitos outros países que foram submetidos à colonização europeia juntamente com um sistema de educação cristão, o espaço reservado às bichas, travestis e qualquer outra corporeidade/corpo afeminado é extremamente marginalizado e violento (JESUS, 2020; OLIVEIRA, 2020).

Desde esse lugar afeminado, quando o tema envolve espacialidades, penso logo em silenciamentos e violências organizadas com corpos, gêneros e sexualidades. Então, me parece importantíssimo começar situando um pouco dessas minhas identidades e do lugar social que meu corpo ocupa. Neste instante, vale explicar brevemente sobre como essa violência atinge parte significativa da experiência etnográfica. Quando me refiro a violências e espaços violentos, faço relação a situações nas quais não conseguimos nos expressar naturalmente, não nos sentimos confortáveis ou temos medo mesmo, seja de agressão, de xingamento, de olhares policiais e até de sermos expulsos ou nem conseguirmos entrar na organização.

No Brasil, costuma-se demarcar o corpo da bicha e da travesti em qualquer experiência. É esse tipo de violência que estou falando, por isso, nesta tese, acho justo demarcar também o corpo do homem cis, mesmo que gay. Estou entendendo que este exercício pode tornar as relações um pouco mais éticas, justas e, especialmente menos violentas.

Nesse fluxo, também é importante falar sobre outras dimensões que compõem o corpo-pesquisador nesta escrita: pode-se dizer que sou masculino, mas reconheço que também sou afeminado. Alguém me chamou de bicha, de bichinha e de viadinho quando eu tinha 5 anos de idade. Bicha é um termo muito comum nas regiões mobilizadas ao longo desta pesquisa, relacionado à sexualidade, mas também ao gênero. Falarei mais sobre isso ao longo desta história. Atualmente, me posiciono politicamente como uma bicha³. Já apanhei muito por isso. Já fugi muito desse lugar também. Mas, quando escrevo, sou só eu e todas as minhas (in)certezas.

O que mais? Não sou uma pessoa consistentemente racializada onde moro. Se estou no escritório, vestindo roupas formais, assinando papéis, ocupando lugares normalizados e privilegiados, os brancos não costumam me estranhar. Mas se deixo de mobilizar roupas que representem ideais de masculinidade padrão, abandono artefatos e estilos masculinos, permitindo um bambolear durante a caminhada, jogando meus longos cabelos de um lado para o outro, na quebrada, nas margens, cheia de ousadia, dando um close bem feminina, desobrigada em termos cisgêneros e coloniais, os brancos não me acolhem muito bem. Provavelmente essas dinâmicas tornam mais visíveis as fronteiras relacionais a partir da posição contraditória que ocupo.

Ocupo um corpo normativamente classificado como pardo, e portanto, politicamente negro, atravessado pelas memórias e heranças de ascendência mestiça, diretamente do mundo colonial, heranças da família de meu pai e minha avó Maria da Conceição, natural de um território multiétnico afro-indígena situado na região do vale do Jiquiriçá, distante aproximadamente seis horas de ônibus de

³ Quando afirmo que me autodesigno ou me reconheço como uma bicha quero dizer de um processo espaço-temporal que se desenvolveu ao longo da vida e que me fez entender “de dentro” da comunidade que gay e bicha são categorias diferentes. Expressam condutas diferentes. A bicha resiste. O gay se ajusta. “Mas, se esse gay é afeminado, basta para que seja tratado como viado, como bicha. O ajuste não se efetiva” (OLIVEIRA, 2020, p.109). Por meio de resgate histórico, estudos mostram que “a imagem da bicha desmunhecada, afeminada, tornou-se o contraponto do macho cis heterossexual brasileiro” (OLIVEIRA, 2020, p.109).

Salvador. Um território que só tive a oportunidade de acessar durante o período que morei na Bahia, ao realizar o trabalho no segundo campo etnográfico desta pesquisa. Voltando à questão das heranças coloniais, no caso brasileiro, me parece que a ascendência mestiça está visível, mas, em determinados contextos e mobilizações corporais, ela carrega mais ou menos aceitação, é mais ou menos tolerável. Não ser estranhado pela branquitude em alguns momentos não significa ser reconhecido como um igual. Talvez seja o caso por se tratar de circunstâncias materiais que foram impressas pela política de branqueamento e miscigenação atingindo os espaços historicamente demarcados por questões raciais (BENTO, 2002).

Digo isto, não para resumir essas complexidades, mas para firmar minha posição política nas discussões sobre essas dinâmicas raciais em oposição ao que se convencionou nomear de branquitude⁴ (BENTO, 2002), traçando um vínculo racial e político com a população negra. Falo do lugar de alguém que vivenciou, desde a infância e adolescência, o cotidiano violento e desrespeitoso diante de corpos atingidos pelos espaços únicos de ortodoxia masculina.

Nesse sentido, falo desde onde expressões afeminadas, femininas, seguem marginalizadas como espaços que não importam e cujas histórias situam não lugares, pois não são ou não podem ser contadas (nem escritas). Em outras palavras, inicio essa narrativa contando um pouco da minha própria história, desde um (não)lugar afeminado, pois pesquisadores de gestão e organizações precisam dar-se conta de como o lugar molda a experiência espacial e constrói diferentes histórias. As bichas, as travestis e o Sul Global têm suas próprias experiências para compartilhar, assim, é importante levar em consideração como as relações entre corpo-gênero-sexualidade e espacialidades de diferentes culturas e identidades contribui para informar e transformar umas às outras.

Essas são as condições corporais e sociais que justificam meu engajamento político e ético com esta tese, e minha intenção principal de discutir sobre as

⁴ A branquitude constitui um importante avanço nos debates sobre essas dinâmicas organizacionais ao nomear um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, antes não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, contempla inclusive essas ambiguidades de classificação que propositalmente confundem a construção de identidades pela via do colorismo (moreno, bronzeado, pardo) e acaba por definir a sociedade (BENTO, 2002). Nos termos exatos de Cida Bento, situo meu lugar em posição oposta à ideia de que a “branquitude como preservação de hierarquias raciais, como pacto entre iguais, encontra um território particularmente fecundo nas Organizações, as quais são essencialmente reprodutoras e conservadoras” (BENTO, 2002, p.7).

dimensões metodológicas, teóricas e práticas, mas também éticas, políticas e incorporadas para encarnar um espaço de organização em que outras vidas também importam. Afinal, quem conta nossa história? Quem conta a história da comunidade de lésbicas, gays, bichas, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais, *queer*, intersexo, assexual?

Pois bem, esta seção, que ainda não é a introdução, diz respeito também à minha própria necessidade de romper com práticas de produção de espaços organizacionais violentos com corpos, gêneros e sexualidades. Apesar de manter relações tão pessoais com este tema, não os considero questões minhas ou individuais, pois falam sobre experiências de organização espacial que atingem não somente a mim, são difíceis de serem desvinculadas historicamente de diversas outras pessoas que se reconhecem como parte da comunidade LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer* e questionadores, intersexuais, assexuais ou aliados, pansexuais, e outros indivíduos minorizados por perspectivas sexuais e de gênero) no Brasil, dentre as quais decidi pelo protagonismo bicha e trans travesti tão ausente dos espaços organizacionais.

Além disso, demarcar o lugar político de corpo-pesquisador afeminado nesta espacialidade-tese também é um movimento que busca transformar esses espaços cujas relações historicamente construídas, a partir de perspectivas latino americanas, por exemplo, de bichas e travestis ainda é limitada, uma vez que, os estudiosos cis, brancos, heterossexuais europeus e norte-americanos, têm seus sentidos de corpo-gênero-sexualidade e suas próprias experiências espaciais forjados excessivamente na literatura.

A despeito dessas relações pessoais que me aproximam do tema e deixam registrado como cheguei a ele, eu poderia dizer que a abertura para esse tema tem forte relação com a ética e o posicionamento político da minha orientadora e com as práticas culturais e organizacionais estudadas pelo grupo de pesquisa do qual faço parte: o Grupo de Estudos em Simbolismos e Práticas Cotidianas no Organizar (GESIP). Quando falamos de práticas, nosso ponto de partida é a abordagem micropolítica das práticas, que tem seus fundamentos nas teorizações de Certeau (1998), para quem o espaço é produto do modo como é habitado e efeito das práticas que temporalizam e põem em movimento, fornecendo inteligibilidade ao mundo vivido. Então, estamos interessados na teia de relações que fazem sentido e configuram um

lugar historicamente situado em meio aos diversos encontros que os diferentes atores oportunizam na presença um do outro, organizando a prática. O que fazemos no encontro com outros seres e coisas? Em resumo, uma lente poderosa para àqueles interessados em explorar como os profissionais fazem o que fazem e o que o fazer faz, sobretudo em situações práticas difíceis de acessar, observar, medir, por exemplo, atos, manifestações de ódio ou rejeição contra LGBTQIAP+, bem como restrições associadas às maneiras como as pessoas devem se comportar em conformidade com estereótipos sexuais e de gênero cis heteronormativos.

Contudo, as relações que estabeleço com esta tese ultrapassam esse meu lugar de pesquisador vinculado aos Estudos Organizacionais, por meio de alguns vestígios da minha presença no mundo, algumas relações e interdições que vivi nos tempos da infância e adolescência nos espaços escolares, familiares, na rua e outros espaços de sociabilidade no bairro onde morei desde que nasci até os meus 16 anos de idade. Desde criança, lidei com desafios e enfrentamentos em relação à questão da organização e dos espaços que me sensibilizaram a esse tema e as diversas perspectivas atingidas por ele. Me refiro, especificamente, à questão organizacional no que tange ao despreparo, desrespeito, desconhecimento e ignorância recorrentemente sentido nesse lugar afeminado, quando o organizar espacial faz relação com expressões de gênero, corpo e sexualidade que fogem à norma cis heterossexual.

Quando relato algo da minha infância, devo situar, estou no Méier, um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, mas relato também alguns vestígios que carrego comigo em relação aos espaços organizacionais de trabalho, locais que acessei a partir dos 17 anos, quando deixei de ocupar os espaços de convivência daquele bairro e passei a ocupar os espaços de trabalho, mas as interdições continuaram e eu não poderia simplesmente fugir, mesmo porque eu precisava trabalhar, me sustentar.

Escrever um pouco da minha história nesta experiência etnográfica, mantendo visível de que lugar falo é um afeto importante dentro de uma perspectiva afeminada, que tem sido por muito tempo uma história não contada. Apresenta sentido como um posicionamento político, porque coaduna com a intenção de romper com práticas naturalizadas que produzem lugares de silenciamento. No caso do meu trabalho como etnógrafo, não impedir sentir as afetações e relatar sobre elas ao longo do processo de pesquisa me permitiu estar em posições mais empáticas com as participantes.

O organizar dos espaços do bairro serviu como preparação para o que eu encontraria na fase adulta. Desde criança, fui moldando muita coisa na forma de falar, vestir, sentar, até pensar. Antes mesmo do meu primeiro emprego, já recebia orientações com relação ao meu cabelo, minha forma de estar diante dos outros. Explicaram que eu não conseguiria o estágio com aqueles modos, com aquele cabelo eu não passaria num processo seletivo para trabalhar. Lembro-me de que na véspera da entrevista de estágio, minha madrinha me levou para cortar o cabelo. Na entrevista, me preocupei em acertar o tom da voz que, mesmo já não tão afeminada como quando criança, ainda escapava do padrão esperado. Tempos depois, eu já estava casado, mas poucas pessoas conversavam comigo considerando meu casamento e minha sexualidade homoafetivos. Não nos beijávamos em público; na verdade, acho que fingíamos não necessitar de afeto em público. Éramos como ouvi uma vez: gays perfeitos. Aquele que todo mundo sabe que é gay, mas ninguém vê expressões afeminadas em público, no estilo hipócrita de organização⁵, em que “ser gay tudo bem, mas não precisa mostrar, pois aí já é demais”.

Nesse processo, não demorou muito para a questão da cis heteronormatividade, como princípio organizador dos espaços, emergir. Comecei a estudar sobre diversidade e inclusão na organização desde os tempos do mestrado, quando desenvolvi um estudo sobre voz e silêncio de gays e lésbicas no ambiente de trabalho⁶. No doutorado, acabei iniciando pela busca de espaços de sociabilidade extensivos à comunidade LGBTQIAP+, o fato é que apenas os gays e as lésbicas eram vistos expressando e afirmando suas identidades publicamente na maioria desses espaços. Somente na parada LGBTQIAP+ de São Paulo, realizada em junho de 2019, mais conhecida como a parada gay, que pude experimentar de perto uma organização com bichas e trans travestis espacializando livremente. Não demorou

⁵ Quando afirmo se tratar de um contexto no estilo hipócrita de organização, me aproximo a estudos que podem explicar situações em que fala e ação não se alinham (BRUNSSON, 1993), situações em que a violência, mesmo se presente de uma forma generalizada, ocupa um lugar estranho nos estudos de organização e se mantém marginalizada e não palpável no organizar das atividades econômicas e sociais (VACCARO; PALAZZO, 2015). A hipocrisia organizacional tenta explicar as discrepâncias entre teoria e prática organizacional quando o assunto é violência em organizações. Nesse sentido, muitas vezes é possível encontrar organizações que aparentemente se posicionam engajadas em práticas de diversidade, inclusão e respeito em suas políticas normativas, no entanto, pouca tolerância à diferença acontece, em que testemunhamos e/ou experimentamos falhas nas maneiras como essas organizações resolvem ou remediaram violações de direitos humanos na prática.

⁶ GOMES, Romulo; FELIX, Bruno. O self no armário: uma teoria fundamentada sobre o silêncio de gays e de lésbicas no ambiente de trabalho. **Cadernos Ebape. BR**, v. 17, p. 375-388, 2019.

muito tempo, após esse final de semana, para eu me aproximar dos espaços de organização política de direitos humanos comprometidos com a causa social trans travesti. Em sua maioria, organizados por ativistas trans travestis. Nesse fluxo, no final de 2019, eu conheci a Associação GOLD, Grupo Orgulho Liberdade e Dignidade, organização que me aceitaria, meses depois, como voluntário durante o período que se tornou meu primeiro campo de pesquisa no ano de 2020.

Por fim, explico que nomeio esta parte da minha tese como Prólogo porque quero enfatizá-la como um antecedente de relações incorporadas durante a pesquisa. Neste espaço específico, que não é ainda uma introdução, apresentei elementos históricos experimentados por mim que me levaram à escolha do tema e que, não necessariamente, se enquadram em uma decisão nos moldes tradicionais de relacionamentos violentos diante dessas pessoas participantes. Como meu posicionamento diverge desses moldes tradicionais, acredito que essa divergência possa trazer outras reflexões sobre as espacialidades e sobre as práticas metodológicas e teóricas articuladas entre corpos cis/trans, implicando um exercício constante de estranhamento em relação ao meu objeto de estudo, já que ele agora participará desta pesquisa por meio de outras relações sociais.

Mas, antes de mergulharmos nessa trajetória, mais ou menos organizada temporalmente, mais ou menos orientada pelos objetivos declarados neste documento, mais ou menos atingida pela teoria organizacional, deixo registrado nesta seção os episódios que atingem esta etnografia, não só durante o trabalho de campo, mas desde a infância e adolescência, algo que não mudou muito quando, já adulto, experimentei o espaço organizacional de trabalho por quase duas décadas. Relatos nos quais me permito, eu mesmo contar, um pouco da minha história, contextualizando as relações que me trouxeram até aqui e como eu chego neste lugar, enquanto corpo-pesquisador afeminado que habita esta espacialidade-tese.

Na prática, esses relatos, seja em relação ao espaço vivido antes de iniciar a pesquisa, seja em relação aos espaços vividos durante a pesquisa, são espaços vividos só por mim ou só pelas participantes, e dizem respeito a tensões ligadas à performatividade de gênero quando circunscritas dentro do padrão binário de gênero e sexualidade. O que nunca existiu sem o ímpeto de burlar o padrão, mas no meu caso, ganhou outro lugar quando, em 2015, iniciei a trajetória acadêmica desenvolvendo pesquisas no mestrado e agora doutorado, logo após ter entendido

que não poderia continuar vivendo daquela forma desconfortável, precária e incompleta, que caracterizava as minhas maneiras de habitar a organização, interferindo nos meus modos de vestir, falar, me portar, arrumar meu cabelo, me relacionar afetivamente, dentre tantas outras formas praticadas cotidianamente. Dito isto, convido quem está com a tese em mãos ou em tela à leitura.

1 INTRODUÇÃO: COMPROMISSOS TEÓRICOS E PROBLEMATIZAÇÃO

[...] não queimem as bruxas
mas que amem as bixas
mas que amem
que amem
clamem
que amem
que amem as travas também
amém [...].
("Oração", Linn da Quebrada).

Esta é uma pesquisa sobre o organizar espacial, trazendo o corpo para o debate de uma maneira afetada por performatividades de gênero cis e trans. Considero aqui o espaço uma dimensão fundamental da experiência; que todos os seres habitam algum espaço no mundo (CERTEAU, 1998). Aproveito a virada espacial nas Ciências Sociais pois, desde então, a categoria espaço consolidou-se como uma lente relevante e, especificamente em relação a Estudos Organizacionais, um campo através do qual a vida organizacional pode ser mais bem compreendida (VAN MARREWIJK; YANOW, 2010; SHORTT, 2015). Posso afirmar que os desenvolvimentos desta tese estão situados numa base onto-epistemológica na qual podemos pensar o espaço como lócus de sobrevivência biológica, existência psicológica e sociabilidade – como uma questão fundamental para a organização humana (CHANLAT, 2006).

Em outros termos, situo a pesquisa num campo nos estudos da Administração em que organização e espaço aparecem de maneira articulada (HERNES, 2004). Entendo que esse ecossistema conceitual e filosófico sustenta a forma como a prática do espacializar vem sendo utilizada, para se referir aos vários locais pelos quais a organização e sua movimentação podem ser teorizadas, pesquisadas, compreendidas com suas implicações sociais e políticas (VÁSQUEZ, 2013). Então, neste estudo, o espacializar organiza espacialidades e faz relação com o lugar de onde e como praticamos, teorizamos e pesquisamos o que acontece no encontro socialmente organizado com outras pessoas, seres e coisas.

É nesse caminho, trazendo o corpo social para a debate de maneira sensível a práticas, que tenciono problematizar em gênero e sexualidade a experiência espacial nos Estudos Organizacionais, a partir de corpos(as) bichas, trans travestis⁷ em relação a como ela vem sendo pesquisada, teorizada e praticada no organizar espacial. Para isso, situo esta tese nos Estudos Organizacionais sobre a prática do espacializar, com os quais tenciono contribuir inventando, fabulando espacialidades a partir do diálogo com os estudos sobre corpo, gênero e sexualidade. Por isso, neste estudo, faz sentido apreender a vida organizada de maneira situada social e culturalmente, a partir das experiências compartilhadas, delineando e materializando relações sociais, interações, capacidades, forças precognitivas, movimentos corporais, intensidades afetivas com o encontro (BEYES; STEYAERT, 2012).

Antes de construir os diálogos postos em foco neste artesanato intelectual, saliento que o ponto de partida desta tese é uma abordagem micropolítica das práticas. Tal perspectiva que adoto tem seus fundamentos nas teorizações de Certeau (1998), autor relevante para o campo dos Estudos Organizacionais (OLIVEIRA; CAVEDON, 2013; DOMINGUES; FANTINELL; FIGUEIREDO, 2019; FRANCO; OLIVEIRA, 2016), para quem o espaço é produto do modo como é habitado e efeito das operações que orientam, circunstanciam, temporalizam e põem em funcionamento os elementos móveis de sua constituição, fornecendo inteligibilidade ao mundo vivido (CERTEAU, 1998). Essas operações são as práticas, maneiras de fazer dos sujeitos sociais produzidas histórica, social e temporalmente, cujo caráter processual e cotidiano raramente forma fronteiras bem delimitadas. As práticas organizam espaços em teias formadas por vivências sociais produzidas pelo caminhar dos sujeitos sociais que, com seus corpos, animam suas maneiras de fazer que, ciclicamente, moldam-se pelas trajetórias que alteram, inventam e praticam os espaços (CERTEAU, 1998).

⁷ A população trans inclui mulheres travestis e transexuais. Travesti é uma forma cultural brasileira e coaduna processos similares em toda América Latina (LEAL, 2018). Desse modo, o termo guarda-chuva trans não é algo diferente da identidade travesti, assim como a identidade travesti não é um processo identitário e expressivo diferente das transgeneridades; travesti é uma forma de transgeneridade, uma forma de performatividade trans (LEAL, 2018). Falarei mais sobre essas questões ao longo do documento, mas como forma de romper com a invisibilização da identidade travesti nos diversos espaços da Administração, adotei o termo trans travesti, expressão que já apareceu nos estudos da Administração (PANIZA; MORESCO, 2022).

Então, este trabalho se deu completamente envolvido com as práticas espaciais. Essas operações que localizam o processo de organização espacial implicam (re)pensar o espaço como aberto e múltiplo, praticado, e do dia-a-dia, com as atividades que as pessoas fazem juntas, coletiva e socialmente, nos encontros. De fato, as práticas de espacializar podem ser entendidas como coproduzidas por agentes organizacionais heterogêneos em suas interações cotidianas e trajetórias que se cruzam (VÁSQUEZ, 2013) em dinâmicas que atravessam “suas histórias de vida, heranças culturais e formações profissionais e de gênero” (ZHANG; SPICER, 2014, p. 741). São práticas que estão longe de serem neutras, pois, além de situadas, geralmente respondem a elementos táticos e estratégias específicas (VÁSQUEZ, 2013). Com efeito, inscrevo as preocupações e reflexões apresentadas neste panorama conceitual em que a apreensão das práticas de produção espacial na pesquisa organizacional implicam situar o espacializar – representado textualmente em sua forma verbal de modo a enfatizar a dinâmica processual do fenômeno – como prática material e, por isso mesmo, performativa, múltipla e corporificada (BEYES; STEYAERT, 2012).

Esses esforços colocam tais inscrições em diálogo com estudos engajados em perturbar suposições recorrentes na teoria organizacional que se baseiam na lógica dualista objeto/sujeito, social e natural/biológico, social e individual, corpo/mente, masculino/feminino (DALE, 2000) e em superar a pouca atenção dada às dimensões materiais e sociais na produção de espaços organizacionais (FANTINEL; DAVEL, 2019; VAN MARREWIJK; YANOW, 2010; WEINFURTNER; SEIDL, 2019) por meio da assunção de inseparabilidade entre o “lá fora” e o “aqui dentro”, embasados numa ontologia relacional que rejeita dualismos como formas de teorização e considerando que o espaço, além de produzir algo nos sujeitos, também é produzido por esses sujeitos em suas experiências (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011).

Me refiro a uma esteira onto-epistemológica que remete à relação inseparável que se estabelece entre o simbólico e material, também entre corpo e mundo sócio-histórico-cultural, sendo essa uma paisagem de pesquisa que é cada vez mais explorada no campo das Ciências Sociais (MAUSS, 2003; CSORDAS, 2002; CROSSLEY, 1995; MERLEAU-PONTY, 2002; DOUGLAS, 1966; LE BRETON, 2002; SHILLING, 2012) e nos estudos em Administração dentro e fora do Brasil (DALE, 2005; FLORES-PEREIRA, 2010; FLORES-PEREIRA et al., 2017; FLORES-

PEREIRA; DAVEL; CAVEDON, 2008; HINDMARSH; PILNICK, 2007; STYHRE, 2004; YAKHLEF, 2010). Nesse sentido, falar de espacialidades é trazer o corpo para conversa, é falar de relações de coexistência, elas balizam elementos utilizados no cruzamento de lugares praticados, onde corpos se encontram, fazem relação. Acontecem nos encontros do cotidiano, na emergência de relações que determinam seus termos por meio de operações heterogêneas, em que sujeitos históricos corporificados realizam à sua maneira variadas práticas.

Apesar desta paisagem, as relações de corpo presente constituindo as práticas organizativas de um espaço representam um campo incipiente, até pouco tempo atrás negligenciado espacialmente na produção do cotidiano organizacional (REZENDE; OLIVEIRA; ADORNO, 2018). Por isso, entendo que trazer o corpo para a prática organizacional pode ser uma maneira de romper com silenciamentos no debate organizacional, uma vez que, o corpo ainda pode ser uma presença ausente nas correntes clássicas e hegemônicas da teoria organizacional (THANEM, 2015; DALE, 2001).

Ao mesmo tempo, além de afirmar que este estudo emerge situado nesse contexto organizacional de omissão, reconheço que não estou sozinho nesse esforço de rompimento, uma vez que as relações entre corpos e organizações vêm ganhando mais espaço na teoria social (RAMPAZO et al., 2022; THANEM, 2015; SHILLING, 2012). Então, aqui, a grande questão relacionada ao corpo acontece quando a materialidade de corpos(as) enquanto tema aparece na pesquisa organizacional, pois fica cada vez mais nítido que o corpo não é um mero aparato a ser controlado, padronizado, afetado, nem um componente meramente biológico, mas, principalmente, um elemento político (SASSON-LEVY, 2008), cuja presença implica um processo sócio-histórico-cultural que faz parte do que pensamos e praticamos quando habitamos um espaço (FLORES-PEREIRA; DAVEL; CAVEDON, 2008), num sentido pedagógico, de como aprendemos a fazer relação (SINCLAIR, 2005), por isso nos possibilita repensar a teoria e a prática organizacional (FLORES-PEREIRA, 2010).

Em diversos sentidos, o corpo é um elemento ativo, afeta a construção de teorias organizacionais (THANEM, 2015), constituindo específicos tipos de relação na vida organizacional (O'SHEA, 2017; THANEM, 2011; MERILÄINEN; TIENARI; VALTONEN, 2015; MUHR; SULLIVAN; RICH, 2015; MUHR; SULLIVAN, 2013), o que

faz dele um elemento central pelo qual a organização pode ser incorporada (SOUZA; COSTA; PEREIRA, 2015; STYHRE, 2004; THANEM, 2015). Mas, devo informar que, quando afirmo meu engajamento com corpos(as) no debate espacial, usando a abordagem micropolítica das práticas, assumo uma política organizacional que não subjuga corpos. E, por isso, as práticas espaciais ganham destaque para descrever as diferentes maneiras de fazer, os pequenos sucessos, as astúcias e demais elementos práticos presentes nessas relações entre corpos.

Esses encontros realizados em atos são experiências que carregam significados, um modo de apropriação que proporcionam oportunidades de aprofundar sua própria reflexão, de se desviar das generalizações apressadas e vagas, dos lugares-comuns, e não se reproduzem facilmente devido ao seu caráter de inventividade artesanal (CERTEAU, 1998). Nesse sentido, as articulações trazidas aqui possibilitam recolocar o corpo em ação no espaço social e compreender as multiplicidades espaciais produzidas pelos praticantes; por isso, os espaços sociais são também espaços corporais (DOSSE, 2004).

Para Certeau (1998), o corpo é uma produção social pelo qual os espaços se constituem. Nesse sentido, argumento que falar sobre práticas é falar sobre corpo. Esse entendimento me permite dizer que o organizar, na medida que constrói sua relevância por meio de esforços de pesquisa para entender as organizações como elas acontecem (SCHATZKI, 2006), de maneira voltada para a natureza perspectiva das práticas organizativas (DUARTE; ALCADIPANI, 2016), também se constitui no lugar do corpo-espacializada. Então, qualquer prática organizativa não pode ser dissociada de um corpo, num trabalho de bricolagem que reúne elementos materiais, mentais, sociais e culturais cujas relações (in)corporadas situam um dos muitos lugares a partir dos quais poderíamos pensar sobre organização (SOUZA; COSTA; PEREIRA, 2015).

Trata-se da presença performativa do espacializar, que descreve uma postura ontológica segundo a qual a realidade é dinâmica e se transforma cotidianamente, contexto em que o movimento ganha centralidade, estando sempre presente no espaço habitado. Com Certeau (1998), essas práticas do espaço correspondem, do lado onde se joga (com) a disciplina, com as condições determinantes da vida social, que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce. Mais que isso, aliás: trata-se de prática que se constitui de “corpo presente” no

organizar espacial e revela seu poder enquanto lente crítica ao mostrar como os corpos “fazem o que fazem” e “o que esse fazer faz” (GHERARDI, 2009).

Por isso, esta pesquisa dialoga com os estudos que recorrem à relevância do corpo em ação, em que tanto os corpos presentes como as relações entre corpos praticantes do espaço, mostram como o corpo é significativo na prática do espaço vivido (HINDMARSH; PILNICK, 2007; MUNRO; JORDAN, 2013; FLEMING; SPICER, 2004; ZHANG; SPICER, 2014; FLORES-PEREIRA; DAVEL; CAVEDON, 2008; FLORES-PEREIRA; DAVEL; ALMEIDA, 2017). Logo, oferecem importantes contribuições sobre a organização (in)corporada enquanto ontologia, mostrando como as relações sociais põem o corpo em evidência (SOUZA; COSTA, 2015) com implicações políticas tanto na teoria como na prática de pesquisa organizacional (RIACH; RUMENS; TYLER, 2014). Assim, busco não perder de vista que os limites espaciais vividos por meio das relações sociais, por exemplo, pela via do simbolismo e/ou da materialização das relações de poder, revelam as maneiras de organizar espacial (COURPASSON; DANY; DELBRIDGE, 2017; WASSERMAN; FRENKEL, 2011).

Nessa perspectiva, ao me preocupar menos com o que o corpo é e mais com o que o corpo faz, me aproximo de estudos que reconhecem que as questões de gênero e sexualidade não devem ser negligenciadas, uma vez que corpos generificados, sexualizados, são maneiras de fazer como formas de organizar (ACKER, 1990), que se relacionam aos espaços (de trabalho) vivenciados e negociados (RIACH; WILSON, 2014). Os espaços de trabalho e qualquer variação sobre o corpo, por exemplo, as questões de gênero e sexualidade, atraem muita atenção, pois suas relações localizam, em muitos sentidos, como essas experiências organizacionais são significadas, falam sobre os múltiplos lugares postos em circulação durante um encontro. Nesse fluxo, faz sentido aproveitar pesquisas que discutem corpos, gêneros e sexualidades para o campo dos estudos de espaço, como parte integrante da experiência espacial (RANADE, 2007; SKOGLUND; HOLT, 2020; RIACH; WILSON, 2014; THANEM; WALLENBERG, 2015), em que gênero e a sexualidade são maneiras que se produzem em performances de corpo e não se dissociam da inteligibilidade espacial (TYLER; COHEN, 2010). Nos termos de Butler, o espaço performativo de gênero é onde o corpo importa, pode ser entendido como um meio através do qual o sujeito é trazido à existência (BUTLER, 2020).

Vale destacar aqui, que parto do entendimento de que as formas ocidentais e binárias de identidade de gênero (homem e mulher) podem acontecer em diferentes performances de gênero (cis e trans), em que as complexidades não binárias desses processos sociais dizem respeito sobre a operação realizada pela performatividade trans em sua mais ampla diversidade (LEAL, 2018). Em outros termos, a forma como as pessoas trans entendem e expressam seu gênero, portanto, rompe com a lógica binária – também chamada de heteronormatividade –, que vincula deterministicamente corpo, sexo, identidade de gênero e expressão de gênero, ou seja, vagina/feminino/mulher/feminilidade e pênis/masculino/homem/masculinidade (SOUZA; CARRIERI, 2015).

Assim, a experiência espacial constituída por práticas generificadas de organizar demarca uma base de estudos, ao menos na última década, na qual espaço de trabalho e gênero são práticas que apresentam conexão mútua fazendo sentido para estudiosos abordarem de forma conjunta (MIGLIORE; ROSSI-LAMASTRA; TAGLIARO, 2022). Esse quadro em relação aos espaços revela a natureza de gênero que vem sendo tida como “correta” na organização, numa agenda que nos provoca a questionar [em tom irônico] se: “os espaços de trabalho são neutros em termos de gênero?” (MIGLIORE; ROSSI-LAMASTRA; TAGLIARO, 2022, tradução nossa). A ironia, figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender, se confirma ao menos em duas faces possíveis se considerarmos os estudos de gênero em relação à perspectiva trans travesti situada no contexto social Latino Americano do Brasil.

Primeiro pelo caminho apresentado por uma dimensão mais global, por exemplo, nos estudos culturais “*trans studies en las Américas*”⁸, constituído de debates sobre proximidades desiguais nas experiências vividas no Sul Global para sujeitos trans e travestis que perpassam justamente os contornos da experiência espacial. Destacam as tensões analíticas que ocorrem em locais altamente localizados, com formação geopolítica singular, como o contexto mais específico do Brasil e da América Latina como um todo, apontando, em vez disso, para as maneiras

⁸ Rótulo que deu nome a Conferência Internacional Transdisciplinar sobre Gênero, Incorporação e Sexualidade realizada na Universidade do Arizona em Tucson em setembro de 2016 sobre as perspectivas latino americanas de sujeitos.

pelas quais as práticas incorporadas em relações de gênero se desdobram dentro de particularidades das geografias espaciais e temporais (RIZKI, 2019).

São várias formas cotidianamente organizadas pela precariedade material vivida e muitas vezes estrutura as dinâmicas de acesso, inclusão, ocupação e permanência espacial com implicação nas possibilidades de vida no Sul Global para sujeitos trans e travestis. Pelo segundo caminho apresentado em relação a perspectiva trans no Brasil, desde o estudo seminal publicado em livro no ano 2006, nas Ciências Sociais, nomeado “a reinvenção do corpo sexualidade e gênero na experiência transexual” (BENTO, 2019), revelará, nos termos da pesquisadora, “um enorme vazio”, denotando a ausente presença que se reproduz até a atualidade no Norte Global, cujas posições de estudos trans só recentemente começaram a surgir (RIZKI, 2019). Essas diversas formas de exclusão trans travesti continuam indicando quem pode ocupar um lugar de gênero no organizar espacial.

Ainda que despercebidas ou desimportantes para muitos, recentes acontecimentos, muitos deles capitaneados pelo movimento organizado de travestis e transexuais, denotam uma radical transformação no cenário nacional com a crescente presença de pessoas trans, travestis e não binárias nos espaços públicos. Diversas intervenções em práticas e estéticas, por exemplo, nos espaços de entretenimento, arte e música, articuladas a mobilizações ativistas estratégicas do movimento organizado de luta pelos direitos dessas populações podem indicar que os processos de ocupação desses lugares demandam a superação de barreiras espaciais, mas também podem promover transformações consideráveis nunca antes vistas no Brasil (ANTRA, 2022).

Nesse fluxo, faz sentido estranhar estudos que reproduzem práticas espaciais desde lógicas binárias de corpos generificados no fazer organizacional, que, por um lado, mostram quem pode ocupar os espaços a partir dessas normas, e, por outro, mantêm ocupando (não)lugares aqueles gêneros e sexualidades que escapam das normas (OLIVEIRA, 2020). Com base nos estudos feministas, trata-se de uma agenda a muito tempo problemática, mas com questões ainda não superadas, que fala sobre o impacto dos corpos generificados a partir de regimes de gênero e códigos normalizados estritamente masculinos e femininos sobre a organização (SINCLAIR, 2005; ACKER, 2006; BOURABAIN, 2021; PHILLIPS; PULLEN; RHODES, 2014).

Em termos mais amplos, a agenda sobre a categoria espaço influenciada por corpo-gênero-sexualidade carrega significados hegemônicos binários, polarizados e contrastantes. Tais maneiras de descrever a organização têm resultado em diferentes repertórios que isolam questões de gênero por meio de um pensamento binário em organizações espaciais dominantes expondo a inseparabilidade entre o organizar espacial e corpos generificados. O grande problema relacionado a trazer o corpo para o debate na maior parte dos Estudos Organizacionais tem sido a visão que sustenta a hegemonia de corpos nas organizações, o que nos remete à natureza de gênero que os próprios pesquisadores de Estudos Organizacionais fazem quando pesquisam e escrevem. Ainda que em grande parte apresentem uma visão silenciosa e inexplícita, essas práticas recorrem a uma lógica espacial que hierarquiza o corpo feminino como inferior, submisso e, em última análise, sujeito à violência ou até mesmo matável, lógica essa baseada numa suposta neutralidade de gênero tida como correta, mesmo que partam de insuficientes determinismos entre gênero e sexo, bioessencialistas, enquadrados nos recortes binários que privilegiam alguns corpos em detrimento de outros (MIGLIORE; ROSSI-LAMASTRA; TAGLIARO, 2022).

Discutindo e enfrentando essas hegemonias, chamam mais atenção as diversas perspectivas que abordam corpos em relação às questões de diversidade de gênero e sexualidade, equidade e inclusão e, de uma forma mais geral, a igualdade de gênero. Sobretudo, para os fins deste estudo, pesquisas construídas a partir de experiências de gênero e sexualidade entendidas enquanto espaços performativos de corpos que importam nas relações de força que atingem a materialização organizacional (TYLER; COHEN, 2010). Não por acaso, essa paisagem situa boa parte do local onde podemos encontrar as pesquisas sobre diversidade LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais, e outras diversas possibilidades de orientação sexual e/ou de identidade de gênero existentes) e os debates tocantes aos corpos integrantes dos grupos historicamente construídos como LGBTQIAP+ nas organizações. Nessas pesquisas, a não neutralidade espacial e a desigualdade de gênero podem justificar como as questões de diferença, diversidade e inclusão estão ganhando visibilidade na Administração nos últimos anos em âmbito nacional ou internacional (BAGGIO, 2017; CAPRONI NETO; SARAIVA, 2014; GARCIA; SOUZA, 2010; IRIGARAY; FREITAS, 2011; KÖLLEN, 2013, 2018; MCFADDEN, 2015; MOURA; NASCIMENTO;

BARROS, 2017; NATT; SARAIVA; CARRIERI, 2015; NG; RUMENS, 2017; PANIZA; ICHIKAWA; CASSANDRE, 2018; RUMENS, 2017).

É nesse apanhado de literatura produzida até então, num espaço-tempo específico durante a primeira aproximação teórica que tive, antes de iniciar o trabalho de campo, antes mesmo de definir quem eu convidaria a participar desta pesquisa, que me vi no primeiro instante envolvido pelo que começaria a questionar sobre a experiência espacial afetada por gênero e sexualidade no organizar. **Que espacialidades são essas? Cadê as bichas e as trans travestis nos espaços das organizações?** Nesse instante, revelou-se reflexivamente a disparidade em termos de representatividade de gêneros e sexualidades no mundo organizacional e, conseqüentemente, na pesquisa científica sobre eles (BAGGIO, 2017; CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014; PANIZA; MORESCO, 2022). Há poucos trabalhos publicados sobre as identidades trans: são experiências de corpos(as) muito mais ausentes nos espaços (de trabalho), quando comparada à quantidade de pesquisas considerando corpos gays, lésbicas e bissexuais (BELL, 2014, ÖZBILGIN, BEAUREGARD, & SÜRGEVIL, 2011; CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2014; KÖLLEN, 2018; NG & RUMENS, 2017; SCHWARTZ; VAN ESCH; BILIMORIA, 2017; THEODORAKOPOULOS; BUDHWAR, 2015).

Estou me referindo à situação problemática identificada na literatura sobre as maneiras de fazer espaços, incorporadas aos Estudos Organizacionais, situação na qual, ainda que raros, existem estudos abarcando a ampla comunidade LGBTQIAP+ em relação ao ambiente de trabalho; contudo, mais raro ainda são os estudos que mostram experiências espaciais quando escapam em relação a normatividades binárias (cisgêneras) (CAPRONI; SARAIVA, 2014; PANIZA; ICHIKAWA; CASSANDRE, 2018; PANIZA; MORESCO, 2022). A população menos representada nas pesquisas em Administração é a transgênero, que inclui as mulheres travestis e transexuais (PANIZA; MORESCO, 2022). Entendo que esta situação configura uma espécie de “sintoma” que deve nos remeter a questões que de fato importam, resultando no apagamento, negação, invisibilização de qualquer relação junto a essas pessoas não cisgêneras nas organizações, mesmo trans travestis correspondendo "a mais conhecida identidade não binária, com nomes e pronomes femininos, que expressam características socialmente entendidas como femininas" (BAGGIO, 2017), estudos organizacionais brasileiros insistem em mostrar seu não lugar nas

organizações (CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2014; PANIZA; MORESCO, 2022; TEIXEIRA et al., 2021).

Embora o foco desta tese esteja centrado no espacializar trazendo corpos para o debate organizacional em termos amplos e não especificamente em relação à gestão da diversidade e inclusão nas organizações, esse estudo oferece representações significativas ao mostrar como a Administração (na verdade seus estudantes, professores e pesquisadores) raramente consegue fazer a relação entre o organizar espacial e as dimensões de gêneros e sexualidades quando em referência às identidades não binárias. Esse grande buraco pode facilmente ser percebido em revisões de literatura sobre a categoria espaço (WEINFURTNER, SEIDL 2019; TAYLOR, SPICER, 2007; MIGLIORE, ROSSI-LAMASTRA, TAGLIARO, 2022), desde a chamada virada espacial (BEYES, STEYAERT, 2012; VAN MARREWIJK, YANOW, 2010) que, apesar de não negar corpos trans, praticamente nunca reconhece a presença de questões de gênero não cisgêneras (não binárias).

Nota-se ainda que esse despreparo da literatura em relação à população não cisgênera vem sendo justificado como algo coerente por ser este um grupo "novo", constituído de "novos sujeitos" para (os estudos em diversidade) as organizações (BAGGIO, 2017). Além disso, emergem sentido desde perspectivas cis sobre trans, que posicionam esses sujeitos reiteradamente em relação à gestão da diversidade (PANIZA; MORESCO, 2022), circunscritos aos espaços caracterizados em experiências de minorias de gênero nas organizações (COLLINS et al., 2015; MCFADDEN; CROWLEY-HENRY, 2016), o que justificaria o desconhecimento, a ignorância e a ausência desses corpos presentes nas relações praticadas no organizar, em que as bichas e trans travestis não ocupam lugares nem ao centro nem à margem (OLIVEIRA, 2020).

No entanto, é preciso dar um passo atrás de maneira que se permita refletir amplamente sobre essas questões. Primeiramente, refletir sobre o adjetivo "novo", porque os sujeitos trans sempre existiram socialmente (OLIVEIRA, 2020), mas performavam a transgeneridade bem longe dos espaços mais formais, principalmente longe de organizações empresariais, porque não lhes era permitido e até hoje ainda encontram muitas barreiras, dado o caráter histórico e estrutural de marginalidade e exclusão em relação a essa população. E depois, um segundo passo para trás, para observar que o desenrolar desse debate começa a apontar caminhos por meio de

estudiosos que afirmam que se trata de uma relação possível, na qual um passo importante é "ouvir atentamente as vozes transgêneros no local de trabalho" (BEAUREGARD et al., 2018, tradução nossa). Até o momento, quem mais tem contribuído para enfrentar esta questão espacial é a própria população trans excluída, construindo pontes para essa relação em estudos que reconhecem que são experiências específicas e que as pessoas trans em suas vivências apresentam as melhores condições de protagonizar esse diálogo.

Buscando ouvir essas vozes e refletir sobre que espacialidades são essas⁹, que não reconhecem a presença de perspectivas não cis, priorizei estudos que oferecem visões de gênero críticas, por exemplo, quando mostram relações que nos ajudam a questionar o que está posto (POMPEU; SOUZA, 2019), quando multiplicam relações entre corpos e organizações (CONNELL, 2010; FORMBY, 2017). Estudos que mostram questões de gênero e sexualidade como maneiras que não se confinam a formas de reproduzir como a organização vem sendo naturalizada (PULLEN; THANEM, 2010). Aqueles que conduzem as investigações para relações que desafiam normatividades espaciais binárias (SOUZA; PARKER, 2020; SKOGLUND, HOLT, 2020; VITRY, 2021) ou quando e onde reproduzi-las é impossível (SOUZA; CARRIERI, 2015). São estudos que nos ajudam não só a pensar, mas agir sem excluir, invisibilizar, impedir ou apagar corpos presentes na experiência espacial, e ao mesmo tempo nos levam a práticas que revelam mundos diferentes diante dessas normatividades (SOUZA; PARKER, 2020).

Toda essa realidade marginalizada reforça, cada vez mais, o entendimento de que existe uma lacuna, uma divergência teórica que me afeta e diz respeito a uma necessidade de dar um passo atrás no debate sobre o organizar espacial, pois ainda pouco dialogamos sobre as camadas mais profundas, binárias e cis normativas que ainda seguem reproduzidas, naturalizadas, tidas como corretas, mesmo que adotem visões de gênero que excluem populações inteiras em relação à experiência espacial. É preciso de ontologias, epistemologias e práticas de pesquisa que não reproduzam

⁹ Para os fins do debate que pretendo tecer aqui, devo informar que reconhecer que buscar responder à pergunta "que espacialidades são essas?" se tornou o caminho pelo qual me relacionei com a primeira afetação, que mais parecia uma agonia dentro de mim, quando percebi que na busca do outro (daquele corpo trans travesti, um corpo afeminado que ocupava um não lugar naquelas espacialidades dos estudos organizacionais) procurava a mim mesmo (como um outro tipo de corpo, mas também afeminado e ausente nos estudos), e tempos depois refleti que essa intenção de buscar uma vida, fez toda a diferença, como uma intenção que percebi ter incorporado ao longo do processo.

modos violentos e de exclusão desses corpos (não-cis) e, sobretudo, um compromisso e interesse de investigação que faça relação a um processo coletivo (cis\trans) de produção de espacialidade de materialidade.

O que mais interessa para os fins do debate que pretendo aqui é que essa teia revela dinâmicas culturais e sociais de corpos(as) como caminhos potentes para ir além dos dualismos naturalizados nas organizações, abrindo caminho para novas possibilidades viáveis nas experiências espaciais (SOUZA; PARKER, 2020). Aproveito a potência desses estudos de gênero e sexualidade para o campo dos estudos de espaço, quando a prática do espacializar faz sentido afetada reciprocamente por performances de gênero (cis e trans). Me refiro especificamente a experiências espaciais, encontros, tais como acontecem somente quando ambas as performances de gênero (cis e trans) estão presentes fazendo relação. Situações coletivas que obrigatoriamente afetam a recepção, a produção, a reciprocidade durante a prática do espacializar.

É nesse fluxo da vida praticada e organizada que encontro material para pensar nesta tese sobre como os processos cisgêneros e transgêneros são situados num quadro problemático com profundas imbricações na vida concreta das pessoas, considerando-se, por exemplo, as graves violações de direitos humanos da população de trans travestis no Brasil. Uma realidade que posiciona o Brasil como líder mundial em *rankings* de violências de gênero, sendo o país que mais mata essas pessoas no mundo com um número de assassinatos três vezes maior que o México, segundo colocado mundial (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). No Brasil, em diferentes espaços organizacionais, o lugar reservado às bichas, trans, travestis e qualquer outra corporeidade/corpo afeminado é marginalizado ou invisibilizado, no caso das trans travestis, sem acesso aos direitos civis básicos de cidadania (PEDRA, 2020), e ainda assim, resistem inventando maneiras de se manterem vivas, ocupando espaços (JESUS, 2020; OLIVEIRA, 2020).

Por isso, há que se questionar, especificamente na força da relação espacial a partir de experiências situadas no Brasil, que espacialidades são essas naturalizadas nas organizações, em que tanto a cisgeneridade enquanto local ocupado pela norma, quanto o (não)lugar ocupado pelas bichas e travestis seguem invisibilizados? Que espacialidades são essas que invisibilizam não só a identidade latino-americana

travesti, suas sofisticações, peculiaridades e historicidades como também as corpos¹⁰ bichas, negligenciando que “historicamente no Brasil as formas de transgeneridades se expressam por vocabulários que ganham roupagem de sexualidade” (LEAL, 2018, p.11). Esses processos de invisibilização não dão conta de reconhecer que essas complexidades sociais de gênero e sexualidade, quando praticadas no contexto brasileiro em relação a identidades sexuais e de gênero afeminadas, ganham específicas intensidades e podem produzir outras apreensões sobre o organizar espacial e corpos que importam.

Afirmo isso, considerando que no Brasil, como em muitos outros países que foram submetidos à colonização europeia, juntamente com um sistema de educação cristão, o espaço reservado e praticado em relação às bichas, trans, travestis e qualquer outra corporeidade/corpo afeminado é extremamente marginalizado e violento (JESUS, 2020; OLIVEIRA, 2020). O Brasil é o local onde nos encontramos espacializados “toda vez que se afirma bixa, sapatão, afeminado, caminhoneira, etc, estamos nos referindo a conteúdos trans” (LEAL, 2018, p.11). Esta situação histórica de invisibilização, na qual as identidades pela sexualidade se justapõem a formas de gênero, não só nos espaços acadêmicos como fora deles, tem se tornado importante pauta política, sobretudo por travestis brasileiras que em suas produções intelectuais próprias abrem espaço para pontos de vista bichas e trans travestis na organização central de produção de conhecimento (OLIVEIRA, 2018).

Com as articulações que proponho aqui, uma das contribuições que visio a atender é a necessária proposta de repolitizar o domínio do espacial (VÁSQUEZ, 2013) como maneira de não só problematizar, mas ousando fabular o mundo de forma diferente. A questão é como podemos, em termos práticos, teóricos, mas também metodológicos, nos encontrar com corpos afeminados e seguir juntas. É nesse sentido que convido a todes para refletir sobre essas questões, não apenas para criticar ou problematizar as questões de gênero na prática do espacializar, mas como forma de organizar alternativas para romper com a (suposta) neutralidade na espacialidade. Defendo aqui que esta articulação permite evidenciar não só as relações de poder que

¹⁰ Quando mobilizo a palavra “corpa”, em lugar de corpo, estou incorporando um movimento caro às perspectivas feministas e transfeministas. Diz respeito a uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática e igualitária em termos de gênero, pois as distinções decorrentes do fato de o gênero neutro ter as mesmas marcas morfológicas que o masculino, no caso da língua portuguesa, gera uma série de discussões e levam até a afirmações sobre como a língua pode ser machista.

estão em jogo, mas como seus vários membros consomem, aprendem com o jogo, jogam e subvertem esse jogo em golpes de (des)construção das distinções binárias de gênero e sexualidade dentro da prática espacial do gênero no organizar.

Desse modo, o aporte conceitual de Michel de Certeau tem a importância de direcionar o entendimento espacial para como os sujeitos reconstróem lugares em meio às relações de poder materializadas no espaço organizacional. O foco se direciona não apenas para as operações de poder pelas quais os indivíduos moldam lugares, mas também na necessidade de pensar o espaço enquanto prática cotidiana permeada e produzida por corpos, o que faz do espaço também um local corporal capaz de inventar maneiras que podem oportunizar outros debates com efeitos políticos, culturais e organizacionais, seja por meio da transgressão do lugar e/ou da produção de outros.

A compreensão explicitada no parágrafo anterior é valiosa para esta tese porque permite deslocar certas dinâmicas políticas, concebendo-as em uma noção relacional, reconhecendo que, quando as bichas e trans travestis espacializam juntas, elas podem produzir lugares de poder (o lugar do próprio, para usar um termo caro à teoria certeuniana) e deslocar o corpo cis para o papel do outro, como em diversas situações que experienciei durante o trabalho de campo (uma delas, inclusive, materializada na situação de constrangimento narrada no Prólogo). Assim, podemos, por meio de uma perspectiva micropolítica das práticas, perceber as nuances pelas quais esses corpos afeminados desestabilizam lugares e espaços, levantando questões importantes sobre o que vem sendo considerado normal, permanente, naturalizado na experiência espacial, mas buscando não essencializar o outro. Trata-se de entendimentos que se dão a partir não só da realidade praticada, contexto em que se reproduzem ou se criticam padrões, mas como um processo emergente, precário e parcial, impossível de controlar ou estabelecer, *a priori*, que acontece muitas vezes de maneira não prevista, em dinâmicas difusas e complexas. E, nesse sentido, esta pesquisa segue uma rota ontológica mergulhada no fluxo e transformação de nossos mundos.

Embora indagações em torno das questões materiais corporificadas já tenham sido pautados, sobretudo por pesquisadoras mulheres (cis) e estudos feministas (DALE, 2001, FONSECA, 2007, OLIVEIRA, 2018; REZENDE; OLIVEIRA; ADORNO, 2018), seja para problematizar os espaços hegemônicos masculinos na literatura,

muitas vezes vistos como neutros, anônimos e desencarnados (DALE, 2000; FONSECA, 2007), seja para denunciar o “desconforto com os corpos e o significado incorporado” (YANOW, 2010: 147), ainda é recorrente encontrarmos espaços teóricos, empíricos e metodológicos em que a neutralidade cisgênera organiza o espaço. A cisgeneridade pode ser entendida como um processo normativo manifestado socialmente em que a performatividade cisgênera é hegemônica em relação à performance transgênera (LEAL, 2018). Também por isso, a cisgeneridade segue ocupando um lugar privilegiado nas análises organizacionais hegemônicas, e corpos (as) (não cisgêneros continuam sendo considerados como estranhos em relação a esse normal).

Nesta pesquisa, tais entendimentos dizem respeito à hierarquização de corpos nos encontros espaciais, que demarca cotidianamente lugares privilegiados com corpos cis, normais, neutros; ao mesmo tempo, produz constantemente (não)lugares marginalizados com corpos trans, anormais, abjetos e tokenizados. No que diz respeito à pesquisa organizacional, corpos que escapam à distinção convencional entre feminino e masculino, feminilidade e masculinidade são invisibilizados (THANEM, 2011). Os espaços, sejam científicos, metodológicos, teóricos e práticos, são cotidianamente organizados de modo particular a garantir privilégios que permitem a certos corpos seguirem ocupando lugares a partir dos quais se postulam fábulas sobre a objetividade e o método científico (HARAWAY, 1995). Fazendo uso das articulações produzidas nesta tese, é possível aproveitar aquilo que as experiências de corpos não hegemônicos nos contam sobre as relações entre corpo, gênero e sexualidade na produção cotidiana de espaços organizacionais, para então refletir e perguntar: **que práticas produzem padrões hegemônicos** entendidos como universais, naturais e normais e estabelecem a inteligibilidade de gênero nos espaços concretos das organizações, mas também nos espaços teóricos, metodológicos e práticos dos Estudos Organizacionais? Quais lugares sociais (não) podem estar presentes e ocupar esses espaços na teoria e prática organizacional? Quais modos relacionais entre pessoas cis\trans podem produzir novas espacialidades, que possam divergir da neutralidade cisgênera? E, talvez mais importante: **Como pessoas com raízes em diferentes práticas (de gênero, de sexualidade, de corpo) podem seguir juntas?**

Em decorrência das problemáticas propostas nesta tese, me pergunto:

(1). Considerando que o Brasil é o país que mais mata pessoas bichas e travestis no mundo, um contexto social nocivo em relação a nossas vidas, como não invisibilizar, negar, nem interromper as espacialidades de corpos divergentes à cisgeneridade, ou seja, não alinhados à normalização cisgênera, nas experiências espaciais organizadas?

(2). Como as práticas organizativas situadas nas experiências de pessoas cis podem reforçar ou romper espaços organizacionais de gênero binário e, ao mesmo tempo, se abrir à produção de experiências com cis, bichas, trans travestis juntas?

(3). Como, um pesquisador cis, numa agenda ética e política, pode tecer relações como caminho possível para a produção de conhecimento não sobre, mas com vidas e experiências não-cis, divergentes à cisgeneridade?

Em atenção a todos os questionamentos apresentados até aqui, este estudo tem como **objetivo principal compreender a articulação de espacialidades de corpos(as) divergentes à cisgeneridade na prática organizativa.**

Nesse processo, **os objetivos específicos de pesquisa que emergem são:**

- a. Identificar a produção do espacializar organizacional a partir de intencionalidades marcadas pela divergência em relação à neutralidade cisgênera;
- b. Descrever práticas organizativas que produzem espacialidades divergentes à cisgeneridade no campo de pesquisa;
- c. Problematizar a espacialidade na pesquisa em Administração, visibilizando o corpo como elemento central em um possível caminho para a produção de conhecimentos não sobre, mas com específicas vidas;
- d. Discutir o espacializar organizacional como uma possibilidade de rearticular, por meio das práticas cotidianas, limitações à atuação espacial não cisgênera.
- e. Provocar espacialidades alternativas ao organizar espacial situado na cisgeneridade como espaços de imaginação sobre um futuro em que outras vidas também importem.

Cabe salientar, neste momento, que estas questões e objetivos de pesquisa são o resultado de um contínuo processo de reformulação à luz das experiências em

campo. Esse processo não linear de pesquisa e produção reflexiva se deu ao longo de uma pesquisa etnográfica, em que o organizar espacial se apresentou ainda mais complexo a partir da perspectiva de pessoas bichas e trans travestis em relação à cisgeneridade, uma vez que as dinâmicas relacionais são afetadas por representações e performances de gênero que se fazem por meio de discursos cis normativos, regimes de verdade jurídicos e médicos sobre gênero, e acentua-se em materializações de corpos (NASCIMENTO, 2021).

Por esse motivo, optei por pedir contribuição às experiências de pessoas bichas e trans travestis, seus pontos de vista e saberes ontoepistemológicos peculiares, por entender que trazem informações que localizam no corpo, no gênero e na sexualidade o modo como são frequentemente atingidas em suas experiências espaciais. Mas não adiantaria fazer esse movimento sem me responsabilizar pelos meus atos, pensamentos em relação a essas participantes e nem sem considerar, tendo em vista meu corpo cis, como eu poderia estar afetando essas pessoas durante a experiência etnográfica.

Com estas preocupações em mente, fiz uso da abordagem etnográfica afetiva (GHERARDI, 2019) como arcabouço metodológico. Tal apoio me permitiu lidar com os desafios teóricos e empíricos desta tese, desde narrar minha presença significativa em campo, atento e aberto ao fluxo da espacialidade que é afetada e afeta, até o modo intencional ou não de como agi e me relacionei durante a pesquisa. Isso se dá na medida em que a pesquisa etnográfica afetiva tem como princípio ontológico um tipo de produção que pretende provocar uma reconfiguração das próprias narrativas hegemônicas, com o objetivo de “fazer/desfazer a oposição entre eu e o outro, construir/desconstruir a dicotomia exótico-familiar”, que tanto contribuem para a perpetuação dessas hierarquizações (FONSECA, 2007, p.49; SCHWADE, 1992). Não é possível que isso seja feito negando as diferenças e assimetrias no encontro com os outros, mas sim no exercício reflexivo do reconhecimento das diferenças e no estudo das maneiras complexas que essas diferenças se entrecruzam (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990). E, em função do caráter afetivo, contar com a presença do corpo pesquisador durante a realização do trabalho de campo e sua capacidade de afetar e ser afetado, reconhecendo que a experiência de estar em campo configura-se como experiência incorporada que produz conhecimento encarnado (GHERARDI, 2019)

situado na relação que se organiza de maneira indissociável no espacializar, sendo produzida e produzindo corpos em campo na pesquisa (GOMES; FANTINEL, 2022).

Então, articulando a abordagem micropolítica das práticas com os termos teórico-metodológicos da abordagem etnográfica, podemos afirmar que este estudo está comprometido com as dimensões afetivas e reflexivas imbricadas na experiência espacial. A primeira dimensão exige falar de afetos e sobre como são reconhecidos em sua dimensão material enquanto fenômenos complexos e integrados em termos culturais, sociais e biológicos. Afeto remete a “afetar” e “ser afetado” e, portanto, faz relação com dimensões dinâmicas e interativas que fazem muito sentido numa pesquisa de abordagem relacional sobre encontros de corpos na experiência espacial.

Além disso, a segunda dimensão, reflexiva, exige estar atento à necessidade de reconhecer os desafios éticos ligados à geração de conhecimentos em Estudos Organizacionais. Especificamente, as questões espaciais não dizem respeito somente à cisgeneridade, mas também a performatividades de gênero trans. Por isso, como forma prática de movimentação responsiva, reconhecendo quem podemos estar privilegiando e quem podemos estar excluindo durante as experiências vividas, mobilizei no percurso etnográfico também esforços reflexivos (CUNLIFFE, 2016; 2020).

No fluxo de campo etnográfico, realizei a pesquisa em duas cidades, uma na região sudeste e outra na região nordeste. O trabalho de campo teve seu início numa organização de direitos humanos articulada ao movimento social trans travesti nacional brasileiro, localizada em Vitória, no Espírito Santo e se estendeu até Salvador, na Bahia, onde a produção de dados ganhou outra intensidade numa organização de arte transformista, preservando durante toda experiência de campo, em comum, um tipo de organizar espacial onde a performatividade transgênera (LEAL, 2018) está em cena o tempo todo.

O primeiro campo, no Espírito Santo, foi produzido numa organização conduzida por uma líder trans travesti, especificamente no espaço Aconchego, que compõem o primeiro centro de referência para população trans travesti do Espírito Santo. O centro é organizado pela Associação Grupo Orgulho Liberdade e Diversidade (GOLD) que assume em sua missão a promoção e defesa dos Direitos Humanos. O trabalho de campo consistiu em minha participação como voluntário em

um projeto Aconchego, colaborando na organização, num contexto em que essas pessoas pudessem simplesmente habitar aquele espaço com segurança e conforto para passar as tardes, acessar internet, estudar etc.

O segundo campo se produziu em uma organização que compõe o roteiro turístico “de segunda categoria” (tal nomenclatura trata-se de uma categoria êmica), de arte transformista, o Âncora do Marujo. Localizado na central gay, região histórica de Salvador, cujas espacialidades, desde a década de 1980, fazem relação com a cena cultural protagonizada pelos espaços de convívio que se animam durante o show artístico trans travesti. Ali, as corporalidades trans travestis, entendidas como habitat de gênero e práticas de corpos trans travesti (LEAL; ROSA, 2020), protagonizam o organizar espacial no sentido de por em movimento a cena noturna. A arte transformista é uma prática cultural histórica manifestada em várias cidades brasileiras, no caso de Salvador, acontece às margens da cena noturna soteropolitana, onde frequentadores, turistas, trabalhadores, a partir de suas diversas perspectivas, cis, cisplay, trans travesti, extrapolam parâmetros únicos de gêneros cisnormativos, mas também de sexualidade, com efeitos em como experimentam as relações espaciais.

Sigo por esse caminho com corpos e afetos, em termos metodológicos, como forma de lidar com os constrangimentos próprios das normas científicas estritas desincorporadas e não emocionais acerca do espaço de escrita, que fingem objetividade, racionalidade e a elisão do autor do texto” (GILMORE et al., 2019, p4), mas por fim reduzem muitas possibilidades. Então, com corpos e afetos presentes, me afasto desses constrangimentos cada vez mais reconhecidos como um padrão de escrita masculina (*masculine writing*) que não acontece materialmente sem corpos nem afetos, mas demarca quais corpos e emoções podem ocupar, tencionando e violentando a escrita incorporada por outros gêneros.

Desse modo, essas responsabilidades afetivas e materiais me conduziram a buscar uma forma de escrita possível para expandir as relações que me permito incorporar durante a escrita. Por esse motivo, recorri ao que vem sendo explícito na academia em abordagens femininas, feministas e transfeministas, por vezes chamadas de *feminine writing* escrita feminina e *writing differently* escrita diferente (GILMORE et al, 2019), na medida em que criam outros espaços ao romper com constrangimentos na escrita, num sentido da necessidade de alterar as relações que

ocupam o espaço de escrita, sem tolerar e reproduzir violências (PULLEN; THANEM, 2010). Por essa via, busco reduzir distâncias entre as experiências materiais que moldam como vivemos, pensamos, sentimos, trabalhamos e vemos os outros (GILMORE et al, 2019). Por fim, quando me comprometo com esses estilos de escrita para esta tese, cuja abordagem etnográfica prevê intenso convívio com as participantes, resultando em significativas relações nas quais o pesquisador precisa manter-se presente, assumo o risco de me permitir viver as transformações etnográficas, mas também estendo esse risco afirmando que são transformações que atingem o espaço escrito. Esse atingimento pode ser sentido no estilo confessional e literário da escrita etnográfica, no descompromisso com a fragmentação do texto em aspectos teóricos, metodológicos e analíticos, e na apresentação de interlúdios que narram experiências de campo e fazem a mediação entre os artigos, trechos textuais com maior compromisso com o desenvolvimento de teorizações.

Assim, esta tese encontra-se estruturada em 3 capítulos além desta introdução. Primeiramente, apresento o fazer etnográfico nesta pesquisa, portanto, o desenho desse fazer, os aspectos afetivos e reflexivos que compuseram o itinerário percorrido. A seguir, descrevo em um grande capítulo emaranhado, numa espécie de teia de gato, a caminhada etnográfica. Com uma grande descrição teórica-empírica, tendo como fio condutor as questões de pesquisa, evidencio os itinerários caminhos percorridos em três rotas distintas, porém emaranhadas, aproximando das perspectivas participantes, estranhando as perspectivas hegemônicas e construindo sentidos divergentes no espacializar. Ao final, apresento um capítulo de discussão e considerações finais com as contribuições analítico-conceituais para os estudos organizacionais.

2 O FAZER ETNOGRÁFICO NESTA PESQUISA

Esta etnografia aconteceu de maneira mais ou menos (des)organizada e de modo temporal não-linear com intensidades teóricas e empíricas emaranhadas na experiência. Hoje, ao lembrar o processo, pude elaborar um desenho de pesquisa, baseado no andamento da etnografia. Fez sentido apresentar essa experiência em três itinerários, relativos às estradas e caminhos percorridos. Cada itinerário apresentou sua rota específica orientada por distintos processos que fizeram sentido incorporar como indicativo da distância de um lugar a outro. A primeira rota situada no Espírito Santo buscou deslocamentos em direção a aproximações perspectivas trans, a segunda rota situada na Bahia aconteceu em direção a estranhamentos em relação à cisgeneridade, e a terceira rota, após o segundo campo, se deu em direção a construir sentidos divergentes à cisgeneridade e incorporar práticas transfeministas no espacializar.

O conjunto que constitui cada itinerário da experiência etnográfica é o que vai me tirar de um lugar e me colocar em outro, por isso, recorri a essa espécie de metáfora sobre as distâncias e deslocamentos percorridos, num sentido de processo de tornar-se com, *becoming-with* (GHERARDI, 2019) ao longo da etnografia. Essas distâncias entre lugares foram divididas em estações, como uma unidade espaço-temporal que fala de um período de estada, paragem de duração variável que se faz num lugar, sobre deslocamentos como chegadas e partidas. Ao todo, percorri três itinerários e caminhei por 10 estações, ambos itinerários e estações formam a teia percorrida e nomeada tese. Uma artesanaria metodológica baseada na experiência vivida, por meio de afetações e reflexões incorporadas como os grandes vetores que fizeram sentido ao longo do percurso desta pesquisa.

No próximo tópico, apresento o desenho da experiência etnográfica com o objetivo de organizar a estrutura e facilitar a orientação para o leitorado, na intenção didática de mostrar, a quem estiver lendo a tese, o itinerário percorrido baseado na experiência tal qual aconteceu. Ao ilustrar o desenho da experiência etnográfica, com rotas em sentidos distintos e divisões desse percurso em estações buscando fasear as etapas do processo percorrido, objetivo apresentar pistas, rastros, caminhos, como sons e cheiros dos lugares, que não serão plenamente capturados em explicações.

Contudo, antes de apresentar como aconteceu o andamento da experiência etnográfica, mostrando o processo percorrido no desenvolvimento da tese, partilho o gatilho que animou o início dessa caminhada etnográfica. Além disso, deixo uma ilustração, na qual uma espacialidade de corpo divergente à cisgeneridade aparece no centro da imagem de corpos cis e trans. Com essa ilustração, convido quem olha a refletir comigo, vide questões disponibilizadas na sequência, como forma de iniciarmos juntos essa caminhada.

O primeiro gatilho desse percurso de pesquisa se deu numa atmosfera musical, quando participei da 23ª parada LGBTQIAP+ de São Paulo, em junho de 2019, considerada a maior manifestação organizada no mundo, reunindo em torno de 3 milhões de pessoas, local onde não pude deixar de entender que, por trás de algumas músicas, existe uma manifestação cultural, nesse caso, vidas bichas, trans travestis importam! #GATILHO! Começar desde o gatilho, faz muito sentido nesta narrativa, pois ele situa, de alguma maneira, que espacialidades estão presentes neste estudo.

No ano de 2019, a parada LGBTQIAP+ teve um motivo a mais para centralizar nessas vidas, dentre todas presentes no grande guarda-chuva LGBTQIAP+. Foi o ano em que se relembrou os 50 anos da revolta de *Stonewall*, quando um bar Norte Americano foi invadido pela polícia para multar o estabelecimento motivado simplesmente pela espacialização pública de corpos travestilizados. Na época, em Nova York, estabelecimentos não podiam vender álcool a homossexuais e homens¹¹ não eram autorizados a vestir menos do que três peças de roupas tipicamente masculinas (PEDRA, 2020).

A revolta foi liderada por mulheres travestis lutando pelo direito de poder existir publicamente, o destaque histórico ficou creditado às travestis Marsha P. Johnson ao lado de Sylvia Rivera (PEDRA, 2020). Estar nesta manifestação e sentir na pele a questão espacial, desde a perspectiva do movimento organizado de travestis e transexuais, teria afetado para sempre o tema desta tese. Foi a primeira vez que pude experimentar de perto a força e o impacto desse movimento organizado, me tocou

¹¹ Talvez faça mais sentido pensar em homens como categoria anatomicamente definida a partir de critérios binários baseados em genitais, e não em homens num conceito naturalizado em termos ocidentais. Afinal, muitos dos corpos travestilizados publicamente e lidos como homens desde *Stonewall*, na verdade até antes disso, lutam até os tempos atuais pelo direito de ocupar o espaço feminino das mulheridades (OYĒWÙMÍ, 2021).

especificamente sua força em relação ao organizar espacial com corpos bichas e trans travestis espacializando publicamente em todos os lugares.

Encontrar com essas pessoas bichas e trans em diversos espaços públicos pela primeira vez, durante um final de semana inteiro, nos arredores da Av. Paulista, região central da cidade de São Paulo, e um dos mais movimentados centros empresariais do Brasil e até do mundo, afetou o porvir dessa experiência etnográfica. Para todos os lados estavam elas. Tinha bicha nas ruas, nas lanchonetes, nas lojas de departamento, nas farmácias, nas galerias de comércio, nas lojas de roupas ou simplesmente caminhando com seus amigos e amores durante o dia pelas ruas centrais da capital. Não demorou muito depois desse final de semana para eu me aproximar mais de perto do movimento organizado de travestis e transexuais, conforme relatos presentes nesta experiência.



Figura 1: Imagem de corpos cis e trans.
Fonte: Adobe Stock (com edição do autor).

O percurso etnográfico aconteceu tendo algumas questões como ponto de partida, as quais direciono neste momento ao leitorado para reflexão, adicionando ao final uma frase provocativa evidenciando aspectos que estão em jogo nessas dinâmicas de construção de espacialidades divergentes à cisgeneridade:

(1). Como não invisibilizar, negar, nem interromper as espacialidades de corpos divergentes à cisgeneridade?

Cadê as bichas e trans travestis na organização? Se recorda a última vez que se encontrou com uma pessoa bicha ou trans travesti? No seu grupo de trabalho? Nas organizações que fizeram parte da sua trajetória profissional? No seu círculo de amizades? Nos encontros da sua família?

É sobre o organizar espacial (in)visibilizando corpos no debate.

(2). Como as normatividades cis podem reforçar ou romper espaços organizacionais hegemônicos de gênero binário?

Sabemos que as pessoas bichas e trans travestis sempre existiram e seguem (re)existindo, mas a questão que também importa saber é como as relações acontecem quando essas corpos afeminadas estão? Que práticas espaciais produzem padrões hegemônicos de corpos e organizações? Qual o papel da cisgeneridade nesses processos organizativos hegemônicos?

É sobre o espacializar (a)normalizando modos de existir.

(3). Como produzir conhecimentos não *sobre*, mas *com* experiências divergentes à cisgeneridade?

Sabemos que outras vidas importam. Se nunca pensou ou se importou com isso, pode ser a oportunidade de reconhecer. Por isso, (me) pergunto, onde, como e quando essas corpos afeminadas poderão estar com você?

É sobre incorporar intencionalidades divergentes na produção de espacialidades.

2.1 A TRAJETÓRIA DA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA

Em termos gerais, esta tese foi desenvolvida por meio de três grandes deslocamentos percorridos por meio de itinerários distintos e emaranhados que engendraram o estudo, representados a seguir:

A TRAJETÓRIA DA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA		
Itinerário “Aproximação com as perspectivas trans”	Itinerário “Estranhando a cisgeneridade”	Itinerário “Construindo sentidos divergentes”
Primeira Rota no ES	Segunda Rota na BA	Terceira Rota no Porvir

Quadro 1: A trajetória da experiência etnográfica.
Fonte: Dados da pesquisa.

O primeiro itinerário de pesquisa, percorrido em busca de aproximação com as perspectivas trans, é uma rota sobre o organizar espacial (in)visibilizando corpos. Um deslocamento se deu, sobretudo, ao buscar entender as práticas de ocupação de (não)lugares bichas e trans travestis, numa organização por e para pessoas trans

durante o primeiro campo no Espírito Santo. Esta rota conduziu a pesquisa ao desenvolvimento do artigo 1, “Gênero-corpo-sexualidade no espacializar: produzindo corpos-em-campo na pesquisa, sobre corpos rompendo hegemonias na organização”.

O segundo itinerário trata do lugar de estranhando em relação à cisgeneridade, quando mudei o sentido em relação ao objeto de pesquisa e passei a me deslocar em busca de estranhamentos com a perspectiva cis, resultando no artigo 2, “*Divergent spatialities: cisgender situated knowledges’ role on reinforcement or disruption of binary-gender spaces*”. O destaque é sobre práticas espaciais que (re)produzem padrões hegemônicos nos espaços teóricos, epistemológicos e práticos.

Já o terceiro itinerário aconteceu por uma rota que visou a construir sentidos com práticas divergentes em relação à cisgeneridade e, especificamente, à epistemologia transfeminista. Práticas transfeministas foram incorporadas ao espacializar e serviram de inspiração construindo os sentidos para o Artigo 3 – “*Fabulating divergent spatialities from brazil: bichas, travestis, and trans female bodies are wanted alive!*”.

Por fim, a última parada constituinte desta experiência etnográfica, tal qual ela aconteceu, deu origem a seção final cujas argumentações e discussões de tese caminharam no sentido de engendrar os movimentos práticos, teóricos, metodológicos e políticos que constituem esse espaço.

A seguir, explico em maiores detalhes os itinerários percorridos na pesquisa, utilizando metáforas relacionadas à mobilidade para apresentar os caminhos (rotas) e pontos de reflexão (estações) tomados e elaborados ao longo do desenvolvimento da tese.

1º Itinerário: Aproximação com as perspectivas trans no Espírito Santo

1º Itinerário APROXIMAÇÃO COM AS PERSPECTIVAS TRANS Primeira Rota no ES		
Espacializando com as participantes	Reconhecendo alteridades em Campo	Produzindo corpos em campo - Artigo 1

Quadro 2: Rota 1: Aproximação com as perspectivas trans. É sobre corpos-gêneros-sexualidades no espacializar.

Fonte: Dados da pesquisa.

Estação 1 - Espacializando com as bichas e as trans travestis na Associação GOLD no Espírito Santo

O percurso etnográfico começou por meio da busca por organizações com bichas e trans travestis visando situar o trabalho de campo no Espírito Santo, num cotidiano que permitisse iniciar a aproximação com as perspectivas trans, considerando as influências de corpos na construção do espaço etnográfico (FERREIRA; FANTINEL; AMARO, 2021; OLIVEIRA, 2018). Foi nesse sentido que espacializar com as bichas e as trans travestis caracterizou a primeira estação vivida em campo como maneira de entender como a ocupação desses lugares se manifesta, como os sujeitos encontram seus lugares e que barreiras precisam ser superadas. Então, a Primeira estação representada por aspectos de corpo, gênero e sexualidade ignorados em organizações fala sobre habitar espaços e incorporar espacialidades no contexto dos estudos de gestão e organização.

Procurar essas organizações, trazendo esses corpos para a conversa, se apresentou como maneira de responder que espacialidades são essas negligenciadas nos Estudos Organizacionais, podendo ser também um instante no qual o pesquisador buscou sensibilização sobre o objeto da pesquisa ao romper com neutralidades, reconhecendo espacialidades e práticas espaciais na diversidade de corpos, gêneros e sexualidades. O que deu sentido e movimento nesta estação foi estranhar a presença ausente de corpos, gêneros e sexualidades espacializando em estudos sobre espaço organizacional. E, mais especificamente, o (não lugar) de perspectivas bichas e trans travestis em estudos sobre espacialização, espaçamento, perspectivas performáticas, fluidas e incorporadas. Sentidos que surgiram desde uma questão

afetiva: Que espacialidades são essas nos Estudos Organizacionais? Cadê as bichas e as trans travestis na organização?

Reconheço que este caminho partiu de um referencial teórico sobre espaços organizacionais e práticas espaciais pela via da abordagem micropolítica das práticas cotidianas (CERTEAU, 1998; FANTINEL; DAVEL, 2019; SILVA, 2019), especificamente, sobre a importância de trazer o corpo para o debate organizacional (DALE, 2001; FLORES-PEREIRA, 2010), como maneira de entender como as organizações acontecem (FLORES-PEREIRA; DAVEL; CAVEDON, 2013), seja em termos ontológicos (SOUZA; COSTA, 2015), seja como intencionalidade incorporada (FIGUEIREDO, 2013).

Mais precisamente, me interessava reconhecer e superar o risco de padrões violentos naturalizados em espacialidades (PANIZA, MORESCO, 2022; POMPEU, SOUZA, 2019; COSTAS; GREY, 2019; OLIVEIRA, 2017) e as práticas espaciais que negligenciam os pontos de vista femininos de corpos (HARAWAY, 1995), num sentido de repolitizar a categoria espaço (OLIVEIRA; CAVEDON, 2013, VÁSQUEZ, 2013). Situação que se torna extrema em relação a corpos(as) bichas e trans travestis na organização da sociedade brasileira (ANTRA, 2022; OLIVEIRA, 2020a, ZAMBONI, 2016). Por isso mesmo, situar a pesquisa num espaço cotidiano com bichas e trans travestis, trazendo esses corpos para a conversa, focalizando as percepções em termos raciais, de gênero e sexualidade, emergiu com caminho potente capaz de diversificar os contornos e limites no espaço de desenvolvimento de pesquisas nas organizações.

O movimento prático em busca de acessar o mundo das participantes bichas e trans travestis implicou percorrer, inicialmente, bares, boates e espaços de sociabilidade LGBTQIAP+ como condição de legitimidade de uma prática organizada na diversidade material de corpos, gêneros e sexualidades. Essa procura aconteceu no período entre abril e setembro de 2019 e só resultou frutos quando do envolvimento em organizações conhecidas pela afirmação de um posicionamento contrário a qualquer tipo de violência de gênero sem tolerar, especificamente, práticas transfóbicas, situando o trabalho de campo na Associação GOLD, um espaço do movimento organizado de travestis e transexuais no Espírito Santo. Instante no qual iniciei o itinerário percorrido como trabalho de campo, que durou até dezembro de 2021, totalizando durante esse período três grandes momentos afetivos que foram

organizados neste desenho por meio do que chamei primeira, segunda e terceira estação.

Principais afetações (*Becoming-with*¹²):

- Provocar para o rompimento com neutralidades e violências espaciais, desenvolvendo empatia com o tema e com a população participante. Vidas bichas e trans travestis importam à organização;
- Reconhecer o (não)lugar que corpos afeminados ocupam nos estudos organizacionais;
- Buscar um posicionamento intencional em relação ao tema, participantes e lugar do pesquisador: há que se buscar por organizações afirmando posicionamento contrário a qualquer tipo de violência de gênero sem tolerar, especificamente, práticas transfóbicas.

Estação 2- Reconhecendo alteridades em campo

Voltar-me para questões encarnadas na GOLD implicou aproximação com a perspectiva de corpos bichas e trans travestis. Esse movimento falou sobre reduzir muros e criar pontes baseadas na experiência cotidiana, reconhecendo lugares, fronteiras, entendendo que um lugar sempre faz limite com outros lugares e por isso relações de alteridade, entendidas como questões éticas (BUTLER, 2015) entre pesquisador e participantes. Um movimento que produziu deslocamentos na pesquisa, da temática **sobre** um objeto em direção ao encontro **com** pessoas.

Para reduzir muros e possibilitar aproximações com o campo, recorri a variados estudos voltados para as relações de gênero, corpo e processos de violência, fazendo, de alguma maneira, conexão com o mundo experimentado pelas pessoas participantes desse estudo. Especificamente, nesta fase, iniciei a aproximação pelos estudos de gênero internacionais com perspectivas feministas sobre a não neutralidade no espaço de produção de conhecimento e o lugar de privilégio dos

¹² Aqui, a noção de *devenir-com* (*becoming-with*) é inspirada no pensamento de Donna Haraway, para quem os processos de tornar-se são sempre produzidos relacionalmente. Ela é utilizada aqui porque entendo o processo da pesquisa como um *devenir* conjunto com as vozes e corpos implicados ao longo da produção de conhecimento, seja por meio das leituras, dos debates ou das experiências vivenciadas em campo. As ações apresentadas por meio dos verbos em tópicos representam afetações que permearão as elaborações teóricas, metodológicas e analíticas ao longo de toda a tese.

saberes localizados em pontos de vista das pessoas envolvidas na construção do conhecimento em questão (HARAWAY, 2020). Mas, foi no sentido de aproximar as dissidências sexuais e de gênero para o debate central situado no espaço material e performativo que não pude desconsiderar os estudos performativos de gênero, com os questionamentos *queer*¹³, tratando de problemas de gênero e identidades como processos que denotam a fluidez dos corpos e dos sujeitos (BUTLER, 2003), com os quais incorporei a pesquisa os aspectos éticos que dependem de articulação relacional para expor como ocorrem as questões de violência e respeito na experiência (BUTLER, 2015).

Além disso, buscando a centralidade do corpo no debate espacial, recorri aos estudos de gênero e os questionamentos *queer* manifestando questões encarnadas e tecnologias corporais, considerando que o “gênero não é simplesmente performativo, é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos” (PRECIADO, 2017, p. 29). Considerar as questões encarnadas no debate espacial foi significativo ao mostrar como esses problemas de gênero se estendem a desejo, sexo e sexualidade permeando o espaço do que chamamos de homem ou de mulher não só como lugar de opressão, mas localizando o corpo como espaço de prática transformadora. Trazer esses saberes internacionais sobre a materialidade da prática de corpos para espacialidades me fez aproximar das perspectivas trans em campo atento à maneira como nossos corpos se presentificam no mundo, influenciando a próxima fase, especificamente, a construção do artigo 1.

Os efeitos práticos durante essa fase se materializaram, por exemplo, ao ajustar o vocabulário, os modos de comunicação e demais linguagens incorporadas pelo pesquisador. Se responsabilizando inclusive por processos de transformação mais subjetivos do pesquisador, reconhecendo suas próprias limitações, sentimentos e interpretações em relação ao fenômeno estudado. Além disso, implicaram em abandonar investigações baseadas em torno de medições e régua identitárias sobre o outro, ou orientadas por curiosidades e escrutínios sobre as pessoas e práticas espaciais.

¹³ O termo *queer* em inglês tem relações com sentidos como abjeção, característico de algo ou alguém que não é digno, desprezível, lixo. Alinhado ao paradigma da contrassexualidade de Preciado (2017), a teoria *queer* tem um papel importantíssimo para os processos de luta por reconhecimento da diversidade de gênero (LEAL, 2021).

No caso desta pesquisa, criar pontes em campo foi possível trazendo o corpo pesquisador (FLORES-PEREIRA, 2012) historicamente situado para o debate. Reconhecer essa presença implica situar o não lugar de corpo pesquisador afeminado por meio de relatos de si (BUTLER, 2015). Esse caminho se deu pelo resgate de memórias e vivências do pesquisador, desde a infância e adolescência, em espaços de família, trabalho e organização. Tais processos sintetizam como as relações junto ao objeto de pesquisa podem ser modificadas permitindo desestabilizar certezas sobre lugares dicotomizados participantes\pesquisador e produzir outros espaços de alteridade mais coerentes nessa relação.

Dois locais situam o trabalho de campo desta pesquisa dando materialidade ao espaço etnográfico. O primeiro campo foi em Vitória no período entre o último trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2020, numa organização política de direitos humanos, representante do movimento nacional organizado de travestis e transexuais. O segundo campo foi em Salvador, no período de março de 2021 até dezembro de 2021, numa organização de arte transformista.

Principais Afetações (*Becoming-with*):

- Desconstruir e desaprender representações identitárias, desconhecimentos e indiferenças cis sobre trans;
- Aproximar e abrir espaço para perspectivas, pensamentos e metodologias trans;
- Trazer o corpo pesquisador para a conversa.

Estação 3 - Artigo 1: Gênero-corpo-sexualidade no espacializar: produzindo corpos-em-campo na pesquisa.

Esta estação aconteceu num momento de expansão do conhecimento a partir da experiência etnográfica, em que as vivências do primeiro campo permitiram produzir as primeiras contribuições conceituais em relação aos debates sobre corpos e organização espacial. Nesse processo, proposições conceituais foram elaboradas, com ênfase em termos metodológicos sobre a pesquisa organizacional que se compromete em resgatar a dimensão incorporadora do ambiente sociocultural, portanto, trazendo os corpos em campo (GOMES; FANTINEL, 2022) para a conversa

de maneira engajada na vida prática, a partir de um nível mais profundo de importância do corpo no processo espacial.

Nesse fluxo, emergiu o primeiro artigo que compõe a tese (escrito em conjunto com a orientadora do trabalho), situado na temática dos corpos e como ela se relaciona com a perspectiva da hegemonia nas organizações, nomeado Gênero-corpo-sexualidade no espacializar: produzindo corpos-em-campo na pesquisa, sobre espacialidades de corpos em campo como caminho para discutir e enfrentar hegemonias, publicado em 2020, como forma de diálogo com a chamada especial “Corpos e organizações: rompendo hegemonias”, da Revista de Administração de Empresas.

O ponto central para as noções introduzidas como estratégia ajustada à produção de dados no fazer etnográfico se deu por meio de teorizações sobre espacialidade e materialidade, com as quais desenvolvemos conceitualmente a noção de corpos-em-campo, como um possível caminho para a produção de conhecimentos não sobre, mas como específicas vidas.

A proposta parte de uma rejeição às práticas organizacionais hegemônicas que hierarquizam corpos a partir de uma noção específica de ordenamento social, e permite, de maneira simultânea, que os próprios corpos dos pesquisadores sejam postos em reflexão, uma vez que há na investigação um processo coletivo de produção de espacialidade de materialidade (RAMPAZO et al, 2022, p. 7).

Principais Afetações (*Becoming-with*):

- Problematizar a perspectiva dominante de não discutir o corpo do pesquisador, rompendo com silenciamentos sobre dinâmicas raciais, sexuais e de gênero envolvidas no que é próprio da pesquisa;
- A necessidade de pensar o espaço enquanto prática cotidiana permeada por corpos, o que faz do espaço também um espaço corporal;
- Vislumbrar não apenas dimensões ligadas à humanização das práticas de pesquisa, como, em particular, o reconhecimento de desafios éticos ligados à produção de conhecimento em Estudos Organizacionais.

2º Itinerário: Estranhamentos em relação à cisgeneridade na Bahia

2º Itinerário ESTRANHAMENTOS EM RELAÇÃO À CISGENERIDADE Segunda rota na BA	
A deslocalização do corpo	Reconhecendo o papel da cisgeneridade em espaços binários de gênero - Artigo 2

Quadro 3: Ilustração: Rota 2: É sobre o papel da cisgeneridade no espacializar.
Fonte: Dados da pesquisa.

Estação 4: A deslocalização do corpo

As demandas em campo me puxavam a todo momento para localizar as discussões no cenário brasileiro, motivo pelo qual incorporei às discussões anteriores o referencial nacional com os estudos seminais sobre o corpo na perspectiva trans, por exemplo, pensado como um corpo estranho (LOURO, 2018), numa experiência transexual (BENTO, 2019). Esse sentido reposicionou a rota da pesquisa em direção às experiências das bichas e trans travestis, assim como reorientou aspectos teóricos com algumas aproximações e primeiras impressões com o (trans)feminismo, uma epistemologia pensada desde as mulheridades e vivências de bichas e trans travestis brasileiras que não reconhecem a condição das pessoas trans a partir da cisgeneridade (KASS, 2015; NASCIMENTO, 2021, JESUS, 2019). Por isso, o estranhamento dos entendimentos binários normativos, afirmando que a experiência trans pressupõe a não identificação com o gênero que lhe foi determinado, mas não significa que haja uma régua para ser ou uma fórmula para transformar alguém em trans.

Não existi fórmula, nem mesmo um centro de gravidade normativo para se reconhecer como uma pessoa trans, travesti, transexual, bastando se reivindicar como tal, além de indicar experiências que podem estar associadas à autoidentificação como membro de um gênero feminino, um terceiro gênero ou na busca de um não-gênero (JESUS, 2012), permitem localizar no corpo da maneira como tais expressões de gênero localizam seus sentidos para espacializar. Tais perspectivas incorporadas como demandas do segundo campo, mostram não só a importância de recorrer a outras onto epistemologias desestabilizando visões naturalizadas de gênero e sexualidade, mas apresentam o protagonismo do corpo como forma de espacializar.

Entretanto, essas primeiras aproximações com o transfeminismo forneceram base epistemológica para reconhecer que o gênero ainda é útil enquanto categoria de análise como uma tecnologia que fala muito sobre a experiência, mas precisa estar aliada a outras categorias para dar conta de tantas demandas, conforme evidencia a complexidade desses processos por meio da raça, classe, dentre outros (NASCIMENTO, 2021). É nesse sentido transfeminista que a experiência de pessoas trans travestis pode ocupar um lugar de destaque quando buscamos articular sobre espacialidades, num contexto em que espaço e gênero são lugares que fazem fronteiras e localizam no corpo parte significativa de como a produção e recepção espacial acontece. Assim sendo, caminhar com o transfeminismo fez sentido, pois são espaços onde as corpos bichas e trans travestis apresentam representação e cujas corporalidades materializam o contexto social, político e histórico brasileiro.

Esta estação é sobre quem está à procura desse outro, reconhecendo o familiar. Reconhecer o familiar correspondeu ao processo de estranhamento em relação à cisgeneridade (SIMAKAWA, 2015) até então naturalizada, mas não nomeada e nem tampouco reconhecida precisamente em seus contornos espaciais na experiência organizacional, e fez refletir: Cis, que lugar praticamente sem nome é esse? Um lugar amplamente naturalizado nos estudos organizacionais. Qual papel esse lugar cis, sem nome, exerce em espacialidades?

Entender esse lugar cis de onde se vê e se sente a experiência não como um problema, mas como chave para relação, permite reconhecer que a cisgeneridade também se trata de um saber parcial localizado e uma produção constante. Reconhecer a perspectiva cisgênera fez sentido ao ouvir as participantes. É preciso que a cisgeneridade assuma seu lugar e também as responsabilidades para a relação deste lugar. Com efeito, esse lugar inicialmente sem nome passou a ter um nome na pesquisa, foi necessário um movimento de relatar a si, como crítica a violência ética (BUTLER, 2018). Esse deslocamento relacional serviu de maneira a instituir rupturas no itinerário de campo onde passei a investigar e estar atento a como a obediência ou desobediência a normas de gênero, nesse padrão cis, se apresenta nesta pesquisa, mudando o centro de gravidade do estudo.

Visibilizar a perspectiva cis e a cisgeneridade enquanto sistema normativo de gênero que vetoriza as relações hegemônicas entre corpos e organizações fez sentido como estratégia para modificar o centro de gravidade ao falar sobre corpo, gênero e

sexualidade na experiência espacial. A preocupação que me movia era a não mobilização de participantes de pesquisa como objetos, temas, questões, mas como pessoas.

Esse processo, em termos espaço-temporais nesta pesquisa, ocorreu principalmente durante a estadia no segundo campo, em Salvador, durante a maior parte do ano de 2021, entre março e dezembro, e deram base para as produções significativas nas fases seguintes.

Principais Afetações (*Becoming-with*):

- Começar a investigar os papéis e responsabilidades da cisgeneridade;
- Mudar o centro de gravidade permite desestabilizar certezas normativas de gênero e sexualidade e fez questionar. Afinal, o que acontece em espacialidades divergentes à cisgeneridade?;
- A diversidade material de lugares, perspectivas e corpos presentes fez mais sentido, produzindo mais simetria de relação com as participantes, rompendo com a lógica cis dominante e seus prejuízos onto epistemológicos para espacialidades.

Estação 5 - Artigo 2: *Divergent spatialities: cisgender situated knowledges' role on reinforcement or disruption of binary-gender spaces*

O deslocamento em direção a diversificar experiências de campo articuladas com incorporação de referenciais transfeministas (NASCIMENTO, 2021) sem apagar as influências das perspectivas *queer* (BUTLER, 2018; 2020; PRECIADO, 2017), permitiu destacar corporalidades que evidenciam não só o espaço performativo de gênero, mas também questões em torno da materialidade do corpo e que (des)organizam desigualdades na experiência espacial. Nesse sentido, a noção de espacialidades divergentes é introduzida, expondo características sobre como a cisgeneridade opera, como ela funciona e que efeitos produz em espacialidades de corpos. Essas bases são apropriadas na pesquisa fundamentando o artigo 2, que nomeia essa estação de estranhamento sobre o papel da cisgeneridade no espacializar. Trata-se de um debate organizado por meio de reflexões etnográficas sobre práticas espaciais e espaços binários de gênero, especificamente, desvelando

os modos pelos quais a presunção cis opera como violência de gênero e mesmo assim vem sendo (re)produzida nos espaços hegemônicos.

O artigo, ainda não publicado, foi escrito por mim em coautoria com a orientadora desta tese e a pesquisadora Samela Cardoso, também integrante do GESIP/UFES, com a qual mantive diálogo constante durante a experiência etnográfica.

Principais Afetações (*Becoming-with*):

- Desestabilizar o centro de gravidade espacial e as certezas dicotômicas de gênero, estranhando a cisgeneridade numa pesquisa organizacional;
- Reconhecer como o organizar espacial vem sendo pesquisado e teorizado em relação às performatividades transgêneras, desvelando o papel da cisgeneridade escrutinando espacialidades no organizar;
- Introduzir noções de divergência em relação às maneiras de espacializar corpo, gênero e sexualidade, apontando com as experiências de campo rotas para outras práticas emaranhadas de organizar e espacializar.

3º Itinerário: Construindo sentidos divergentes no espacializar

3º Itinerário CONSTRUINDO SENTIDOS DIVERGENTES - Terceira rota no corpo		
Rompendo o padrão binário de olhar o corpo	Diversos modos não cis para espacializar gênero e sexualidade	Fabulando Espacialidades Divergentes - Artigo 3

Quadro 4: Construindo sentidos divergentes.
Fonte: Dados da pesquisa.

Estação 6 - Rompendo o padrão binário de olhar o corpo

Esta fase começou de maneira mais ou menos intencional, na segunda metade do trabalho de campo em Salvador, quando enxerguei na música, no som, nas relações praticadas, outras maneiras de espacializar e se comprometer com a prática tal qual estavam presentes no campo. Com as experiências em campo rompendo com a tecnologia cis de olhar sobre o corpo visualizando gênero apenas de modo binário, percebi caminhos que mostram outras maneiras de espacializar o corpo na organização, orientando a construção de sentidos divergentes para espacializar.

Espacializando o corpo pelo som, com os ritmos e a música, mobilizando artefatos generificados por meio de experimentação, noteiróteses, cabelos, seios, figurinos, produções, maquiagens e outros artefatos mobilizados na invenção e transformação de corpos. Palavras flexionadas no feminino, corporificando linguagens e tecnologias corporais como práticas espaciais divergentes que podem contribuir para transformações significativas na pesquisa, na teorização e na prática organizacional.

Nesse fluxo de comprometimento com a prática, comecei a desobedecer cisnormatividades, incorporando espacialidades situadas na divergência a tais normas no meu cotidiano organizacional. Essas incorporações só ganharam termos conscientes em exercícios reflexivos e analíticos, quando já tendo retornado do campo, em 2022. Revisitei os diários de campo e as múltiplas produções de dados, dentre fotografias, filmagens, músicas, narrativas escritas e pude compreender como as experiências bichas e trans travestis emergiram na espacialidade pesquisa. Entendi que se tratava de experiências desafiando não só corpos e organizações que negligenciam diferenças de gênero como também experiências que problematizam a cisgeneridade compulsória, abraçando divergências praticadas na experiência espacial.

O desdobramento central dessa fase foi o entendimento e a incorporação das experiências bichas e trans travestis, repercutindo nesta pesquisa em termos epistemológicos, metodológicos e práticos. Motivo pelo qual fiquei mais confortável em construir aproximações com as epistemologias transfeministas para espacializar (NASCIMENTO, 2021, JESUS, 2019, ODARA, 2020, OLIVEIRA, 2020; KASS, 2015, LEAL; ROSA, 2020).

Nesse fluxo, as aproximações com as experiências bichas e trans travestis, por vezes articuladas com referenciais transfeministas, emergiram nesta tese como caminho pelo qual a construção de sentidos divergentes à cisgeneridade para espacialidades se fez. Emergiram fundamentos transversais, em termos de teoria, prática e epistemologia, como maneira de ampliar espacialidades, considerando que as vidas bichas e trans travestis existem para além da questão identitária, de gênero ou sexualidade, o que, por vezes, posiciona esses lugares a limites estabelecidos dentro das questões de diversidade numa espécie de prisão temática na qual se costuma buscar semelhanças e diferenças entre as identidades (por exemplo, cis e

trans). Assim, à medida que os recursos intelectuais apropriados para esta pesquisa passaram a seguir os caminhos apontados por esses lugares, outros itinerários foram percorridos e passaram a importar.

Estação 7 - Diversos modos não cis para espacializar gênero e sexualidade

A estação 7 foi o momento em que deslocar o centro de gravidade em relação à obrigação de gênero e sexualidade como organizador do espacializar corporificado mostraram divergentes modos para cultivar um lugar de gênero e sexualidade no espacializar. Experiências de campo tais como desobediência, deboche, conforto com o corpo e outros modos divergentes à cisgeneridade fizeram sentido como caminhos possíveis para a prática espacial.

Nesta estação, eu já estava totalmente impregnado do ponto de vista das participantes, e me permiti interrogar e me abrir a outras formas que também podem dizer respeito a como nosso corpo se presentifica no mundo e que demanda um conjunto de técnicas e tecnologias que permitam que ele seja reconhecido (PRECIADO, 2017).

O desdobramento central dessa fase foi o entendimento e a incorporação da divergência à cisgeneridade como uma pauta trans + versal, e, por isso mesmo, repercutiu nesta pesquisa em termos epistemológicos, metodológicos e práticos.

Principais Afetações (*Becoming-with*):

- Liberar em termos de prisão temática associada a vidas bichas e trans travestis algumas questões identitárias, construindo relações divergentes mais horizontais e respeitosas com todes;
- Incorporações divergentes para corpo, gênero e sexualidade no espacializar como estratégia de análise de dados e construção de sentidos não sobre, mas com outras pessoas;
- Corporificar outras noções e práticas espaciais, outros lugares, outras corporalidades para espacializar.

Estação 8: *Fabulating divergent spatialities within bichas and travestis: Brazilian trans lives matter!* (Artigo 3)

Esta estação se materializou usando como recurso a fabulação integrada ao fazer etnográfico. A imaginação como maneira de habitar o corpo do outro, no sentido de fazer, criar, artesanar, transformar e viver conexões entre os estudos organizacionais, espacialidades e ideias sobre como cultivar um lugar.

O fabular, aqui tomado como uma prática no sentido cereteuniano, enquanto arte de fazer, permite construir uma proposta para transbordar fronteiras entre pesquisador e pesquisadas, mas também entre teoria e prática, fato e ficção, abraçando a polissemia de sentidos e o caráter transversal das relações que se pretendem propagar e materializar começando pelo relato do espaço de fabulação. Um espaço mobilizado como estratégia não só de engajamento ou para fazer relação de fascínio com o leitorado, mas em sentido de subversão da própria noção de fábula, quando fala de realidades e possibilidades concretas de habitar espacialidades que espaços hegemônicos não alcançam.

Nesse fluxo, apresento o artigo 3 da tese, de minha autoria, ainda não publicado, mas em processo de avaliação quando do depósito desta tese, em uma chamada internacional sobre escrita incorporada em cultura e organizações.

O exercício de fabulação parte da incorporação de escritas diferentes da produção científica tida como convencional, para abrigar exercícios de pensar e especular uma alteridade radical. Nesta tese, a imaginação é possibilidade quando assumimos o caminho da divergência, uma vez que exige sair da moldura cisgênera. Para isso, fiz uma longa jornada de inspiração em obras especulativas contrassexuais, transanimais, de natureza ciborgue ou afro futurísticas que naturalizam gêneros trans, não binários, nem masculinos e nem femininos, gêneros híbridos legítimos para espacializar, considerando que a noção de gênero não precisa ser ciscentrada para ser normalizada e naturalizada na experiência espacial.

Nesse fluxo, fez muito sentido a fabulação especulativa (HARAWAY, 2013) como maneira de cultivar outras espécies de corpo, gênero, e sexualidade no espacializar. Apelei à ficção científica também em busca da imaginação, das relações mais fluidas e borradas entre natureza e cultura, entre humanos e não-humanos, como forma de manifestar-me por um mundo onde as vidas trans brasileiras importam.

Como sintetizou a escritora Octavia Butler acerca das fabulações sobre um futuro, trata-se de uma peça para abrir espaço, mostrar práticas de uma agenda de futuro mais inclusivo. Assim, retomo a palavra e me engajo em organizar intervenções sobre como queremos espacializar juntos, juntas, juntas.

Principais Afetações (*Becoming-with*):

- Divergir em relação ao espacializar hegemônico cisgenerificado;
- Construir sentidos divergentes, trans + formados na materialidade do espaço;
- Imaginar e sonhar com espaços livres da binariedade de gênero;
- Fabular um lugar porvir no espacializar de corpos.

Discussão sobre rotas de um itinerário porvir e conclusão

Nesta última fase, o conteúdo da tese foi revisitado e seu texto, imbricado na experiência, foi reorganizado em linguagem narrativa. A longa viagem havia sido feita e este foi o momento de retornar à Administração em direção aos Estudos Organizacionais comprometidos com equidade de gênero e combate às hegemonias, opressões e demais violências materialmente praticadas nas organizações. Então, partindo de caminhos apontados pelas teóricas e teóricos do campo com o qual travei diálogos inicialmente, pude trazer as espacialidades de corpos para o debate organizacional, principalmente aqueles mais dedicados a enfatizar a dimensão micropolítica, por exemplo, pela via das sociabilidades e demais práticas culturais.

Nesse fluxo realizei um retorno ao quadro teórico inicial, na busca por evidenciar as contribuições de cada um dos três artigos aqui apresentados como membros de um mesmo corpo de tese, situando as reflexões por um caminho que não fica só no espaço escrito, teórico científico ou da literatura, mas apontado pelas vias práticas. Além disso, neste último ciclo, as considerações finais e argumentos de tese puderam ser externalizados, visando à contribuição científica deste trabalho acadêmico.

Principais Afetações (*Becoming-with*):

- Trazer os corpos para a conversa a fim de dar um passo atrás e avançar espacialidades no organizar;

- Visibilizar divergências em relação à binariedade de corpos, gêneros e sexualidades nas práticas espaciais;
- Provocar novos questionamentos da produção espacial que levam em conta as relações entre pessoas cis/trans na produção e na recepção do espaço;
- Romper silenciamentos e insistir no debate do problema: quais espacialidades de corpos, gêneros e sexualidades pode habitar os espaços?;
- Fazer um convite curioso: pratique a divergência cultivando um lugar: porvir-se.

2.2 O CORPORIFICAR ETNOGRÁFICO AFETIVO NESTA PESQUISA

Contextualizado o processo de produção e apresentados os ciclos que compuseram o desenvolvimento desta tese, este tópico discute a produção etnográfica com uma preocupação de caráter metodológico. Aqui, apresento as escolhas, procedimentos e operações que me permitiram desenvolver a pesquisa.

Inicialmente, é importante explicitar que, tendo em conta os objetivos da pesquisa, fez-se necessário adotar uma abordagem de pesquisa que permitisse afetar e ser afetado pelas espacialidades de corpos presentes na experiência de campo. Trata-se de um conhecimento que não se teoriza à distância e nem sem estar sensível a como o próprio pesquisador lida com as questões colocadas no problema de pesquisa. Na etnografia, abordagem já incorporada aos Estudos Organizacionais, a prática de pesquisa implica priorizar a experiência que acontece nos encontros entre corpos (OLIVEIRA; CAVEDON, 2015; FIGUEIREDO; 2013; GHERARDI, 2012), o que está em alinhamento com o proposto nesta tese.

Há algum tempo, as Ciências Sociais demandam reconhecimento e a inclusão de influências de corpos na construção do campo etnográfico, seja em termos raciais, de gênero, sexualidade ou que sejam capazes de diversificar os contornos e limites no espaço de desenvolvimento de pesquisas nas organizações (OLIVEIRA, 2018). Para mim, este caminho acontece reconhecendo a necessidade de dar um passo atrás sobre as práticas de produção de espaços não somente pelos sujeitos da pesquisa, mas naquilo que emerge deles.

Assim, fez sentido mobilizar aqui um estilo de prática etnográfica que reconhecesse como os variados elementos sociais e materiais emaranhados uns pelos outros em múltiplas perspectivas de corpos afetam a prática do espacializar. Então, assumi a tarefa de produzir uma pesquisa etnográfica afetiva (GHERARDI, 2019), na medida em que este estilo “diz respeito à presença do pesquisador no trabalho de campo e sua capacidade corporal de afetar/ser afetado” e habilita “estar em campo, estar e se transformar com os outros e escrever a etnografia” (GHERARDI, 2019, p.742, tradução nossa), trazendo os corpos (no plural) em campo para o debate espacial, reconhecendo como essas relações entre corpos afetam o fazer etnográfico. Entendo que a etnografia afetiva é a maneira ajustada para responder os objetivos desta pesquisa, como uma maneira de acessar práticas peculiares à experiência espacial, não **sobre pessoas cis e trans**, mas incorporada **com pessoas cis e trans**.

A etnografia afetiva (GHERARDI, 2019) é inspirada em correntes metodológicas performativas e pós-humanistas (GHERARDI, 2019), sendo caracterizada como um estilo performativo, baseado em práticas e conhecimentos sensíveis. Trata-se de um estilo que parte da assunção de que existe uma outra forma de conhecer para além do conhecimento analítico e racional, centrada no corpo, nos sentidos e na emotividade. Esta forma sensível de conhecer é coletiva, compartilhada, contestada e contida nas práticas e no conhecimento prático que as sustenta (GHERARDI, 2015). Seus teóricos indicam implicações de pesquisa baseadas em inventividade, contestando técnicas tradicionais como observação, entrevistas e análises representadas em questionários. Seus pilares estão na centralidade do conhecimento relacional corporificado, estético-sensível e material, na ideia de lugar como fluxo e processo (*placeness*) e na capacidade coletiva de sentir e produzir atmosferas afetivas e agência distribuída na pesquisa (GHERARDI, 2019).

A etnografia afetiva, dado seu caráter relacional, sensível e político de corpo presente, afetada pelo estilo incorporado de fazer o trabalho de campo (GHERARDI, 2019), possibilita reconhecer de “outra forma” como as experiências de pesquisa acontecem (LAW, 2004). Ela pode ser entendida, assim, como uma espécie de ajuste de foco da pesquisa acerca da relação que se faz junto ao objeto de investigação etnográfico, no qual o autor busca compreensões “com o outro” e não “sobre o outro” ou “sobre a outra realidade”, uma vez que as intenções desta pesquisa dizem respeito

a esse objeto entendido como impossível de isolamento e envolvido na construção da experiência de campo.

O campo aqui é entendido como um processo vivido, que não se dá a partir de um lugar externo, lugar de quem está observando à distância, nem erguendo um muro, a partir da assunção de que o outro, aquele que está sendo observado, é estranho e totalmente distinto em relação à quem julga. Ao contrário, um processo etnográfico afetivo situa seus fundamentos num espaço tempo relacional, por isso, alicerçado em experiências que só fazem sentido no encontro de corpos, durante a ação do fazer e do ser feito (GHERARDI, 2019).

Seguindo os termos de Donna Haraway, considerar essa base relacional mostra processos que dizem respeito a tornar-se com (*becoming-with*), nos quais “tornar-se um é sempre tornar-se com muitos” (HARAWAY, 2000, p. 3, tradução nossa). A etnografia afetiva, logo, se ajusta ao estudo do espaço pela via das práticas também em função de usar o afeto a partir de seu conceito ordinário, cotidiano no sentido de como as coisas nos afetam e como afetamos quando no encontro fazemos algo juntos e como as coisas simplesmente são e para onde podem ir (STEWART, 2007).

Trata-se, portanto, de realizar o trabalho de campo no qual um corpo pesquisador estaria metodologicamente atento e sensível às afetações que acontecem na experiência espacial, reconhecendo os limites de gênero da cisgeneridade, que não são os mesmos praticados por corpos trans. Ao mesmo tempo, tal abordagem permite a esse mesmo pesquisador reconhecer como, de maneira mais ou menos intencional, corpos em campo afetam a experiência espacial, em que o corpo pesquisador também é uma localização que importa, pois constitui as relações entre corpos presentes. Ocorre que muitas vezes assumir a localização de onde se fala e o que se fala, nomeando o lugar de onde se faz o que se faz e situando o caminho pelo qual as situações são compreendidas, pode emergir como práticas desprezadas e ocupar (não)lugares na produção de pesquisa organizacional (GHERARDI, PERROTA, 2014).

A etnografia afetiva, ao permitir incorporar a presença do corpo pesquisador nas relações junto ao campo, foi adotada também visando à produção de

conhecimentos e ao acesso de lugares mais horizontais na relação com outros corpos, outras vidas.

Busquei selecionar organizações para esta pesquisa com base na forma como as práticas são produzidas em termos de gênero, na intencionalidade personificada nas práticas e nas maneiras de fazer os espaços cotidianos, incorporando intencionalidades não cisgêneras com efeitos em relação a corpos, gêneros e sexualidades presentes no espaço. Essas organizações que, pela singularidade e desconhecimento da própria cisgeneridade em relação a seu lugar no campo, falam também do estar ali envolvidos, seja enquanto cliente, pesquisador, estudante ou voluntário, proporcionando deslocamentos em relação àqueles que desconsideram os afetos naturalizados e normalizados na experiência espacial de pesquisa, mas que dizem respeito à posição social de seus corpos cisgêneros. O reconhecimento desses corpos, seus lugares sociais e a maneira como atingem as espacialidades podem ser entendidos como influências incorporadas ao processo organizativo (FIGUEIREDO, 2013). Neste fluxo, a questão da intencionalidade incorporada pelos praticantes da organização produz afetações de grande riqueza e não devem ser desprezadas quando os processos de pesquisa se propõe a trazer corpos cis divergentes para a conversa diante deste campo com tantos corpos ocupando (não)lugares.

Nesse caminho, o primeiro desafio que se materializou no desenvolvimento desta pesquisa foi a dificuldade de encontrar espaços organizados por, para e com pessoas bichas e trans travestis. Essa ausência diz respeito à exclusão física, mas também simbólica, sobretudo das pessoas trans travestis. A mesma exclusão espacial que outrora justificou a escolha do contexto cultural dessa pesquisa, agora, durante o início do meu trabalho de campo, se desdobrou como desafio no processo de busca pelo *lócus* desta pesquisa. Dificultou meu encontro com as participantes num contexto organizativo, sendo exatamente esse o principal critério adotado a para seleção do *lócus* desta pesquisa.

Por conta desse desafio, entendi não poderia iniciar o trabalho em campo em qualquer organização. Até eu conseguir situar essa pesquisa em algum espaço de sociabilidade habitado por pessoas bichas e trans travestis, tive que percorrer um circuito, mapeando possibilidades. Iniciei esse caminho no ano de 2019, por meio de buscas *online*, em *sites* de pesquisa e redes sociais em comunidades ou blogs,

procurando por espaços declaradamente voltados para o público LGBTQIAP+¹⁴, apesar de não serem os únicos espaços possíveis para encontrar pessoas bichas e trans travesti, assumi que seriam os mais prováveis. E por conveniência, eu defini desde o princípio que procuraria esse local na região da grande Vitória no Espírito Santo, desse modo próximo à minha residência, facilitando minha permanência em campo.

No momento inicial, encontrei apenas um espaço organizacional explicitamente segmentado para o público LGBTQIAP+ na região metropolitana do Espírito Santo, sendo este um bar, estilo ponto de encontros dançante, chamado Cleópatra Gaystrobar. Durante um período aproximado de três meses realizei diversas visitas ao Cleópatra, contudo, durante todo o período em que frequentei o espaço, tive pouco acesso e convívio com pessoas trans, o que me fez optar por outra organização.

Foi no último trimestre de 2019 que surgiria a oportunidade de contato com o espaço que mais tarde se tornaria o *lócus* do primeiro campo desta pesquisa, a Associação Grupo Orgulho Liberdade e Diversidade (GOLD), sendo essa uma Organização da Sociedade Civil (OSC), conduzida por uma mulher trans travesti, permeada por causas sociais e ativismo em relação a Direitos Humanos. A GOLD, como costuma ser chamada pelos frequentadores, é uma organização que há 15 anos atua no Espírito Santo, “criada com a missão de promover e defender os Direitos Humanos, contribuindo para uma democracia sem discriminação, levando informações sobre saúde e cidadania às populações mais vulneráveis” (Facebook, Associação GOLD). A GOLD declara como seu objetivo o atendimento da população LGBTQIAP+ em situação de vulnerabilidade, uma prestação de serviço voltada para

¹⁴ Vale situar que, a despeito de tantas alternativas mais ou menos representativas para se referir a nossa comunidade, desde GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis\transexuais), LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis\transexuais), escolhi a sigla LGBTQIAP+ pois mobiliza sintomas sociais importantes. Primeiro, a substituição da letra G, que deixa de abrir a sigla, indicando que a ideia de privilégio gay ou de maior importância tem sido questionada pela comunidade, abrindo caminho para novas prioridades com a letra L. Segundo, com a adição dos termos QIAP+ à sigla escolhida, indicando continuidade ao reconhecimento e abertura para outros tipos de corpos, gêneros e sexualidades já iniciados pela precedente adição da letra T (trans travestissexuais, transgêneros), incluiu *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais, que deixam de ser desconsiderados ou sub-representados pela letra S, de simpatizante ao serem incluídos na sigla. O terceiro sintoma que julgo pertinente destacar é o sinal + indicando que outros corpos, gêneros e sexualidades não representados ainda podem se considerar incluídos, numa lógica que permite transformações, reconhecimentos, ampliando possibilidades.

questões de ordem psicossocial, ações de educação entre pares e demais demandas de assistência social.

Coincidência ou não, a sede fica localizada na parte histórica da cidade de Vitória, nos arredores da região portuária da capital do ES, mesmo território que demarca um dos berços de surgimento do movimento nacional organizado de travestis e transexuais brasileiro. Jovanna Baby, idealizadora e fundadora do movimento nacional de travestis que morou, trabalhou e participou de uma ação na cidade de Vitória em 1979, relata o problema vivido cotidianamente por um grupo de trans travestis que tiveram que se mobilizar por estarem cansadas de apanhar e serem detidas pela polícia, simplesmente por estarem nas ruas. Conta que em conjunto com suas amigas, foi presa por diversas vezes sob acusação de vadiagem, enquadradas pelo artigo 59 do decreto-lei 3688 de 1941 conhecida como lei da vadiagem, motivo pelo qual resolveram se organizar em manifestação e fundam a Associação Damas das Noite, primeira associação de travestis da região.

Tratava-se de uma organização de luta em defesa do direito das travestis estarem livremente ocupando os espaços públicos do centro da cidade e, construía uma espécie de manifestação de rua, tensionaram as forças policiais e estatais da cidade em torno da causa trans travesti no Brasil. Jovanna é uma das seis travestis, em sua maioria negra, nordestinas, que se reuniram para discutir formas de organizar uma resistência contra a violência policial, a garantia do acesso à saúde e o enfrentamento da epidemia do HIV, bem como a proteção das profissionais do sexo.

Assim, Jovanna Cardoso Baby, Elza Lobão, Josy Silva, Beatriz Senegal, Monique do Bavieur e Claudia Pierry France fundaram uma das primeiras instituições para organização política de pessoas trans no país, sendo estas idealizadoras e fundadoras do atual Movimento Nacional de Travestis do Brasil conhecido como ANTRA e da antiga Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL). Interessa deixar registrado um pouco desta história que atravessa e constitui o campo, uma vez que as narrativas sobre as trans travestis e transexuais integram um conjunto significativo de trabalhos acadêmicos no Brasil, mas frequentemente são tensionadas pela necessidade de construir suas narrativas com as histórias e as perspectivas dessas mulheres, cujas trajetórias de vida, muitas vezes, demarcam movimentos emaranhados entre a afirmação da identidade travesti, violências de gênero e movimentos organizados de luta por direitos humanos (CARRIJO et al, 2019).

Essa história, contada pela própria Jovanna, cofundadora da Associação Damas da Noite do estado do Espírito Santo, em 1979, que teria dado origem aos atuais movimentos sociais nacionais, pode ser acessada no documentário "Jovanna Baby: uma trajetória do Movimento de Travestis e Trans no Brasil". O filme é parte do projeto "Quando ousamos existir", que tem realizado o registro audiovisual das trajetórias político-pessoais de ativistas do Movimento LGBTQIAP+ no Brasil. A ANTRA registra e faz questão de contar essa história, e ainda destaca em suas redes outros marcos importantes, por exemplo, que desde 1993, ano que aconteceu o primeiro encontro de travestis do Brasil, o Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que depois passou a se chamar ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Transexuais na Luta contra a AIDS, tendo realizado 23 edições, organiza espaços incluindo representações de diversos estados, para discutir uma agenda de pautas importantes para a luta trans a nível nacional e de incidência no estado. Informa ainda que, de lá para cá, muitas conquistas vieram fruto dessa luta. Surgiram outras instituições, atividades despontaram no cenário nacional e foram alcançados direitos como o acesso ao SUS com o respeito ao nome social e a criação do processo transexualizador, o nome social no ENEM e nos órgãos da Administração pública, ações no STF como a retificação registral e a criminalização da LGBTfobia, assim como o aumento da participação de pessoas trans nas eleições e na política institucional, além da criação de ações e projetos pela cidadania trans.

A associação GOLD faz parte dessa rede de articulação nacional e compõe o primeiro centro de referência do Espírito Santo para a população de travestis e mulheres trans, consideradas a população que mais vive situações de vulnerabilidade entre todos aqueles componentes da comunidade LGBTQIAP+. Uma vez que buscam possibilidades de vida que falham quanto às práticas regulatórias que produzem identidades coerentes e verdades sobre normas de gênero e, por isso, estão expostas a um risco mais elevado de objetificação, assédio, patologização e violência do que aqueles com corpos tidos por normais (BUTLER, 2018).

Frequentei a sede da GOLD por aproximadamente seis meses, entre o final de 2019 e o início de 2020, produzindo dados por meio de vivências. Utilizei um sistema fluido e flexível de registro dessas experiências vividas em campo, em que mobilizei linguagem escrita e verbal. Foram produzidos, assim, um caderno completo de aproximadamente 96 páginas, com notas manuscritas e alguns desenhos ilustrando

fases, etapas do processo e sentidos significados. Também foram criados dois grupos pelo aplicativo WhatsApp, um deles para registro de áudio, notas e reflexões mais rápidas, acumulando 608 registros de mensagens e 81 itens do tipo arquivo de mídia, *links* e documentos e o outro serviu para partilha com amigas pesquisadoras, em que narrei as vivências do campo, significações, desabafos e rompimento de silêncios. Usando o próprio aplicativo WhatsApp e um recurso contador de mensagens *online*¹⁵ foi possível contabilizar 10829 mensagens de texto trocadas com as pesquisadoras, 103 itens do tipo arquivos de mídia, dentre fotos e demais referências em *link* ou documentos. Adicionalmente, escrevi nove narrativas menores com fragmentos significativos e/ou relatos espaciais. Organizei tais conteúdos em duas pastas: uma com documentos e relatos transcritos em formato de texto, e outra com os demais formatos, num total essa estrutura foi desdobrada em uma árvore de diretórios, mais ou menos temáticos, com 11 pastas, acumulando pouco mais de 700 MB de dados armazenados em formato de nuvem. Nem todo o conteúdo verbal foi transcrito (até mesmo por não poderem ser reduzidos ao formato de texto), sendo por este motivo difícil contabilizar a produção de dados em número de páginas ou de palavras, mas todo o conteúdo foi intensamente revisitado para a produção da tese. Assim, dadas as ressalvas, estimo que tenham sido produzidos cerca de 20 diários.

De qualquer forma, para além dos fins desta pesquisa, até hoje mantenho relações com a GOLD. Participar enquanto professor cis aliado voluntário em aproximadamente 12 reuniões administrativas, ora semanais ora quinzenais com duração média de 2-3 horas foi suficiente para desnaturalizar minha visão acerca do organizar espacial e ao mesmo tempo entender que não poderia estar ali apenas para tirar proveito. Então passei a colaborar com a construção de documentos, apoiar em questões administrativas específicas sobre vínculo trabalhista e impostos, além de realizar algumas entrevistas para orientação ao público trans travesti para elaboração de currículo e preparação para entrevista de emprego. Vale comentar que nem todas as oportunidades de convívio com a GOLD aconteceram em reuniões formais ou foram registradas em diários de campo. Houve visita que não era reunião, apenas uma oportunidade de estar lá, tal qual minha participação nas ações de doação ou organização de vaquinhas coletivas apoiando algum projeto voluntário e demais

¹⁵ Para aferir esse número de mensagens produzidas, usei um contador de mensagens online disponível em: <https://thalles.net/whatsapp/contador-de-mensagens-do-whatsapp#Q29udGFuZA==>

participações em reuniões ou eventos voltados para a causa trans que demandam corpos políticos presentes, em que todo corpo presente apoiando o evento é bem-vindo e faz o espaço acontecer.

Para a produção dos dados, tomei como ponto de partida a técnica conhecida como observação participante (SERVA; JAIME, 1995). Observar tem como significado principal “colocar os olhos em” alguém ou alguma coisa; nesse caso, no fenômeno que se deseja estudar. Por um lado, a observação traz à tona a primazia da visão como ferramenta de produção de dados. É inegável a importância central para apreender nuances da vida organizacional, principalmente porque, como notado por Polanyi (1966), os atores organizacionais sabem mais do que conseguem dizer. Além disso, como bem ressaltou Berger et al., (1999, p. 9), o “ver precede as palavras”. Isso significa dizer que o nosso olhar nos leva a uma experiência pré-racional com o mundo.

No entanto, no contexto de pesquisa com tantas representações caricatas, pejorativas, monstruosas e desumanizantes em relação a população bicha e trans travesti, à medida que deixava a visão conduzir os encontros na GOLD ia percebendo como aquilo que estava diante de meus olhos estava constantemente sendo observado de forma fortemente viesada por filtros de realidade, qual seja, representações do campo do áudio visual, do cinema, da mídia jornalística e então a observação estava se materializando como uma furada no meu trabalho de campo.

Tomar consciência disso foi um processo importante para seguir em outras direções, rompendo com a reprodução de violências no campo simbólico e representacional. De tal forma, segui em direção a abordagens metodológicas que privilegiam a sociomaterialidade guiadas por perspectivas estéticas e que, portanto, priorizam os sentidos no plural e não um conhecimento sensível pautado apenas na visão, uma vez que, pautar-se pela observação pode representar uma armadilha semântica (FERREIRA; FANTINEL; AMARO, 2021).

Há, portanto, uma armadilha semântica aí, e ela reside na unidimensionalidade que o sentido da visão pode representar quando se mobiliza uma técnica como a observação. Nesse sentido, é importante trazer as observações de Bispo (2017), que afirma que sabemos pouco sobre o papel do corpo do pesquisador nos processos de interpretação dos dados de pesquisa. Nesse ponto, a compreensão empática alerta o

pesquisador sobre a importância de atentar-se a todos os sentidos do corpo e não se restringir ao que os olhos conseguem captar. Nas palavras de Gherardi e Strati (2014, p. 27):

Você tem de “olhar com os ouvidos”, porque os ruídos são uma valiosa fonte de informação. Você tem de prestar atenção aos outros, ver o que estão fazendo, que ponto eles alcançaram, perguntar como se sentem, trocar ideias e instruções, e dar uma mão, se necessário. Você precisa de suas mãos para trabalhar, não para se segurar ao telhado. São as suas pernas que te mantêm no telhado, as quais você deve sentir firmemente “ligadas a seus pés” (GHERARDI; STRATI, 2014, p. 27).

Nesse período, tive a oportunidade de participar de uma ação de doação de mantimentos para pessoas em situação de rua; intermediei o contato entre a GOLD e fornecedores atacadistas de alimentos; além disso, entendendo a importância do acesso de pessoas trans a espaços formais, como a universidade, partilhei o convite que recebi para conduzir uma mesa de debate sobre violências e organizações no curso de Administração da UFES com a representante de projetos e ações da GOLD, especificamente para a disciplina Gestão Orientada à Diferença e Diversidade conduzida pela professora Juliana Teixeira, assim, participamos juntos da discussão, eu como professor convidado e Deborah Sabará como representante da GOLD falando em nome da perspectiva trans travesti até então pouco conhecida por mim e pelos alunos do curso.

As limitações percebidas na produção de dados durante o convívio com a GOLD me proporcionaram reconhecer pontes entre as perspectivas cis e trans, em alguma medida, o tanto do outro que existe em mim e o tanto de mim que existe no outro. Ao mesmo tempo que me fizeram aproximar das perspectivas trans travestis e perceber que o envolvimento entre pesquisador e pesquisadas ainda não havia se desenvolvido de modo suficiente aos objetivos desta pesquisa.

A convivência cotidiana que construí na GOLD também me fez compreender que eu estava analisando um fenômeno social que também dizia respeito à perspectiva cis. Nesse primeiro *lôcus* de pesquisa, era comum que as participantes conduzissem uma fala, explicando que para mim uma determinada situação não ocorreria da mesma forma, pois sou um cara cis. Além disso, eram recorrentes as falas e críticas à cisgeneridade enquanto um padrão também performativo de gênero e sexualidade, assim como as transgeneridades.

Essas falas tiveram como efeito eu repensar as formas de realização da etnografia, especificamente o quão próximo ou afastado eu estava em relação aos objetivos. Entendi com o primeiro campo que eu precisava realizar um estranhamento, me afastar do que me era familiar, a própria perspectiva cis. Mas como realizar esse deslocamento? Para onde me deslocar? Entendia que precisava viver uma organização na qual a norma não é cisgênera. Durante a investigação teórica, havia passado por mim alguns relatos importantes sobre o histórico Grupo Gay da Bahia, primeiro grupo a documentar assassinatos de pessoas trans travestis no Brasil e a potente militância do movimento social travesti na Bahia e na região nordeste como um todo.

A princípio, pensei em estender o trabalho de campo me deslocando para Pernambuco, em função da Universidade Federal organizar congressos que me interessavam na área de gênero e sexualidade com bastante abertura a epistemologias trans travestis, mas, ao conversar com minha orientadora, ela informou que possivelmente um professor conhecido da UFBA poderia me receber em Salvador e apoiar com esse estágio doutoral. Para minha surpresa, o professor deu sinal verde para minha estadia e já me indicou uma possível residência na região da Barra, próximo ao Porto da Barra, conhecido *point* das bichas de Salvador.

Em meados de 2021, me mudei para a cidade de Salvador. O segundo campo de pesquisa desta tese aconteceu na histórica cidade de Salvador, Bahia, especificamente em torno da rua Carlos Gomes, uma rua movimentada em função de concentrar a cena cultural na região historicamente nomeada como central gay, rodeada de pontos turísticos e bares. Essa movimentação, durante a cena noturna, ocupa as ruas com a comunidade LGBTQIAP+, por isso, ajustada aos interesses deste estudo. Desde a década de 80, até os dias atuais, segue com a cena protagonizada pelos shows de arte transformista, palco onde as bichas, trans travestis protagonizam as formas de socialização, organizando-se às margens da cena noturna soteropolitana, extrapolando explicitamente parâmetros cisnormativos. Desse modo, a rua Carlos Gomes se fez e faz conhecida na cidade de Salvador, como um território de corpos bichas e travestis.

A cena cultural protagonizada pelos espaços de convívio que se animam durante o show artístico travesti foi o segundo lócus desta pesquisa, onde frequentadores, turistas, trabalhadores, a partir de suas diversas perspectivas, cis,

cisplay¹⁶, travesti, trans, extrapolam parâmetros únicos de gêneros cisnormativos, mas também de sexualidade, com efeitos em como experimentam relações espaciais peculiares. Em meio ao que (não) pude experimentar, me vi diante de múltiplos sentidos espaciais que me fizeram estranhar o organizar espacial naturalizado até então e o próprio papel do pesquisador. Nesse processo, me deparei diante de questionamentos acerca da produção organizacional que levam em conta espacialidades que não partem de normatividades cis e violências de gênero na produção e na recepção espacial. Estar numa organização em que a cisgeneridade não é a (principal) norma, faz refletir sobre, afinal, o que acontece quando as espacialidades divergem da cisgeneridade?

Apesar de ser uma questão importante para investigar os modos de organizar ou maneiras de estar naquele campo etnográfico, quando visibilizo essa reflexão, gostaria de chamar atenção para a polissemia de sentidos que podem ser escavados a partir dela. Num primeiro momento, pode ser uma maneira interessante de situar como o pesquisador pode analisar sobre a vida de outros sujeitos com os quais a questão denuncia falta de familiaridade e necessidade de aproximação. Num sentido divergente, é possível reconhecer que tal questão denuncia maneiras de se relacionar com as sujeitas da pesquisa que podem ser repensadas de modo a estranhar o próprio lugar naturalizado pelo pesquisador. Revisar essa reflexão permite dar um passo atrás, romper com a história única sobre as participantes e abrir espaço para polissemia de sentidos, no sentido de que estranhar e familiarizar são movimentações recomendadas em certas perspectivas etnográficas.

A questão mostra que o pesquisador se surpreende ao perceber que existem outras normatividades para organizar espacialidades, como se fosse permitido afirmar e acreditar que somente a cisgeneridade é natural, normal, sendo esta organizadora das experiências espaciais, denunciando limitações desde a cisgeneridade para estar, se relacionar, refletir, com práticas polissêmicas, rompendo mitos de neutralidades e histórias únicas sobre. Nesse sentido, o gatilho que afeta a construção da pesquisa, neste momento, envolve romper com histórias hegemônicas, por exemplo, sobre a

¹⁶ A expressão cisplay é utilizada para se referir a dinâmicas sociais, atravessadas por questões de transfobia e regulação de corpos no espaço de trabalho, pelas quais uma pessoa finge ser ou se comporta como se fosse cisgênera para evitar passar por algum constrangimento, assédio e/ou discriminação ou mesmo como maneira de preservar suas posições espaciais (MARTINELLI et. al, 2018).

cisgeneridade compulsória e suas normatividades associadas, contadas sobre o organizar de espacialidades.

O Âncora foi a organização específica que deu lugar ao segundo campo desta pesquisa, espaço tradicional da noite LGBTQIAP+, que existe por mais de 20 anos e, na ocasião do trabalho de campo no ano de 2021, seria o mais antigo local de convívio entre a comunidade, mantendo até os tempos atuais, pleno funcionamento com shows diários de arte transformista. Praticamente durante todo o período (meados de 2021 até dezembro de 2021) que morei em Salvador frequentei o Âncora, lembro-me de voltar para assistir aos shows duas, três e até quatro vezes por semana.

Nas primeiras semanas ou meses, como maneira de produzir dados, eu filmava todos os shows, fazia anotações em diários de campo diretamente pelo meu celular e passava horas observando tudo que acontecia naquela organização, desde as falas e letras de músicas trazidas pelas artistas, quase sempre em tom político abordando alguma dimensão de suas trajetórias e vivências em relação aos espaços amorosos, familiares, escolares ou de trabalho. Contabilizei mais de 50 shows que assisti integralmente, realizei 6 entrevistas individuais pré-agendadas e todas transcritas, mas, por fim, parei de contabilizar, de filmar e me tornei em certa medida amigo de algumas delas, com as quais ao final do show compartilhamos a mesma mesa do bar, tomando alguma bebida e falando aleatoriedades ou mesmo estendendo a noite em outras organizações no entorno.

Apesar de não se tratar de uma etnografia audiovisual em si, durante a produção de dados no segundo campo, considerei as filmagens dos shows, os dados audiovisuais como recurso complementar para a observação participante, sabendo que é uma fonte rica de informação e nos permite acessar sobre atmosferas, como elas são produzidas e sentidas pelas pessoas (PINK; MACKLEY; MOROSANU, 2015).

As músicas e letras escolhidas para compor o show de arte transformista falam muito sobre a perspectiva e vivência dessas pessoas, bem como da relação que elas percebem e estabelecem junto a cisgeneridade. Registrar em diários audiovisuais materialidades e artefatos dificilmente captados conscientemente no fluxo da pesquisa (GARRETT, 2011) se confirmou como uma das fontes de dados dessa pesquisa, fonte que pude revisitar durante a análise de dados.

Desde o primeiro dia que cheguei ao Âncora, fui apresentado aos organizadores e às artistas como um professor pesquisador do Espírito Santo que estava realizando uma ampliação de sua pesquisa durante os encontros na organização soteropolitana. Minha aproximação com as artistas aconteceu sempre intermediada por J (nome fictício), um cliente muito antigo da organização que tomou ciência da minha pesquisa e de boa vontade decidiu me apresentar a todas as artistas que ele conhecia. Ele sempre me apresentava como um professor pesquisador e a partir desse ponto pude iniciar (ou não) a relação com as participantes daqui referenciadas, nesse sentido, quem não se sentia à vontade de interagir comigo, sendo um pesquisador, teve a liberdade de se retirar. Entendo que o diálogo é a transparência na relação e respeito em relação ao desejo de participar ou não da pesquisa, é fundamental nesse tipo de pesquisa que eu escolhi e diz respeito aos princípios da etnografia de rua.

Por meio de shows ao vivo, apresentações musicais ou simplesmente por meio do som das músicas que não costumam passar despercebidas, fui me aproximando e conhecendo as participantes. Trouxe um pouco das apresentações e músicas, pois costumam potencializar marcas das experiências espaciais e todas as performances podem ser facilmente encontradas nas redes sociais da organização e das artistas que utilizam o instagram como veículo de divulgação dos seus trabalhos, como algumas dizem, suas artes. As artes, não só com músicas, também outras linguagens com performances, fotografia, poesia, materializam uma dimensão afetiva que pode marcar qualquer experiência espacial, afetam de alguma maneira, organizando uma espécie de atmosfera envolvendo os participantes da organização (MICHELS; STEYAERT, 2017).

Foram produzidos, assim, dois cadernos completos de aproximadamente 96 páginas cada um, com notas manuscritas, mas também alguns desenhos ilustrando fases vividas, as etapas do processo etnográfico e sentidos significados desde o primeiro campo. Também foram criados dois novos grupos pelo aplicativo WhatsApp, mantive um deles para registro de áudio, notas e reflexões mais rápidas, desta vez, acumulando 1130 registros de mensagens e 122 itens do tipo arquivo de mídia, *links* e documentos e outros para partilha com amigas pesquisadoras nos Estudos Organizacionais (Sâmela Pedrada Cardoso e Carol Rodrigues Silva), em que narrei as vivências do campo, significações, desabafos e rompimento de silêncios. Neste

período, foi possível contabilizar 13236 mensagens de texto trocadas com as pesquisadoras, 207 itens do tipo arquivos de mídia, dentre fotos e demais referências em *link* ou documentos.

Adicionalmente, gravei mais de 30 vídeos de performances e depoimentos meus, em primeira pessoa, sobre as afetações vividas em campo, e entre 10 e 15 narrativas menores com fragmentos significativos e/ou relatos espaciais. Organizei tais conteúdos ampliando a estrutura de diretórios já criada desde o primeiro campo, num total essa estrutura foi desdobrada em uma árvore de diretórios, mais ou menos temáticos, com 22 novas pastas, reunindo em torno de 1,3 GB de dados, acumulando com o volume produzido no primeiro campo, pouco mais de 2 GB de dados armazenados em formato de nuvem. Nem todo o conteúdo verbal ou performático foi transcrito, assim como explicado sobre a produção de dados no primeiro campo, mas todo o conteúdo foi revisitado diversas vezes neste processo de desenvolvimento da tese. Assim, preservadas as ressalvas, estimo que tenham sido produzidos mais de 30 diários a respeito do segundo campo, totalizando pouco mais de 50 diários reunindo os dois percursos em campo.

No caso das artistas citadas, a prática cultural de divulgação e promoção dos seus shows é algo ordinário, inclusive boa parte das apresentações contam com pedidos de marcação das respectivas arrobas enquanto endereço social nas redes online para divulgação e engajamento de seus perfis nas redes sociais, bem como pedido de gravação dos shows e divulgação entre amigos para que a casa sempre atraia novos frequentadores e fãs. Motivo pelo qual passei, além do tempo que estive presencialmente no Âncora, a acompanhar o trabalho, as artes e o ativismo das artistas transformistas também pelo ambiente virtual, via plataformas Instagram e em alguns casos Youtube. Estimo que durante o período de campo, minha rede social passou a manter relações com aproximadamente 280 perfis de artistas transformistas e pessoas não cisgêneras. Por vezes, algumas delas, me procuravam para pedir fotos ou algum registro do show da noite anterior, por terem uma demanda de conteúdo atualizado frequentemente em suas redes e nem sempre terem algum ponto de apoio na plateia (por exemplo, algum amigo) fazendo o registro da performance, da roupa, da produção do dia. Outras sempre faziam suas apresentações com suporte de algum companheiro, namorado ou amigo próximo, registrando cada *close*.

A esse respeito, pude observar que as artistas costumam prestigiar o show das colegas de trabalho. Frequentemente observava que a plateia era constituída, em parte, por outras artistas que estavam ali para dar suporte da irmã de cena, com palmas, gritos, animando a noite e levando amigos para consumir e apoiar colaborando com algum dinheiro na cumbuca (uma espécie de caixinha de contribuição em dinheiro para as artistas). Mesmo aquelas que não estavam em cena, estavam presentes prestigiando e “trabalhando” para a cena acontecer da melhor forma possível.

Entendo que as práticas que compuseram este fazer etnográfico permitiram tornar mais perceptíveis e sensíveis as potencialidades do organizar espacial, mostrando a materialidade de sentimentos, sensações como vetor chave da experiência espacial que faz relação a (outras) possibilidades de afetar e agir coletivamente na prática do espacializar. Justamente por essas potencialidades e acesso privilegiado a qualidades espaciais por uma via não representacional, expandindo a gama de elementos espaciais-materiais, no caso do meu, consumidos em relação a produção de dados. Por isso, múltiplas linguagens artísticas (fotografia, filmagem, literatura, poesia, paródias musicais, dublagens, artefatos materiais como roupas e acessórios, maquiagem) fizeram parte da experiência incorporada durante a produção de dados a partir da experiência no segundo campo. Até porque seria difícil para mim escrever sobre o que experimentei durante as mais de 50 noites que estive presente na atmosfera de shows de arte transformista no Âncora do Marujo sem me recordar, pensar ou mesmo reviver algumas músicas marcantes.

Ao final, o volume de dados foi significativo, tendo sido abordadas muitas práticas complexas associadas a espacialidades. No processo de análise etnográfica empreendida nesta tese, o caminho predominante se refere à constante revisitação ao material produzido e à produção de itinerários interpretativos que compuseram os três artigos que dão corpo à tese. Nesses itinerários, foram selecionados fragmentos de um conjunto maior de dados, que foram então explorados à luz da literatura. Nesta tese, escolhi apresentar os dados obedecendo a uma perspectiva reflexiva (ALVESSON; SKÖLBERG, 2017), mas essencialmente lastreada no material empírico produzido, seja proveniente das entrevistas, do convívio e anotações em diários de campo, entre outros, mas não por eles diretamente informada, com a supressão de fragmentos e imagens individuais. No final, isso permitiu a construção analítica dos

três itinerários percorridos, já apresentados no tópico anterior, com as trajetórias e afetações que pareceram mais evidentes para construir sentidos divergentes e mostrar algumas das dinâmicas chave vividas em campo a fim de problematizar o objetivo central da tese.

Para contribuir com a ruptura de práticas normativas negligenciando corpos não cisgêneros, optei por utilizar os nomes autodesignados pelas pessoas e anonimizei ou ficcionei outros nomes que participaram da pesquisa comigo. Em função da relevância dos projetos e atuação política no território correspondente, preservei a identificação das duas organizações que me permitiram viver o campo, ambas estavam cientes da decisão. Trazer esses nomes e memórias, deixando que apareçam no trabalho de campo foi também um desejo expresso por algumas sujeitas do campo que anseiam por romper com práticas que diariamente as invisibilizam. A esse respeito, resgato a perspectiva da artista transformista Bia Mathieu (Beatrice Fonseca Imperial) durante uma de nossas conversas na qual eu pedia que ela me concedesse uma entrevista. “Os pesquisadores nos procuram, vêm até a gente (se referindo a pessoas trans travestis), roubam nossas memórias, contam nossas histórias e não preservam nem nossos nomes”.

Romper com práticas normativas trata-se do exercício do método etnográfico, que além de compreender com maior profundidade a cultura do grupo, os significados, os modos de vida e as práticas cotidianas busca provocar uma reconfiguração das narrativas hegemônicas que reproduzem as estruturas de poder na ciência como inteiro (CAVEDON, 2008). No mesmo sentido, alguns pesquisadores afirmam que o anonimato não é necessariamente um sinal de respeito e que nunca foi totalmente possível de ser concedido, especialmente no mundo interconectado em que vivemos (FONSECA, 2007, WALFORD, 2018). Entendo que o anonimato dos informantes é outra estratégia de neutralidade científica que tem implicações ontológicas e políticas (NESPOR, 2000) e pode reforçar estereótipos ao rotular os sujeitos do campo mais uma vez como “os outros” (LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990).

Então, se nossos nomes e os nomes dos autores que usamos como referências estão no texto, por que não colocar nomes de participantes? A esse respeito acho importante informar que nem todas as participantes autorizaram ou desejavam ter seus nomes preservados, motivo pelo qual preservei os nomes apenas das participantes que autorizaram (seja formalizando por e-mail, áudios e vídeos

registrados por aplicativos celulares), reivindicaram ou mesmo definiram como critério de sua participação a minha pesquisa, anonimizando ou inventando os demais.

Considerando ainda que muitos relatos podem ser considerados delicados ao expor situações pessoais da vida das participantes e que a proteção às sujeitas de pesquisa deve estar em primeiro lugar, antes do depósito final deste documento de tese, me responsabilizei por enviar uma cópia integral do documento tanto para a liderança da Associação GOLD quanto para as participantes artistas do Âncora do Marujo que tiveram trechos de suas histórias identificadas nesta narrativa. Nesta cópia integralmente disponibilizada, tomei o cuidado de destacar todos os trechos correspondentes a cada uma das participantes identificadas como forma de facilitar a decisão por parte das interlocutoras desta pesquisa, que puderam optar por manter ou não suas identidades, tendo a opção de anonimizar as citações em caso de qualquer desconforto com as histórias relatadas.

Entendo que compartilhar essa decisão é o caminho mais indicado e atende aos direitos e responsabilidades conforme o código de ética do antropólogo e da antropóloga¹⁷, entendido como código mais usual por etnógrafos, uma vez que aborda o direito de pleno exercício da pesquisa, livre de censura no que diz respeito ao tema, à metodologia e ao objetivo de investigação, bem como direito de preservar informações confidenciais, implicando o direito de publicação e divulgação do resultado do trabalho ao passo que também considerada, por parte das populações que fazem parte do objeto de pesquisa, o direito à preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais.

No campo da Administração, as pesquisas costumam ser representadas teoricamente por abordagens convencionais e hegemônicas de pesquisa que insistem em silenciar corporeidades, desprezam a natureza material do espaço relacional pesquisador-pesquisados, como se a presença de corpos, inclusive considerando a presença do corpo pesquisador fosse neutra ou pouco importasse para o espaço de desenvolvimento de uma pesquisa. No entanto, a partir dos primeiros encontros com as participantes trans na Associação GOLD, a princípio, engajado em compreender sobre o universo cotidiano das pessoas trans, aquilo que ocorre em termos práticos nas experiências espaciais desde a perspectiva trans, é possível perceber

¹⁷ Para mais detalhes acerca do código de ética citado ver em <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>

desigualdades incorporadas nas experiências organizacionais em relação à perspectivas cis.

Sobre esse ponto, Déborah, líder da GOLD, fez um depoimento que me remeteu a como os corpos presentes situam diferentes afetações nesta etnografia, algo que também diz respeito sobre o meu encontro com o objeto de estudo. Falou sobre as violações que as pessoas que começam a transitar em gênero percebem em relação ao acesso aos espaços que acontecem desde cedo, citou exemplos de sua infância em que foi excluída de eventos importantes na família, desde o lugar de uma criança trans. São questões de passabilidade que acontecem com uma pessoa trans, que perpassam a vida da pessoa trans que não acontece na mesma intensidade com um homem gay, nem com uma pessoa lésbica. Nas palavras de Déborah: “A gente não consegue passar, nem sempre a gente consegue passar. Vocês conseguem passar”

Em um primeiro momento, o estranhamento com esse campo de pesquisa, do qual eu acumulava poucos momentos de convívio com as participantes trans, até então, foi impactado pelo conceito de passabilidade presente desde muito cedo na experiência espacial de pessoas trans. Conceito que opera com a funcionalidade de tornar compreensíveis as identidades trans ao olhar cisgênero, numa espécie de protocolo invisível de como nos relacionamos atribuindo características que viriam a ser consideradas exclusivas dos cisgêneros ou em contra prova dos não cisgêneros\transexuais (BENTO, 2019). Esse é um entendimento nativo de relações com corpos trans presentes em associação a dinâmica espacial que me afetou desde as primeiras reflexões sobre as práticas de organizar com corpos cis e trans. Assim, o espacializar divergente ao padrão cisnormativo pode ser sentido na pele, como as relações sociais podem hierarquizar, marginalizar, excluir ou naturalizar determinados corpos (cis ou trans) utilizando aspectos corporais que dão materialidade às identidades de gênero cisnormativas (homem e mulher) para adquirir passabilidade como forma de organizar espacial.

A partir de uma perspectiva cis, aquele depoimento era sobre uma situação inusitada que me fez insistir no processo de desconstrução etnográfica do outro (OLIVEIRA, 2019) conforme relatos na próxima sessão. Nesse sentido, por mais que eu tivesse sido uma criança afeminada, e tivesse sido alvo de muitas agressões, piadas e algum nível de exclusão, até então, a passabilidade não era uma questão

que dizia respeito às minhas experiências espaciais, com aquela mesma intensidade, desde minha perspectiva enquanto homem cis de orientação homossexual, o que me posiciona diferentemente em relação a perspectivas de corpos trans, ainda que sejam corpos também participantes da comunidade LGBTQIAP+.

2.3 QUESTÃO DE PARTIDA: CADÊ AS BICHAS E AS TRAVESTIS NA ORGANIZAÇÃO?

Buscando reconhecer o processo de desconstrução etnográfica do outro (OLIVEIRA, 2019), estive, a todo momento, durante o trabalho de campo, preocupado com ouvir mais do que falar, observar e absorver mais do que julgar ou criticar aquilo que fazia sentido para as participantes no trabalho de campo. Em síntese, me mantive preocupado em apreender práticas a despeito de padrões de expressão corporal, comunicação e linguagem que eu estava acostumado. Por exemplo, durante o período que estive frequentando as reuniões na Associação GOLD, as pessoas relataram que perderam as contas de quantas vezes acessaram um espaço público e imediatamente viram motivo de piada ou risada. Uma das entrevistadas na GOLD usou a expressão linguagem do cotovelo, explicando: “basta eu chegar e as pessoas começam a se cutucar. Uma olha para outra e meio que sinaliza para me observarem e se divertirem. Parece que as pessoas cis foram treinadas para fazer isso”

E continuou argumentando, se referindo às práticas naturalizadas socialmente: “A polícia, a igreja, a medicina ensinou a sociedade organizada como se relacionar com pessoas bichas e trans travestis, pelo medo, pela raiva, pela monstruosidade, pela anormalidade, pela prostituição, pela doença. Quando você é membro de uma comunidade marginalizada você percebe que a organização neutra não é feita para você. E a partir desse momento você tenta se encaixar naqueles moldes. Se 80% das pessoas ou mais afirmam não terem contato com uma pessoa trans travesti, então boa parte do que orienta a forma de se relacionar com a gente é pela representação que as pessoas assistem. Muitas vezes quando estamos representadas numa organização, é de maneira posicionada como se estivéssemos ocupando um espaço que não podemos”.

Enquanto pesquisador interessado em quebrar padrões violentos na relação com essas participantes, eu me vi em diversas situações me esforçando para romper

com visões estereotipadas historicamente representadas, nos diversos espaços, nos manuais de transtornos mentais, nas representações midiáticas sobre as trans travestis, nas telas, nas páginas policiais. Me refiro a representações trans como corporalidades caricatas cujas presenças em filmes ou novelas frequentemente aparecem associadas a risadas e contextos de humor, como se a presença pública dessas pessoas sempre fosse motivo de piada, ou como se fossem essas pessoas sempre ligadas à prostituição, à promiscuidade e a cenas de violência, como se todas fossem perigosas. Contudo, com um pouco mais de respeito e reflexão é possível identificar que essas imagens caricatas não falam muito sobre como essas pessoas realmente são e os números e relatórios de assassinatos de pessoas trans mostram que são elas quem correm perigo.

No entanto, não posso negar que essas representações estereotipadas negativas em relação a tais participantes ocupavam minha mente e insistiam em conduzir meu olhar e minhas interpretações diante desses corpos. Por exemplo, me recordo das minhas primeiras impressões negativas sobre maneiras de falar de algumas participantes afetadas pela linguagem Pajubá, caracterizada por deboches e discursos paródicos e críticos do binarismo de gênero, sendo essa uma típica apropriação bicha e travesti de uma série de palavras com origem no nagô e no iorubá (grupos étnico-linguísticos africanos), amplamente praticado entre as participantes da pesquisa que aponta outras maneiras de relacionalidade para além do centramento no modelo burguês e eurocêntrico. Por isso, se tornou fundamental nos encontros com essas participantes desaprender o que eu julgava saber sobre elas. Tornou-se muito importante desconfiar de entendimentos rápidos, automáticos sobre as participantes e me aproximar mais do que elas falavam, como elas agiam e buscar compreender os sentidos, os nexos entre as práticas desde a perspectiva delas e não com base no meu repertório cis.

Nesse fluxo, entendi a importância de perguntar certas coisas e a importância de não ficar perguntando outras. Sobre perguntar, não somente perguntar qual pronome eu deveria utilizar no trato direto, mas passei a me esforçar para não tomar como certo ou como dado praticamente nenhum aspecto em nossa relação. Lembrou-me do primeiro atendimento que realizei junto a uma cidadã trans travesti que a GOLD me colocou em contato para orientações sobre currículo e entrevista de emprego. Me

preparei julgando que a cidadã não tinha um currículo escrito ainda e que provavelmente só teria escolaridade básica.

Além disso, julguei que fosse necessário realizar alguma oficina sobre o pacote *office*, dicas básicas de *word* ou noções sobre perguntas que costumam não faltar em um processo seletivo. No entanto, a cidadã chegou com o currículo em mãos, apresentou um histórico profissional consistente tendo atuado na prefeitura de Vitória, num Shopping, no Instituto de pesquisas Jones Santos Neves, além de ter atuado em projetos na ACARD – Associação Capixaba de Redução de Danos. Situações como esta me fizeram reconhecer que eu deveria me esforçar para deslocar minha percepção diante das participantes.

Esse foi um típico episódio que bastaria eu ter perguntado previamente qual a justificativa do atendimento. Não foi diferente, quando em outro atendimento, eu julgava estar sendo paquerado pela cidadã, quando repensei com mais calma meu julgamento e logo foi possível lembrar que gênero e sexualidade são conceitos que não se confundem: o fato daquela cidadã ser uma mulher travesti, não implicaria uma orientação sexual a, b ou c e muito menos algum tipo de atração ou desejo sexual por um homem cis gay. Por fim, logo nos primeiros meses de trabalho de campo, me vi refletindo sobre meus julgamentos e interpretações apressadas e passei a me questionar: se não é a norma de gênero e sexualidade, então quem pode contar essa história?

Para lidar com esses desafios, passei a consumir conteúdos produzidos por e para pessoas trans, na música, na literatura, na educação, nas artes, ainda que não participantes do meu *lócus* de pesquisa, esses conteúdos me auxiliaram a reconfigurar os repertórios cisgêneros sobre pessoas trans. Li obras literárias desde a perspectiva trans travesti, tais como *E se eu fosse puta* de Amara Moira, em função do seu amplo domínio da linguagem Pajubá, mas, sobretudo, porque fala dentro de sua perspectiva sobre a experiências como profissional do sexo. Li também a obra *Não vão nos matar agora* de Jotta Mombaça, com a qual pude me sensibilizar acerca do enfrentamento diário de travestis pretas nos espaços de arte e educação e o modo como vêm se posicionando nesse contexto. Nesse fluxo, passei a consumir produções musicais de Ventura Profana, Badsista, Jub do Bairro, Liniker, Lia Clark, a Travesti Oficial, Majur, Linn da Quebrada, só para citar algumas produções musicais que embalaram parte desta escrita.

Relatar essas vivências, nas quais pude ouvir uma pessoa trans travesti, faz sentido nesta pesquisa não sobre, mas com pessoas, pois sabemos que, na prática, essas vozes não são ouvidas (BEAUREGARD, et.al, 2018). Particpei de um webinar “Útero não tem Gênero” conduzido pela intelectual trans travesti Viviane Vergueiro Simakawa, pesquisadora e ativista pelo fundo internacional trans, com a qual pude, dentre outras coisas, refletir sobre os diversos atravessamentos que a cisgeneridade também percebe e que não necessariamente estabiliza sua posição em lugares privilegiados, que também se faz presente ao longo desta pesquisa por sua produção acadêmica sobre cisgeneridade como crítica decolonial (SIMAKAWA, 2015). Acho que foi a primeira vez que estive em sala com uma professora travesti e a primeira vez que respondi um questionário de participação tendo que informar que eu era um participante cis e sentir que meu lugar de fala não me posicionava em privilégio naquele espaço majoritariamente constituído por pessoas trans.

Dentre outras vivências, participei da primeira edição do seminário Saberes Transviados - a construção da identidade travesti no Brasil, onde tive acesso a história do movimento social travesti e as lutas históricas contadas a partir do próprio movimento organizado. Um evento com todos os lugares de fala ocupados politicamente por pessoas trans, restando aos 66 participantes o lugar de escuta. Contou com a presença de nomes como Bruna Benevides, Secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), e Carolina Lara, co-vereadora da Bancada Feminista de São Paulo, além de Amanda Palha, Leticia Nascimento, Mago Tonhon e outras ativistas e intelectuais trans travestis que, neste momento da pesquisa, eu nem sabia que existiam e que estavam há tanto tempo produzindo fissuras nos espaços hegemônicos, ocupando cadeiras nos espaços de poder, no Estado, no terceiro setor e nas universidades. Entre os ensinamentos, mostraram desde suas perspectivas que identidade de gênero se relaciona com história, memória, posicionamento político, estético, música, arte e diversas outras linguagens que vão muito além de uma roupa, maquiagem, uma barba ou uma prótese isoladamente, fazendo relação a como a gente se propõe a circular e existir no mundo.

Durante a participação nesse seminário, me vi diante da problematização ética sobre meu lugar desde a cisgeneridade realizando essa pesquisa. Teria sido a problematização que mais afetou aquele período do primeiro trabalho de campo no Espírito Santo: como ser uma pessoa cis aliada? A essa altura eu já havia entendido

que meu lugar, mesmo sendo um corpo afeminado, também percebia os ônus e os bônus atribuídos socialmente a pessoas cisgêneras. Havia consciência de que deveria enfrentar e romper insistentemente com as representações negativas sobre gênero e sexualidade, mas não enfrentava as mesmas histórias contadas sobre pessoas travestis e trans.

“Não existe uma resposta simples para essa questão. Mas é importante que você cis, entenda que é uma questão sua. Que você precisa pensar sobre isso. Responder a essa pergunta requer entender qual é o seu lugar social. De onde você fala? Elabore a sua cisgeneridade. Traga para sua pesquisa o seu lugar. Coloque a sua cisgeneridade e como sua cisgeneridade se apresentou na sua pesquisa. Necessário produzir autoresponsabilização. Não caia na tentação de recusas empobrecedoras. Mesmo que seja um homem gay, uma mulher lésbica, não podemos negar pedaços das normas dentro de nós”. Mais ou menos essa foi a resposta calmamente elaborada por Magô Tonhon, ao ser questionada sobre como ser uma pessoa cis aliada, sendo ela uma mulher travesti, maquiadora, educadora de beleza, consultora em diversidade, mestra em filosofia (@mulhertrans).

Ainda neste mesmo período, fiz um curso denominado “Pensamentos travestis na arte contemporânea”, com Isadora Ravena. O curso assume a impossibilidade de mapear aquilo que só vive por escapar sempre ao mapa, abordando metodologias travestis de criação em arte contemporânea no sentido de tentar mapear o imapeável, mapear o impossível, mapear a penumbra. Um curso de aperfeiçoamento da escuta, estourar os ouvidos para conseguir escutar as vozes inaudíveis ao longo da história da arte e de seus sistemas excludentes. Enxergar corpos travestis que estão criando arte a todo vapor e com eles ebulir. Analisar processos, bisbilhotar estratégias de criação, brincar de “esconde-esconde” com aquilo que é mistério. Refinar, bifurcar, amolar a língua (mantive com poucas adaptações a apresentação integral do curso).

Estar nesses espaços entre as trans travestis, observando como elas tomam as rédeas sobre a própria narrativa, recontextualizando histórias, ao contá-las não mais sob o viés cheio de poréns daqueles que olham para a vida dos outros pelo estranhamento, sempre escondendo no fundo da mente um “isso nunca aconteceria comigo”, fez muita diferença e me ofereceu importantes recursos que, dentre outros, me permitiram observar e perceber com mais consciência os momentos de constrangimento e desconforto em campo para pensar porque estavam acontecendo

e o que eles queriam dizer. Além disso, me alimentaram com outros conteúdos estéticos, sensíveis, corporais, outros referenciais não cisgêneros e ao mesmo tempo não abjetos, animalizados nem inferiorizados cujos repertórios me permitiam reler meus diários de campo combinando velhas e novas tecnologias de olhar e refletir sobre como a cisgeneridade costuma se relacionar com esses corpos.

Com efeito, à medida que me familiarizava com outros saberes e epistemologias não cis, considerando o transfeminismo, a arte transformista, a linguagem Pajubá, as práticas e espaços ativistas políticos, incluindo fabulações travestis sobre o fim (LEAL, 2021), se tornava mais fácil entender que as relações entre cisgeneridade e transgeneridades não se estabilizam por pólos de privilégios de um lado e vulnerabilidades de outro, ou conforto e desconforto, certezas e dúvidas, muito pelo contrário, conheci várias artistas, intelectuais, escritoras e professoras trans travestis privilegiadas ou com zero dúvidas em relação a suas posições sociais e corporalidades no mundo, ao passo que não é difícil encontrar vulnerabilidades e situações de violência envolvendo pessoas cis ou mesmo pessoas cis altamente desconfortáveis com seus corpos, suas performatividades de gênero e sexualidade.

Nesse processo, pude entender que apesar de, durante muitos anos, o debate envolvendo a questão trans tenha focado em questões patologizantes como o processo transexualizador e cirurgias de “ajuste” do corpo em relação ao gênero desejado, como se o corpo binariamente generificado fosse central à sobrevivência dessas pessoas, quando passei a ouvir a história diretamente da boca dessas pessoas, outras direções apareceram, em que questões de acesso, permanência e relações espacializadas que têm o corpo como vetor podem ser mais nocivas à população trans do que qualquer outra dimensão biológica corporal.

Tal postura em campo, considerando saberes, epistemologias trans travestis, nesse sentido, não somente bases onto epistemológicas desde perspectivas cis, pode refletir uma atitude de pesquisa assumindo uma relação mais horizontal, com práticas de rompimento com a negação, invisibilização, abjeção e estigmatização de corpos, gêneros e sexualidades, no sentido de romper com julgamentos ou representações prévias sobre as pessoas participantes da pesquisa.

Argumento também que pesquisar (e espacializar) dentro de uma agenda ética com o outro implica reconhecimento do outro; neste caso, permitir-se praticar também

nos termos do outro, um movimento de abrir-se para a alteridade e reflexividade. Ao incluir a reflexividade no estilo etnográfico como caminho para tecer espacialidades de pesquisa alternativas a um quadro neutro, hegemônico, também cis e heteronormativo, no sentido que exige partir de um lugar de reflexividade, em que, no contexto da pesquisa etnográfica, nos perguntamos como dialogar e reconhecer quando nos encontramos numa situação de produção de pesquisa não sobre o outro, mas com o outro.

Reflexividade parte de uma ontologia que rompe com pressupostos objetivistas, dicotomias (natureza\cultura; teoria\prática, corpo\mente) ao reconhecer que nossas relações práticas, seja interações e conversas cotidianas, textos que escrevemos, envolve de modo intencional e não intencional nossas suposições, julgamentos, representações que constituem, moldam e são moldadas por nossas "realidades" sociais (CUNLIFFE, 2020) e, portanto, precisamos aceitar a responsabilidade pelo o que fazemos e dizemos (CUNLIFFE, 2016).

Nesse processo, assumo formas críticas e autorreflexivas, teço diálogos comigo, meus pressupostos fundamentais, valores e formas de interagir nos espaços, atento às práticas e controles cis heteronormativos sistêmicos com corpos, gêneros e sexualidades. Busco assim reconhecer como minhas próprias práticas e formas de relacionar impactam espacialidades e ao fazê-lo me responsabilizo por visibilizar práticas (tanto de construção como de desconstrução) engajadas (na pesquisa, na teorização e na prática) com rompimento de violências espaciais.

Para me engajar na reflexividade, exploro os momentos em que sou atingido (CUNLIFFE, 2002), momentos em que vivencio de modo espontâneo, sinto que o sentir é como explorar reflexividade (CORLETT, 2013; CUNLIFFE, 2020). Ser atingido, definido por uma situação espontânea, que ocorre em um momento difícil de lidar ou marcante, que faz com que o indivíduo dê sentido a uma experiência (CORLETT, 2013).

Para tanto, durante as vivências em campo, faz sentido retornar e articular as preocupações citadas às teorizações de Certeau (1998), considerando os sujeitos da vida cotidiana como praticantes, o que implica capturá-los não em essência, mas em atos, relações e interações. Quero dizer, as sujeitas desta pesquisa não estão aqui

numa pretensão de responder o que é ser bicha nem o que é ser travesti, mas como vetor para pensar cisgeneridades e travestilidades para além de cardápios identitários.

Pensando nisso, deixo a seguir trecho de Jotta Mombaça que fala sobre como a perspectiva trans travesti pode ser pensada:

E se, em vez da inteireza, da autoconsciência, da capacidade de autodeterminação e autoestima, houvesse um sentido de quebra que desloca efetivamente as posições inconformes à matriz cisgênera? E se essa sujeição inconsistente, esse modo de ser quebrado demais para traduzir-se em uma coerência identitária e representativa, qualquer que seja, insinuasse também uma forma de presença efetivamente desobediente de gênero? E se, às margens do grande nós universal (humano, branco, cisgênero e heteronormativo) a partir do qual se formula e engendra um certo projeto de sujeito e identidade, outros modos de criar coletividade e de estar juntas se precipitassem na quebra e através dela? E as perguntas não param aí, se multiplicam: como habitar uma tal vulnerabilidade e como engendrar, nesse espaço tenso das vidas quebradas pela violência normalizadora, uma conexão afetiva de outro tipo, uma conexão que não esteja baseada na integridade do sujeito, mas em sua incontornável quebra? (MOMBAÇA, 2021, p.71).

3 A CAMINHADA ETNOGRÁFICA

1º ITINERÁRIO: APROXIMAÇÃO COM AS PERSPECTIVAS TRANS NO ESPÍRITO SANTO

Para descrever a experiência de campo, retomo aqui a metáfora dos itinerários, rotas e estações, buscando evidenciar os caminhos percorridos. No primeiro itinerário, como já apresentado, me aproximei de perspectivas bichas e trans travestis com as quais convivi durante o tempo que atuei como voluntário numa organização intencionalmente divergente à cisgeneridade. A seguir, as três estações entrelaçadas que compuseram o deslocamento nesse itinerário vivido num espaço de apoio para pessoas trans foram apresentadas, constituindo a materialidade das próximas três sessões presentes sobre esse processo de aproximação.

ESTAÇÃO 1: ESPACIALIZANDO COM AS BICHAS E AS TRANS TRAVESTIS

O trabalho de campo começou em 2019, mesmo sem eu ter tanta certeza sobre isso, quando visitei pela primeira vez a sede da associação GOLD, organização que abrigou o trabalho no primeiro campo da tese. Especificamente durante as reuniões que pude participar motivado em função do projeto de implementação do Aconchego, primeiro espaço de apoio para pessoas trans no Espírito Santo inaugurado (vide informativo na figura abaixo veiculado publicamente pela organização em suas redes sociais), meses após minhas primeiras idas à sede GOLD. O Aconchego, dentre outras intenções, visa a promoção de orgulho, liberdade e dignidade em meio social organizado para a população trans com projetos e ações de combate à LGBTFOBIA.



Figura 2: Associação GOLD, Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade.
Fonte: Perfil de Instagram da Associação.

Esse primeiro encontro presencial ocorreu numa pequena exposição de fotografias, pinturas e esculturas de artistas locais organizada como forma de sensibilizar os visitantes em relação a questões de gênero que não cabem no padrão binário e reunir recursos para a manutenção da Associação. A exposição aconteceu no último trimestre de 2019 na sede física da GOLD, situada na região do centro histórico de Vitória, numa sede de dois andares em um edifício comercial e durou pouco mais de uma hora.

Nesse período em que procurei a GOLD pela primeira vez, eu entendia que minha pesquisa de doutoramento seria especificamente sobre práticas de rompimentos com a produção de experiências espaciais violentas com corpos, gêneros e sexualidades no organizar. Sendo este um universo que a Administração tem muito a conhecer ainda (e eu também), me interessava especificamente os caminhos para desvelar, visibilizar e romper com as violências cotidianas, especialmente organizadas com corpos que escapam das normas cis de gênero e sexualidade. E diante desse compromisso eu já consumia pistas de que as perspectivas bichas e trans travestis poderiam contribuir significativamente, pois determinadas posições sociais não permitem muita inocência em relação a seus pontos de vista, a partir dos quais emergem saberes localizados (HARDING, 2004). Harding argumenta que cada grupo oprimido pode aprender a identificar as oportunidades distintas para transformar uma característica opressora das condições do grupo em uma fonte de visão crítica sobre como a sociedade dominante pensa e está estruturada (HARDING, 2004).

Nesta mesma noite, eu conheci a liderança da GOLD, em termos políticos, mas também executivos, exercida pela capixaba Deborah Sabará, uma pessoa trans travesti, mãe, militante, coordenadora de ações e projetos da Associação GOLD. O convívio com ela se tornaria, poucos meses depois, a justificativa para ter a primeira participante trans travesti colaboradora neste trabalho. Deborah Sabará é uma mulher que atua desde 2005 na defesa dos direitos humanos e além de ser a coordenadora de ações e projetos da Associação GOLD, também faz parte da Comissão de Direitos Humanos da ABGLT e, atualmente (durante o período de redação final desta tese 2022), é Diretora de Ética na Associação Nacional de Travestis e Transexuais, ANTRA, a maior rede de pessoas trans do Brasil, apresentada com mais detalhes adiante.

Desde a primeira visita, entendi que a organização GOLD conduzia diversos projetos não só destinados e concebidos por questões de combate à transfobia¹⁸, mas também projetos transversais alinhados à pauta dos direitos humanos. Incluía atendimentos psicológicos e formações anti transfobia para parentes e família das vítimas desse tipo de violência, projetos orientados a práticas antirracistas, de formação de jovens e adultos. Alguns especificamente voltados à juventude preta periférica, outros pensados em relação a pessoas em situação de rua. Ou ainda, aqueles executados junto à população de encarcerados, em diversas ações de humanização dessas relações organizacionais, incluindo fornecimento de absorventes às mulheres privadas de liberdade, direito de uso ao banheiro por mulheres trans - que não é masculino, nem feminino, é inclusivo de todes. Como ela mesma fez questão de demarcar em sua rede social, ao publicizar em seu facebook mais essa pauta promovida pela GOLD, desta vez, na unidade prisional referência para população LGBTQIAP+ do Espírito Santo - PSMII.

São projetos que atuam buscando meios para combater as tantas barreiras que essas pessoas enfrentam para acessar ou se manter vivas em espaços organizados. Também aprendi que sempre que possível uma pessoa cisgênera deve ceder seu espaço de fala a uma pessoa trans, como maneira oportuna de valorizar o

¹⁸ Leão e Ipólito (2011) indicam que o uso de fobia para tratar de ódio é um equívoco já que o termo se refere a medo como patologia, no entanto, o ódio contido na opressão vivida por pessoas trans diz, sobretudo, a aspectos morais, políticos e sociais. Neste sentido, pesquisadoras transfeministas reclamam que a palavra transfobia poderia ser repensada pelos movimentos sociais para conter mais precisão a respeito do preconceito social a que isso referir (LEAL, 2018).

protagonismo trans travesti nos espaços, sabendo que para as pessoas trans essas oportunidades de acessar os espaços podendo falar e serem ouvidas costumam ser bem menores. Além disso, Deborah, numa de suas falas, como sempre, fazia questão de demarcar, insistia reforçando que os professores e demais aliados são muito bem-vindos na GOLD:

Para nós da GOLD e para o movimento trans travesti como um todo, é muito importante a ação dos aliados cis, ao divulgarem projetos e ações práticas de combate a transfobia. Violência que ainda segue naturalizada no Brasil e impede o acesso e a permanência livre de violências em espaços organizados, formais (trecho transcrito no diário de campo, final de 2019).

Por isso, aceitando os ensinamentos aprendidos na GOLD, informo que ao longo deste documento, citarei algumas pautas e demais detalhes dos projetos como forma de valorizar as ações que buscam transformação social realizadas pela associação. Além disso, oportunamente transcrevo alguns trechos capturados no Instagram e/ou no Facebook tanto da própria Deborah como também da Associação GOLD, pois são os dispositivos considerados oficiais para a GOLD. Uma vez que, não há na esfera pública o mesmo espaço para esse tipo de organização.

Os projetos apresentam pautas variadas, mas preservam em comum a orientação em defesa dos direitos humanos que atuam seja em relação a dimensão educativa, ensinando, por exemplo, como retificar seu nome, onde achar material para entender e estudar sobre seus gêneros, sexualidades, seja em outras ações para conscientização da sociedade sobre como se relacionar com uma pessoa trans sem reproduzir violências. Projetos organizados de maneira prática, na sede da organização, na rua ou em dispositivos públicos estratégicos em relação à entrega de serviços de cidadania para aquelas pessoas que não acessam esses serviços em espaços convencionais com a mesma passabilidade que a cisgeneridade.

Em relação a esses projetos, a imagem abaixo representa as pautas recorrentes durante o período que estive em campo sobre práticas e espaços intencionalmente organizados para e por pessoas trans e a luta por ocupação de espaços de trabalho onde dicotomias de gênero, como sabemos, criam barreiras em relação à ocupação espacial, afetando desigualmente corpos afeminados, pessoas do gênero feminino e, em intensidade ainda mais severa, as mulheres trans. A imagem apresenta como pauta a importância do acesso aos ambientes de trabalho por

peças travestis e demais pessoas trans, além do acesso de mulheres como ampla categoria a espaços de hegemonia masculina como futebol e capoeira.



Figura 3: Projetos e ações de organização dos Direitos Humanos.

Fonte: Facebook da Associação GOLD.

Acesso em: 17-08-2022.

As experiências etnográficas com a GOLD foram em sua maioria fonte de produção de dados durante a participação do pesquisador como voluntário num projeto específico da organização. O projeto visava ao atendimento das mais diversas demandas, como obtenção de informações sobre o processo de retificação de nome e gênero¹⁹ e demais direitos necessários ao acesso à cidadania, testagem de doenças sexualmente transmissíveis, realização de oficinas educacionais e grupos de apoio, atendimento aos familiares, até fornecimento de cestas básicas e distribuição de roupas doadas para pessoas em situações de maior vulnerabilidade.

Na ocasião que conheci a Deborah pessoalmente, pouco conversamos, ela era protagonista naquela cena. Se reuniram naquela noite professores, voluntários, representantes políticos da assistência social, da educação, da secretaria de direitos humanos, além da própria população bicha e trans travesti atendida pela Associação. Na prática, o encontro se tratava de uma ação artística ao mesmo tempo política que

¹⁹ É direito de toda pessoa travesti e transexual ser tratada pelo nome social e solicitar a sua inclusão no Cartão SUS, prontuários e demais formulários utilizados pelos serviços de saúde, conforme os seguintes dispositivos: **Decreto Federal Nº 8727/2016**: Estabelece o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal. **Portaria Nº 2.836/2001**: Estabelece a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Nota Técnica 18/2014**: do Ministério da Saúde: Garante a impressão do Cartão do SUS somente com o nome social. **Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde**: Garante o uso do nome social em todos os documentos dos usuários e usuárias do SUS. Especificamente no estado da Bahia, localização do segundo campo, outros dois dispositivos incidem sobre essa questão: **Lei Municipal Nº7859/2010**: Estabelece o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos órgãos da administração pública municipal e da iniciativa privada no município de Salvador e **Decreto Estadual Nº 17.523/2017**: Estabelece o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública no estado da Bahia.

tinha na arrecadação de recursos a maneira de custear o aluguel, a luz, a internet e os demais insumos necessários para (re)existência da sede da GOLD..

A ocasião relatada era considerada importante para a organização, pois objetivava manter de pé os diversos projetos de impacto social coordenados pela GOLD, dentre os quais, pude conhecer o projeto Aconchego, que estava em período de planejamento e seria inaugurado como o primeiro centro de referência para a população trans travesti no Espírito Santo, conforme repetidamente anunciado pela Deborah naquela noite que, além de luta, simbolizava mais uma iniciativa organizada pela GOLD para a defesa dos direitos humanos desta população.

Esse projeto Aconchego foi apresentado pela gestora da GOLD como sendo um grande desafio para a Associação por ter como objetivo se tornar o primeiro centro de referência para pessoas trans do Espírito Santo. O centro de referência viria a oferecer gratuitamente atendimento psicossocial e acolhimento para as pessoas trans travestis, consideradas como a população mais vulnerável dentre todos aqueles envolvidos na comunidade LGBTQIAP+. Também são realizados semanalmente grupos de apoio e palestras dos mais variados temas. Dentre as atividades, o projeto tem como missão ajudar a população trans em situação de vulnerabilidade nas mais diversas necessidades, desde auxiliar com informações sobre o processo de retificação de nome e gênero, até o fornecimento de cestas básicas, distribuição de roupas doadas, testagem de doenças sexualmente transmissíveis, realização de oficinas educacionais e grupos de apoio.

A equipe do projeto também foi apresentada na mesma ocasião, constituída por uma jovem psicóloga autodenominada como pessoa não binária, uma assistente social que há mais de 10 anos realiza atendimentos a população LGBTQIAP+ em situação de vulnerabilidade, um homem cis, se autodeclarando como bicha, que atuava como técnico administrativo trabalhando com as questões burocráticas do projeto, um homem trans atuando como profissional de comunicação e internet e uma mulher trans moradora da periferia com livre acesso à população trans (travesti ou não) moradora de territórios considerados mais vulneráveis na região metropolitana da cidade.

Com início previsto para um intervalo de aproximadamente 1 mês a contar daquela ocasião, o projeto Aconchego iniciaria sua vigência exatamente no dia

nacional da visibilidade de transexuais e travestis. Segundo a coordenadora, a data escolhida não seria ao acaso, desde 2004, essa é uma data simbólica estabelecida para combater a violência e opressão contra pessoas trans travestis. Ao ser questionada sobre a data, a presidenta da GOLD pontuou:

Ao mesmo tempo que se trata de uma data triste que serve para lembrar de muitas mortes de pessoas trans que não podem ser esquecidas, apagadas, também precisa ser uma data feliz, uma data em que temos que mostrar para a nossa população LGBTQIA+ que muito tem sido feito (DIÁRIO DE CAMPO, 29 de janeiro de 2020).

O projeto Aconchego me acolheu como voluntário por alguns meses logo após essa primeira visita, sabendo que eu era professor e tinha chegado até a GOLD por meio de uma amiga, a Dra. Adriana Magro, também professora, que mantinha relações com aquela organização em função do programa de educação tutorial “Pet Conexões Licenciaturas” de Licenciatura em Artes na Universidade Federal do Espírito Santo. No próximo tópico, conto um pouco mais sobre esta experiência e suas implicações na pesquisa.

ESTAÇÃO 2: RECONHECENDO ALTERIDADES EM CAMPO



Figura 4: O projeto Aconchego.

Fonte: Página pública oficial da Associação GOLD no Instagram.

Acesso em: 17-08-2022.

O serviço voluntário emergiu como uma demanda do campo, numa espécie de chamada pública, em que a GOLD disponibilizou um convite aberto para participação como voluntário do projeto Aconchego. Tomei esse convite como sendo direcionado a mim e se apresentou como uma boa forma de devolver ao campo, de alguma

maneira, os frutos que dele eu pretendia colher, especificamente como *lócus* de produção de dados no primeiro campo desta tese. Assim, meu segundo contato com a GOLD, organização que se tornaria a partir de então meu primeiro campo de pesquisa, ocorreu na reunião de lançamento do projeto Aconchego, que aconteceu em 29 de janeiro de 2020, com quase 90 envolvidos, conforme anunciado pela Presidenta da GOLD.

O evento contou com a participação de apoiadores e voluntários da GOLD, mas também de muitas pessoas que já foram atendidas pela organização em momentos anteriores e que atualmente frequentam a Associação. Além desses, estiveram por lá assistentes sociais que atuam em territórios de alta vulnerabilidade, militantes do conselho de psicologia e funcionários do poder público próximos da GOLD que trabalham na secretaria de direitos humanos e no departamento de ações afirmativas e diversidade da Universidade Federal do Espírito Santo. Todos os participantes estiveram presentes a convite da GOLD, que insistentemente reforçava sua condição de ser uma organização sem patrocínio, com poucos recursos e que depende da participação de diferentes atores da sociedade para continuar realizando seu trabalho.

Durante a reunião, além da apresentação dos projetos em andamento na GOLD, a presidenta falou da importância dos parceiros, dos voluntários, das doações e das alianças construídas. Destacou que só conseguiu iniciar o projeto Aconchego, pois muita gente ajudou, agradeceu desde os móveis usados que foram doados até o celular que o projeto usa, também adquirido por meio de doação, incluindo a conta de luz do mês vigente que foi paga através de uma vaquinha coletiva. Pediu apoio de todos os presentes para divulgação do centro de referência em todo estado, advertindo que a população trans acaba sendo uma das mais vulneráveis na sociedade e tem dificuldade de acesso à informação e aos recursos financeiros, o que, muitas vezes, os impede de conhecer a GOLD e seu espaço de acolhimento existente.

Logo na primeira ou segunda reunião como voluntário na GOLD, eu solto uma pérola, daquelas que a gente não pode esquecer facilmente: “acho que poderíamos ter uma foto de uma pessoa trans travesti aqui na cartilha. Ela será distribuída para todo o estado, servidores públicos, pessoas que precisam ter essas informações e muitas das vezes nunca viram ou tiveram contato com uma pessoa trans travesti”. Na hora a psicóloga do projeto me interrompeu aparentando expressar bastante

incômodo com a minha sugestão. Ela falou: “Pera aí!”. Como assim uma foto de uma pessoa travesti? Qualquer pessoa pode ser trans travesti e/ou trans. Não tem uma imagem capaz de ilustrar uma identidade de gênero. Não podemos correr o risco de exotificar a figura da pessoa trans travesti e/ou trans”. Na hora, eu calei minha boca, mas pensei comigo. “Ela tá certa, claro! Que horror!”. Que pensamento ridículo eu tive, consciente ou não.

Conto isso, pois logo nos primeiros encontros, comecei a sentir na pele que se eu quisesse romper com violências organizadas, antes de qualquer outra coisa, primeiro eu precisava me reconhecer, refletir sobre minhas posturas e relações diante das participantes desta pesquisa.

O caráter pessoal da etnografia faz com que seja significativo prestar atenção às emoções durante o trabalho de campo, entre elas o constrangimento que vivi nessa situação de campo, pois o mesmo não só denuncia as condições do meu fazer etnográfico, como também aponta os caminhos pelos quais (des)aprendi muita coisa ou simplesmente os vestígios da conexão emocional em relação ao que percorri durante a experiência desta etnografia (WÄSTERFORS, 2022), em função do caráter inevitavelmente relacional pertencente a essa prática metodológica (COFFEY, 1999).

Dentre os tópicos informativos contidos na cartilha construída por esse grupo de trabalho, haviam conteúdos sobre questões de gênero, sexualidade, identidade, mas também questões de saúde e autocuidado específicas para a população trans. Bem como conteúdo sobre movimentos sociais contemporâneos e a problematização das identidades hegemônicas e direitos vigentes à população trans, como a retificação de nomes, o direito ao uso do nome social nos registros escolares da educação básica²⁰, que se tornou direito da população trans desde 2018 com a portaria nº 33. Informações sobre a troca do nome de registro de nascimento para o social pode ser feita diretamente em um cartório sem precisar de se comprovar a identidade psicossocial desde 2018 quando o Supremo Tribunal Federal decidiu, simplificando um decreto federal n. 8.727 de 2016 da Presidência da República, normatizar o uso

²⁰ Com a edição da portaria nº33/2018, o Ministério da Educação regulamentou o uso do nome social nos registros escolares da educação básica em todo o Brasil. A educação básica inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Pessoas trans podem gozar desse direito mediante a solicitação no momento da matrícula ou em qualquer outro momento. Caso seja menor de idade, é necessária anuência dos pais ou representante legal.

do nome social pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Acessar os conteúdos prioritários desde a perspectiva das participantes foi fundamental no sentido do exercício de alteridade na pesquisa, entendendo as demandas importantes para essa população, cujas questões de acesso, inclusão e permanência espacial foram as mais aproveitadas dado as intenções desta pesquisa. Em termos gerais, os tópicos priorizados na cartilha partiam de intenções como: orientar a população trans acerca dos direitos vigentes na legislação brasileira, incluindo legislação e órgãos governamentais específicos de combate à discriminação homo e transfóbica; mas também conter informações destinadas a profissionais e organizações médicas, buscando sensibilizar sobre as questões de transgeneridade, incluindo endocrinologia sobre as questões específicas de hormonização, psicologia em torno de questões sobre saúde mental e, até mesmo, sobre o suicídio; educação e sensibilização contra a violência homo e transfóbica; guia para retificação do registro civil de pessoas não-cisgêneras; informações sobre o combate à exclusão escolar, bem como maneiras de denunciar violências sofridas pelo fato de ser travesti nos espaços.

Diante da transfobia percebida nos espaços de trabalho, o entendimento geral dos participantes do projeto era de que as pessoas trans precisam de mais inclusão no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Então a cartilha conta com informações sobre o projeto TRANSEMPREGOS, criado em 2013, com atuação junto ao corporativismo, fazendo a ponte e inserção de pessoas trans e o mercado de trabalho formal. Projeto que reúne e divulga currículos de pessoas trans, capacita e ajuda as organizações na construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e acolhedor para as diversidades e atua como local onde você pode encontrar oportunidades de empregos inclusivas para trans.

O material foi confeccionado para ser distribuído para a própria população trans atendida pelo projeto e pela GOLD, mas não somente, também apresenta orientações básicas para que se evitem violações de direitos. Além dessa população, a cartilha foi também distribuída a profissionais em diversos espaços da cidade por onde as pessoas trans possivelmente teriam algum contato ao longo da sua experiência, por exemplo, junto à Secretaria de Educação (SEDU), contato que ocorria, por exemplo, caso a instituição de ensino não respeitasse os direitos adquiridos por esta população.

Desde a primeira visita como voluntário na Associação GOLD, vivi na prática a conhecida afirmação de que todo corpo é político; não havia neutralidade de corpos. Foram várias provocações em campo que me fizeram refletir sobre a importância dos aspectos metodológicos numa pesquisa que é posicionada a partir da prática incorporada. Convivendo, estranhando a mim mesmo e refletindo a partir do campo, aos poucos, passei a entender que esses estranhamentos faziam sentido em relação a uma espécie de aprendizagem das pautas, práticas e conteúdos priorizados desde a perspectiva das participantes.

Além disso, ao aprofundar meu contato com as participantes por meio do tempo que estive no projeto Aconchego, pude compreender que eu estava adentrando num mundo organizado no Espírito Santo, mas inserido em uma rede de articulação ampla de produção de conhecimentos divergentes à cisgeneridade denominada ANTRA, cujas origens históricas consideram o estado da Bahia como vetor importante do surgimento do movimento organizado de travestis e transexuais, tendo personificada esta história na figura da sua atual presidenta Keila Simpson, aguerrida no movimento de travestis desde o ano de 1981, cuja base e acesso inicial a militância se deu no Grupo Gay da Bahia - GGB (ODARA, 2020).

Nesse primeiro *lócus* de pesquisa, era comum o uso dos materiais e das pautas produzidas e articuladas pelo movimento organizado de travestis e transexuais da ANTRA. Era comum, durante as reuniões, que as profissionais da GOLD recorressem aos materiais produzidos pela ANTRA, observando conceitos, pautas prioritárias em relatórios anuais, além de orientar maneiras de realizar estratégias de luta para execução de projetos nas diferentes frentes capitaneadas pela ANTRA. Nesse sentido, partilho uma relação de eixos temáticos que deu materialidade ao percurso formativo organizado pelo espaço Aconchego a partir das pautas situadas na perspectiva das participantes do campo em relação aos repertórios temáticos organizados preferencialmente por e para pessoas trans:

- Mês da visibilidade lésbica, “a vivência da sapatão convicta”;
- Saúde para população trans;
- Outubro rosa na diversidade: câncer de mama em pessoas trans;

- Políticas culturais para população LGBTQIA+ capixaba;
- Política para mulheres, ativismo pelo fim da violência contra mulheres;
- A vida com HIV: perspectivas de uma juventude ativista;
- Política em direitos humanos no Espírito Santo;
- Violência política de gênero;
- A evolução das conquistas dos direitos da pessoa com deficiência e as referências atuais na consolidação desses direitos no Brasil;
- A história dos direitos humanos;
- Sou gay e vereador;
- Conselho estadual da juventude do Espírito Santo;
- Plano estadual LGBTI+ no Espírito Santo;
- Estratégias de cuidado da população LGBTI+ e de enfrentamento a LGBTIFOBIA;
- Diversidade sexual nos terreiros;
- A importância do protagonismo das mulheres no cinema;
- Aliança em publicidade para;
- A dança da vida: do morro para o palco;
- Ecoar vozes negras;
- 43 anos de política da organização social das pessoas trans no Brasil.

Além das palestras e rodas de conversa conduzidas a partir dos temas listados acima, o projeto Aconcheço também apresentou sua forma organizativa por meio de outros projetos decorrentes, como o projeto “Jovem, é massa ficar sabendo” com campanhas de prevenção e testagem de infecções sexualmente transmissíveis; o projeto privilegia pontos de memória convidando personalidades bichas e trans, afinal quem conta a história da população LGBTQIAP+ em oficinas com letramento e formação de diversidade de gênero e sexualidade são esses próprios sujeitos



Figura 5: Oficina de diversidade de gênero e sexualidade.
Fonte: O Autor.

Me aproximar desses temas, ações e projetos, em síntese, mostram em contraste, as preocupações que capitanearam um percurso formativo e ações durante quase 1 ano de projeto Aconchejo. Foi por esse caminho de ouvir as participantes a partir de seus próprios conteúdos e repertórios que pude considerar as questões práticas de acesso e permanência aos espaços (escolar, audiovisual, legislativo, de direitos humanos, culturais) e questões organizacionais relevantes e até prioritárias. Nesta pesquisa, estar atento e ouvir o outro importa como caminho para reconhecer as diferenças que existem e merecem respeito em sua integridade.

Aos poucos, mesmo sem ter tanta consciência, iniciava a segunda estação deste itinerário etnográfico, onde o lugar de partida e de chegada passariam por deslocamentos, no sentido de uma busca por familiarização com a perspectiva trans para o estranhamento em relação à cisgeneridade. Mas, também é fato que o segundo itinerário só foi possível na pesquisa a partir das noções conceituais e reflexões produzidas em forma de artigo apresentado na estação a seguir, imediatamente antes de iniciar o itinerário seguinte.

ESTAÇÃO 3: GÊNERO-CORPO-SEXUALIDADE NO ESPACIALIZAR: PRODUZINDO CORPOS-EM-CAMPO NA PESQUISA²¹

RESUMO

Este artigo objetiva desvelar a espacialidade no trabalho de pesquisa a partir das relações de corpo, gênero e sexualidade entre sujeitos pesquisados e pesquisador a partir de um estudo de cunho teórico-empírico de base etnográfica. Tomando como ponto de partida teorizações sobre espacialidade e materialidade, desenvolvemos conceitualmente a noção de corpos-em-campo como um possível caminho para a produção de conhecimentos não sobre, mas com específicas vidas. Tal movimento permite ainda compreender o corpo a partir das práticas de organização e romper com processos de silenciamento e hierarquização de específicos corpos que configuram lacunas teóricas e empíricas na pesquisa, na medida em que propõe visibilizar e problematizar também o corpo pesquisador na produção do espaço. Nos Estudos Organizacionais, esse movimento torna-se relevante para uma agenda ética e política de pesquisa preocupada com a construção de diálogos e reconhecimentos com diferentes corpos, gêneros e sexualidades que permitem ampliar possibilidades de praticar organização.

Palavras-chave: espaço, espacialidade, corpo, reflexividade, práticas.

INTRODUÇÃO

Os esforços de apreensão das práticas de produção espacial na pesquisa organizacional implicam, em alguma medida, situar o espacializar como prática material e, por isso mesmo, corporificada (Beyes & Steyaert, 2012). Compreender o corpo a partir das práticas de organização ainda representa um campo incipiente nos Estudos Organizacionais (Rezende, Oliveira, & Adorno, 2018), motivo pelo qual buscamos, a partir das reflexões que produzimos durante o desenvolvimento de um

²¹ Artigo publicado na chamada especial “Corpos e Organizações: Rompendo Hegemonias” da Revista de Administração de Empresas (RAE), v. 62, 2022, em co-autoria com Leticia Dias Fantinel. Como este conteúdo já foi publicado, mantive a mesma organização e estruturação da publicação exigida pela revista.

estudo teórico-empírico, dialogar com esse campo. Tencionamos contribuir com esse diálogo, assim, ao nos propormos a problematizar a produção do corpo pesquisador na experiência espacial do campo empírico de pesquisa. Nesse processo, damos ênfase a experiências espaciais organizadas que contrapõem a heteronormatividade e a norma cisgênero/a como únicas práticas que conferem inteligibilidade às relações correspondentes entre corpo, gênero e sexualidade (Bento, 2017; Souza & Parker, 2020).

A hierarquização de corpos nas organizações demarca cotidianamente lugares privilegiados com corpos cis, normais, neutros; ao mesmo tempo, produz constantemente (não)lugares marginalizados com corpos trans, anormais, abjetos e tokenizados. A pesquisa organizacional não se desenvolve de modo imune a esses processos, na medida em que estar em campo configura-se como experiência incorporada que produz conhecimento encarnado (Gherardi & Perrota, 2014); a interpretação e julgamento do pesquisador relacionam-se profundamente com a capacidade de percepção de seu corpo (Bispo & Gherardi, 2019). Não obstante, o lugar do corpo que assume a autoria da pesquisa segue naturalizado pelo caminho do mito do pesquisador neutro, representado por uma compreensão da norma de quem observa como sendo sujeito masculino, branco, cis e heterossexual (Fonseca, 2007; Grossi, 1992; Oliveira, 2018, 2019).

Compreendemos, assim, que o corpo pesquisador segue invisibilizado. Nesse caminho, minimiza-se a presença de corpos nas discussões acerca da espacialidade e materialidade da pesquisa, mesmo não restando dúvidas de que esse corpo pesquisador em campo não é neutro, pois expressa sexualidade, gênero e é racializado (Oliveira, 2018, 2019). Isso nos faz perceber que essa negação da sua própria presença em campo escamoteia a prática de ocupação exclusiva de um lugar de privilégio, como pesquisador, que fala com autoridade sobre a vida dos outros (Clifford, 2008) e cujo reconhecimento mantém-se restrito a determinados corpos, gêneros e sexualidades reconhecidos pela norma. Com efeito, entendemos que essa prática materializa o direito de reconhecimento apenas a corpos que não escapam da norma e, ao reproduzir e reforçar a norma, cria uma espécie de barreira ao reconhecimento para aqueles corpos apagados ou rebaixados pela norma (Butler, 2018), revelando uma dinâmica hierárquica e excludente nas relações entre corpos-em-campo.

Além disso, a naturalização do corpo pesquisador em torno de corpos, gêneros e sexualidades específicas também produz negligência quanto às relações entre diferentes corpos (não)hegemônicos presentes em campo de pesquisa. Trata-se de uma prática que organiza silenciamentos das diferentes relações e posições sociais entre pesquisadores e pesquisados. Por meio dessa ação política da imperceptibilidade de corpos específicos, relações tecidas no campo, por exemplo, entre pessoas cis/trans, brancas/não brancas, heterossexuais/não heterossexuais habitando o espaço de pesquisa, continuam sem ser reconhecidas em seus próprios termos, com seus próprios corpos, gêneros e sexualidades (não)hegemônicos (Smith, Higgins, Kokkinidis, & Parker, 2018). Essas relações, ao não configurarem o campo do aparecimento regulado por determinados entendimentos sobre o que é ciência, verdade, pesquisa, constituem não lugares na espacialidade em campo.

No exercício reflexivo que se materializa neste artigo, tomamos como objetivo desvelar a espacialidade no trabalho de campo etnográfico a partir das relações de corpo, gênero e sexualidade entre sujeitos pesquisados e pesquisadores. Assumimos, portanto, uma visão praxeológica e performativa do espacializar, entendendo-o como prática dinâmica e relacional de produção espacial baseada nas interações entre humanos e não humanos que participam de práticas organizativas (Vásquez, 2013). Entendemos, assim, que as espacialidades, maneiras de fazer/praticar o espaço, manifestam-se a partir da perspectiva dos sujeitos de maneira situada em contextos sociais nos quais modos de interação e relacionamento social organizam o mundo vivido (Certeau, 1998), ou seja, movimentos que não se materializam sem corpo. Dessa forma, na intenção de lidar com o problema teórico aqui apresentado, que permeia uma importante agenda ética e política na pesquisa, e que implica romper com processos que configuram lacunas teóricas e empíricas na pesquisa, buscamos problematizar a espacialidade do campo de pesquisa a partir do encontro entre o pesquisador cis e seus/suas participantes de pesquisa travestis e trans.

As reflexões aqui discutidas originaram-se do desenvolvimento de uma pesquisa que, a princípio, não contava com o recorte teórico específico deste artigo, em que o primeiro autor esteve em campo junto a uma organização da sociedade civil da região sudeste do Brasil. Tal organização compõe o primeiro centro de referência do Espírito Santo para população de travestis e mulheres trans, consideradas a população que mais vive situações de vulnerabilidade entre todos aqueles

componentes da comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer e questionadores, intersexuais, assexuais ou aliados e outros indivíduos de minorias sexuais e de gênero), uma vez que buscam possibilidades de vida que falham quanto às práticas regulatórias que produzem identidades coerentes e verdades sobre normas de gênero e, por isso, estão expostas a um risco mais elevado de objetificação, assédio, patologização e violência do que aqueles com corpos tidos por normais (Butler, 2018). Para isso, foram resgatados os dados etnográficos produzidos durante a participação do pesquisador como voluntário durante um projeto específico da organização, compondo um corpus que foi revisitado reflexivamente pelos dois autores deste artigo, que resultou desse diálogo.

A partir desse caminho percorrido, entendemos que esses processos de silenciamento e hierarquização que organizam a presença ausente de determinados corpos em campo implicam riscos de estigmatizar, objetificar e reificar entendimentos sobre o outro. Numa agenda ética e política, propomos, neste trabalho, discutir a visibilização do corpo-pesquisador e dos corpos em-campo como um possível caminho para a produção de conhecimentos não sobre, mas com específicas vidas. Compreendemos, assim, o campo como produzido espacialmente nas relações entre corpos que interagem material e simbolicamente. Nesse sentido, a prática de espacializar o campo nos auxilia a situar o corpo não como instrumento, mas agente de pesquisa.

1 O ESPACIALIZAR COMO PRÁTICA MATERIAL E CORPORIFICADA

Nesta seção, articulamos os entendimentos teóricos que suportam nossa compreensão sobre a prática do espacializar como material e corporificada, compreensão essa que embasa nossas discussões sobre a produção de corpos-em-campo. Nosso ponto de partida é uma abordagem micropolítica das práticas, que tem seus fundamentos nas teorizações de Certeau (1998), para quem o espaço é produto do modo como é habitado e efeito das operações que orientam, circunstanciam, temporalizam e põem em funcionamento os elementos móveis de sua constituição, fornecendo inteligibilidade ao mundo vivido (Certeau, 1998). Essas operações são as chamadas práticas, maneiras de fazer dos sujeitos sociais produzidas histórica, social e temporalmente, cujo caráter processual e cotidiano raramente forma fronteiras bem-delimitadas. As práticas organizam espaços em teias formadas por vivências sociais

produzidas pelo caminhar dos sujeitos sociais que, com seus corpos, iluminam suas maneiras de fazer que, ciclicamente, moldam-se pelas trajetórias que alteram, inventam e praticam os espaços (Certeau, 1998).

O estudo do espaço pela via das práticas permite apreender a vida organizada de maneira situada social e culturalmente, a partir das experiências compartilhadas, delineando e materializando relações sociais, interações, capacidades, forças precognitivas, movimentos corporais, intensidades afetivas com o encontro (Beyes & Steyaert, 2012). Assim, com essas informações que localizam o processo de organização espacial e implicam (re)pensar o espaço, como aberto e múltiplo, praticado e do dia a dia, situamos o envolvimento deste trabalho com o devir espacial e com as atividades que as pessoas fazem juntas, coletiva e socialmente, nos encontros de produção de pesquisa etnográfica. Em outras palavras, situamos o lugar de onde e como percebemos o que acontece durante a produção de pesquisa no encontro socialmente organizado com outras pessoas, coisas e como os múltiplos espaços de pesquisa são socialmente organizados, corporificados e produtos de sua própria organização. É a partir dessas bases que tencionamos problematizar a experiência espacial do trabalho de campo, engendrado por relações sociais organizadas e corporificadas que constituem o mundo etnográfico praticado.

Com efeito, inscrevemos nossas preocupações nesse panorama conceitual em que a apreensão das práticas de produção espacial na pesquisa organizacional implica situar o espacializar – representado textualmente em sua forma verbal de modo a enfatizar a dinâmica processual do fenômeno – como prática material e, por isso mesmo, performativa, múltipla e corporificada (Beyes & Steyaert, 2012). Esses esforços nos colocam em diálogo com estudos engajados em perturbar suposições recorrentes na teoria organizacional que se baseiam na lógica dualista objeto/sujeito, natureza/ciência, corpo/mente, masculino/feminino (Dale, 2000) e em superar a pouca atenção dada às dimensões materiais e sociais na produção de espaços organizacionais (Fantinel & Davel, 2019; Van Marrewijk & Yanow, 2010; Weinfurter & Seidl, 2019). Explorando essa vertente, alguns estudos, recorrendo à relevância do corpo em ação, em diferentes contextos de produções espaciais, onde tanto os corpos presentes como as relações entre corpos praticantes do espaço, mostram como o espaço vivido é significativo na prática e pode produzir contribuições conceituais sobre as maneiras pelas quais os membros da organização configuram e

reconfiguram os espaços de trabalho durante a realização das suas atividades profissionais (Best & Hindmarsh, 2019; Munro & Jordan, 2013). Ao tecer análises dessa dinâmica espacial, com leituras visuais de gestos e movimentações corporais e lugares usados como recursos para os participantes avaliarem como devem se mover no espaço durante os encontros com seus clientes, públicos, reforçam a centralidade dos corpos dos participantes em interação para a experiência em tais contextos. Com efeito, os autores, ao não se ocuparem com o espaço de maneira limitada à arquitetura, conseguiram interrogar, por meio das práticas espaciais incorporadas, sentidos e significados emergentes de arranjos espaciais, bem como de corpos e objetos, um processo erguido por meio das relações estabelecidas entre aqueles presentes na experiência espacial.

As articulações trazidas aqui possibilitam recolocar o corpo em ação no espaço social e compreender as multiplicidades espaciais produzidas pelos praticantes; por isso, os espaços sociais são também espaços corporais (Dosse, 2004). Para Certeau (1998), o corpo é uma produção social pelo qual os espaços se constituem. Nesse sentido, argumentamos que falar sobre práticas é falar sobre corpo. Esse entendimento nos permite dizer que a organização se constitui de maneira espacializada e que qualquer ato de organização é um ato de produção de espaço para a ação humana (Dale & Burrell, 2007; Hernes, 2004). Trata-se da presença performativa do espacializar que descreve uma postura ontológica segundo a qual a realidade é fluida e se transforma cotidianamente, onde o movimento ganha centralidade, estando sempre presente no espaço habitado. Mais que isso, aliás: trata-se de prática que se constitui de “corpo presente” na organização espacial, questionando-se como os corpos “fazem o que fazem” e “o que esse fazer faz” (Gherardi, 2009).

Para além dos contextos específicos de realização de pesquisas empíricas, os estudos citados chamam nossa atenção para outras tantas práticas por meio das quais as partes organizam seus corpos em conjunto umas com as outras de maneira a estabelecer a dinâmica do espaço organizacional. Nesse processo de reflexão, optamos por dar um passo atrás e discutir não um contexto empírico específico, em que um de nós esteve inserido para a produção de uma etnografia, mas nos utilizarmos dessa experiência para discutir a própria constituição do campo na pesquisa organizacional, quando diferentes relações entre “corpos-em-campo” podem

desvelar dinâmicas de produção da experiência espacial. Entre essas dinâmicas, optamos por enfatizar práticas de produção de diferenças e desigualdades nos espaços, com especial atenção à dimensão de gênero, como será explicado no tópico a seguir.

2 ESPACIALIZANDO CORPOS GENERIFICADOS NO FAZER ORGANIZACIONAL

No desenvolvimento do trabalho etnográfico que serviu de base para as presentes reflexões, tínhamos como objetivo discutir a produção do espaço em um contexto organizacional específico, contexto esse em que, no fluxo do campo (Cavedon, 2014), revelaram-se dimensões não previstas inicialmente na pesquisa, como será discutido oportunamente neste texto. Entendemos tais dimensões que localizam social e historicamente corpos, gêneros e sexualidades e problematizam a heteronormatividade como lógica subjacente ao que é naturalizado na produção espacial, como insuficientes na literatura hegemônica sobre espaço organizacional. Assim, pouco se discute que esses corpos que espacializam e são espacializados não são neutros: ocupam lugares e não lugares por questões de gênero e sexualidade, assim como de raça (Rezende et al., 2018; Tyler & Cohen, 2010). Buscamos, dessa forma, transpor limites para obter compreensões envolvendo a racionalidade situada e inteligibilidades próprias às relações correspondentes entre corpo, gênero e sexualidade (Bento, 2017; Souza & Parker, 2020).

Nos Estudos Organizacionais, esse movimento torna-se relevante na medida em que gênero, sexualidade e raça são categorias sociais que se constituem como prática material e simbólica de composição das relações sociais no cotidiano das organizações (Oliveira, 2018), situação essa que se torna ainda mais agravante quando se travam relações em campo com pessoas que expressam gêneros e sexualidades que escapam das normas (Oliveira, 2020).

As teorizações sobre espacialidades de pesquisa, portanto, deixam lacunas: primeiro, ao desconsiderar corpo/gênero/sexualidade na produção espacial, onde o corpo pesquisador segue invisibilizado; segundo, ao não problematizar a heteronormatividade como lógica subjacente ao que é naturalizado na produção espacial. Essa limitação pode ser explicada pela já mapeada perda do poder crítico

das lentes da prática, por produções científicas que desconsideram que a relacionalidade entre o mundo social e a materialidade com diferentes modalidades de ação possuem um caráter político, pois a atuação dos sujeitos sociais articula-se com as lógicas fornecidas pelas circunstâncias que lhes são exteriores com efeito em reprodução da racionalidade situada com os padrões normativos ou subversão pelas novas produções (Gherardi, 2009; Oliveira, 2018, 2021).

Com essas limitações, não é difícil concordar com Thanem (2011) quando o autor adverte estudiosos organizacionais para que não se esqueçam de que o corpo atua nos processos diante de padrões sociais normativos hegemônicos. Tampouco com Rezende et al. (2018), quando as pesquisadoras afirmam que compreender o corpo a partir das práticas de organização ainda representa um campo incipiente nos Estudos Organizacionais, motivo pelo qual buscamos, a partir das reflexões que produzimos durante o desenvolvimento de um estudo teórico empírico, dialogar com esse campo, a fim de pensar experiências organizadas que contrapõem a heteronormatividade e a norma cisgênero/a como únicas práticas que conferem inteligibilidade às relações correspondentes entre corpo, gênero e sexualidade (Bento, 2017; Souza & Parker, 2020).

Importante ressaltar, aqui, que compreendemos a heteronormatividade como um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade natural e legítima de expressão (Warner, 1993). Trata-se de um arsenal que regula não apenas a sexualidade, mas também o gênero. As disposições heteronormativas voltam-se a naturalizar, impor, sancionar, promover e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade: a centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero (Butler & Trouble, 1990), as quais, fundamentadas na ideologia do dimorfismo sexual, agem como estruturadoras de relações sociais.

Já acerca da cisgeneridade, destacamos que diferentes ativistas trans e movimentos transfeministas já argumentaram que a norma cisgênero/a é uma das matrizes normativas das práticas culturais, sociais e políticas que produzem efeitos de expectativas e universalização da experiência humana (Leal, 2018; Nascimento, 2021; Simakawa, 2015). A noção de uma norma cisgênero /a, proposta pela pesquisadora Julia Serano (2016), materializa-se como um sistema de opressão exercitado a todo momento que força a generificação do mundo vivido, ou seja, a

todos se identificarem e serem facilmente reconhecíveis pelo binário masculino/feminino, e que se organiza tendo como presunção a suposição cis, permitindo que o privilégio cis se prolifere, ainda que de modo invisível, pois naturalizado (Serano, 2016).

Isso posto, buscamos atender e reforçar o convite a pensar o corpo como matéria (Le Breton, 2002; Shilling, 2003), uma vez que, apesar de determinados corpos cuja existência não consta em específicas representações, é inegável sua existência como realidade material (Preciado, 2020). Por exemplo, corpos travestis não constam representados como profissionais administradores, líderes de organizações e, mesmo quando realizam tais atividades, são frequentemente invisibilizados por fornecedores, bancos, clientes etc. Durante a experiência de campo, o primeiro autor coletou um relato da líder da organização pesquisada nesse sentido: as pessoas não acreditam que eu, uma travesti, conduzo os projetos aqui na GOLD, realizo trabalho de contabilidade, finanças, negócio com o banco, sou recursos humanos da Associação, a GOLD não tem um contator, administrador na figura de homem, nem de uma pessoa cis, sou eu, uma travesti! Elas não aceitam que uma travesti ocupe esse lugar.

Dada tal realidade material, nosso argumento é de que compreender o espacializar implica reconhecê-lo em sua perspectiva processual, material e corporificada, o que pressupõe situar tal prática em suas imbricações com fenômenos inscritos nos corpos, como o gênero e a sexualidade, que, apesar de serem o enfoque deste texto, certamente não se restringem a essas duas dimensões.

Nesse sentido, tais dimensões já foram evidenciadas empiricamente como agentes na produção espacial, uma vez que o conhecimento corporificado acerca da própria sexualidade nos funcionários de uma organização constitui parte integrante da maneira como os espaços de trabalho são vivenciados e negociados (Riach & Wilson, 2014). Na medida em que os espaços se produzem no processo de experiência entre sujeitos (como clientes e funcionários, por exemplo), os modos de interação, intenções e efeitos confundem-se, misturam-se e podem revelar tensões relacionadas à sexualidade e outras orientações particulares que afetam as dinâmicas de ocupação dos espaços (Riach & Wilson, 2014).

Ainda, cabe destacar que a produção espacial de gênero é permeada por relações naturalizadas, segregadoras e/ou de exclusão experimentadas por determinados corpos nas organizações. Essas relações não se dão apenas no plano simbólico, mas marcam sua presença no campo material; um exemplo é a constituição de banheiros nas organizações, naturalizada, na maior parte das vezes, na convenção de separação binária masculino/feminino. A organização espacial, nesse caso, apresenta-se como se pessoas não cisgênero (aquelas que se não se identificam com o sexo biológico atribuído e determinado no nascimento, ou que preferem não ter gênero atribuído) simplesmente não existissem. Esse exemplo evidencia de que forma os arranjos espaciais orientam separações e exclusões de gênero e revela os padrões de nossa organização repetitiva cotidiana do corpo através do espaço e permite questionar tanto sobre a forma como nos relacionamos por meio de categorias de gênero social e historicamente ordenadas quanto sobre como o espaço é parte integrante dessa organização (Skoglund & Holt, 2020).

A compreensão da prática do espacializar de corpos sexualizados e generificados no fazer organizacional vem nos ajudando a produzir importantes *insights* no processo de investigação das distintas relações vividas nas pesquisas organizacionais, o que situa a pesquisa a partir de um ponto de vista crítico em relação a abordagens mais ortodoxas, moldadas por pressupostos de racionalismo e cognitivismo nos Estudos Organizacionais. Por meio desse poder crítico, no qual a relacionalidade entre o mundo social e a materialidade pode ser investigada, podemos expor diferenças e desigualdades em como essas experiências espaciais são experimentadas por diferentes corpos, gêneros e sexualidades em campo de pesquisa.

Assim, defendemos uma análise espacial que, diferentemente de silenciar o padrão espacial hegemônico cis heteronormativo, tido como neutro e certo, percorre outro caminho: primeiro, atuando no sentido de visibilizar, desvelar e compreender o corpo pesquisador como elemento de constituição desse modo de produção espacial cis do campo de pesquisa. Em seguida, dando ênfase a práticas de produção espacial que contrapõem a heteronormatividade e a norma cisgênero/a como únicas práticas que conferem inteligibilidade às relações correspondentes entre corpo, gênero e sexualidade na pesquisa organizacional, num movimento em que são evidenciadas diferentes relações materiais entre corpos-em-campo.

Nesse percurso, foram fundamentais as reflexões produzidas a partir de experiências de campo durante a realização de uma pesquisa etnográfica, em que o primeiro autor deste texto atuou junto a uma organização composta por sujeitos produtores de práticas espaciais empenhadas em romper com as violências espaciais de gênero e sexualidade. No entanto, apesar de se tratar de discussões originadas de uma etnografia, não gostaríamos de cercear o diálogo que tecemos aqui à produção do campo etnográfico, por entendermos que as preocupações tratadas aqui não se circunscrevem ao fazer etnográfico. Por isso, destacamos que as reflexões que elaboramos nos levam a pensar sobre a produção do campo de pesquisa de maneira mais ampla, entendendo-o como produzido espacialmente nas relações entre corpos que interagem material e simbolicamente. Tecemos, portanto, articulações a partir da prática do espacializar o campo, um movimento que nos auxilia a situar o corpo não como um instrumento, mas agente de pesquisa.

3 ESPACIALIZANDO CORPOS-EM-CAMPO NO FAZER ETNOGRÁFICO: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA PESQUISA EMPÍRICA

O fazer etnográfico permeia um tipo de produção de pesquisa que pretende provocar uma reconfiguração das próprias *narrativas* hegemônicas, com o objetivo de “fazer/desfazer a proposição entre eu e o outro, construir/desconstruir a dicotomia exótico-familiar”, que tanto contribuem para a perpetuação dessas hierarquizações (Fonseca, 2007, p. 49). Isso não é possível negando as diferenças e assimetrias no encontro com os outros, mas sim no exercício reflexivo do reconhecimento das diferenças e no estudo das maneiras complexas com que essas diferenças se entrecruzam (Abu-Lughod & Lutz, 1990). O que nos faz pensar que a representação de “homem artificial”, universal, branco, masculino, disciplinado está para os estudos sobre organizações e gestão (Gatens, 1996; Souza, Costa, & Pereira, 2015) assim como a busca pela neutralidade do pesquisador no desenvolvimento do trabalho em campo está para os métodos etnográficos.

Foi com essa preocupação em mente que fizemos uso dos encontros etnográficos promovidos pelo primeiro autor deste texto em uma organização da sociedade civil localizada no sudeste brasileiro, denominada Grupo Orgulho Liberdade e Diversidade (GOLD). A associação, conduzida por uma travesti, assume em sua

missão a promoção e defesa dos Direitos Humanos. Embora a pesquisa ainda se encontre em andamento, para este texto foi destacado um período específico de imersão em campo, composta por encontros que ocorreram durante a mobilização de um projeto chamado “Aconchego”, ocorrido entre o último trimestre de 2019 e o primeiro de 2020, no qual o pesquisador em campo habitou aquele espaço na condição de cidadão voluntário e pesquisador. Entre as atividades, o projeto teve como missão fornecer um espaço de acolhimento à população trans em situação de vulnerabilidade, onde essas pessoas pudessem simplesmente habitar aquele espaço com segurança e conforto para passar as tardes, acessar internet, estudar etc.

Fisicamente, o espaço do projeto foi concebido com uma sala com sofás, almofadas, tapetes e poltronas coloridas, com uma bandeira do movimento de orgulho trans, uma estante de livros com o acervo pensado para valorização, reconhecimento e respeito com suas identidades trans e travestis e próprias expressões, e um segundo ambiente, mais reservado, com uma mesa, três cadeiras, livros, destinado à realização de encontros entre a população atendida e profissionais participantes do projeto, necessariamente envolvidos com ativismo LGBTQIA+ e com a causa travesti e trans, no caso, uma psicóloga não binária branca e uma assistente social negra. O projeto visava ao atendimento das mais diversas demandas, como obtenção de informações sobre o processo de retificação de nome e gênero e demais direitos necessários ao acesso à cidadania, testagem de doenças sexualmente transmissíveis, realização de oficinas educacionais e grupos de apoio, atendimento aos familiares, até fornecimento de cestas básicas e distribuição de roupas doadas, em situações de maior vulnerabilidade.

Por meio dos encontros na GOLD, foi possível ao pesquisador em campo reconhecer similaridades com os outros corpos-em-campo, desestabilizando coerências falseadas culturalmente, pelas quais se acredita serem pessoas cis e trans algo diferentes. Além disso, foi possível ter acesso às práticas corporais mobilizadas para expressão ou ocultação trans (frequentemente nomeando sua identidade travesti, por exemplo, durante as reuniões emergem falas do tipo “Vem aqui, travesti! Quem vai decidir é a travesti!”, via maneira de falar rompendo com palavras masculinas, insistindo em flexionar gênero, “essa corpa não me define”, em substituição à palavra corpo, ou “bom dia a todes”, em substituição a todos, todas, numa lógica de invenção de palavras livres de gênero binário, além de outros usos do

corpo, com roupas e acessórios masculinos e femininos apropriados de modo livre em relação à sequência sexo-gênero-sexualidade, mulher trans com barba, homem trans com maquiagem, pessoa não binária feminina, masculina) e reconhecer-se como um sujeito histórico que, sendo homem homossexual afeminado, desde criança também desenvolveu seus modos de expressar/disfarçar/ocultar comportamentos e padrões lidos socialmente como femininos.

Nesse movimento de buscar o outro, o pesquisador encontrou, por vezes, a si mesmo (Grossi, 1992). Por outro lado, ao mesmo tempo, ainda que fosse possível reconhecer familiaridades entre os corpos-em-campo, certos estranhamentos eram perceptíveis já no primeiro encontro com a coordenadora travesti do projeto social, reforçando que “o sentimento de ser estrangeiro não começa à beira d’água mas à flor da pele” (Geertz, 1999, p. 21). O pesquisador registrou em seus diários de campo que, numa das primeiras reuniões frente a frente com a líder dos projetos, estranhou e teve dificuldades para naturalizar o fato de a condução das principais ações da organização ser realizada por uma travesti, sejam tarefas administrativas ou captação de verbas e demais apoios junto a empresários e instituições nacionais e internacionais, bem como ser aquele corpo travestilizado o ocupante da presidência da instituição, com mais de 10 projetos ativos.

Outro processo de estranhamento deu-se durante um atendimento voluntário realizado com a população trans em que o pesquisador se percebeu constrangido durante um golpe de olhar com uma mulher trans, que gerou um pensamento intrusivo sexualizando o corpo generificado daquela mulher, seguido de um exercício reflexivo: “Acho que ela está me desejando enquanto homem e me seduzindo. Epa! Pera aí! Você não pode esquecer que o fato de ela ser uma mulher trans não implica desejo sexual por outro homem, nem mesmo por um homem *gay*, uma vez que gênero e sexualidade são conceitos que não se confundem”, o que gerou imediatamente reflexões lembrando os limites do juízo, quando Butler (2015) afirma que “o reconhecimento não pode ser reduzido à formulação e à emissão de juízo sobre os outros” (p. 63). Tais processos exigiram do pesquisador em campo um exercício autorreflexivo sobre seu posicionamento enquanto um pesquisador cis e os riscos que correria de reproduzir processos e relações sociais desiguais que privilegiam uns e subjagam continuamente outros, produzindo situações de abjeção no processo de realização da pesquisa.

Entendemos, assim, que a compreensão desses processos contribui para o entendimento do espacializar como prática material e corporificada, que, na reflexão sobre a pesquisa, viabiliza refletir sobre a produção de corpos-em-campo, expressão que situa pesquisador/a e pesquisado/a não como seres que possuem corpos, mas que são corpos (Flores-Pereira, Davel, & Almeida, 2017) que constituem agentes ativos na pesquisa. Destacamos, na hifenização, o caráter processual de produção de tais corpos no contexto da pesquisa, ou seja, no espacializar do campo. A imersão em campo também permitiu compreender como as interações com as outras pessoas na organização afetam e são afetadas por expressões ou ocultações da personificação trans, e os sentimentos e experiências corporais que são estimulados quando expressam ou ocultam a transgeneridade na interação com os outros no espaço organizacional. Nesse mesmo sentido, participar como voluntário, inserido nessa realidade desde então, direcionou o olhar do pesquisador para determinados aspectos espaciais, como as materialidades, as interações e os usos dos corpos, permitindo, assim, desnaturalizar as práticas convencionais de organização permeadas por lógicas cisheteronormativas e materialidades proibidas.

Essas dinâmicas relacionais refutam princípios ontológicos de viver juntos o campo, e, em contato com as diferenças, colocam em relevo aspectos éticos e o “trabalho político” que, ainda que possam ser discutidos em relação ao fazer etnográfico (Oliveira, 2020; Schwade, 1992), não são exclusivos de etnografias. Tal aspecto foi abordado por Oliveira (2018), ao apresentar seu trabalho de campo num estudo multissituado no contexto Brasil-Canadá posicionada como mulher negra etnógrafa, o que permitiu destacar como as influências de raça se manifestam espacialmente organizadas nas experiências de pesquisa com abordagem etnográfica. Ao sustentar essa afirmação, a pesquisadora apresenta práticas racistas cotidianas de reprodução dos estigmas, da segregação e das dinâmicas de ocupação dos diferentes espaços que, por meio de diferentes ocasiões com os participantes da pesquisa, destacam o fato de que um pesquisador ou pesquisadora ser negro/negra influenciaria o desenvolvimento da pesquisa nas organizações, desvelando como a materialidade da raça se manifestou cotidianamente no espaço de produção da etnografia. Consoante com esses entendimentos, Grossi (1992) afirma que esse processo de construção do campo etnográfico e do texto resultante da etnografia é

influenciado pela construção e posicionamento social dos pesquisadores, exemplificando tal posicionamento social pela via do gênero.

Esse quadro anunciado incita-nos sobre a importância de evidenciar o caráter ético e político nas produções científicas elaboradas a partir do trabalho de campo. Tal conscientização materializou-se para nós durante a realização do trabalho de campo com pessoas trans, por meio de um processo de autoconhecimento e rememoração de algumas das próprias experiências espaciais do primeiro autor enquanto criança, que performava expressões lidas como afeminadas, com um enorme potencial de transgressão de gênero, o adolescente masculino tido como “sensível” e por isso marcado como diferente, e o adulto *gay* com masculinidade lida como falha em vários espaços (inclusive organizacionais), mas que aprendeu a performatividade de gênero nos moldes heteronormativos a ponto de expressar neutralidade social, mantendo a conveniência e a passabilidade de homem “normal” em outros espaços. Desse modo, à medida que foi tecendo os encontros com os participantes, mas também com o que viveu e com o que não pôde viver, em meio a pontes e muros, a trajetória de campo foi visibilizando uma teia de práticas espaciais tanto cis heteronormativas como trans(gressoras).

Nesse sentido, destacamos que o suporte teórico cereteuniano é fundamental no sentido de fornecer uma lente micropolítica que permite a compreensão de dinâmicas sociais espacializadas em relações de poder situadas e circunstanciais. O trabalho de campo evidenciou o caráter efêmero e desestabilizado da produção espacial, bem como da própria produção do “outro”. Lembramos que, para o autor, lugar e espaço, próprio e outro, estão sempre em produção, uma vez que não se trata de posições fixas ou dadas *a priori*. Estamos interessados, aqui, nas desestabilizações e subversões nas quais consideramos as múltiplas opções de ocupar lugar e espaço.

Finalmente, na experiência de campo que gerou tais reflexões, a apropriação dessa demanda produziu-se em encontros etnográficos permeados por relações de gênero, no sentido de compreender como relações generificadas, sexualizadas e corporificadas entre pessoas cis e pessoas trans habitam a espacialidade experimentada no campo de pesquisa em contexto organizacional. Buscamos demarcar contextos que (in)visibilizam relações sociais e portanto culturais, a partir de lugares desiguais onde engendram-se espaços, práticas de organização e corpos

como um possível caminho para a produção de conhecimentos, que, na pesquisa empírica aqui descrita, revelou situações com corpos cis considerados neutros e corpos trans, travestis, que carregam marcas em relação a padrões de referência e cujas representações dominantes afirmam unicamente suas existências “como espécime numa taxonomia do desvio que deve ser corrigido” sem referências adequadas nos espaços da cidade, espaços midiáticos, nem mesmo espaços de cidadania (Preciado, 2020, p. 224). Evidencia-se empiricamente que o espacializar do campo se constitui por relações de gênero reconhecidamente hierarquizadas, que, na pesquisa em foco, se produziu com pessoas travestis e trans, mas que não se circunscreve a esse contexto específico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, em que trazemos reflexões provocadas pela e na experiência de campo do primeiro autor, nos direcionamos a discutir como relações de corpo, gênero e sexualidade do pesquisador, no caso um homem *gay*, cis, influenciam a espacialidade de trabalho no campo de pesquisa. Problematicamos, para isso, o espacializar do campo etnográfico no encontro entre pesquisador e participantes da pesquisa, evidenciando as dinâmicas de expressões de gênero-corpo-sexualidade nesse processo por meio do que chamamos produção de corpos-em-campo. Nesse percurso, caracterizamos como fundamental o entendimento do espacializar como prática material e corporificada, e tencionamos destacar os corpos, situados e generificados, como agentes ativos na pesquisa.

A partir desse entendimento material e corporificado articulado, nosso esforço reflexivo alinha-se no sentido de romper com julgamentos ou representações prévias e produzir espaços de reconhecimento com todos, todas e todes corpos praticantes e as práticas que, em conjunto umas com as outras, estabelecem a dinâmica do espaço organizacional e configuram uma agenda ética e política que emerge nos limites de nossos esquemas de inteligibilidade. Trata-se de um lugar de reflexividade, onde, no contexto da pesquisa etnográfica, nos perguntamos como dialogar e reconhecer quando nos encontramos numa situação de produção de pesquisa não sobre o outro, mas com o outro.

Tecer espacialidades de pesquisa alternativas a um quadro neutro, hegemônico, também cis e heteronormativo, é relevante para os Estudos

Organizacionais na medida em que corpo, gênero e sexualidade se constituem como práticas espaciais, materiais e simbólicas, de engendramento das relações sociais no cotidiano nas organizações, “são espaços que importam” na produção da pesquisa etnográfica (Oliveira, 2018; Tyler & Cohen, 2010). Essas são relevantes questões, uma vez que são as categorias sociais que posicionam os pesquisadores e os sujeitos em campo (Musante & DeWalt, 2010), e que se acentuam não apenas no fazer etnográfico, mas, de certa forma, nas abordagens qualitativas de maneira mais ampla, reconhecidas como produtoras de maior envolvimento dos pesquisadores na realização do trabalho em campo, e emergem como dimensão central durante a condução das etnografias, por terem as relações sociais como seu mundo vivido (Grossi, 1992).

Por tais objetivos, somamos esforços com aqueles/as que buscam desconstruir o mito em torno da neutralidade do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa, implicando um caráter político ao trabalho de campo e cujo contexto faz parte da constituição sócio-histórica do etnógrafo e pode atuar como instrumento heurístico nas análises de pesquisa (Grossi, 1992; Oliveira, 2018). Argumentamos que esse esforço de desconstruir o mito da pesquisa etnográfica e do/a etnógrafo/a manifesta um compromisso ético de desvelar certos processos e relações na construção de espaço de trabalho em campo, aceitando a responsabilidade pelo que fazemos e dizemos, exigindo que o pesquisador seja autorreflexivo sobre seu posicionamento e relações no campo (Cunliffe, 2016; Cunliffe & Karunanayake, 2013).

É um movimento imprevisível, de se defrontar com a estranheza, a permanente surpresa, no encontro com o qual poderia se estabelecer a crise do crível, a quebra dos padrões habituais de referência, valores, pensamentos e ações (Ferraço, Soares, & Alves, 2017). Trata-se de uma prática ética, conforme esboçou Butler (2015), “talvez somente possível pela experiência do outro, sob as condições de termos suspenso o juízo, tornamo-nos finalmente capazes de uma reflexão ética sobre a humanidade do outro” (p. 64). Por isso, argumentamos também que pesquisar (e espacializar) dentro de uma agenda ética com o outro implica reconhecimento do outro; neste caso, permitir-se praticar com corpos-em-campo, um movimento de abrir-se para a alteridade e reflexividade.

Para tanto, durante as vivências em campo, retornamos e articulamos nossas preocupações às teorizações de Certeau (1998), considerando os sujeitos da vida

cotidiana como praticantes (seriam corpos ordinários?), o que implica capturá-los não em essência, mas em atos, relações e interações. Este estudo percorre a via das práticas cotidianas reflexivas, não de pessoas cis sobre pessoas trans, mas com pessoas cis e trans, a fim de compreender o mundo vivido de criação de conhecimento não só teórico mas também metodológico e de produção da vida social nos diferentes contextos, por acreditar que a atitude do pesquisador em campo faz toda a diferença, no sentido de construir pontes com os informantes destacando a importância da reflexividade não apenas na etnografia, mas na pesquisa de modo geral.

Com esse trajeto, pelas vias da espacialidade e materialidade, desenvolvemos conceitualmente a espacialidade com corpos-em-campo, uma noção que reflete uma atitude de pesquisa com práticas reflexivas de rompimento com a negação, invisibilização, abjeção e estigmatização de corpos, gêneros e sexualidades. Com efeito, espaços com corpos-em-campo permitem descobrir desigualdades nas experiências espaciais, injustiças materiais, representacionais e formas de exclusão. Além disso, materializam o direito de reconhecimento para corpos, gêneros e sexualidades tidos como desviantes das normas hegemônicas visibilizando dinâmicas espaciais menos hierárquicas, excludentes.

Destacamos, com esse movimento, uma agenda de pesquisa que propicie a abertura de avenidas mais éticas, mas também caminhos para análises dos modos de organização espacial na pesquisa organizacional menos violentos, com preocupações inerentes à complexidade das experiências vividas que não se restringem em padrões normativos e formas de construção de diálogos e reconhecimentos com diferentes corpos-em-campo que permitem ampliar possibilidades de praticar organização. Tal esforço materializa-se como uma tarefa urgente e necessária para chacoalhar as práticas de pesquisa hegemônicas que vêm sendo aceitas como válidas em termos metodológicos e que alimentam a manutenção da realização de pesquisa cis-heteronormativa (mas também masculina, branca, sem deficiência), sem abertura para espaços divergentes, em termos de relações corporais, sexuais, de gênero, de raça praticados na condução da pesquisa.

REFERÊNCIAS

Abu-Lughod, L., & Lutz, C. (1990). *Language and the politics of emotion*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

- Bento, B. (2017). *O que é transexualidade*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Best, K., & Hindmarsh, J. (2019). Embodied spatial practices and everyday organization: The work of tour guides and their audiences. *Human Relations*, 72(2), 248-271. doi: 10.1177/0018726718769712
- Beyes, T., & Steyaert, C. (2012). Spacing organization: Non-representational theory and performing organizational space. *Organization*, 19(1), 45-61. doi: 10.1177/1350508411401946
- Bispo, M. D. S., & Gherardi, S. (2019). Flesh-and-blood knowing interpreting qualitative data through embodied practice-based research. *RAUSP Management Journal*, 54(4), 371-383. doi: 10.1108/ RAUSP-04-2019-0066
- Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo*. São Paulo, SP: Editora Autêntica.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro, RJ: Editora José Olympio.
- Butler, J., & Trouble, G. (1990). Feminism and the subversion of identity. *Gender Trouble*, 3, 1-25.
- Cavedon, N. R. (2014). Método etnográfico: Da etnografia clássica às pesquisas contemporâneas. In E. M. de Souza (Ed.), *Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: Uma abordagem teórico-conceitual* (pp 65-90). Espírito Santo, ES: Editora Ufes.
- Certeau, M. De. (1998). *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.
- Clifford, J. (2008). In J. R. S. Gonçalves (Org.), *A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX* (pp. 17-59). Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ.
- Cunliffe, A. L. (2016). "On becoming a critically reflexive practitioner" redux: What does it mean to be reflexive? *Journal of Management Education*, 40(6), 740-746. doi: 10.1177/1052562916668919
- Cunliffe, A. L., & Karunanayake, G. (2013). Working within hyphen-spaces in ethnographic research: Implications for research identities and practice. *Organizational Research Methods*, 16(3), 364-392. doi: 10.1177/1094428113489353
- Dale, K. (2000). *Anatomising embodiment and organisation theory*, Palgrave, New York.
- Dale, K., & Burrell, G. (2007). *The spaces of organisation and the organisation of space: Power, identity and materiality at work*. Leicester, UK. Macmillan International Higher Education.
- Dosse, F. (2004). *História e ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc.
- Fantinel, L., & Davel, E. P. B. (2019). Learning from sociability-intensive organizations: An ethnographic study in a coffee organization. *BAR-Brazilian Administration Review*, 16(4), 1-20. doi: 10.1590/1807- 7692bar2019180142
- Ferraço, C. E., Soares, M. D. C. S., & Alves, N. (2017). Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação no Brasil. *Pedagogia y Saberes*, (46), 7-17. Retrieved from: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121->

24942017000100002&script=sci_arttext&tlng=pt

Flores-Pereira, M. T., Davel, E., & Almeida, D. D. D. (2017). Desafios da corporalidade na pesquisa acadêmica. *Cadernos EBAPE.br*, 15(2), 194-208. doi: 10.1590/1679-395149064

Fonseca, C. (2007). O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. *Teoria e Cultura*, 2(1), 39-53. Retrieved from <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12109>

Gatens, M. (1996). *Imaginary bodies: Ethics, power and corporeality*. United Kingdom: Psychology Press.

Geertz, C. (1999). Os usos da diversidade. *Horizontes Antropológicos*, 5(10), 13-34. Retrieved from <https://www.scielo.br/j/ha/a/7Wdq4bkgMgjhnQftjCYsRZz/?format=pdf&lang=pt>

Gherardi, S. (2009). Introduction: The critical power of the practice lens. *Management learning*, 40(2), 115-128. doi: 10.1177/1350507608101225

Gherardi, S., & Perrotta, M. (2014). Between the hand and the head. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, 9(2), 135-150. doi: 10.1108/QROM-06-2012-1079

Grossi, M. P. (1992). Na busca do outro encontra-se a si mesmo. In: M. P. Grossi (Org.), *Trabalho de campo & subjetividade* (pp. 7-16), Florianópolis, SC: Editora Claudia Lago.

Hernes, T. (2004). *The spatial construction of organization* (Vol. 12). Amsterdam: John Benjamins Publishing.

Leal, D. T. B. (2018). *Performatividade transgênera: Equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Le Breton, D. (2002). *La sociología del cuerpo* (Col. Claves). Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión.

Munro, I., & Jordan, S. (2013). 'Living Space' at the Edinburgh Festival Fringe: Spatial tactics and the politics of smooth space. *Human Relations*, 66(11), 1497-1525. doi: 10.1177/0018726713480411

Musante, K., & DeWalt, B. R. (2010). *Participant observation: A guide for fieldworkers*. Plymouth, UK: Altamira Press.

Nascimento, L. (2021). *Transfeminismo*. São Paulo: Editora Jandaíra.

Oliveira, J. S. (2019). Etnografia como um processo de (re)educação de subjetividades: Feminismos negros e a aprendizagem etnográfica com Neuza Cavedon. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 6(17), 810-835. doi: 10.25113/farol.v6i17.5762

Oliveira, J. S. D. (2018). As influências raciais na construção do campo etnográfico: Um estudo multi situado no contexto Brasil-Canadá. *Organizações & Sociedade*, 25(86), 511-531. doi: 10.1590/1984-9250868

- Oliveira, M. R. G. (2020). *Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. Salvador, BA, Saberes Trans, Ed. Devires.
- Preciado, P. B. (2020). *Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Rezende, L., Oliveira, J. S. de, & Adorno, E. C. L. M. (2018). Compreendendo o corpo a partir das práticas de organização: Etnografia de uma organização artesanal. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 17(1), 35-53. doi: 10.21529/RECADM.2018002
- Riach, K., & Wilson, F. (2014). Bodyspace at the pub: Sexual orientations and organizational space. *Organization*, 21(3), 329-345. doi: 10.1177/1350508413519767
- Schwade, E. (1992). Poder do sujeito, poder do objeto. In: M. P. Grossi (Org.), *Trabalho de campo & subjetividade* (pp. 41-52), Florianópolis, SC: Editora Claudia Lago.
- Serano, J. (2016). *Whipping girl: A transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. Berkeley, USA: Seal Press (CA).
- Shilling, C. (2003). *The body and social theory*. Los Angeles, USA: Sage.
- Simakawa, V. V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia.
- Skoglund, A., & Holt, R. (2020). Spatially organizing future genders: An artistic intervention in the creation of a hir-toilet. *Human Relations* 74(7), 1007-1032. doi: 10.1177/0018726719899728
- Smith, W., Higgins, M., Kokkinidis, G., & Parker, M. (2018). Becoming invisible: The ethics and politics of imperceptibility. *Culture and Organization*, 24(1), 54-73. doi: 10.1080/14759551.2015.1110584
- Souza, E. M. D., Costa, A. D. S. M. D., & Pereira, S. J. N. (2015). A organização (in) corporada: Ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(4), 727-742. doi: 10.1590/1679-395118624
- Souza, E. M. D., & Parker, M. (2020). Practices of freedom and the disruption of binary genders: Thinking with trans. *Organization*, 29(1), 67-82. doi: 10.1177/1350508420935602
- Thanem, T. (2011). Embodying transgender in studies of gender, work and organization. In E. Jeanes, D. Knights and P. Yancey Martins (Eds.), *Handbook of Gender, Work and Organization* (pp. 191- 204). Oxford, UK: Wiley
- Tyler, M., & Cohen, L. (2010). Spaces that matter: Gender performativity and organizational space. *Organization Studies*, 31(2), 175-198. doi: 10.1177/0170840609357381
- Van Marrewijk, A. Van, & Yanow, D. (2010). *Organizational spaces: Rematerializing the workaday world*. Northampton, UK: Edward Elgar Publishing.
- Vásquez, C. (2013). 8 Spacing Organization. *Organization and organizing: Materiality, agency and discourse*, 127-149. Newbury Park, CA: Routledge

Warner, M. (1993). *Fear of a queer planet: Queer politics and social theory* (Vol. 6). Minneapolis, USA: University of Minnesota Press.

Weinfurtner, T., & Seidl, D. (2019). Towards a spatial perspective: An integrative review of research on organisational space. *Scandinavian Journal of Management*, 35(2), 101009. doi: 10.1016/j.scaman.2018.02.003

2º ITINERÁRIO: ESTRANHANDO A CISGENERIDADE NA BAHIA

[...] Quantas partes de você
Você precisa matar
Para que o mundo te aceite
Nos termos dele
Não nos teus?
E mesmo assim,
Se funcionar,
No final das contas
O que sobrou
O que foi aceito
É você?
(Amanda Palha, 2021).

Depois de alguns meses como voluntário no primeiro campo, eu entendi que precisava diversificar a experiência com corpos em campo. No entanto, prolongar a duração do serviço voluntário no Espírito Santo não parecia ser um caminho viável naquele instante agudo da pandemia da COVID-19. O contexto social no Brasil e no mundo ainda assolava a vida de todos, com muitas mortes e internações graves diariamente registradas. Por algumas semanas, o trabalho voluntário quase não me gerava demanda de novas atividades ou encontros presenciais. Como disseram duas pesquisadoras brasileiras acerca desse contexto pandêmico, “A vida parou. Mas a qual vida se referem?”²² (BORSATTO; FANTINEL, 2021). Sabemos que durante o processo de doutoramento, o tempo não pode parar. Estar sem atividade em campo,

²² Há que se comentar que esse relato diz respeito ao segundo semestre do ano de 2020. Um período cuja pandemia da COVID-19 ainda assolava muitas famílias, produzindo um número de mortes altíssimo no qual várias pessoas perderam seus postos de trabalho no Brasil. “A vida parou! Mas a qual vida se refere?” O título do artigo de Borsatto e Fantinel (2021) faz relação ao contexto social brasileiro no ano de 2020, no qual a sociedade inteira recebia recomendação de ficar em casa, interromper movimentações na rua, ilustradas em “A vida parou!”. No entanto, esse direito de proteção à vida não se estendeu a toda população brasileira conforme interrogado pelas pesquisadoras, mas a qual vida se referem? Além da classe trabalhadora mais vinculada a atividades essenciais, como em setores de alimentação e saúde, devido à atuação no enfrentamento da doença, relatos mostram que as populações de mulheres pretas moradoras de periferias não perceberam o mesmo direito de proteção a suas vidas, tendo que continuar trabalhando diariamente para sobreviver.

em relação aos prazos do programa de pós, a princípio, seria muito complicado para a pesquisa.

Contudo, ficar meses sem poder ir a campo acabou se tornando produtivo para o desenvolvimento desta pesquisa, pois foi um período no qual me vi dedicado à produção do primeiro artigo, que transformaria o formato de apresentação desta etnografia numa tese escrita em artigos. Escrever o artigo 1 “Gênero-corpo-sexualidade no espacializar: Produzindo corpos-em-campo na pesquisa” não foi fruto de um movimento estratégico, previamente planejado ou intencional. Faz mais sentido entender como um movimento tático, no qual aproveitei o frescor das vivências em campo, com dados recém produzidos, como se eu não pudesse parar o desenvolvimento da pesquisa, nem arquivar aquelas vivências e reflexões numa gaveta.

Numa espécie de contragolpe em relação ao contexto epidêmico, aproveitei quando um grupo de pesquisadores com interesse em corpos e organizações divulgou uma chamada para trabalhos científicos²³ ajustada ao tema, ao referencial e às reflexões que brotavam dos dados recém produzidos. Esse instante oportuno convidava pesquisadores com intenções de dialogar sobre corpos e organizações, especificamente sobre o rompimento de hegemonias no conceituado periódico na área de Administração. A chamada foi publicada no ano de 2020 e a submissão do artigo, constituinte desta tese, aconteceu no início de 2021, em janeiro.

A partir das proposições conceituais em ‘corpos em campo’, tratando a produção de conhecimento não sobre, mas com as pessoas, passou a fazer sentido nesta pesquisa, incluir os múltiplos lugares de corpos presentes na produção de dados. Em síntese:

a proposta parte de uma rejeição a práticas organizacionais hegemônicas que hierarquizam corpos presentes nos espaços etnográficos, e permite, de maneira simultânea que os próprios corpos dos pesquisadores sejam postos em reflexão, uma vez que há na investigação um processo coletivo de produção de espacialidade de materialidade (RAMPAZO et al, 2022, p.7).

Nos termos desta experiência etnográfica, as noções propostas implicariam não somente ir em direção à familiarização com as perspectivas trans no itinerário de

²³ Detalhes da chamada: RAMPAZO, A. V. et al. Rompendo hegemonias sobre corpos e organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 4, p. e0000–0022, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/85993>. Acesso em: 12 set. 2022.

campo, mas também diversificar a direção desse itinerário, considerando a partir dos lugares trans, a rota de estranhamento em relação à cisgeneridade. Considerar não só as questões a partir da cisgeneridade, mas também a partir das trangeneridades, seria necessário para dar conta da relação cis/trans presente em campo. Foi nesse caminho que o itinerário se tornou mais ético, visibilizando as múltiplas formas de afetar e ser afetado com os corpos em campo, sem negligenciar ou silenciar corpos habitando as espacialidades do campo. Então, foi a partir desse entendimento, visibilizando também a perspectiva cis, a maneira como iniciei o trabalho de busca do segundo *lócus* de produção de dados. Se, no primeiro campo, havia caminhado em busca de aproximações com a perspectiva trans, agora buscaria estranhamentos com a perspectiva cis. Caminhar nos dois sentidos, nesta experiência, diz respeito a uma movimentação estratégica, visando deslocar o local de análise, diversificando os sentidos empregados nas experiências de campo ao incluir múltiplos pontos de vista na produção de dados. Mas restaria responder para onde seguir?

As aproximações realizadas em relação à perspectiva trans me permitiram entender que a identidade travesti, mesmo tendo registros e referências de sua presença em toda América Latina, apresenta em suas experiências brasileiras peculiaridades e sofisticações que, provavelmente, fazem mais sentido diante do contexto geopolítico brasileiro, sendo o Brasil o país que mais consome conteúdo pornográfico com pessoas trans, ao mesmo tempo o país que mais assassina travestis do mundo²⁴.

Desse modo, direcionei meus esforços para realizar a extensão do trabalho de campo em um território doméstico e não internacional. Além disso, eram recorrentes os elogios ao trabalho desenvolvido pela rede de articulação nacional, considerada como referência de atuação na causa trans. Foi nesse sentido, investindo esforços no deslocamento do trabalho de campo, entendendo a importância do acesso às redes

²⁴ Um dos maiores sites pornôis do mundo publica um relatório com as categorias mais acessadas pelos seus usuários. O Brasil, que nunca fica de fora dessa lista, demonstrou, em 2019, o paradoxo de viver entre o desejo e o ódio em relação às travestis e transexuais. O primeiro ano em que o RedTube colocou o Brasil como o país que mais consome pornografia com pessoas trans foi em 2016. Alguns vídeos chegam a mais de 920 mil visualizações no RedTube, 14,5 milhões no Pornhub e outros quase 45 milhões no XVideos, com buscas pelos termos travesti, travesti brasileira e suas variações. Ao mesmo tempo, o Brasil seguiu pelo 10º ano consecutivo como o país que mais assassinou travestis e transexuais no mundo todo em 2019, de acordo com os dados do Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra pessoas trans. Trecho transcrito diretamente da revista híbrida, acessado em 29-08-2022, cuja reportagem pode ser acessada em: <https://revistahibrida.com.br/brasil/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>

afetivas, outros nexos, outras conexões estratégicas que podem acontecer quando o pesquisador amplia o percurso de campo para outras práticas culturais e regiões geográficas que façam sentido para a pesquisa, que eu fiz contatos na Bahia, buscando o movimento organizado de travestis. Pesquisei em redes sociais algumas pessoas trans ativistas, militantes e grupos de pesquisa em outras universidades pertinentes ao debate aqui pretendido. Pouco tempo depois, consegui contato com um professor que atua fora do Espírito Santo, que me deu algumas dicas, fiz alguns contatos com organizações de luta política vinculadas à rede ANTRA e à pauta dos direitos humanos, bem como a questão das violências contra expressões trans que também contribuíram um pouco direcionando minha busca. Não demorou muitos meses para eu conseguir uma rede de apoio por lá, me mudar e acessar uma organização ajustada aos interesses da tese.

Com esses deslocamentos, o trabalho realizado no segundo campo visou construir conexões de uma maneira que a pesquisa pudesse pluralizar os sentidos, decifrar de outras maneiras os códigos e práticas espaciais binárias de gênero que articulam experiências cotidianas em relação ao sistema mundo. Reconnectando dimensões micro e macrosociais, diversificando a produção de dados em relação às vivências com as bichas e trans travestis no primeiro campo. Para fins de organização e condução da leitura, partilhei nos fragmentos a seguir, uma estação com algumas experiências sobre a deslocalização do corpo produzindo relações fracassadas e abordando os muros e pontes na relação com as participantes de pesquisa e outra sobre as músicas que cultivam um lugar em espaços trans+formistas sobre o que acontece quando tem som no palco de arte do Ancora. Foram os fragmentos do percurso que mais afetaram a tese em direção aos sentidos presentes no que chamei de Espacialidades Divergentes, noção esta introduzida no artigo 2 sobre o reconhecimento do papel da cisgeneridade na organização por meio da reprodução ou rompimento com espaços binários de gênero.

Esses episódios relatados podem ser considerados fruto das estações, no sentido de estada mesmo ou como pontos de parada para deixar sentir, entendendo que determinados afetos exigem tempo para serem incorporados, ainda mais quando as afetações fazem mais sentido desde perspectivas que divergem da sua.

Então, o convite é percorrer esse conjunto emaranhado de fragmentos que vão se formando ao longo da experiência etnográfica com aspectos metodológicos em

diferentes rotas e relatos de espaços, pensando que constituem um ecossistema, numa espécie de teia de elementos teóricos, práticos e sensibilizadores durante o itinerário percorrido. Foi cultivando essa teia de fragmentos que entendo este espaço como diverso, pois não subjuga corpos, ao contrário, respeita quem são, se posiciona contrário às violências, aos apagamentos e à objetificação cis sobre trans e não nega desigualdades relacionais entre cisgeneridade e transgeneridades. Uma rota de estranhamento pode fazer sentido diante da necessidade de repensar e ressignificar teorias desincorporadas das práticas espaciais hegemônicas sobre corpos e organizações.

Foi nesse sentido que caminhei rumo à Bahia, cujos encontros com corpos desafiando espacialidades binárias de gênero relevaram códigos sociais de corpos cis normativos num percurso que me fez refletir sobre como os sujeitos marginalizados, para ocupar lugares sociais, por vezes, atravessam fronteiras, superam barreiras em práticas espaciais que demarcam espaços hegemônicos estranhando a cisgeneridade para buscar diversificar os sentidos presentes nas relações cis/trans, preservando como contexto empírico, organizações espaciais com intencionalidades divergentes à norma cisgênera.

ESTAÇÃO 4: A DESLOCALIZAÇÃO DO CORPO

1591 — Morre Xica Manicongo²⁵

1ª Travesti da história do Brasil, negra, escravizada, se vestia com roupas lidas como femininas permitidas pelo seu dono, um sapateiro. Ela viveu e ficou conhecida na baixa do sapateiro em Salvador/BA, e que consta nos registros do Santo Ofício do Século XVI. A história da Xica é cercada por lacunas, pois são poucas as informações e as narrativas sobre sua vida e morte estão em constante disputa. Acusada de sodomia, foi condenada a abrir mão de sua identidade de gênero e orientação sexual.

A região nordeste do Brasil, especificamente o estado da Bahia, foi escolhido em função do ativismo, da militância e da força que historicamente associa a cidade de Salvador ao movimento de organização política LGBTQIAP+ brasileiro e, em particular, o movimento e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) (BENEVIDES, 2020). O marco assumido como ponto de partida em relação à experiência de mulheres travestis no Brasil acontece na cidade de Salvador, em registros sobre a espacialização pública incorporada feminina, por Xica Manicongo, primeira travesti inscrita na história brasileira.

O reconhecimento da identidade de gênero trans travesti nas narrativas sobre a organização social de gênero no Brasil, desde a perspectiva trans travesti, materializa modos de organizar que demarcam a importância histórica da cidade de Salvador. A vida pública e morte da trans travesti Xica Manicongo na cidade baiana demarca o primeiro marco histórico do Movimento LGBTQIAP+ brasileiro, um registro político da resistência e da existência de pessoas cis divergentes desde o século XVI (BENEVIDES, 2020). Infelizmente uma história que não foi possível ser narrada de maneira desvinculada de violências desde a perspectiva cisgênera em relação a perspectiva trans travestis, especificamente, quando esses corpos trans espacializam maneiras que divergem dessas normas cis e ocupam espaços públicos. Também é possível encontrar essa história documentada em outras perspectivas que contam, desde os tempos do Brasil colônia, como a sociedade se organiza em relação a

²⁵ Registro da primeira travesti espacializando publicamente no Brasil (Fonte: BENEVIDES, 2020). Os marcos históricos do movimento LGBTI+ brasileiro contado pelo próprio movimento social travesti pode ser encontrado em: <https://brunabenevidex.medium.com/marcos-hist%C3%B3ricos-do-movimento-lgbti-brasileiro-ad84dd691f41>. Acesso em: 25 ago. 2022.

comunidade LGBTQIAP+ por séculos (TREVISAN, 2018). Inicialmente, minha estratégia para a produção de dados envolvia diversificar as vivências de campo, contudo buscando um ambiente similar à organização do Espírito Santo. A intenção era facilitar análises comparativas com similaridades organizacionais, motivo pelo qual buscava uma segunda organização de direitos humanos situada em Salvador. Porém, em função do contexto da pandemia, eu tinha ciência que as casas de direitos humanos, acolhimento e militância com a causa trans travesti poderiam estar fechadas, permitindo, no máximo, a entrada de pessoas trans travestis em situação de vulnerabilidade. Ainda assim, tentei contato com duas organizações nesse perfil, ambos os retornos foram negativos, informando que as organizações estavam com as portas cerradas aos visitantes, pesquisadores e voluntários.

Passei as duas primeiras semanas de estadia na Bahia realizando ligações, tentando sem sucesso contato com ativistas, pesquisadores e influenciadores em redes sociais relacionados à causa trans. Foram mais de 10 tentativas de contato e diálogo, mas, após apresentar sinteticamente minha pesquisa e realizar 1, 2 ou 3 perguntas, todas as tentativas de diálogo, ainda que virtuais, se confirmavam fracassadas. Algumas das ligações chegaram a durar mais do que 05 minutos e todas terminavam da mesma forma: “não posso te ajudar”, “agora não é um bom momento”, “legal sua pesquisa, boa sorte”, “me liga daqui a uns meses”.

Vale situar que um contexto de pandemia oferece muitos obstáculos à continuação do trabalho de campo, principalmente considerando contatos presenciais, algo mais agravado na situação aguda vivida até a disponibilização das primeiras vacinas. Trata-se de questões éticas na realização de uma pesquisa presencial durante a pandemia, o que implicou preocupações necessárias num contexto em que eu mesmo poderia ser um agente transmissor de uma doença que matou muita gente no país. Assim sendo, as recusas ao contato presencial faziam muito sentido, eram coerentes em termos de cuidados e responsabilidades que deveriam ser tomadas no desenvolvimento de uma pesquisa, pensando em salvaguardar a saúde das participantes.

No entanto, o cenário não era o único muro que me distanciava em relação às potenciais participantes da pesquisa. Havia a possibilidade de contato não presencial, por telefone convencional ou WhatsApp, mas ainda assim, estes também foram negados num primeiro momento, conforme as fracassadas tentativas de contato com

as trans travestis na cidade de Salvador. Lembro-me que, durante as primeiras tentativas, me deparei com situações que denunciavam os limites entre as sociabilidades cis e trans.

Neste instante, me permito dar um passo atrás, e reconheço que provavelmente eu ainda não levava tão a sério alguns ensinamentos importantes para a causa trans, como, por exemplo, “nem todo José é homem”, “nem toda Maria é mulher”. Provavelmente por isso, falhava, seja na maneira de dialogar, por exemplo, usando o masculino como genérico, errando o pronome de tratamento, ao invés de simplesmente perguntar ou corrigir o erro. Seja na maneira de fazer o convite a respeito de uma pesquisa sobre espaços e corpos, gêneros e sexualidades dissidentes, e mesmo assim, estranhar a linguagem inclusiva e seus pronomes não binários. Sobre a linguagem inclusiva, que antes eu chamava de neutra, vale comentar que, a exemplo de outras línguas, tendemos a chamar de neutra a linguagem que não se refere nem ao masculino nem ao feminino. Isso não é por acaso. “Neutro” é uma palavra técnica da gramática que tem essa função. Contudo, ela pode nos confundir, já que também significa “aquilo que não tem posição ou partido”. Por isso, recomenda-se falar de uma linguagem inclusiva, evitando nomear como “linguagem neutra”, uma vez que, a linguagem inclusiva tem partido, está do lado de pessoas que sofrem com a violência de gênero (VICENTE et al, 2022).

Desse modo, seja na linguagem utilizada, nos pronomes de tratamento ou em significados atribuídos a determinadas palavras, as situações vividas na experiência de tentar me relacionar com as participantes ao chegar em Salvador falavam muito sobre desconhecimentos, dúvidas e dificuldades a partir da minha posição cis, ocupando o lugar de um pesquisador, buscando aproximação com participantes e perspectivas trans. Reconhecer essas limitações pode ser útil para ajustar as rotas ao longo do processo de produção de dados, que podem determinar o sucesso e o fracasso no acesso ao campo durante o trabalho etnográfico. Me refiro a tensões relacionais, sobretudo a partir da posição de um homem cis sem letramento adequado de gênero, ainda que gay, ao convidar pessoas bichas e trans travestis para dialogar e contribuir com uma pesquisa sobre esses lugares.

Mesmo estando eu comprometido com relações mais éticas e rompimento de violências, ainda assim, não me vi suficientemente familiarizado com a perspectiva trans. Para acentuar as distâncias, ainda me vi sabendo pouco sobre a própria

perspectiva cis. Com efeito, falhava em estar atento acerca de qual abordagem realizar de forma a não reproduzir violências contra populações que já são posicionadas em lugares violentos. Essas situações iniciais me fizeram procurar, em redes sociais, conteúdos prioritários às ativistas trans, conteúdos que pudessem direcionar as relações em campo, no sentido de reconhecer pautas e rotas comuns entre a variedade de influenciadoras trans sobre a causa trans.

Foi então que me comprometi de fato com o exercício de ouvir durante o trabalho de campo. Me desloquei para um lugar mais de escuta, como maneira de aprender com essas perspectivas, sobre como a cisgeneridade pode revisar a forma da abordagem em relação às transgeneridades. Por exemplo, buscando dicas de linguagem inclusiva de gênero e acompanhando o perfil da ANTRA nas redes sociais, por seus diversos conteúdos, cartilhas e até manuais disponibilizados com informações sobre como romper com violências de gênero e praticar mais respeito diante da população trans travesti.

Dentre as transformações e ajustes para produção de dados, já nesses primeiros momentos em Salvador, entendi a importância de iniciar a relação nomeando meu lugar cis. Pensando de forma mais objetiva sobre mudanças nas relações durante a produção de dados, em termos de prática organizacional de rompimento com violências, passei a sempre informar ou assumir meu gênero cis no início das interações. Entendendo que eu estava acionando aquelas pessoas em função das suas identidades/expressões de gênero, então antes mesmo de qualquer pergunta de natureza similar que identificaria o gênero da participante, me identificar visa dotar a intenção de não ocupar um lugar de privilégio de quem nomeia e não é nomeado.

Sobre a importância de nomear um lugar ainda sem nome, acho pertinente resgatar um pensamento da pesquisadora Viviane Vergueiro em uma oficina, “Útero não tem gênero” (realizada em 04-03-21), exposto em diálogo com a organizadora do evento @travagiu. As duas lembravam que atualmente é comum as pessoas heterossexuais se autoidentificarem, nomenando seu lugar, contudo, historicamente, essas pessoas não se nomeavam como tal, ninguém era nomeado ou se aut nomeava heterossexual. Como se fosse uma orientação neutra, representando a normalidade.

O segundo movimento que fiz junto ao desafio de realizar uma pesquisa que se pretendia não violenta com pessoas trans travestis, era não realizar abordagens num estilo jornalístico investigativo, do tipo “Globo Repórter”, como mencionado por uma das participantes. Por exemplo, ao trocar perguntas diretas, por maneiras mais sutis de construir algum tipo de relação, sem afobação, com mais calma, respeitando mais o tempo do outro, o que por vezes, não foi possível. No decorrer desse segundo movimento, passei a considerar que não se deve focar em detalhes individuais sobre vidas trans, travestis. Por exemplo, passei a evitar perguntas investigativas do tipo: se estão casadas, com quem, formação escolar, idade biológica, procedimentos cirúrgicos, hormonização, questões associadas ao registro de nascimento e outras questões investigativas típicas em pesquisas de perspectiva cis que visam construir algum tipo de mapa sobre a identidade travestis, muitas vezes, desconsiderando a humanidade dessas pessoas no contexto de perguntas.

Nesse sentido, passei a me posicionar como um pesquisador que não acredita em mapas identitários, favorável à autodeterminação identitária de pessoas trans, por mais que reconheça a importância de uma luta política por direitos, que se constitui por meio do não apagamento de identidades. O que me conduziu não só a seguir falando sobre meu posicionamento político, seja em relação às normas, seja em relação às violências de gênero e algo sobre como estou de alguma forma e há algum tempo aliado à luta política pela causa dos direitos humanos considerando a população trans, mas também me fez ajustar os critérios definidos para participação nesta pesquisa.

O reflexo dessas transformações provavelmente fique mais nítido nos relatos do segundo campo, quando cito algo que vivi com as “bichas” em Salvador, o ponto que interessa não é se a artista em cena é ou não travesti, afinal ela pode estar num exercício de criação ou experimentação de gênero. Entendo que o termo “bicha” (amplamente utilizando no segundo campo entre as participantes e apropriado em alguns momentos desta narrativa) ilustra que a participante pode ser cisplay na maior parte do tempo e viver a espacialidade travesti durante uma noite ou durante uma atividade profissional, ou aos finais de semana ou quando for oportuno e puder acontecer isso. O que interessa, na pesquisa, e entendo que interessa para várias pessoas que fazem *show* é a experiência, ter comprometimento com essa prática espacial, a questão de travestilizar-se publicamente, seja no palco, na rua, no

trabalho, no lazer ou sem motivo algum. Me interessa a prática de experimentar possibilidades de espacializar gênero de maneira divergente às cisnormatividades.

São pensamentos que partem de uma perspectiva trans, que nos ensinam, dentre outros, que o gênero está nas relações, não nos genitais; feminino e masculino são lugares, os corpos transitam por entre e por fora deles; órgãos não têm identidade de gênero, pessoas sim; corpos com vagina, corpos com pênis, corpos com peito, corpos com barba, são diferentes de corpos femininos, corpos masculinos; identidade se faz na relação entre eu e a sociedade, eu e as outras pessoas, eu e minhas escolhas, e tudo que escolheram por mim. Esses pensamentos foram transcritos a partir do perfil de trabalho, situado na plataforma social Instagram, da ativista @travagiu, que se afirma travesti e atua como produtora de conteúdo e organizadora de oficinas e percursos formativos para letramento em gênero, construindo sentidos convergentes com os direitos humanos e a causa trans travesti.

Durante essas relações sem sucesso e minha busca por ajustar a maneira como vinha me comunicando e tentando produzir dados na pesquisa, como forma de lidar e superar essas aproximações fracassadas, não posso negar que recorri às redes sociais, perfis de atividades militantes e grupos de estudos institucionais ou não. Posso resumir que em três grandes eixos temáticos o percurso formativo que percorri nesse sentido trazem: (1) informações sobre letramento de gênero baseados numa desconstrução da visão cisgênera; (2) dicas de linguagem inclusiva de gênero e não transfóbica e (3) pauta de prioridades do movimento de organização política travesti e transexual para direitos humanos no Brasil. Esses eixos de maneira mais ou menos direta estão considerados pelo Dossiê²⁶ anual organizado pela ANTRA (2022), dentre outras recomendações que podem ser incorporadas a fim de promover o enfrentamento da transfobia e de suas múltiplas formas, na busca por um ambiente social onde as pessoas trans possam existir, serem protegidas e se sentirem seguras.

Restam poucas dúvidas de que foram passos importantes como ajuste de rota e entendimento dos limites de sociabilidade cis no que tange à diferenciação em relação a específicos aspectos da sociabilidade trans, qual seja, divergente à normas cisgêneras. Partilho esses fragmentos do percurso que afetou esse instante no trabalho de campo, não com a intenção de deixar um manual e muito menos com a

²⁶ Dossiê sobre assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

intenção de esgotar o tema das limitações de um pesquisador cis sobre trans, mas como maneira de ilustrar a quem está lendo a tese como muros podem ser (des)construídos e como pontes podem ser erguidas durante o trabalho de campo quando o pesquisador pratica o lugar de escuta em relação à perspectiva das participantes e se permite estranhar os próprios repertórios, até então, naturalizados.

Então, preservei, nas entrevistas, questões que enfatizavam o modo como as participantes são frequentemente atingidas em suas experiências espaciais. Com a intenção primeira de entender como as experiências espaciais se relacionam diferentemente entre pessoas cis e pessoas travestis, uma vez que, essas dimensões relacionais cis\trans se mostraram muito relevantes nas vivências e reflexões apreendidas na Associação GOLD. Além disso, questões buscando obter informações sobre práticas espaciais que podem promover bem-estar e conforto para expressão trans. Seguidas de questionamentos sobre demais dinâmicas sociais de promoção a algum tipo de coesão social no convívio cotidiano.

A segunda intenção que apareceu no planejamento das entrevistas, nesse momento, era conversar sobre situações não confortáveis para as participantes, por exemplo, em torno de relações sociais demarcando diferenças entre perspectivas de gênero cis\trans que atingem quem não se adequa aos padrões cis, como pode ser o caso de uma pessoa trans travesti.

Para dar conta de ser coerente com essas intenções declaradas, busquei me informar também sobre o que as diferentes pessoas entendem por cisgeneridade. Estranhar a própria perspectiva cis tornou-se importante, dentre outros, como caminho para desbinarizar o debate acerca da cisgeneridade. Nesse instante, ambos os conhecimentos de perspectivas cis e trans tornaram-se importantes, como dimensões afetando sociabilidades incorporadas e a produção de dados dependente dessa relação entre participantes\perspectivas. Muitos entendem a cisgeneridade como sinônimo de conformidade e a transgeneridade como sinônimo de não conformidade, mas nem sempre é assim. Muitas pessoas cis não são normativas, não dão conta de corresponder a tudo que é esperado em termos de gênero e sexualidade para ocupar o lugar da cisgeneridade. Ao passo que muitas pessoas trans podem ser conservadoras, religiosas, buscarem conformidade aos padrões socialmente mais aceitos e sem muito potencial para a transgressão de normas hegemônicas.

Desse modo, tanto a cisgeneridade como as transgeneridades não são noções que implicam conformidade e transgressão necessariamente. Ser cis não é igual a ser uma pessoa normativa. Ser trans não é igual a ser uma pessoa transgressora. Assim como ser cis não implica privilégios irrestritos, pois há aspectos de raça, classe, gênero e sexualidade implicados nos processos sociais.

Desbinarizar os entendimentos cis e trans me permitiu perceber minhas próprias dificuldades em relação às normas cis e de tantas outras pessoas cis durante a produção de dados. Sabemos que é muito difícil que uma pessoa consiga viver, durante toda a sua vida, alinhada à cisgeneridade. Seja uma menina ou um menino, quase todos nós já transgredimos o “senta direito”, “se comporta como uma menina” ou “fala igual homem” na infância ou adolescência. Muitos meninos colocam brincos, deixam crescer os cabelos, ou mesmo vestem saias e outros artefatos de modo um pouco mais livre em termos de gênero.

Estar atento a desaprender determinadas certezas sobre gênero a partir de normas binárias, dicotômicas e polarizadas cisgêneras e alimentar algumas dúvidas sobre performatividades e naturalizações de gênero, foi um passo importante nesta pesquisa, que refletiu diretamente na construção das perguntas, nas ênfases de interesses de investigação e nos demais aspectos pertinentes ao meu posicionamento enquanto pesquisador em campo. Entender que as transgressões cotidianas são performadas por possivelmente qualquer pessoa (seja trans ou cis) e reconhecer a cisgeneridade como não sendo algo natural, biológico ou essencial e, mesmo assim, (re)produzida como princípio organizador dos espaços, talvez tenha sido a maior afetação incorporada entre pontes, muros e relações experimentadas no campo.

Um trabalho que toma como ponto de partida os estudos baseados em prática, conforme se percebe, permite problematizar a partir do cotidiano essas palavras e normatividades, sem aceitá-las como algo dado ou certo. Além de permitir reconhecer que essas questões de gênero e sexualidade passam pela expressão corporal, mas não se esgotam nela. Essas transgressões cotidianas podem ser performadas por todos os sujeitos a despeito de sua experiência de gênero, e este fato não enfraquece a identidade trans, na verdade, enfraquece a crença da binariedade e na cisgeneridade como princípio organizador dos espaços. Um fazer que implica reconhecer como, em nossas atividades cotidianas, são engendradas práticas que sustentam determinadas formas de pensar e agir normativamente, e que reproduzem,

por exemplo, sociabilidades cis ao achar que a aparência é capaz de definir gênero ou que gênero e sexualidade são facilmente lidos em corporalidades naturalmente dicotômicas (masculinas ou femininas). No entanto, sabemos que gênero e sexualidade se manifestam em questões mais profundas e complexas, nem sempre as corporalidades revelam como as pessoas se reconhecem. Além disso, na prática, não são processos simples ou naturais, exigem muito trabalho ativo, muita energia investida cotidianamente, para continuar fazendo a norma cisgênera existir todos os dias.

Enfim, mesmo estando há quase um mês em Salvador, os contatos telefônicos não estavam dando muito certo, eu ainda continuava sem conhecer muito de sua realidade, então comecei a repensar minha estratégia de campo, no sentido de buscar outras organizações. Acreditando ser possível encontrar espaços de sociabilidade e convívio para além da cisgeneridade em outras organizações, passei a considerar situar a pesquisa em um itinerário diferente em relação à trajetória percorrida em Vitória. O que me fez ponderar que eu seguiria para onde eu pudesse conviver e encontrar essas relações e suas possíveis particularidades espacialmente enfrentadas numa sociedade tão preconceituosa e violenta.

De todo modo, em certo momento, eu já reconhecia não haver problema algum caso a pesquisa se movesse em outras direções para além de uma organização de direitos humanos. Entendendo que esse tipo de flexibilidade está de acordo com as orientações teóricas e metodológicas adotadas nesta pesquisa, são itinerários que vão emergindo durante a pesquisa, fazem parte da lógica de seguir a prática e de seguir o fluxo de campo etnográfico. Por fim, como não consegui estabelecer algum tipo de relação com o movimento organizado de travestis e transexuais em Salvador, direcionei minha busca para o campo em que seu impacto pode ser amplo e publicamente percebido na cidade, o campo das artes transformistas.

Dito e feito, a primeira tentativa de encontro presencial em Salvador com uma participante não se deu em uma organização de Direitos Humanos, mas em meio ao território de turismo de segunda categoria²⁷, situado na Ladeira da Preguiça e seu

²⁷ Turismo de segunda categoria é termo que veio do campo, em meio às falas de dona Antônia e seu esposo, donos de um boteco sem placa, mas conhecido entre seus frequentadores por boteco de dona Antônia. Localizado há mais de 30 anos nos arcos históricos de pedra que sustentam a ladeira da montanha.

entorno. Estive por lá, ao menos em três momentos diferentes, objetivando conduzir uma entrevista com a artista transformista Babalu Jacaré²⁸, artista de rua, conhecida na região do entorno do Pelourinho, um dos principais pontos turísticos da cidade. No entanto, não seria tão simples encontrar esses corpos na organização, não somente porque muitas vezes eles não estão por lá, mas porque não são enxergados nesses lugares. Por exemplo, registrei em diários de campo relatos de vizinhos, trabalhadores e moradores da região histórica de Salvador, quando questionadas sobre o território e as organizações de arte transformista, não raro respondiam: “Ali? Não tem nada ali não”.

Essa invisibilidade de corpos e organizações apresenta aspectos sobre os limites cis em reconhecer que existem corpos não cis ocupando espaços, são apagamentos cotidianos que operam como barreiras de ocupação dos lugares, dentre outras questões, falam sobre a construção cis heteronormativa dos espaços, numa lógica de organização da cidade através da invisibilidade (CARVALHO; MACEDO JUNIOR, 2017). No caso desse território de Salvador, a invisibilidade foi apontada por pesquisadoras cis como aspecto fundamental para que a região se tornasse historicamente um ponto de concentração de corpos que transgridem as normas de gênero e sexualidade (RIBEIRO, 2016). O fato é que mesmo sendo uma região caracterizada por essa concentração da sociabilidade LGBTQIAP+, tal invisibilização dificultou o acesso ao campo.

Meu acesso a essa participante foi por um intermédio de Oswaldo (nome fictício), um imigrante japonês, fotógrafo, que se estabeleceu na cidade de Salvador e por muitos anos fotografa as ruas dessa cidade, contexto no qual se tornou amigo de longa data de Babalu. A essa altura, Oswaldo já fazia parte de modo mais ou menos íntimo das minhas relações, com o qual vislumbrava a possibilidade de acessar sobretudo diferentes travestis, dentre frequentadores e moradores daquela região.

Na primeira vez que estive por lá, percorremos a região em busca da artista, perguntando por ela a vários indivíduos que estavam por ali, contudo, os desafios no acesso ao campo resultaram em novas tentativas fracassadas. No entanto, nesses instantes, os muros que nos distanciaram falavam mais sobre supostos limites sociais de classe e códigos sociais de convívio entre o pesquisador e as participantes.

²⁸ Conheça a artista por meio do seu perfil público de divulgação da sua arte <https://www.instagram.com/babalujacare/>

Durante algum tempo senti-me como alguém fora daquele mundo ao tentar interagir com os habitantes daquela região e ao assistir o modo como se aproximavam ou se distanciavam de mim, diferentemente das relações estabelecidas com Oswaldo. Embora hoje seja possível relativizar um pouco essa visão, ao menos em relação à minha perspectiva, as primeiras tentativas de encontros simbolizavam mais estranhamentos do que qualquer outro clima na relação.

Quando chegamos no território habitual da artista, seguindo uma teia confusa de códigos e falhas de comunicação, me enrolei com algumas perguntas que não faziam sentido, durante uma tentativa de diálogo com um rapaz solícito que se encontrava parado numa esquina da região. Ele, de modo atento, tentava me compreender, reagindo com algumas expressões como se eu estivesse tentando me comunicar a partir de um outro idioma. Nesse processo, num movimento quase automático para mim, pensei que poderia ser arriscado sacar meu celular do bolso ali naquela região, num reflexo quase instintivo, pensei que poderia ser roubado. Ao mesmo tempo, passou pela minha cabeça que poderia ser constrangedor, soberbo, ou sinalizar mais distância de mundos entre nós, sacar um celular de última geração do meu bolso para fazer uma anotação de um número telefônico junto daquele indivíduo. Para minha surpresa, ele sacou um celular igual ao meu para resgatar o número que possivelmente me conectaria a Babalu, mas ele não sabia de cabeça.

Entre perguntas não compreendidas, respostas indecifráveis, inúmeras falhas de comunicação, incluindo julgamentos, estereótipos de classe e medo de assalto que se quebraram durante as três tardes de caminhada à procura de Babalu, experimentei novas dificuldades para acesso ao campo. O ponto mais importante a ser dito é que tive uma incursão mal-sucedida, diferentes pessoas viram que eu era uma pessoa estranha ali, não apresentei os códigos exigidos pelo campo. A proximidade com um interlocutor que apresentava tais códigos (o imigrante japonês) me ajudou a aprender sobre como, mesmo sendo alguém "de fora", como ele, eu poderia conseguir estabelecer algum tipo de relação de confiança com mais tempo e assim obter outros níveis de acesso ao campo.

Mesmo em estabelecimentos que pareciam receber todo tipo de gente, com música tocando, quando eu tentava me aproximar, pedindo informações sobre as potenciais participantes que moravam no entorno, não conseguia retorno significativo. Provavelmente, as expressões incorporadas falavam mais sobre distâncias na forma

como estabelecemos relações sociais, linguagem e comunicação, produzindo diferenças significativas, entre eu e o imigrante. Só o imigrante obtinha sucesso nas interações. O que se mostrou tão acentuado pelas características próprias de nossas distintas maneiras de estar lá e não permitiu que a relação comigo se materializasse para além daqueles termos. Vale ponderar que esses limites ofereciam específicas complexidades, pois envolviam experiências de diferenças de renda, classe e estilos de vida. Essas diferenças não poderiam ser ignoradas, mas consideradas a partir de dinâmicas materiais e sociais, sendo essas intersecções que deveriam ser consideradas para apreender como as relações engendradas constituem a experiência espacial que se desenrola e atinge a prática.

Nesse processo em curso durante o trabalho de campo, pude perceber com as caminhadas realizadas em conjunto com o imigrante japonês, um dos principais preceitos da etnografia para acessar e permanecer com o trabalho de campo. Observando aquele imigrante, bem integrado à cidade de Salvador, ficou evidente que estar em campo não implicaria tornar-se nativo, como obviamente ele não se tornou. Essa experiência evidenciou que 'se tornar nativo' por meio do trabalho etnográfico não é o movimento que o etnógrafo precisa fazer e nem deve querer fazer. Mas, a esse respeito, tornou-se explícito durante a caminhada que cada campo vai ter suas exigências, seus códigos; com alguns, a entrada pode ser mais fácil, com outros não. O problema não é o sujeito que pesquisa ocupar ou não o lugar do sujeito que é pesquisado, não é sobre isso. É sobre construir relações de confiança com as pessoas, o que eu comecei a experimentar ali demandaria algum tempo.

A despeito do lugar do qual falamos e das vestimentas que usamos, sempre é possível experimentar problemas para estabelecer relações com as pessoas. Refletir sobre essas questões em campo fez mais sentido quando olhei novamente para aquele imigrante japonês, conversando tranquilamente e de modo mais integrado do que eu naquela espacialidade. Esses elementos, que se apresentaram a mim como modos práticos, me fizeram compreender e sentir como se permitir o convívio com aquelas pessoas, como Oswaldo fez por muitos anos, transformou a experiência espacial entre eles.

Essas situações, parcialmente já experimentadas no primeiro campo, ganharam outras intensidades quando me desloquei do Espírito Santo para a Bahia. Provavelmente falam não somente sobre as dificuldades de uma pessoa cis realizar

uma pesquisa com pessoas trans, mas sobre a dificuldade no processo de desnaturalizar a visão de mundo que o pesquisador tem a partir do seu lugar. Ao ser atingido por aquela espacialidade, pude refletir quão violento pode ser-estar num espaço onde você não cabe. Esses relatos podem ser refletidos com Certeau, pois mostram como no cotidiano as dinâmicas não permitem fixar posições, ao contrário, deslocamos posições com muita facilidade em que a inversão de quem é outro pode ser produzida micro politicamente.

Depois das tentativas fracassadas à procura de Babalu, enfim consegui encontrar com ela e realizar a primeira entrevista em Salvador. Tudo aconteceu somente na terceira tentativa à procura de Babalu, numa entrevista acompanhada do intermediador fotográfico, e realizada depois de aguardarmos o tempo necessário para a participante se sentir à vontade para falar. Esse momento aconteceu no fim do dia, durante uma cena de pôr do sol, após termos caminhado a tarde inteira conhecendo a pé a região do entorno do Pelourinho, onde eu sabia que havia vários Bregas, organizações que visam atender turistas atrás de ambientes com bebidas, músicas e pessoas de fora no intuito de curtir e conhecer a cultura local na região historicamente mais badalada de Salvador. Próximo à Bahia Marina, um centro de lazer náutico, o Solar do Unhão, conjunto arquitetônico do século XVII, e a famosa Praia da Gamboa, todos cartões postais da cidade de Salvador, que a artista fez questão de me apresentar em conjunto com ruas, amigos ambulantes e outras artistas de rua antes de iniciar a entrevista que começa quando gravo no celular a seguinte fala de Babalu.

“Eu estou pagando um quarto de hotel por diária. Eu não paguei anteontem, não paguei ontem e já está no acumulativo para o de hoje”, dizia ela nos primeiros instantes daquela entrevista, relatando o que se passava com ela na manhã daquele mesmo dia, sobre viver e se manter sem o apoio da família ou amigos, naquela região em frente ao local em que estávamos gravando a entrevista. Mas, antes desse instante no qual pude fazer várias perguntas sobre a experiência de vida dela em Salvador, vivendo da arte de rua, ela me explicou que nem sempre tinha moradia fixa e que tentava se sustentar declamando poesias dentro de coletivos, em pontos de ônibus e praças.

Naquele dia ela me explicou que fazia sua arte sempre maquiada, com roupas bem coloridas, combinando bijuterias, sandálias, bolsas. De fato, era assim como ela

se apresentava a mim naquele dia, toda produzida e maquiada, vestindo mini saia, top e uma terceira peça por cima completando a combinação. Além de uma sandália, cabelos sintéticos, num estilo repicado com fios lisos na cor castanho, de tamanho médio, chegando na altura da nuca e uma maquiagem colorida combinando com os acessórios e o estilo do figurino. Carregava também uma segunda bolsa, de onde foi capaz de tirar quatro presentes em forma de gratidão e felicidade de ver e ser fotografada pelo amigo Oswaldo, conforme explicou:

“Hoje é um dia muito feliz, além de ver meu amigo, conhecer o amigo dele e ser fotografada, eu ainda vou dar uma entrevista para um pesquisador de fora que se interessou pelo meu trabalho. E se veio a convite do meu irmão Oswaldo, então eu sei que vai me respeitar, respeitar minha vida e pode levar meu trabalho ao alcance de mais pessoas. Não para que eu fique famosa ou ganhe muito dinheiro. Claro que eu preciso, todo mundo precisa de dinheiro para fazer as suas coisas. Mas eu quero que minha arte chegue a mais pessoas, para que todos possam me ver. Ver como eu vivo, como eu sou feliz, como eu tenho vários amigos na rua, pessoas que gostam de mim, que me escutam, sorriem para mim, querem me abraçar quando me veem e acreditam que é possível respeitar todo mundo. Você não precisa gostar de alguém como eu, uma bicha preta, pobre, periférica, mas tem que respeitar”.

No momento que escuto essas palavras, estamos eu, a convidada participante artista e o intermediador fotógrafo sentados numa mureta, embaixo de uma grande árvore em frente ao antigo prédio do conhecido jornal A Tarde. Ambos descansando, pois a caminhada que já durava mais de 02 horas, contou também com um trecho dentro do transporte coletivo, durante o tempo em que a artista fazia sua performance transformista incorporando a Babalu, artista, modelo e poeta retratada há mais de 5 anos pelo fotógrafo que vive registrando um pouco da cultura local naquela região histórica. As palavras-chave mobilizadas pela artista, bicha, preta, pobre sugerem que ao buscar significar seu (não)lugar social, emergem representações cis sobre corpos afeminados, num misto entre uma busca de se afirmar nesses lugares que dizem dela, ao mesmo tempo, reivindicar que os termos associados a esses lugares não devem dizer sobre relações de poder que a colocam em posição desrespeitosa, num sentido ordinário de não ser algo sobre poder ou não poder, mas algo que demanda transformação, “você precisa respeitar”.

Esse convite feito pela artista Babalu sobre considerar o espaço das artes transformistas como possibilidade e política de vida fez muito sentido com as intenções desta pesquisa. Afetou o itinerário do segundo campo, conectando a pesquisa com os espaços de arte transformista de Salvador como caminho para outros aprendizados que importariam aos desenvolvimentos desta tese. Ouvir com atenção os pensamentos partilhados pela artista transformista e respeitar seus pontos de vista, provavelmente, foi o que fez mais sentido ao decidir procurar organizações com palco para arte transformista como segundo *lócus* da pesquisa durante o percurso de estranhamento em relação à cisgeneridade.

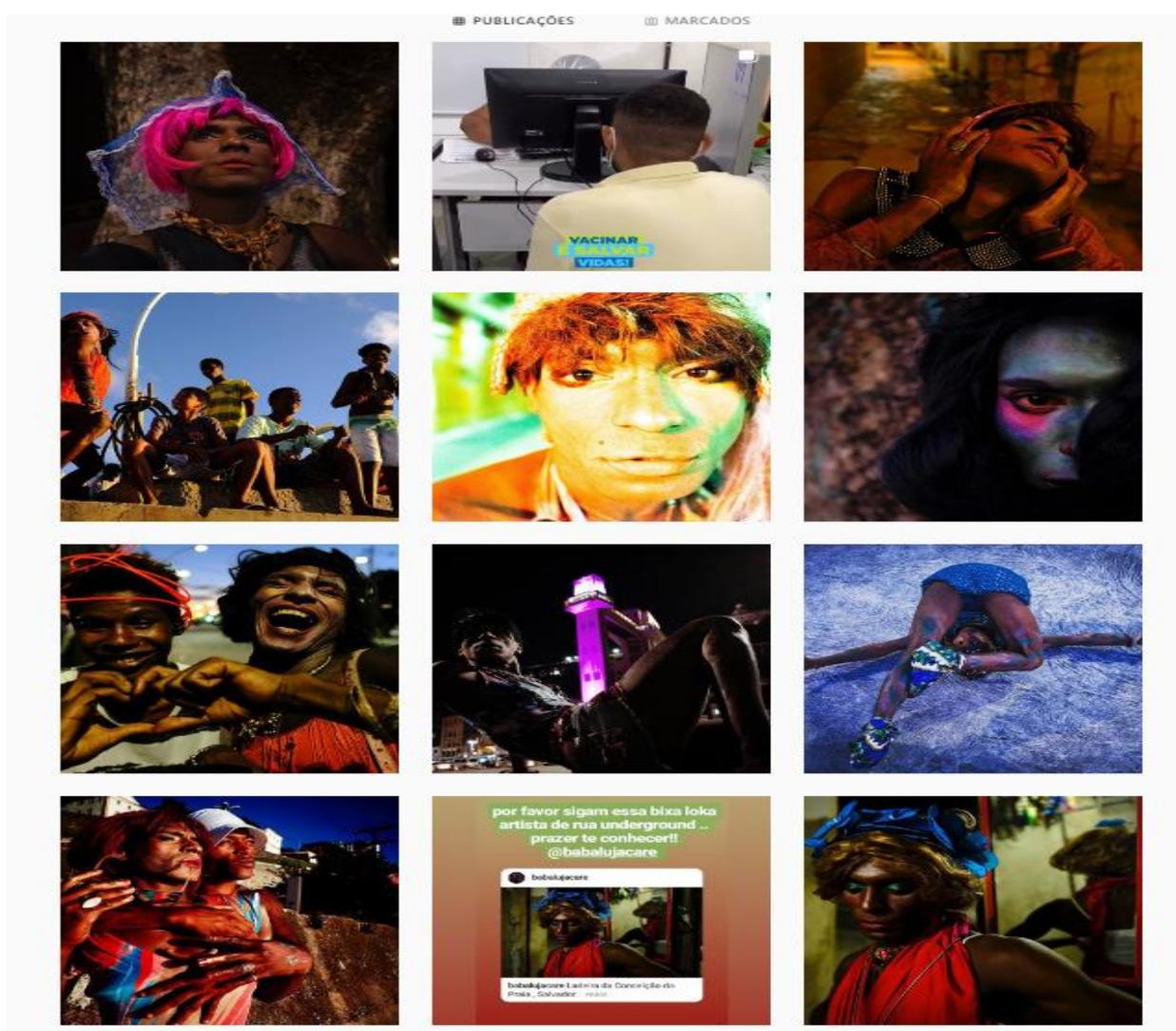


Figura 6: Arte transformista.

Fonte: Perfil profissional público e artístico de @babalujacare, acessado em 05-09-2022.²⁹

²⁹ Todas as fotos da artista Babalu Jacaré referenciadas aqui constam no perfil público da artista, motivo pelo qual sua exibição neste documento não implicou processos de autorização de uso de imagens, justificada pelo caráter típico de um perfil público de promoção de trabalho.

Experimentar relações fracassadas e ouvir atentamente a artista transformista nas ruas, explicando como a arte pode transformar, inventar um espaço possível de respeito à vida, afetou o itinerário de campo em direção a organizações com palco para arte transformista. Incorporando essa direção, segui rumo ao território conhecido como a região da 2 de julho, reunindo vários bares, é uma área histórica, onde todo mundo se encontra na noite de Salvador, reconhecida como um verdadeiro reduto da classe artística e que se tornou nas últimas décadas espaço de sociabilidade LGBTQIAP+ (RIBEIRO, 2016).

Alguns registros afirmam que o lugar parece ser vestido pela presença de artistas, mesmo antes da década de 90, e é tomado por esse sentido como uma espécie de segunda casa de muitos artistas e “um lugar extremamente rico para pensar as temáticas de gênero, corpo e sexualidade” (RIBEIRO, 2016, p.72). É nesse contexto histórico-territorial que emerge a organização com palco para arte transformista, chamada de Âncora do Marujo, situada não distante dos principais cartões postais da cidade e das ruas percorridas com Babalu. Um bar com shows de arte transformista, que existe há mais de 20 anos, no ano de 2021, seria o mais antigo local de convívio entre a comunidade LGBTQIAP+, mantendo até os tempos atuais pleno funcionamento com shows diários de arte transformista.

A primeira vez que estive no Âncora foi à noite e eu estava acompanhado de Jeffa para assistir ao “show das trans”. Jeffa é o nome artístico de Jeff, ambos nomes ficcionados neste relato. Jeffa ou Jeff aparece nesses relatos, pois foi minha principal intermediadora com esse campo, sendo ela moradora vizinha do Âncora e também um frequentador antigo da região. Eu frequento o Âncora desde que abriu, acho que isso tem 21 anos, me contou orgulhosamente. Quando eu me referir a Jeffa, provavelmente usarei o termo bicha e a flexionarei a linguagem em pronomes femininos, pois foi dessa maneira como dialogamos durante boa parte da minha estadia por lá. Devo reconhecer que a bicha foi muito importante para o trabalho de pesquisa, pois, além de apresentar e facilitar o acesso ao Âncora, ela, que também dava *close* montada fazendo show, conhecia praticamente todas as artistas que ali tinham palco.

Juntas, curtimos várias noites, bebendo, rindo e compartilhando memórias durante os shows de suas irmãs (termo usado entre as bichas artistas fazendo

referência a um tipo de parentesco afetivo). Acho que essa síntese resume o estilo de uma noite naquela organização. Um ambiente para ficar à vontade e passar algum tempo curtindo o som do lugar, escutando músicas variadas, em que todas as corporalidades, gêneros e ritmos musicais são respeitados e bem-vindos. Repetindo as palavras que, de uma forma ou outra, sempre eram repetidas pelas artistas da noite ao microfone, um espaço diverso e familiar que não tolera racistas nem transfóbicos, muito usado para reencontrar as amizades que vão sendo construídas por ali mesmo. Tais palavras ecoam todas as noites e se concretizam em práticas explícitas de posicionamento intencionalmente divergentes às violências de gênero. O raciocínio é simples, a organização deixa claro seu posicionamento e cotidianamente reforça que determinadas práticas (frequentemente são mencionados termos transfóbicos e racistas) não são toleradas na organização. No entanto, apesar de simples, não se nega que raro são as organizações que afirmam esse tom relacional como maneira de informar o ritmo do lugar.

As conversas com Jeffa, quase sempre, giravam em torno das vivências dela e de alguma de suas irmãs transformistas, histórias que envolviam relatos vividos naquele espaço e em outros bares situados no entorno que se tornou conhecido historicamente como a Central Gay de Salvador, embora um território de sociabilidade policultural LGBTQIAP+, no qual o Âncora do Marujo é muito conhecido. Nas palavras de Jeffa: “não sei explicar direito, mas o Marujo é diferente, até porque tem mais tempo que eu frequento, tem mais histórias, além disso, não tem muita frescura, a gente se sente bem, o espaço é simples, vai ver gente de bermuda e chinelo aqui ao lado de pessoas mega produzidas. Eu gosto de ir para lá ouvir as bichas cantando, adoro quando elas cantam, fazem paródias das músicas, gosto do deboche, eu canto também, me divirto e vivo com elas”, comentou ela durante uma entrevista realizada na sala de sua casa, poucos meses depois de iniciada nossa amizade naquela primeira noite. Esse olhar serve para nos ajudar a entender como o espacializar organiza os modos de existir e faz relação com o lugar de onde e como as relações acontecem.

Nas primeiras noites que passamos juntas, acabei falando um pouco mais da pesquisa, afinal esse foi o vetor do nosso primeiro encontro e contato intermediado por uma amiga em comum. Convivemos semanalmente durante toda a duração do trabalho de campo, aproximadamente 9 meses que estive morando na cidade de

Salvador, no ano de 2021. Boa parte desse tempo, eu priorizei o convívio com as bichas, as trans travestis e as outras pessoas trans, cujos encontros aconteciam geralmente, à noite, durante as performances de arte transformista.

Após algumas noites, nesse ritmo de assistir aos shows, realizar algumas fotos e filmagens, beber e conversar livremente sobre as vivências, a bicha se mostrou ansiosa com minha pesquisa. Enquanto estávamos em torno de uma mesa redonda localizada numa posição estratégica em relação ao *show*, ela virou e me disse: Como vai sua pesquisa? Você não entrevistou ninguém aqui ainda, não foi? Você precisa entrevistar elas! Quer que eu te apresente? Já estou ficando preocupado! Você está perdendo muito tempo. Bora bicha! Vou resolver isso agora! Aproveitou que a casa estava cheia, havia várias artistas da cena transformista por lá. Pois a bicha foi chamando uma a uma para conversar ao pé do ouvido, falando da minha pesquisa, me apresentando como pesquisador vindo de fora da Bahia e convidando para me darem uma entrevista.

Esse pontapé inicial de Jeffa foi fundamental e fez diferença no curso da experiência de campo. Ela estava certa, mesmo sem eu explicitamente solicitar apoio ou falar sobre as experiências fracassadas recém vividas em busca de encontrar artistas na região do Pelourinho. Provavelmente a bicha, mais velha do que eu naquela cena, percebeu que eu ainda estava muito tímido e não dominava os códigos necessários para acessar aquele campo. Eu era recém chegada naquela cena, ainda apresentava muita vergonha de tudo, por exemplo, de conversar flexionando gênero para o feminino, como arrisco fazer nesses trechos e era uma maneira muito corriqueira de sustentar os diálogos por lá.

O fato é que eu não conseguiria facilmente realizar aqueles encontros sem o apoio dela. Fui entender, tempos depois, que aquela prática realizada por Jeffa se tratava de um aspecto cultural importante sobre como habitar o cotidiano de organizações como aquela. Uma bicha mais velha, no sentido de alguém que chegou antes e já está mais acostumada com a sociabilidade divergente à cisgeneridade, que já tinha o tempo e respeito das outras bichas a seu favor, sempre apoia (acolhe) uma bicha mais nova, uma bicha recém chegada na cena divergente. Nesta noite, com o suporte de Jeffa, conseguimos o telefone de umas cinco ou seis artistas. Nesse fluxo, acho que três entrevistas foram confirmadas semanas depois.

Para além das entrevistas, eu comecei a experimentar outras relações de convívio que ali tinham lugar. Inicialmente, nem percebi essas peculiaridades de maneira muito consciente, mas ao longo da estadia em Salvador, recebi o mesmo tipo de apoio, vindo de quem chegou na cena antes de mim, cuidados que se estenderam na relação com outras bichas mais velhas. De alguma maneira, me sentir acolhido e sem julgamentos ao chegar naquele espaço, desde a primeira vez, mesmo que despreparado ou demonstrando não apresentar os códigos naturalizados por aquele grupo, soou como algo estranho para mim. Mais tarde, essas maneiras próprias de se relacionar presentes no campo, fariam sentido como estranhamentos em relação à cisgeneridade. Nesse sentido, à medida que fui diversificando as experiências de convívio naquele lugar, acabei percorrendo caminhos significativos para elaborar como a cisgeneridade opera, como ela funciona e que efeitos produz com pessoas que resistem diariamente seus modos compulsórios.

Sobre o ambiente do Âncora, olhando de fora como quem passa caminhando pela calçada da dois de julho, vai enxergar provavelmente apenas um prédio estreito, com cerâmicas em cor azul, uns vasos de planta na janela do andar superior, sem placa facilmente visível ou algum letreiro externo. Uma fachada que remete mais como uma moradia residencial antiga, do que como a histórica casa de shows protagonizando a cena de arte transformista da região. Mas, ao cruzar o portão de entrada, se afastando da rua, passará por uma primeira recepção, como se fosse uma varanda de uma casa, com dois sofás posicionados num formato em L, uma pequena mesa de apoio entre eles, algumas plantas e uma porta de madeira que dá acesso ao espaço interior onde tudo acontece. Atravessando por essa porta, que sempre ficava fechada, você chega num ambiente que já permite o acesso ao som do lugar.

No Âncora, quem dá o tom do lugar são as músicas que tocam. Palavras, ritmos, melodias e diversos gêneros que envolvem, fazem os corpos(as) dançarem, operam transformando a atmosfera do encontro, rompendo qualquer tipo de silenciamento. Estando por lá, você também vai encontrar uma decoração estampada com cores, flores e uma parede inteira de quadros homenageando as artistas que chegaram a mais tempo e fizeram nome. Partindo daí, subindo uns três ou quatro degraus, estamos em frente ao balcão do bar, um ambiente talvez mais escuro, exceto pela iluminação do palco. Uma espécie de salão principal, não é grande, mas comporta muita gente, principalmente em noites de apresentação das artistas que já

fazem cena a mais tempo, por exemplo, numa noite de domingo, com o *show* da rainha da cultura transformista.³⁰ O palco em si, fica localizado ao fundo do salão principal, situado de maneira elevada, meio metro acima do piso geral e possuindo um tamanho aproximado de uns três metros de largura, por uns 3 metros de profundidade. Não é um palco muito grande, mas já vi shows com 3, 4, 5 e até mais artistas naquele espaço.

A decoração desse palco sempre muda, com tecidos, papel de parede, bolas e inúmeras outras sobreposições que trazem variedade de cores e texturas sobre a cerâmica estampada que reveste as paredes do lugar. Nesse intervalo, entre o bar e o palco, estão as mesas redondas, aproximadamente umas 7 mesas fixas, cada uma com duas ou três cadeiras de ferro e assento de espuma. A decoração nas paredes desse ambiente conta com quadros fazendo referência ao Marujo, que o Âncora carrega no nome, com pinturas que remetem ao fundo do mar e os seres que lá vivem.

Além disso, esculturas, artefatos e fotos remetendo a materialidade afro religiosa em homenagem a entidades, santos e orixás também compõem os elementos culturais explicitamente valorizados em paredes e pontos específicos da decoração. Elementos que remetem a um altar de Umbanda e de outros cultos africanos religiosos. As paredes em sua maioria são pintadas na cor preta. A luz vai mudando a cada *show*, cena ou noite, mas, geralmente, ilumina mais o palco, deixando o ambiente escurinho, ao mesmo tempo que a proximidade das mesas e delas em relação ao palco não deixam nenhuma bicha passar despercebida. Além disso, ao fundo do salão principal existem 4 banheiros, todos os banheiros são apenas banheiros, não há restrição binária de gênero, revelando códigos sociais de espaços cisnormativos.

A materialidade de corpos e performances das pessoas fazendo espacialidades no Âncora se apresenta bastante diversa e costuma fazer relação com o gênero musical que vai embalar a noite. Mulheres de peito e pau, mulheres de barba, corpos com próteses de silicone, outros sem prótese alguma, espacializando tanto

³⁰ O termo rainha é como é reconhecida uma das irmãs mais velhas na cena trans soteropolitana. Ela chegou antes da maioria por ali, ocupando a cena de arte transformista há mais de 20 anos, é conhecida no Marujo como a Rainha da Cultura Transformista. Dentre outros motivos, dizem que esse título também diz respeito ao fato dela possuir um acervo de artefatos para montagem e travestilização de corpos(as) que dizem ser o maior de Salvador. O aniversário de 21 anos de cena foi festejado em 2022. Além de ter muita experiência como transformista de longa data, é considerada mãe de muitas bichas que ali aparecem travestilizando a cena desde então.

gêneros masculinos como femininos e híbridos, em diferentes intensidades, desafiam entendimentos espaciais cis normativos. Uma pluralidade de corpos femininos que não se conformam em normas cisgêneras, são as maneiras de fazer espacialidades que abraçam corporalidades nos mais diversos gêneros, em que a binaridade de gênero não define os lugares de corpos.

Os gêneros musicais tocados dão ritmo e materializam a diversidade de corpos que faz o som do lugar, passando pelo brega, pop, samba, samba reggae, mpb, forró e tantos outros. Historicamente, lugares de opressão e silenciamento são enfrentados por meio da música, especificamente, quando diferentes gêneros estão intimamente ligados às práticas políticas. Por exemplo, o rap, que é um gênero musical caracterizado como uma arte identitária, surgiu como forma de autoexpressão e comportamento político de seus artistas (LAUGER; DENSLEY, 2018), inserido na cultura *hip-hop*, que envolve dança e grafite, nascido de uma geração de indivíduos marginalizados, (HARLOW; BENBROOK, 2019). No mesmo sentido, o gênero funk brasileiro está fortemente ligado ao contexto de favelização das cidades, que são representadas no ritmo e nas letras desse gênero, também (MOREIRA, 2017) o gênero Brega Funk Music, que faz relação com a periferia da cidade do Recife, cujo cenário social é retratado em seu ritmo, letras e imagens veiculadas por ele (GERICÓ; SOUZA; PEREIRA, 2020). Além de poder revelar engajamento político, alguns gêneros musicais como o samba, o funk, o brega, também costumam fazer relação com representação de espaços dominantes do ponto de vista masculino (BONNETTE-BAILEY; BROWN, 2019), o que por si só quando interpretados por corpos travestis falam muito sobre o lugar político que está sendo corporificado na cena.

Contudo, quando uso a expressão “som do lugar” me refiro a força de relação provocada pela materialidade do som, especificamente, pelas palavras cantadas pelas artistas transformistas que fazem o lugar acontecer. Não podemos desconsiderar que o palco do qual estamos relatando essas espacialidades está situado em Salvador, onde localiza-se a maior cidade negra da diáspora africana (GUERREIRO, 2009). Um palco cujo nome faz homenagem ao Marujo, conhecida entidade na Umbanda, religião de matriz africana. Na cultura africana lorubá, a palavra é a base da organização social cuja ciência educativa é oral (JAGUM, 2022). Então, a palavra e o som definem o lugar. Num sistema da oralidade, a palavra ganha uma conotação muito mais importante, o som emitido pelas palavras tem valor de contrato

(JAGUM, 2022). Além disso, nos termos de uma das entrevistadas sobre a importância das músicas e letras escolhidas para noite, ela resumiu: o sistema oral, a fala é muito resistente, a incêndios, apreensões da polícia, encarceramento, trata-se de uma tecnologia para resistir a tudo e a todos.

Registrei no diário celular as primeiras impressões. Me percebi, nos minutos iniciais da primeira noite, em alguma situação de perigo, sem saber justificar tal sensação. Provavelmente minha primeira vez por lá teve seus sentidos tomados por símbolos de violência associados à perspectiva trans travesti. Afinal, sempre que várias bichas e trans travestis se encontram e são vistas, as corpos femininas insistentemente são julgadas ou representadas de forma negativa, seguindo sendo expostas em noticiários que insistem em questões de violência (OLIVEIRA, 2017).

Meses depois, assistindo, em média, dois ou três shows por semana, pude refletir que o perigo sentido por mim naquele primeiro dia era fruto mais de um imaginário construído por meio de várias representações negativas e simbolismos associados à prostituição, drogas e violência em relação àqueles corpos, do que qualquer outra possibilidade. Hoje, tempos depois, repenso que provavelmente eu não seria atingido dessa forma caso eu estivesse conhecendo pela primeira vez uma casa de shows transformistas com trans travestis, *drag queens* e bichas.

Além de todas as noites que assisti aos shows no Âncora, gravando, fotografando, conversando informalmente e fazendo os registros em diários via *smartphone*, essa aproximação com a organização resultou também em algumas entrevistas realizadas no contexto da arte transformista. Foram 6 entrevistas formais, em média conversei em torno de 90 minutos com cada artista, resultando em mais de 70 folhas escritas em transcrições. Dentre outros assuntos, busquei conversar sobre os primeiros shows, o que veio antes de pisar num palco pondo o corpo travestilizado na cena pública, as relações com as outras artistas transformistas e demais relatos que fizeram sentido na conversa a partir das minhas provocações sobre organização, espaço e maneiras de estar publicamente incorporando feminilidades que divergem do ideal cisgênero.

Visando enfatizar os elementos centrais dessas interações de maneira sintética, sem perder de vista os objetivos desta tese, reuni todos os relatos como se fossem frutos de uma narrativa única, mas, na verdade, reúnem fragmentos das seis

participantes que me concederam entrevistas separadamente. Aqui, neste espaço, interessa disponibilizar os elementos centrais dessas interações, sintetizar as ideias apresentadas pelas participantes, ou seja, mais do que relatar histórias de vida individuais, busco nessa produção de dados, relatada de maneira coletiva, mediar a escrita etnográfica sem perder de vista os objetivos do trabalho, por isso, preferi anonimizar esses relatos.

Geralmente, as conversas começavam com alguma questão aleatória sobre possíveis relações com a *performance* transformista, buscando relatos sobre os motivos para estarem em público travestilizadas e qual a justificativa da escolha por esse caminho trans pelas artes. A resposta mais comum era algo do tipo: “Porque eu gosto”, mas na sequência algumas explicações mais elaboradas costumavam falar sobre romper com a invisibilização, o apagamento ou silenciamento e demais formas de proibição motivadas pelas simples ocupação dos espaços públicos a partir de seus lugares de corpos afeminados, tais como: “Eu faço porque eu gosto dessa coisa de poder me expressar com mais liberdade, penso nas artes como caminho para potência de vida, adoro a energia que estar em cena me provoca, tempos antes de começar a fazer *show* minha vida estava desencantada.” Acho que reforçando esses sentidos de poder ocupar um lugar social e histórico, algumas recorriam a histórias lembrando de si, quando criança, me convidando a imaginar um menino dançando, rebolando e dublando celebridades femininas com a toalha na cabeça. Histórias que geralmente vinham acompanhadas de reflexões sobre infância desde uma corporalidade afeminada, seguida de episódios de intervenções espaciais vividas e desdobramentos na fase adulta. Uma das entrevistadas provocou: “Imagina o que ia dar depois. Cresci e sempre gostei de montagem, *shows*, música, produção de eventos. Não faço *show* por dinheiro. Faço pelo prazer. É outra lógica para se relacionar com o trabalho”.

Com as respostas transcritas, também seria possível listar as mil maneiras de fazer uma *performance* que não tem representação nos espaços e exige invenção e rompimento com diversas lógicas naturalizadas na organização.

No início, você acha que não vai dar certo, sair por aí toda feminina (fazendo referência a estar em espaços públicos travestilizada). Você fica desconfiado, pensa logo que não vão te respeitar. Pensei em desistir algumas vezes, pois eu achava que não ia dar certo, que era uma coisa errada, não via muita gente fazendo isso quando comecei. Mas no fim das contas, a gente aprende muito, porque nesse mundo transformista você sempre faz tudo. Para os

shows, por exemplo, você decora o espaço, faz o cabelo, o figurino, bordando roupas com pedras ou aprende a aplicar paetês. Precisa escolher as músicas, montar a *playlist*, criar a dança, a coreografia, arrumar o palco, a arte de divulgação, você acaba fazendo tudo mesmo. No meu caso, só não faço a maquiagem porque eu não sei fazer maquiagem.

Recorrente também era o destaque em relação à importância da organização para expressão, todas elogiavam muito a organização do Âncora que já nos primeiros contatos demonstrava apoiar e respeitar o que o corpo faz, da maneira como elas conseguiam fazer. “Em ambientes, assim públicos, eu não gosto de me expor (fazendo referência a espaços convencionais cis). Não gosto de coisas tipo pegar o microfone, fazer uma palestra, essas coisas eu tenho vergonha, não sei se levo jeito. Mas nos espaços iguais ao Âncora, eu não ligo, eu até gosto”. A valorização dos modos de organização do Âncora era pauta recorrente, motivo pelo qual eu sempre pedia mais exemplos sobre esse tipo de relação e como é estar lá na perspectiva da entrevistada.

Os trechos em destaque, a seguir, dentre outros, entregam algumas pistas sobre as práticas de organização (desobedientes de gênero) que permitem a ocupação de lugares desde corpos afeminados, percebida como uma prática bem distinta das organizações mais convencionais e das representações sobre bichas e pessoas trans³¹ mais corriqueiras:

Antes de fazer show no Âncora, eu tinha uma visão e depois que fiz o primeiro show eu mudei minha visão. Achei tudo mais profissional, não é só chegar e arriscar, existe uma organização. Durante o show, geralmente em dupla, você vai percebendo o tanto de atividade que vai acontecendo, nem tudo é brincadeira. Uma bicha tem que de entrar no palco na hora certa da música dela, depois a outra entra, então, enquanto uma está apresentando uma música, dançando e divertindo o público, a outra já está no computador, no camarim passando o som, conferindo a próxima música, deixando o próximo figurino no esquema para agilizar a troca de roupas. Às vezes, quando acontece algum imprevisto na noite, sei lá um microfone que acaba a bateria ou apresenta defeito, uma peça da cena que desaparece, algo que some, é uma loucura, são muitos detalhes para que a coisa possa acontecer da forma como acontece, mas no fim das contas, até quando dá errado, para a gente deu certo. Para você, isso tudo pode parecer ser igual a qualquer *show*, mas no nosso caso é diferente, porque estamos ocupando vários lugares que não foram pensados para nós e geralmente as organizações nem acreditam que uma trans travesti pode estar. Acho que por isso, a princípio isso nem era trabalho, era um quebra galho, depois que eu fui entendendo melhor esse

³¹ A esse respeito, indico que assistam ao premiado documentário “Revelação”, pois aborda como, ao longo de décadas, a indústria do entretenimento mundial explorou a imagem e as representações trans como vetor de risadas, piada, ridicularização em situações de encontro entre corpos cis e trans na tela, sobre a representatividade trans no cinema e na televisão, disponível pela plataforma de streaming Netflix.

meu trabalho, o dinheiro foi aparecendo e eu fui vendo o tanto de gente que trabalha com isso.

Hoje, quando eu busco analisar esses relatos, faz mais sentido entender porque para estas profissionais transformistas, até quando algo dá errado, quando não é possível resolver os problemas com os recursos que estão disponíveis no momento, elas comemoram como se tivesse dado certo. Faz sentido, pois, nesse caso, estar ocupando um espaço de trabalho numa cena pode ter uma relação mais intensa sobre deslocamentos e poder sair de um não lugar e seguir ocupando lugares. Movimentos que dizem mais sobre a luta de uma pessoa trans brasileira em busca de ocupar um espaço social (MOIRA et al, 2022), nos termos de Leandra Nikaratty (2013), o que mais me marcou a vida é ser barrada e não poder entrar nos lugares: esta é a geografia de uma travesti.

Nessa movimentação em busca de ocupar lugares que não foram pensados como tal, ou simplesmente ocupar lugares a despeito de como e se foram pensados, não só fala sobre barreiras de ocupação de lugares, mas como enfrentar tais barreiras pode resultar em algumas tecnologias próprias e estratégias para ocupação. As estratégias ou tecnologias para romper com apagamentos ou lidar com representações negativas sobre trans de alguma forma sempre apareciam nos relatos. “Às vezes, a gente cria soluções onde vocês não enxergam. Se a bicha sabe que não tem recurso ou tempo suficiente para resolver o problema ou mesmo não tá afim, simplesmente ela debocha da situação e segue plena da mesma forma. Como dizemos, a gente é trucosa! Ela dá o truque dela”.

Uma vez, num concurso de arte transformista, a bicha da cena toda montada, peruca nova, seios, curvas perfeitas, ela estava bem menininha, bem garota, como a gente fala por aqui, mas ao longo do *show*, foi dando muita coisa errada, uma das próteses saiu do lugar, um seio ficou desalinhado com o outro, no meio da dança, a neca desaqueceu (fazendo referência a genitália que antes estava guardada e durante o show ficou aparente), todo mundo ria olhando a bicha. A intenção era fazer a linha glamourosa, mas a realidade foi outra, a bicha fez a linha caricata mesmo. Nem sei direito, o fato é que o *show* virou uma papagaiada, virou um deboche e tudo bem, a bicha sabe debochar.

Depois de assistir a vários shows, fica evidente como ao ocuparem lugares não previstos para um trans travesti, elas revertem situações que poderiam ser motivo de vergonha ou humilhação em pautas para orgulho e deboche durante a performance. Se não sabem a letra da música recorrem à mímica, tiram o microfone da boca, dançam e não ficam preocupadas em seguir um padrão “certinho” o tempo todo. Errar, fracassar, ou ser lida como alguém fazendo paródia de gênero parece fazer parte da existência social nessa cena e já foi motivo de destaque em estudos que permitem questionar a essência e autenticidade de gênero, revelando seu caráter construído (LOURO, 2018; BUTLER, 2003).

Contudo, esses relatos chamam minha atenção por apresentarem rotas sobre práticas espaciais que falam sobre como os sujeitos ocupam seus lugares e faz relação acerca da importância de ouvir o som de um lugar em que a *performance* de gênero divergente desloca sentidos dentro de um espaço de sociabilidade LGBTQIAP+, por exemplo, associando ao trabalho. “Parodiar o ridículo é, no entanto, afirmar a possibilidade de existência”, conforme descrito em dois episódios narrados por Andressa Ribeiro acerca de uma das artistas transformistas que se apresentam no Âncora (RIBEIRO, 2016, p.80).

Reforçando esses sentidos que emergem como maneira de ruptura aos silenciamentos e exclusão histórica dos espaços sociais, como ouvi no campo uma vez: “O povo já fala da gente mesmo, já diz que estamos erradas, às vezes ridículas, que não deveríamos estar ali, então a gente debocha assumindo o lugar do erro e da caricatura como motivo de orgulho e fazemos desses julgamentos passarela para dar *show*”. Tal situação de exclusão imposta à população trans, muitas vezes posicionada como um corpo desvalorizado e abjeto, repercute como uma prática que subverte a lógica do silenciamento imposta, usando a desobediência e o deboche como maneira insurgente contrária a essas lógicas, potencializando as diferenças e desafiando a lógica dicotômica de gênero (ODARA, 2020).

Trata-se de uma potência desde a perspectiva trans travesti com a qual a obra de Odara citada dialoga, falando, portanto, da inclusão de vozes de grupos minorizados e dissidentes, tais como podem ser ouvidas. Tal qual esses lugares de identificação se apresentam, num sentido de des-enformar e res-significar o corpo espacial ao divergirem do silenciamento, possibilitando diálogo, mesmo que ao não obedecerem às normas. Em certa medida, desobedecer ou debochar ainda

compreende uma parcela de diálogo, em que ouvir o outro está presente, ainda que para rechaçá-lo, contrariá-lo e transformá-lo (ODARA, 2020).

Quer dizer, apresentam o deboche como tecnologia que dá o tom ou faz a regulação do som do lugar, mas também é um processo, uma maneira de habitar aquele lugar, como forma de politizar seus corpos, corporificando os contornos dessa luta de resistência e dos enfrentamentos diários. Não à toa, uma das marcas do movimento social trans e travesti no Brasil é a data¹⁵ de maio, em que é celebrado nacionalmente, desde 2017, como o Dia do Orgulho de ser Travesti e Transexual, data que marca um dia histórico para o segmento Trans/Travesti no Brasil, e ainda é desconhecida, segundo a ANTRA, pelo apagamento histórico e invisibilidade da contribuição trans/travesti para a comunidade LGBTQIAP+. Trata-se de uma data que não anula ou se contrapõe ao dia 29 de janeiro - Dia da Visibilidade Trans, já ratificada no Brasil. Ambas são importantes e somam forças para a luta das travestis, mulheres transexuais, homens trans, e demais pessoas trans.

A esse respeito, Rocha e Caminha (2019) problematizam a importância do que é feito com o corpo como uma política encorpada em meio aos jogos de inversão de lugares e sentidos espaciais, em específico, usando como referência as *performances* artísticas da travesti brasileira Lia Clark. As práticas de corpos masculino-feminino/feminino-masculino, em meio a jogos de inversões que se faz entre elementos, tais como, grotescos e glamourosos, humilhação e orgulho, mostram como o deboche, na perspectiva trans, aparece como marca e modo de inspirar e produzir esses deslocamentos espaciais, evidenciando a resistência ou existência como propriedade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo.

Assim, quem observa superficialmente essa *performance* num *show* transformista pode ter uma percepção inicialmente negativa sobre as imperfeições, fazendo comparações de gênero, em modelos binários masculinos ou femininos e baseadas em lógicas e estéticas cis, mas, quando entende-se a perspectiva dessas bichas e trans travestis que não partem do padrão cis, se compreende a tecnologia do deboche, sobretudo, quando as experiências nos convidam a considerar que existem outras possibilidades de se vivenciar o gênero na organização.

Um outro contexto que apareceu com importância quando busquei estudos sobre as práticas daquela região de Salvador se pautou nas referências afirmando

que aquele território nas proximidades do Âncora é caracterizado por relações em que “a familiaridade é um fator que é recorrente na fala dos antigos frequentadores” (RIBEIRO, 2011, p. 29). Essa questão também apareceu nos relatos; pude associar diretamente a noções que dizem respeito à relação de respeito, cuidado e valorização de uma específica lógica relacional entre as transformistas no que tange questões práticas sobre uma maneira de organizar que nasce da valorização de quem chega antes na cena divergente e, por isso, abriu espaço para quem está chegando agora.

Por fim, resta partilhar que, nos *shows*, é perceptível uma marca na forma como as participantes da pesquisa se tratam. Elas se xingam, se chamam de puta, cueira, feia, pobre, vadia, arrombada, monstra, vaca, pistoleira, quase mulher. Os termos carregam supostamente sentidos negativos, incluindo aqueles que a sociedade costuma falar quando quer ofender principalmente uma trans travesti; no entanto, minha percepção é de que, entre elas, todas essas palavras ganham sentido diferentes. O deboche faz parte do *show*, se o público começa a gritar princesa, elas devolvem o suposto elogio com cara e atitude de estarem “puta da vida”, chamando o público de mentiroso. Mas, se o público começa a chamá-las de puta, elas sorriem e agradecem, fazendo cara de princesa toda meia, bela e orgulhosa de ser. No *show*, elas fazem paródia ³² disso. Termos que, numa perspectiva travesti, passam por rupturas, às vezes alterações radicais (LEAL; ROSA, 2020).

Com a organização do Âncora, por meio do tempo que estive em campo, busquei refletir sobre o que acontece em espacialidades divergentes à cisgeneridade. Especificamente no que toca à materialidade das experiências divergentes à cisgeneridade. Óbvio! Palco para as artes transformistas! Nesse sentido, como um estranhamento que se dá, emergiu o som, as músicas e as letras, rompendo silenciamentos a partir de um lugar divergente à cisgeneridade, com apropriações de tecnologias próprias, travestilizando a cena, com deboche e desobediência praticada por meio de paródias desvelando normatividades cis e seus códigos sociais incorporados.

³² A esse respeito existe uma paródia disponível na plataforma Youtube que serviu de inspiração num dos *shows* cujos relatos estão situados. Disponibilizo o link nesta nota: “Pocahoupa - Sou Puta e o Que é Que Tem”.

O QUE ACONTECE EM ESPACIALIDADES DIVERGENTES?	
Quem dá o tom do lugar são as músicas que tocam	Um ambiente para ficar a vontade e passar algum tempo curtindo o som do lugar, onde diversos gêneros musicais corporificam conforto de expressão.
Entendimentos espaciais cis normativos são desafiados abraçando a diversidade material de corpos	Mulheres de peito e pau, mulheres de barba, corpos com próteses de silicone, outras sem prótese alguma, espacializando, em diferentes intensidades, gêneros masculinos, femininos e híbridos.
A divergência é um posicionamento que atua como intencionalidade política transformadora	O raciocínio é simples, a organização cotidianamente deixa explícito que práticas transfóbicas e racistas não são toleradas.
É sobre espacialidades de corpos e lugares trans formando a relação.	

Quadro 5: O que acontece em espacialidades divergentes?

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, acreditando ser pelo som e pelo audiovisual as maneiras mais marcantes que o Âncora lança mão para romper com a experiência espacial cisnormativa do *mainstream* convencional e entendendo que dentre as artes de fazer, o som, a *performance*, a fotografia, operam como tecnologias que fazem relação à movimentação e ao registro corporal, partilho um pouco dessa produção áudio visual a seguir. São elementos que desenham a experiência espacial e mediam a convivência; é sobre as maneiras de ser e de estar com outros num encontro, por isto, partilho uma *playlist* disponível no Spotify, “O som que realocaliza o lugar”³³ e a sequência de imagens que permite visualizar a materialidade da organização com o palco para transformação.

Esse oferecimento é para que você que está lendo esta tese possa sentir um pouco dos contornos da trajetória percorrida ao longo desta experiência etnográfica não somente pelas palavras escritas, mas também pela audição, pela percepção sonora, rítmica que pode potencializar afetos e sensações que não ocupam o espaço expresso pela escrita. A partir das experiências de campo, entendo o som como tecnologia que realocaliza o lugar, em que o silêncio numa prática divergente não é o

³³ A seguir disponibilizo o link explícito da *playlist*, indicado para quem lê este documento numa versão *off-line*, impressa:
<https://open.spotify.com/playlist/2aC2qL8h0ZxHNzQLbyXLOI?si=ef6b9ba0a3c546d3>

som que nos une. É sobre as músicas que tocam construindo sentidos divergentes à cisgenderidade para espacializar na organização.



Figura 7: Organização com o palco para transformação.
Imagem capturada desde o *feed* do Instagram público do Ancora em 17-08-2022.

ESTAÇÃO 5: ESPACIALIDADES DIVERGENTES: O PAPEL DO PONTO DE VISTA CISGÊNERO NA (DES)CONTINUIDADE DE ESPAÇOS BINÁRIOS DE GÊNERO³⁴

ABSTRATO

Neste artigo elaboramos reflexões de base etnográfica sobre práticas espaciais e espaços de gênero binário, problematizando a violência organizada e/ou a aliança com corpos que não se conformam às normas (cis)gênero. Discutimos práticas espaciais que reforçam e/ou rompem espaços organizacionais binários. Ao longo da pesquisa, combinamos experiências trans travestis brasileiras e nossas próprias perspectivas cisgênero para superar o fato de que o espaço e a espacialidade são dados como certos na organização das experiências de gênero. Para preencher essa lacuna, colocamos o conhecimento cisgênero situado e as experiências trans travestis brasileiras em diálogo com uma abordagem micropolítica e performativa do espaço. Nesse contexto, exploramos como as pessoas podem habitar espaços de maneiras tão diferentes, desafiando a espacialidade organizacional binária cisgênero. Conforme visto empiricamente em nossa pesquisa, defendemos que é fundamental reconhecer o papel preponderante que a cisgeneridade exerce nos espaços organizacionais binários, negligenciando corpos trans travestis ou não-binários. Em última análise, nossa principal contribuição é discutir criticamente as espacialidades divergentes para abarcar experiências normativas divergentes sobre corpo, gênero e sexualidade por meio de múltiplas perspectivas que não tomem a cisgênero como eixo constitutivo e neutro nos espaços organizacionais. Entendemos que essa perspectiva pode contribuir para transformações significativas na pesquisa e prática organizacional, pois desafiamos os aspectos de gênero ignorados das práticas de espaçamento dentro dos ambientes organizacionais, negligenciando trans travestis ou corpos não-binários.

Palavras-chave: Travesti, Cisgênero, Espacialidades Divergentes, Organização Espacial, Práticas espaciais.

³⁴Artigo traduzido de sua versão originalmente escrita em inglês motivado por um diálogo tecido junto ao congresso europeu de estudos organizacionais seguido de submissão ao periódico do Reino Unido.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de reflexões e inquietações de três pesquisadores brasileiros sobre a violência e/ou aliança com corpos que não se enquadram nas normas de (cis)gênero em contextos organizacionais. Partimos do referencial teórico sobre espaços organizacionais e práticas de espaçamento para problematizar as práticas espaciais que reforçam e/ou rompem espaços organizacionais binários de gênero. Além disso, colocamos esse referencial em diálogo com as perspectivas travestis para preencher a lacuna representada por aspectos ignorados sobre o espaço e a espacialidade no contexto dos estudos de gestão e organização.

Este trabalho faz parte de um projeto maior dedicado ao estudo das práticas de organização espacial em organizações brasileiras. Conduzimos uma pesquisa corporificada reflexiva influenciada por nossas próprias sensibilidades etnográficas para conectar com as experiências vividas por outras pessoas (Field-Springer, 2020). Tais deslocamentos analíticos foram inicialmente vivenciados pela primeira autora, que, inspirada por um trabalho de campo organizacional construído junto com as travestis, refletiu sobre como passamos a questionar nosso próprio ponto de vista e perspectivas interpretativas, especialmente do ponto de vista teórico e onto epistemológico. Questionamos, então, nosso próprio referencial, entendendo que, quando a espacialidade negligencia os diferentes pontos de vista dos corpos, corre-se o risco de naturalizar padrões violentos, em termos de gênero e sexualidade, ser assumido como ponto de partida para teorizações de organização espacial.

O trabalho de campo onde a pesquisa foi desenvolvida envolveu diferentes organizações de duas regiões do Brasil (Espírito Santo e Bahia) que têm práticas espaciais semelhantes voltadas para e em relação a travestis e outras identidades de gênero que fogem das normas cisgênero. Assim, esta pesquisa pode contar com a participação de corpos femininos que, com seus seios e pênis, se espacializam tanto no gênero masculino quanto no feminino, ainda que em intensidades distintas. Nossa pesquisa se conecta com pessoas que passaram ou transitaram entre gêneros ou que expressaram corpos, gêneros e sexualidades não binárias em espaços públicos. O primeiro autor desenvolveu o trabalho de campo por mais de 2 anos, do início de 2019 a dezembro de 2021 e questionou, afinal, o que acontece quando sua perspectiva de gênero de homem cis (ainda que gay) deixa de ser a norma que norteia as práticas da produção espacial.

Nesse processo, juntamente com a primeira autora, a segunda e a terceira autoras (ambas mulheres cisgênero heterossexuais) refletiram a partir de seus (nossos) pontos de vista, em diálogo com outras perspectivas, como as práticas espaciais historicamente situadas nas experiências brasileiras de cisgêneros, travestis e trans as pessoas podem reforçar ou perturbar os espaços organizacionais de gênero binário e, ao mesmo tempo, podem ser produzidos por espaços organizacionais que se destacam por meio de múltiplas perspectivas e relações de gênero.

Argumentamos que a cisgênero define que a neutralidade espacial consiste em espaços ocupados por pontos de vista cisgênero privilegiados, não nomeados em pesquisas e teorias organizacionais até agora. No entanto, essa dinâmica afeta o que entendemos e produzimos sobre as práticas espaciais espaciais e organizacionais.

Esse contexto contribui não apenas para disseminar a inteligibilidade cisgênero como única perspectiva normal de gênero, mas também para constranger a presença de travestis e mulheres trans fora dos espaços hegemônicos, mantendo travestis e mulheres trans em uma posição dupla, de opressão e privilégio (Haraway, 1988), no por um lado, uma posição de extrema vulnerabilidade e, por outro lado, uma posição privilegiada de conhecimento situado com a qual se pode examinar as relações entre cisgênero, a categoria do espaço e suas múltiplas formas onto epistemológicas.

Essa realidade tem sido denunciada por argumentos trans+feministas sobre a relevância de repensar o gênero e a compreensão feminista a partir das perspectivas das travestis. Este debate propõe que, por trás da suposta neutralidade, a organização social cisgênero se produz na contemporaneidade por meio de um projeto cultural de supremacia do corpo ocidental, burguês, branco, androcêntrico e heteronormativo. Esses aspectos revelam alguns dos inúmeros cruzamentos materiais corporificados que extrapolam o gênero, como raça, classe, deficiência, idade, sexualidade, entre outros. Focamos em um tema específico para discutir a produção espacial cisgênero a partir da cisgeneridade crítica. por trás da pretensa neutralidade, a organização social cisgênero se produz na contemporaneidade por meio de um projeto cultural de supremacia do corpo ocidental, burguês, branco, androcêntrico e heteronormativo.

Para aprofundar a investigação sobre a produção socioespacial de gênero visando romper com a produção espacial naturalizada pela ordem hegemônica cis heterossexual (Butler, 1990) convidamos travestis e trans brasileiras a colaborarem

com um movimento de deslocamento justificado pelo argumento feminista em favor da priviégio de perspectivas parciais. Apesar de 'travesti' ser um termo que poderia ser contemplado na categoria 'trans', optamos por uma postura política de afirmação da identidade de gênero travesti. Então, decidimos usar o termo 'travesti' fora do guarda-chuva trans como uma afirmação política de vidas e presença material neste espaço científico. Ao mesmo tempo, acompanhamos o movimento trans+feminista admitindo que existem diversas e complexas expressões de gênero, incluindo travestis não-binárias, travestis mulheres ou apenas travestis (Nascimento, 2021).

No contexto da experiência de gênero das travestis brasileiras, do ponto de vista do trans+feminismo, é importante afirmar que a população TT (travestis e trans) não almeja necessariamente a criação de um terceiro gênero, pois muitas travestis brasileiras lutam pelo reconhecimento de sua gênero feminino autodeterminado (Nascimento, 2021). No entanto, muitas travestis brasileiras se entendem como uma expressão original de gênero e, portanto, não se sentem homens ou mulheres no mesmo sentido das lógicas cisgêneras binárias, fixas e biológicas, revelando as performances das relações de gênero e os modelos de masculinidades e feminilidades de forma altamente heterogênea. Existem mulheres travestis, travestis não binárias ou simplesmente travestis, o que indica que qualquer verdade universal sobre gênero é problemática (Nascimento, 2021).

Mobilizamos esta pesquisa a partir de um olhar trans+feminista, ou seja, através de uma abordagem feminista sobre a experiência de travestis e pessoas trans, dentro do fluxo anti+racista, anti+sexista, anti+transfóbico e anti+fascista dos feminismos plurais. Além disso, nos articulamos com uma abordagem espacial micropolítica para incorporar deslocamentos críticos nas práticas espaciais dentro-fora-entre gênero (cis-trans). Trouxemos as perspectivas teóricas trans+feministas para a discussão sobre a espacialidade como forma de superar universalidades e essencialismos que limitam a performance espacial não-binária e tornam visíveis as peculiaridades do (cis)gênero. Estávamos interessados no que pode ser praticado espacialmente com os limites e privilégios potenciais da cisgeneridade a partir de um ponto de vista específico situado no gênero.

Para nós, a invisibilização política das perspectivas travestis sobre a pesquisa organizacional gera custos ontoepistemológicos pela natureza do fenômeno da categoria espacial e pelo tipo de produção de conhecimento espacial e de gênero.

Essas dinâmicas relacionais não apenas violentam perspectivas não cisgênero, mas também destacam aspectos éticos (Butler, 2009). Eles rejeitam a responsabilidade cisgênero pelo que fazemos e dizemos (Cunliffe, 2016). Entendemos que perspectivas travestis e não-binárias podem expor lacunas epistemológicas e também expor o papel da cisgeneridade nos espaços organizacionais.

Entendemos que este artigo contribui para a literatura em gestão e pesquisa organizacional ao discutir espacialidades divergentes. Utilizamos 'espacialidades' no plural, em sua dimensão vivida em meio ao paradigma de gênero cisgênero e transgênero, colocando em diálogo os espaços hegemônicos cisgênero com a perspectiva trans+feminista. Essa pode ser uma conexão possível e frutífera entre os Estudos Espaciais e os Estudos de Gênero, com potencial para se engajar em uma agenda de pesquisa política e ética para fazer nosso trabalho importar (Cunliffe & Pavlovich, 2021). Em ambos os campos, ainda há espaço para conectar corpos e organizações na literatura, o que pode revelar como alguns corpos são mais ou menos afetados por práticas e processos de espaçamento e organização (Butler, 1993; Rezende, De Oliveira & Adorno, 2018; Flores -Pereira, 2010).

Convidamos nossos leitores a repensar as espacialidades neutras de (cis)gênero com performatividades de (trans)gênero e (cis)gênero. Ambos incorporam práticas espaciais como formas de produção de gênero e nos ajudam a questionar as organizações binárias de gênero e buscar a cisgênero crítica a fim de abraçar experiências vividas divergentes em relação ao corpo, gênero e sexualidade. Com isso, esperamos unir forças com aquelas que lutam contra a cisgênero como eixo constituinte e neutro nos espaços de organização.

A seguir, primeiro colocamos os espaços hegemônicos sob escrutínio, mostrando como a neutralidade é uma forma de esconder a violência e a invisibilidade para aqueles que não seguem as normas cisgênero nos espaços organizacionais. Em seguida, apresentamos as condições materiais e corporais que nos afetaram nesta pesquisa. Em terceiro lugar, tecemos articulações com as experiências espacialmente violentas, a forma como abordamos as relações violentas com as práticas espaciais de vários corpos. Em seguida, destacamos os violentos movimentos de organização espacial que negligenciam os corpos fora da norma. Por fim, incorporamos a necessidade de diversificar as práticas espaciais com os corpos, trazendo à tona o que chamamos de espacialidades divergentes: romper com a violência binária

cisgênero espacialmente organizada. Encerramos o trabalho com algumas considerações finais e principais reflexões que surgiram dessa discussão.

1 ESPAÇOS HEGEMÔNICOS SOB ESCRUTÍNIO

A noção de práticas de espaçamento ganhou atenção considerável nos estudos organizacionais. Mostra diferentes maneiras pelas quais os corpos podem experimentar, viver e habitar os espaços. As práticas de espaçamento têm se tornado cada vez mais importantes nas discussões sobre a produção espacial de gênero, ainda mais quando identidades não cisgênero desafiam as normatividades binárias espaciais (De Souza, Parker, 2020; Skoglund, Holt, 2020; Vitry, 2021) ou quando e onde a invisibilidade é impossível (Souza, & Carrieri, 2015). É por isso que a literatura em pesquisa organizacional defende situar o espaçamento como práticas materiais e corporificadas para apreender as espacialidades (Beyes, & Steyaert, 2012; Vásquez, 2013; Riach & Wilson, 2014; Skoglund & Hold, 2020; Gomes, Cardoso, Domingues, 2021). Práticas espaciais, ou modos de operar ou fazer espacialidades,

A repolitização do espaço do espacial (Vásquez, 2013), por meio de uma reflexão crítica sobre as questões das práticas espaciais, pode ser encarada como uma forma de superar a neutralidade nas relações de gênero e espacialidade. Para tanto, tomamos como ponto de partida a obra de Michel De Certeau, buscando inspiração em sua abordagem micropolítica do espaço performativo explorando as diversas formas pelas quais as pessoas podem habitar as espacialidades por meio de diferentes práticas espaciais. Suas contribuições já são reconhecidas no campo dos Estudos Organizacionais (De Oliveira & Cavedon, 2014; Domingues et al, 2019), colaborando para perspectivas que focam nas relações de poder manifestadas na organização espacial.

Com esta abordagem espacial performativa, queremos reforçar a ideia de que o espaço está impregnado de relações de poder (Clegg & Kornberger, 2006; Dale & Burrell, 2007; Taylor & Spicer, 2007), permeado por dinâmicas práticas de gênero e sexualidade. De Certeau (1984) afirma que as pessoas comuns são muito rápidas em entender o espaço em seu sentido mais geral, uma vez que todos habitam o espaço de uma maneira específica e corporificada. Em outras palavras, as práticas espaciais não podem ser genéricas ou neutras, pois estão sempre situadas histórica, cultural e socialmente. Inspirados por essa ideia, argumentamos que as práticas espaciais

universais ou (de gênero) neutras parecem ser de alguma forma problemáticas, considerando a natureza situada do fenômeno.

De fato, pode-se entender que as práticas de espaçamento são coproduzidas por agentes organizacionais heterogêneos por meio de suas interações cotidianas e trajetórias que se cruzam (Vásquez, 2013) por meio de uma dinâmica que atravessa 'suas histórias de vida, heranças culturais e origens profissionais e de gênero' (Zhang e Spicer, 2014: 741). A pesquisa organizacional pode se beneficiar da discussão sobre práticas espaciais em experiências de fazer gênero, corporificar transgêneros ou diversidade de gênero, uma vez que práticas espaciais revelam dinâmicas culturais e sociais de padronização de corpos, gênero e sexualidade. Precisamos de inteligibilidade espacial até mesmo para ousar imaginar o mundo de maneira diferente (Skoglund, Hold, 2020).

Quando se trata de organizações, percebe-se que esse tema está profundamente ligado a problemas mais amplos da produção científica em geral. Nesse contexto, interpretamos a neutralidade como problemática não apenas do ponto de vista espacial, mas também científico. No que diz respeito à neutralidade científica, apoiamo-nos na abordagem de Donna Haraway (1995) para identificar modos de organização naturalizados em torno de gêneros, sexualidades e performances espaciais específicas daqueles sujeitos cujas perspectivas estão autorizadas a ocupar espaços científicos. Uma pequena parte do espectro se torna a norma definida como neutralidade e universalidade. Quando os espaços são chamados de 'neutros', eles estão realmente situados em um corpo específico e ponto de vista de gênero que é suposto ser universal, natural e normal. Isso estabelece a inteligibilidade da cisgênero: Quando retomamos os estudos organizacionais, é possível identificar uma falta de problematização dos espaços hegemônicos na literatura, muitas vezes vistos como neutros, anônimos e desencarnados (Dale, 2000; Fonseca, 2007). Os estudos organizacionais têm se engajado amplamente em uma relação problemática com o papel da materialidade e do conhecimento incorporado (Ropo, Solavaara, 2019) sobre 'desconforto com corpos e significado incorporado' (Yanow, 2010: 147). Como a literatura frequentemente falha em mostrar que o espaço organizacional não é neutro, fixo ou externo, usamos uma perspectiva performativa para evidenciar que as relações sociais orientam "a compreensão do espaço organizacional para suas configurações materiais, corporificadas, afetivas e menores" (Beyes, Steyaert 2012: 45). Essa

perspectiva pode ser mobilizada para uma ampla gama de fenômenos diferentes, incluindo movimentos que mudam os espaços e seus significados. Por movimentos, entendemos o que é “visível e dizível” em um mundo material e socialmente situado (Beyes e Steyaert, 2012:100).

Os espaços hegemônicos, com sua universalidade e neutralidade, afirmam ter sido criados para quem não tem corpo, nem gênero, nem sexualidade. No entanto, as espacialidades 'neutras' e 'universais' revelam violências concretas contra corpos que se desviam minimamente da norma representada pela heteronormatividade binária cisgênero. É essencial problematizar a relação entre perspectivas incorporadas situadas e organização espacial, a fim de permitir que os pesquisadores percebam o trabalho de campo em configurações organizacionais como experiências incorporadas que produzem conhecimento incorporado (Gherardi, & Perrota, 2014).

Pesquisadoras feministas discutiram as perspectivas do conhecimento situado (Haraway, 1988; Harding, 2004; Hooks, 1991) como capazes de produzir versões socialmente incorporadas do conhecimento. Eles alegaram que os processos científicos históricos não podem ser neutros em termos de gênero. Quando a neutralidade é imposta, ela viola e marginaliza os corpos desviantes do que é considerado a norma.

Esses processos denotam dinâmicas sociais relacionais que produzem espaços científicos de conhecimento que requerem múltiplas teorizações e pontos de vista. É por isso que concordamos com o argumento de Haraway sobre perspectivas hegemônicas e espaços científicos que alegam neutralidade: 'eles constituem uma espécie de conspiração invisível de cientistas masculinistas', porque são produzidos principalmente a partir de um ponto de vista corporificado heterossexual cisgênero masculino branco (Haraway, 1988).

A estratégia de se tornar invisível, recorrente nos ambientes organizacionais, permite escapar dos julgamentos institucionalizados e organizacionais. Faz-nos pensar que alguns corpos específicos não podem ser vistos ou nomeados cultural e historicamente, numa espécie de forma desencarnada ou invisível de existir (Smith, Higgins, Kokkinidis & Parker, 2018).

O que defendemos é que 'a personificação feminista não é sobre localização fixa em um corpo reificado, feminino ou não, mas sobre nós em campos, inflexões em

orientações e responsabilidade pela diferença em campos semiótico-materiais de significado.' (Haraway, 1988, p.588).

Considerando o que foi dito até agora, argumentamos que o espaço organizacional e a performatividade de gênero são fenômenos mutuamente constituídos ou, em poucas palavras, o espaço importa para o gênero (Tylen, Cohen, 2010; De Souza, Parker, 2020). Em um processo de reflexão sobre as formas de organização espacial binária, podemos pensar através das perspectivas travestis e trans (De Souza, Parker, 2020) e mobilizar um movimento reflexivo prático (Cunliffe, 2020). Pode servir como uma ferramenta para nos engajar mais ativamente na relevância das ações cotidianas na produção da ordem social hegemônica e no papel das pessoas comuns nesse processo. Defendemos abordagens no contexto dos estudos organizacionais que se debruçam sobre os espaços generificados não como um adjetivo, mas como um verbo para engendrar espaços (Ranade, 2007).

Portanto, acreditamos que a alegada neutralidade das práticas espaciais representa um modo específico de produção espacial do gênero na vida cotidiana, mas geralmente encenado por dois gêneros dominantes. Essa observação mostra como corpos masculinos e femininos se localizam e se movimentam como espaços hegemônicos de gênero (Ranade, 2007).

Abordando os espaços binários de gênero, criticamos a forma como a cisgênero afirma ser uma hierarquia natural que subordina outras corporalidades que poderiam ameaçar a suposta ordem biológica (Nascimento, 2021). Porém, é importante entender que “as hierarquias não são naturais, elas são fabricadas. Não são os órgãos sexuais que determinam nossos lugares sociais, mas a forma como estes são produzidos socialmente” (Nascimento 2021, p. 166). Contamos com o trans+feminismo para tomar a cisgênero como uma ferramenta analítica para defraudar os discursos biologizantes e essencialistas sobre sexo, gênero e corpo.

Com essa discussão, enfatizamos que o gênero pode se manifestar em ambientes organizacionais para além do binarismo. Por exemplo, Skoglund e Hold (2020) trazem o banheiro para frente da análise espacial historicamente orientada pelos corpos masculino e feminino. Eles revelam dinâmicas como segregações de gênero, “sexualidade normal” naturalizada e biologização que favorecem identidades cis heterossexuais como espacialidades naturalizadas. Além disso, eles mostram como

a sociedade é produzida por meio de gêneros social e historicamente ordenados, bem como a exclusão de sujeitos por dinâmicas que privilegiam quem se identifica com os dois sexos e gêneros biológicos dominantes (Skoglund, Holt, 2020).

As perspectivas trans+feministas sustentam a noção de que a neutralidade espacial não é socialmente neutra em seus efeitos, uma vez que negligencia todos os corpos não hegemônicos. Silencia performances, pontos de vista, posições sociais e relacionamentos não cisgêneros (Oliveira, 2020). Essa falta de diversidade de pontos de vista de gênero no contexto espacial afeta a pesquisa e a prática organizacional e contribui para restringir os espaços ocupados por perspectivas não cisgênero. Por isso é fundamental o diálogo deste trabalho com a produção em diferentes campos do conhecimento das experiências das travestis brasileiras. Essa conexão com o trabalho delas subsidia a problematização do processo de invisibilização cisgênero dos pontos de vista das travestis e/ou mulheres trans.

Apesar de as experiências de vida de travestis e mulheres trans na sociedade brasileira terem se tornado um tema frequente nas pesquisas acadêmicas na década de 1990, o contexto histórico da existência de travestis e/ou mulheres trans vem sendo anunciado apenas em outros espaços, como prostituição e bairros periféricos (Oliveira, 2018). Além disso, é importante notar que o escrutínio sobre travestis e/ou mulheres trans cresceu à medida que elas continuaram ocupando espaços públicos (Oliveira, 2018).

Ao enfrentar a norma cisgênero obrigatória, a presença material da travesti é tensionada contra as hegemonias da cisgênero compulsória na produção cultural ao 'desvelar os códigos sociais da cisheteronormatividade do corpo' (Leal & Rosa, 2020, p.2). Na perspectiva das travestis, fica evidente que corpos cisgêneros e transgêneros não têm a mesma presença material e posição social nos espaços organizacionais. Normalmente objetificados, os corpos não cisgêneros têm sua posição social sempre nomeada, sugerindo que os espaços neutros são organizados de acordo com a normatividade cisgênera. Por outro lado, corpos cisgêneros podem ocupar espaços científicos ou sociais sem uma posição nomeada. Que é uma espécie de direito cisgênero que mantém a norma cisgênero no centro das dinâmicas de espaçamento e organização.

As espacialidades neutras, para nós, podem ser explicadas e problematizadas por meio de perspectivas críticas à norma cisgênero nos estudos organizacionais. Esta é a razão pela qual pensamos em colaboração com as perspectivas travestis e trans brasileiras para desnaturalizar padrões normativos de espacialidade. Acreditamos ser fundamental expor e denunciar a violência dessa suposta neutralidade espacial. Por isso buscamos repensar a neutralidade dos espaços hegemônicos, mostrando como a onto epistemologia organizacional ignora outras possibilidades de expressão de gênero. Tomada como universal, anônima, objetivista e desencarnada, a neutralidade espacial é social, epistemologicamente e ontologicamente violenta.

2 PONTOS DE VISTA POLÍTICOS E METODOLÓGICOS

Inicialmente, nossa pesquisa etnográfica com a população travesti brasileira não teve como objetivo focar nos prejuízos da neutralidade espacial e do ponto de vista binário cisgênero. No entanto, durante o trabalho de campo, seguindo o fluxo do campo (Cavedon, 2014) vivendo em meio às espacialidades organizadas no circuito das práticas de trabalho das travestis e outras identidades de gênero que fogem às normas cisgênero, pudemos reconhecer a relevância de compreender e situar os conceitos cisgêneros e pontos de vista sobre espaços de organização binária. Além disso, a lógica subjacente ao que é naturalizado em relação à produção espacial foi apontada durante esta experiência.

Por ponto de vista cisgênero entendemos uma posição social associada a uma concepção dita “normal” de orientações sexuais e identidades de gênero. Nesse contexto, constrói-se então uma orientação sexual “normal” ligada à heterossexualidade e uma identidade de gênero “normal”, “tranquila” e “biológica” ligada à cisgeneridade (Vergueiro, 2016). Para nós, o olhar cisgênero sobre corpo e identidades de gênero se constitui como uma normatividade que organiza práticas espaciais, atingindo espacialidades.

Outro conceito importante é a definição de cisgênero sobre uma perspectiva normativa de corpos e identidades de gênero de pessoas cuja “experiência interna e individual de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento” como crítica decolonial (Vergueiro, 2016, p.252). Uma perspectiva cis normativa capaz de estabelecer um paralelo crítico com as transgeneridades, revelando que todos os gêneros passam por um processo de materialização (Nascimento, 2021). Com isso, as pessoas cis

(aquelas que se identificam com o sexo atribuído no nascimento) são idealizadas como aquelas a serem consideradas “normais”, pois se alinham ao sistema de gênero cis heteronormativo, por meio da naturalização de suas corporeidades e identidades de gênero como norma vigente (Vergueiro, 2016).

A perspectiva trans+feminista traz à tona o conceito de cisgênero funcionando como uma produção social de gênero relacionada às fantasias de gênero ciscoloniais, como pré-discursivas, binárias e permanentes (Vergueiro, 2015). A pré-discursividade pode ser caracterizada como a compreensão historicamente normativa de que é possível definir sexos e gêneros dos seres, a partir de critérios objetivos e de determinadas características corporais, independentemente de suas autopercepções ou das posições interseccionais e socioculturais em que tais seres se situam.

Nesse contexto, o conceito de materialidades sexuadas/generificadas torna-se pré-discursivamente factível quando, sob critérios normativos, se assume que os corpos generificados/sexuados carregam signos discursivos usados para definir inequivocamente o "masculino" e o "feminino" (Greenberg, 2006). No entanto, essas compreensões de gênero são mais complexas e menos objetivas, um tanto criticadas como “problemas de gênero” que foram problematizadas pela feminista Judith Butler desde 1990. Ela argumenta que o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza. Na verdade, é uma das formas que perpassa as relações de poder em que a estabilidade interna (o aspecto permanente acima citado) e a estrutura binária do sexo são efetivamente asseguradas.

É importante ressaltar que mobilizamos a cisgeneridade no mesmo sentido proposto por Vergueiro (2016), como conceito possível para refletir sobre a normalidade binária de gênero e sua produção de naturalização, utilizada como ferramenta conceitual para as críticas às violências perpetradas contra travestis e diversidades corporais trans e identidade de gênero em espaços de um mundo organizado. Uma pesquisadora acadêmica e travesti brasileira destaca sobre a perspectiva cisgênera: “É um esforço para encontrar formas de se referir às normalidades corporais e identidades de gênero sem recorrer a terminologias que, de uma forma ou de outra, se baseiam na naturalidade ou na superioridade cisgênero” (Vergueiro, 2016, p.252. tradução dos autores), por exemplo, referindo-se ao uso dos termos biológico e real para designar pessoas que não são trans ou travestis.

Para contribuir com a ruptura de práticas normativas que negligenciam os corpos não cisgêneros, optamos por utilizar os nomes autodesignados de lugares e pessoas que desenvolveram a pesquisa conosco. Não faça com que esses nomes e memórias apareçam no trabalho de campo como um desejo expresso pelos sujeitos do campo que anseiam por romper com as práticas que os invisibilizam cotidianamente.

Para nós, trata-se do exercício do método etnográfico, que além de compreender com maior profundidade a cultura do grupo, seus significados, modos de vida e práticas cotidianas, busca provocar uma reconfiguração de narrativas hegemônicas que reproduzem estruturas de poder na ciência como como um todo (Cavedon, 2008). No mesmo sentido, alguns pesquisadores científicos afirmam que o anonimato não é necessariamente um sinal de respeito e que nunca foi totalmente possível de ser concedido, especialmente no mundo interconectado em que vivemos (Fonseca, 2005, Walford, 2018). O anonimato dos informantes é outra estratégia de neutralidade científica que tem implicações ontológicas e políticas (Nespor, 2000) e pode reforçar estereótipos ao rotular os sujeitos do campo novamente como “os outros” (Abu-Lughod, 1990). Então, se os nossos nomes e os nomes dos autores que usamos como referência estão no texto, por que não colocar nomes de pesquisadores informantes?

Uma das organizações envolvidas nesta pesquisa, o bar Âncora do Marujo, localizado na cidade de Salvador-Bahia desde 2000, é conhecido como o berço dos corpos travestis. Esse bar é um lugar localizado na região denominada central gay (Colling, 2018), onde muitos corpos travestis e trans ganham expressão espacial. Segundo Angel (nome fictício), funcionária mais antiga a atender clientes desde o estabelecimento do bar, no Marujo é possível perceber esforços explícitos de organização não violenta “Todas as noites mostramos comprometimento e engajamento para que cada pessoa tenha o direito de experimentar expressões de gênero em seus próprios termos” (referindo-se às várias práticas corporais espaciais)”. Ela estava falando sobre algumas práticas espaciais importantes e sobre esses esforços ela continuou a explicar: “Aqui cada frequentador pode viver como bem entender, e se sentir melhor, sem ser discriminado, segregado, excluído, sem ver seu direito à autoexpressão interrompido ou posto em risco”. Assim, o Bar do Marujo configurou-se como o principal campo empírico, ajustado aos interesses desta pesquisa ao revelar diversas formas pelas quais a violência constitui um aspecto

fundamental da prática espacial (Stokes & Gabriel, 2010; Low, 2011). Gabriel, 2010; Baixa, 2011). Gabriel, 2010; Baixa, 2011).

Essa organização espacial nos afetou por viver com práticas sofisticadas de masculinidades e/ou feminilidades espacializadas sem normas ou controles cisgêneros que compunham múltiplas identidades de gênero e mais diversidade corporal constituindo esses espaços. Segundo Domi (nome fictício), uma das informantes da pesquisadora, aqui podemos dar visibilidade à nossa própria experimentação, criação ou invenção de gênero, é uma organização "suficiente para que muitas pessoas se sintam amparadas em suas experiências". A Nulinha (nome fictício), também participante do estudo, travesti há cerca de 7 anos, num período em que ela, seu pronome autodeterminado, substituiu a lógica de policiamento/vigilância das normas de gênero e sexualidade por zombarias cotidianas e debochadas das normas de gênero e sexualidade apenas experimentando feminilidades a partir de um corpo material, designado discursivamente como cisgênero e masculino.

Dada a centralidade histórica dos corpos cis e heterossexuais e nossa pesquisa pretendida ser menos violenta com a população TT (pessoas autodeterminadas Travesti e Transgênero) mostrou-se realmente desafiadora. Reconhecemos que nosso maior esforço foi abandonar julgamentos de perspectivas de gênero e experiências espaciais que divergiam das nossas. Posicione-se de forma receptiva e aberta em relação a ver e respeitar as espacialidades não cisgêneras, em suas próprias expressões de gênero e formas espaciais. Considerando que a população TT tem sido tratada pela produção científica hegemônica, como tema ou objeto de pesquisa científica, seus corpos, gênero ou sexualidades não poderiam ser encarados como neutros como os corpos hegemônicos de pesquisa científica.

Em vez disso, as travestis não podem não ter um corpo ou ser vistas como neutras em um espaço social. Eles são frequentemente expostos a um risco maior de objetificação, assédio, patologização e violência do que aqueles com corpos considerados normais. Uma vez que os indivíduos TT buscam possibilidades de vida que falham em termos de práticas regulatórias que produzam identidades coerentes e verdades sobre as normas de gênero (Butler, 2009), seus corpos são os que mais vivenciam situações de vulnerabilidade entre todos os LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer/questionamento, intersexo, assexual ou aliado e outros indivíduos de minorias sexuais e de gênero).

Nesse processo, reconhecemos que situar as perspectivas de nossos próprios corpos é um importante caminho de afirmação metodológica e política se quisermos romper com as violências espaciais que negligenciam os corpos. Ao fazê-lo, consideramos que colocar pontos de vista não diz respeito apenas ao “outro informante”, mas também a nós.

Por isso incluímos nossas próprias perspectivas parciais como pesquisadores, perspectivas a partir das quais movimentamos relações e produzimos deslocamentos teóricos e metodológicos. Pensamos, pesquisamos e escrevemos com nossos corpos latino-americanos, especificamente brasileiros, residentes nas regiões mais ricas, ainda que desiguais, de nosso país. Atuamos como educadores, com uma visão crítica da vida cotidiana, por meio de representações simbólicas e abordagem material das práticas.

O primeiro autor, parte da perspectiva de um homem, gay pardo cis que, por um longo período, teve suas expressões silenciadas nas relações sociais por questões de sexualidade e, hoje, pretende fazer deslocamentos analíticos trabalhando com travestis e com aquelas que expressam identidades de gênero que fogem das normas cisgêneras. A segunda autora, escrevendo a partir de uma perspectiva crítica feminista, é uma mulher, cis, branca, heterossexual, mãe, que já sofreu (e ainda sofre) inúmeras violências de gênero em seu cotidiano e pretende realizar deslocamentos analíticos enquanto trabalha atualmente com a perspectiva da infância em sua pesquisa. A terceira autora é uma mulher que fala a partir de uma perspectiva de classe média, branca, cisgênero, heterossexual, tentando construir uma academia mais feminista, inclusiva, política e crítica, e caminhando para uma abordagem mais que humana do mundo, teve suas expressões silenciadas nas relações sociais por questões de sexualidade e, hoje, pretende fazer deslocamentos analíticos trabalhando com travestis e com aquelas que expressam identidades de gênero que fogem das normas cisgêneras.

Elencamos nossas condições materiais e corporais e suas possíveis representações identitárias para reconhecer nossas perspectivas parciais, mas ao mesmo tempo críticas, em relação ao assunto que discutimos. Desta forma, situamos e tornamos visíveis diferentes relações que afetam o que e como entendemos, enquanto sujeitos sociais, a organização espacial, a partir dos nossos mundos vividos. Reconhecemos nossa prática de fazer pesquisa e estar no campo como uma experiência corporificada

que produz conhecimento corporificado (Gherardi & Perrota, 2014). Aceitamos então que a interpretação e o julgamento do pesquisador estão profundamente relacionados à capacidade de percepção de nossos corpos (Bispo & Gherardi, 2019). Assim, atentos a essas questões, reunimos estudos que demonstram como dimensões específicas do corpo, como gênero, raça e sexualidade,

Entendemos que essas diversas (por vezes subordinadas) perspectivas e relações não permitem muita inocência quanto às relações de corpo, gênero e sexualidade naturalizadas na organização espacial por grande parte da sociedade. Assim, ao desvelar essas diferentes perspectivas dos corpos e suas próprias formas de organização das práticas, é possível apreender práticas situadas, peculiares e plurais. Essas práticas compõem esta pesquisa de formas divergentes, rompendo com processos normativos violentos e permitindo a ampliação da diversidade material e social que falta nos espaços organizacionais e científicos (Teixeira, De Oliveira, Diniz & Marcondes, 2021).

Nos estudos organizacionais, esses movimentos de ruptura ganham relevância na medida em que gênero, sexualidade e raça são categorias sociais que constituem práticas materiais e simbólicas na composição das relações sociais no cotidiano das organizações (De Oliveira, 2018). Por isso optamos por trilhar o caminho do diálogo, principalmente com pessoas cisgênero e heterossexuais, sobre corpos que fogem da neutralidade e da hegemonia na organização espacial ontológica. Esses diálogos e tensões sobre gênero e produção espacial mostraram-se muito importantes, permitindo-nos nos mover em relação ao nosso lugar e nos ajudar a perceber que nossos lugares sempre têm fronteiras com outros lugares.

3 CHAMANDO A ATENÇÃO PARA A VIOLÊNCIA ESPACIAL CISGÊNERO

Travesti é uma identidade trans predominantemente latino-americana. O termo travesti é antigo, nasceu muito antes do conceito trans e, portanto, muito mais utilizado e consolidado na cultura brasileira. No Brasil, o termo travesti foi subvertido como identidade, mas inicialmente (e até agora em muitas situações sociais) usado em sentido pejorativo, como sinônimo de imitação, engano ou fingimento de ser o que você não é (De Jesus, 2012). Atualmente, esse termo tem sido afirmado e autodeclarado pelas travestis brasileiras, sendo associado à identidade de gênero e à expressão cultural de gênero, explicada por expressões generificadas

predominantemente femininas. Aliás, a vivência travesti muitas vezes transcende o binarismo, transitando entre os gêneros e construindo um outro corpo possível ao ampliar o espectro da feminilidade (Antra, 2022).

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) é uma rede nacional que articula 127 instituições em todo o Brasil que desenvolvem ações para promover a cidadania da população de Travestis e Transexuais. Fundada em 2000 por travestis brasileiras, a ANTRA é considerada, atualmente, a organização mais respeitada e legítima pelo movimento social travesti e trans brasileiro. Jesus e Oliveira, ambos professores brasileiros e travestis, nos ensinam que parte da população travesti prefere ser tratada como mulher, mas geralmente não se reconhece como homem ou mulher, mas como membros de um gênero divergente ou não-binário. Fundada em 2000 por travestis brasileiras, a ANTRA é considerada, atualmente, a organização mais respeitada e legítima pelo movimento social travesti e trans brasileiro.

Jesus e Oliveira, ambas professoras brasileiras e travestis, nos ensinam que parte da população travesti prefere ser tratada como mulher, mas geralmente não se reconhece como homem ou mulher, mas como membras de um gênero divergente ou não-binário. Fundada em 2000 por travestis brasileiras, a ANTRA é considerada, atualmente, a organização mais respeitada e legítima pelo movimento social travesti e trans brasileiro.

As experiências espaciais de travestis e pessoas trans especificamente situadas no contexto brasileiro situam-se no epicentro epistêmico das violências sociais considerando o ponto de vista dos saberes inconformes e díspares em relação às concepções canônicas de espaços vividos, historicamente associados ao colonialismo dominante cisgênero (Leal, Rosa, 2020; Mombaça, 2021). Ao utilizar o conceito de violência (Vacarro & Palazzo, 2015) associado à cisgênero branca e colonial (Nascimento, 2021), estamos lidando com relações violentas e assimétricas que historicamente tentam instituir corpo, gênero, sexualidade, raça, religião como padrão hegemônico e medida para todas as outras “coisas” agindo como um princípio organizador de atividades econômicas e sociais.

Certamente, a indiscutível soberania do homem branco, masculino, cristão, heterossexual, burguês sem deficiência e magro só é possível através da colonização de outras identidades (Lugones, 2014). Organizando o que o feminismo decolonial

sul-americano Maria Lugones (2014) chamou de colonialidade de gênero, pode ser entendido como um sistema colonial/moderno de gênero acompanhado de distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres, sexo e gênero, humano e não humano.

Essa colonialidade opera a violência contra travestis e pessoas trans por uma ideia distorcida de que o sexo existe isoladamente, sustentando processos de desumanização e subjetivação, baseados no dimorfismo sexual, convertendo-os na base da compreensão dicotômica de gênero (Lugones 2014).

Organizando o que o feminismo decolonial sul-americano Maria Lugones (2014) chamou de colonialidade de gênero, pode ser entendido como um sistema colonial/moderno de gênero acompanhado de distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres, sexo e gênero, humano e não humano.

Por definição, a violência é uma questão política, inserida em contextos históricos, culturais e sociais específicos (Costas & Grey, 2019). Portanto, os processos de (in)visibilidade e descaso em relação às vivências das travestis brasileiras se posicionam geopoliticamente em um pesadelo violento histórico chamado Brasil, país com os piores índices de homicídios de trans travestis, negros e indígenas (Leal, 2021).

Esses contextos sociais e organizacionais têm sido discutidos em diferentes intensidades, pois envolvem questões interseccionais de raça, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, classe, entre outras alcançando a presença material do espaço (Oliveira, 2018; Teixeira, Oliveira, Diniz, Marcondes, 2021) incluindo dinâmicas sociais de voz, silêncio e outras questões de interação (Gomes, Felix, 2019). Nesse artigo, utilizamos o termo trans+fobia ou travesti+fobia, para designar "preconceito e/ou discriminação com base na identidade de gênero de pessoas transgênero ou travesti" (De Jesus, 2015, p.100), bem como, a produção e manutenção de processos de reação imediata, nem sempre conscientes, que expressam medo, nojo, inveja e/ou repugnância pelas pessoas travestis (Peres, 2010, p.304).

Essa violenta posicionalidade geopolítica brasileira não é isenta de efeitos resistentes ou sociais e espaciais anti violentos; Essas mesmas forças e configurações corporais se multiplicaram ao infinito, reconfigurando essa cena de violência total em

possibilidades de vida que desafiam e colocam em xeque essa ordem (Mombaça, 2021). Essas reconfigurações remetem diretamente a práticas de performance espacial, espaços de experimentação, fazer do corpo e do gênero como ferramentas de crítica, potência e combate ao vivo (Leal, Rosa, 2020; Leal, 2021).

É uma espécie de sintoma da emergência indisciplinada de submetodologias (Mombaça, 2016), alinhadas a paradigmas emergentes nos campos científicos do espaço performativo (Leal, 2020) revelando o seu potencial de (re)organização da experiência espacial, gerando outras práticas. Nesse sentido,

O Brasil é o país que mais viola os direitos humanos de travestis e pessoas trans no mundo, e também sustenta a primeira posição em índices globais de homicídios dessa mesma população (Antra, 2020). Assim como outros países que foram submetidos à colonização europeia e à educação cristã, no Brasil o espaço reservado às travestis é extremamente marginalizado, sem acesso aos direitos civis básicos, nem mesmo ao reconhecimento de sua própria identidade e humanidade (De Jesus, Belden, Huynh, Malta, LeGrand, Kaza e Whetten, 2020).

As exclusões vivenciadas por travestis e trans no Brasil expõem desafios de acesso aos espaços educacionais, ao mercado de trabalho qualificado e até ao uso de banheiros públicos (De Jesus, 2012) em uma condição reconhecida como sub cidadania (Pedra, 2020). A cidadania é um direito fundamental garantido pelo artigo primeiro da Constituição da República Federativa do Brasil, porém, isso não significa que seja igualmente acessível a todos. Ao utilizar o termo subcidadania, os pesquisadores, engajados com as causas trans, estão se referindo àqueles que permanecem excluídos e desqualificados como humanos, ou seja, alguém que tem que lutar arduamente por seus direitos fundamentais (Souza, 2012).

Tais exclusões produzem dinâmicas de insegurança, desigualdade e restrições nos espaços organizacionais regulados por práticas espaciais que podem restringir e policiar as pessoas, de acordo com as normas cisgênero. As consequências não se restringem a questões econômicas ou ocupacionais, mas também afetam o sentimento de pertencimento social, fragilizam os laços familiares e levam à segregação e isolamento espacial (Pedra, 2020; Malta et al., 2019). não significa que seja igualmente acessível a todos.

Segundo a ANTRA, cerca de 75% da população brasileira não conhece, mora ou tem contato com travestis ou pessoas trans. Esses dados dizem muito sobre os mitos e tabus que são impostos contra a população TT, mas principalmente sobre a transfobia ser tão aceita na sociedade. Jaqueline Gomes de Jesus (2019), nos conta que Xica Manicongo, escravizada no Brasil, atualmente considerada a travesti negra mais antiga do Brasil, precisou abrir mão de se vestir de acordo com sua identidade de gênero feminina para se manter viva, após enfrentar a primeira visita do santo inquisição, forte aliada no processo de colonização do povo brasileiro, ainda no século XVI.

Este caso ilustra a criminalização da expressão travesti brasileira desde os tempos coloniais e também mostra como a sociedade brasileira vem difundindo a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher. As desigualdades históricas esclarecem que a questão não se limita ao gênero, mas envolve também outras travessias corporificadas travestis, como classe e raça (Oliveira, 2018; Mombaça, 2021).

No entanto, neste artigo, nos propomos a discutir as experiências espaciais em relação ao gênero, embora reconheçamos que, considerando a diversidade de travestis e pessoas trans em suas experiências plurais, as intensidades de violência não são iguais ou homogêneas (Oliveira, 2018; Mombaça, 2021).

Se buscarmos exemplos atuais em espaços públicos, podemos nos lembrar da violência cometida pela Polícia de São Paulo contra a travesti negra Verônica Bolina em 2015, documentada por Oliveira (2018).

“Acusada de tentar matar um morador de rua e resistir à prisão, Verônica foi brutalmente espancada por um grupo de policiais. Eles desfiguraram seu rosto, raspam sua cabeça e rasgaram suas roupas. Depois de toda a violência que sofreu, ela teve as mãos e os pés algemados e foi obrigada a deitar-se, seminua, no pátio interno da Delegacia”. (Oliveira, 2018, p.174).

A violência de que Verônica foi vítima não é um caso isolado: “Segundo a ANTRA, foram registrados 179 assassinatos de travestis ou pessoas trans em 2017. Isso significa que a cada 48 horas uma pessoa trans é assassinada no Brasil”. A maioria das vítimas, quase 70%, tem entre 16 e 29 anos. Isso contribui para a baixa expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil, que é a menor do mundo, com 35 anos (Oliveira, 2018, p. 175).

No contexto da sexualidade e do gênero nos moldes cis heteronormativos, o conceito de anormalidade é frequentemente atribuído à população TT (De Jesus, 2012). Este pressuposto é reforçado pela crença de que “natural” é quando o gênero atribuído à nascença é aquele com o qual as pessoas se identificam, pelo que se espera que as pessoas se comportem de acordo com o que se acredita ser o “adequado” para este ou aquele gênero. No entanto, a variedade de experiências humanas mostra que essa ideia de “natural” é falaciosa, principalmente no que diz respeito às pessoas trans, que mostram que é perfeitamente possível existir homens com vaginas e mulheres com pênis (De Jesus, 2012).

A fim de explorar o impacto dessa violência espacial praticada nas relações com travestis e mulheres trans no Brasil, Jaqueline Gomes de Jesus, publicou um estudo, onde, entre as participantes, “66% testaram positivo para transtorno de ansiedade generalizada, 46% para transtorno de ansiedade maior transtorno depressivo e 39% para transtorno de estresse pós-traumático. Um terço relatou baixa autoestima (32%) e um quarto baixo apoio social (26%). As experiências de discriminação interpessoal foram altamente prevalentes (>60%), enquanto a discriminação institucional relacionada ao emprego ou à saúde foi relatada por 46% dos participantes. O abuso verbal é muito comum (80%), seguido de agressão física (40%)” (De Jesus, Belden, Huynh, Malta, LeGrand, Kaza e Whetten, 2020).

Um estudo semelhante, liderado por De Jesus (2020), foi publicado com foco nas experiências de vida de mulheres transexuais no Brasil e na Índia. O estudo retrata a recorrência de discriminação, estigma, violência e tendências suicidas no curso da vida das mulheres transgênero. Embora as participantes do estudo vivam em grandes cidades com mais de 6 milhões de habitantes, as mulheres trans relataram isolamento social crônico, juntamente com frequentes ideações e tentativas de suicídio (De Jesus, Belden, Huynh, Malta, LeGrand, Kaza, & Whetten, 2020).

Esse contexto social chama a atenção para a importância da materialidade dos espaços, uma vez que essas dinâmicas de relações violentas não ocorrem apenas no plano simbólico, mas marcam sua presença no campo material. Um exemplo é a constituição de banheiros em organizações, em sua maioria naturalizadas em torno da convenção da distinção binária homem/mulher ou a existência de organizações de prostituição, praticamente só compostas por profissionais do sexo feminino que prestam serviços naturalizados para o público heterossexual. A organização espacial

nesses casos se apresenta como se pessoas não cisgênero (aquelas que não se identificam com o sexo biológico atribuído e determinado ao nascer, ou que preferem não escolher um gênero) simplesmente não existissem (Skoglund & Holt,

Esses exemplos mostram como os arranjos espaciais orientam distinções, exclusões de gênero e sexualidade e revelam os padrões da organização cotidiana de nossos corpos através do espaço. Esse processo nos permite questionar como tomamos como certo através de espaços sociais e históricos apenas corpos binários cisgêneros para ordenar categorias de gênero, e também como esse padrão cisgênero violento é aceito como parte integrante dessa organização espacial naturalizada.

Isso se justifica, pois tal materialidade é produzida em práticas que confinam ou liberam formas de expressão, em termos de corpos, bem como revelam modos pelos quais a violência constitui um aspecto fundamental da prática espacial (Stokes & Gabriel, 2010; Low, 2011). Embora corpos “normais” existam e sejam reconhecidos como produtores de práticas espaciais, corpos “anormais” precisam resistir para ocupar um lugar marginal. Para Carrieri, Papadopoulos, Quaresma Junior e Silva (2021), existem sujeitos cujos modos de vida envolvem ontologias alternativas de existência no espaço organizacional, ou seja, sujeitos que precisam articular táticas para sobreviver. Mas nos perguntamos: até quando os corpos que fogem das regras terão que ser violados para existir? Como esses mecanismos de exclusão espacial e social devem ser analisados para ampliar as possibilidades dos paradigmas de gênero na produção espacial? Até quando os corpos que fogem das regras terão que ser violados para existir? Como esses mecanismos de exclusão espacial e social devem ser analisados para ampliar as possibilidades dos paradigmas de gênero na produção espacial? Até quando os corpos que fogem das regras terão que ser violados para existir? Como esses mecanismos de exclusão espacial e social devem ser analisados para ampliar as possibilidades dos paradigmas de gênero na produção espacial?

Repensar os espaços hegemônicos (cis) de gênero (neutros) em relação às perspectivas parciais reveladas pelas experiências travestis e trans nos leva a desnaturalizar as normas cisgênero e o papel do conhecimento situado no reforço de gêneros binários organizados espacialmente, negligenciando os corpos não-binários e travestis.

Essa reflexão também nos leva a questionar o que acontece quando diferentes perspectivas e relacionamentos, não restritos pela perspectiva cisgênero, podem criar espaços em seus próprios termos. É importante ressaltar que nossa metodologia orientou os deslocamentos analíticos mobilizando o ponto de vista travesti, sem qualquer pretensão de propor modificações ou aprimoramentos conceituais.

Para nós, embora as travestis possam revelar um saber situado que nos diga relações específicas e sofisticadas entre gênero e organização espacial, travesti não é um tema, nem uma identidade a ser perscrutada ou mapeada. É um caminho potencial na devassidão do gênero e das binaridades hegemônicas expressas espacialmente. Para nos relacionarmos com essas questões, rompendo com a violência binária, aprendemos com as visões trans e feminista que, como pesquisadoras cisgêneras, são necessários deslocamentos analíticos. Isso porque as relações de poder se estabeleceram durante a produção do conhecimento, apagando a diversidade material dos corpos, com foco na generalização, seguindo apenas normas teóricas estreitas, desconsiderando outras perspectivas através do mito da neutralidade (Harding, 2004).

Nesse contexto, a busca pela neutralidade científica e social tem dificultado o potencial científico da pesquisa engajada politicamente em nome de corpos marginalizados, reproduzir a violência contra esses corpos ao colocá-los como objetos de pesquisa e abjetos sociais (Harding, 2004). Por exemplo, feministas radicais cisgêneras, valendo-se dos mesmos pressupostos de uma estrutura ontológica, reproduzidos por pesquisadores hegemônicos, usam a objetividade e a neutralidade científica para sustentar formas normativas do que devem ser os corpos feminino e masculino, servindo de inspiração para a retórica, e como um guia para ações violentas (Willians, 2020).

Quando as organizações lutam por direitos iguais para todos, investigam o desconforto sentido por pessoas que, de alguma forma, sentem-se inseguras para se expressar e socializar em ambientes convencionais permeados por lógicas normativas. (The Roestone Collective, 2014; Hanhardt, 2013; Chin, 2017; Gomes & Felix, 2019).

É por isso que, ao buscar caminhos para romper com a violência ontológica em uma perspectiva centrada na prática, tomamos como base a ontologia relacional (Haraway,

2000). O compromisso com a compreensão de espaços organizacionais constituídos por meio de práticas sociais cisgênero e transgênero situadas em um contexto de e em relação a corpos marginalizados, negligenciados e excluídos traz questionamentos sobre modos dominantes e alternativos de produção de espaços organizacionais que possibilitam cotidianos mais ou menos violentos.

Essas práticas corporais espaciais nos chamaram a atenção para nossas perspectivas cisgênero em relação ao mundo e à categoria espacial em que vivemos, como pontos de partida para repensar as violências de gênero e sexualidade, as relações e as diferentes espacialidades. Provocaram-se então as seguintes questões: A partir de que perspectivas e de que relações assentamos as nossas certezas sobre a organização do espaço? A partir de quais perspectivas de gênero e sexualidade sabemos o que sabemos sobre organização espacial? Como viver juntos quando tais práticas e perspectivas não correspondem aos nossos termos e/ou nossas experiências? Como repensar práticas espaciais com diferentes corpos, em termos de gênero e sexualidade, sem as relações violentas como vetores organizacionais? como pontos de partida para repensar as violências de gênero e sexualidade, as relações e as diferentes espacialidades.

Na próxima seção, a fim de investigar e reconhecer perspectivas e relações que situavam práticas de espaços de gênero hegemônicos cisgêneros, colocamos em discussão os fluxos hegemônicos de cisgêneros em relação a um continuum de negligência da presença de corpos travestis e não-binários, realizando representações ontológicas e violência organizada epistemológica nas espacialidades.

4 REFORÇO DOS ESPAÇOS BINÁRIOS DE GÊNERO

A presença de travestis e pessoas trans brasileiras na experiência espacial tem sido historicamente e socialmente posicionada em termos de violência, devido à desobediência de gênero e experiências espaciais performativas não conformes em relação aos pressupostos da cisgênero como descrevemos em termos legais, sociais e políticos em o tópico anterior neste artigo.

É por isso que tomamos como ponto de partida a obra de Michel De Certeau, para refletir sobre como podemos aprender com experiências cisgênero e transgênero com organizações através do referencial da espacialidade. Na concepção de De Certeau

(1984), as práticas cotidianas são os "modos de fazer" dos sujeitos sociais, produzidos histórica, social e temporalmente, cuja natureza procedimental raramente forma fronteiras bem definidas. O multiforme, resistente, astuto, procedimentos teimosos e que fogem às normas da disciplina, sem permanecer fora do campo onde é praticado, devem ser compreendidos, levando assim a uma teoria das práticas cotidianas que se inventam no espaço vivido (De Certeau, 1984). No que diz respeito ao espaço, o autor destaca os movimentos de resistência: "cria pelo menos um certo jogo nessa ordem, um espaço para manobras de forças desiguais e para pontos de referência utópicos" (De Certeau, 1984, p. 18).

Com base nas ideias de Certeau das práticas cotidianas como modos de fazer, desloca-se para espaços que compreendem os aspectos cotidianos que envolvem as experiências vividas. Essas noções são agora reconhecidas de forma heterogênea, contrariando qualquer tentativa de padronização que tende a universalizar as formas "corretas" de habitar, por exemplo, os mesmos pressupostos cisgêneros utilizados para experiências espaciais de corpos não-binários.

Numa concepção certeuniana, o espaço não deve ser entendido como uma entidade fixa, mas através de um conceito dinâmico tratando o espaço como algo fundamentalmente transformado pela forma como é ocupado. Dessa forma, entendemos que lidar com organização, em diferentes contextos de produção espacial, implica pluralidade de corpos apresentados e relações entre corpos que praticam o espaço, cujas práticas não ocorrem de forma homogênea.

No entanto, a literatura da Organização, baseada em abordagens hegemônicas, define seus limites espaciais ontológicos de forma restritiva em relação às perspectivas e relações cisgênero hegemônicas. Esses limites são constituídos por práticas normativas estritas com corpos, gêneros e sexualidades, muitas vezes envoltas em preconceitos e ideias que continuam a reafirmar que corpos não normativos nem deveriam existir ou ocupar determinados espaços. Nos faz refletir que a teoria espelha e reproduz as relações violentas vivenciadas na prática.

Argumentamos, assim, que ao reproduzir e concordar com essas normatividades como uma forma única de organizar os espaços, negligenciando diferentes olhares e relações em termos de corpos, gêneros e sexualidades, incorremos em relações violentas negligenciando corpos que se afastam de tais normatividades.

Essa questão se torna problemática e tem sido denunciada justamente quando as perspectivas não hegemônicas se deslocam da margem para o centro da produção espacial, desvelando as conquistas normativas e os modos como os corpos não hegemônicos (não) constituem essas práticas organizacionais (De Oliveira, 2018; Vitry, 2021).

Essa situação histórica problemática tem sido denunciada por teóricos divergentes, por exemplo, as perspectivas trans+feministas, que têm buscado abordagens mais inclusivas das espacialidades, abordando dimensões como classe, raça, gênero e sexualidade (Sheller, 2017; Nascimento, 2020). Perspectivas críticas questionam pressupostos cisgêneros heteronormativos binários colocando em discussão como os espaços organizacionais podem privilegiar expressões não normativas, servindo como disparadores de segurança e empoderamento coletivo.

Nesse cenário, práticas de liberdade podem se tornar visíveis, ampliando nossa compreensão sobre organização espacial e relações com corpos, gêneros e sexualidades (Blanchet-Cohen & Di Mambro, 2015; Skoglund & Holt, 2020; De Souza & Parker, 2020).

Dessa forma, é possível encontrar novos modos de resistência aos movimentos sociais travestis e trans e transgêneros, por exemplo, na cena científica das artes cênicas, como marcos que chamam a atenção para a presença de travestis e transgêneros vivos na sociedade brasileira (Leal, 2020).

A partir do ponto de vista das travestis, sua produção intelectual oferece argumentos que sustentam que todos os gêneros passam por um processo de materialização, ou seja, não apenas as performances travestis e transgêneros são situadas espacialmente constituindo espacialidades (Nascimento, 2021), mas apenas os corpos cisgêneros “gozam de um privilégio capaz de colocá-los em condição natural, como um sexo/gênero real, verdadeiro, na medida em que a transgeneridade se caracteriza como uma produção artificial e falsificada da realidade de gênero” (Nascimento, 2021, p. 97).

Como ilustração de quão intenso é o descaso da existência não cisgênero pela fantasia cisgênero, é perceptível que a presença de pessoas trans nos espaços artísticos hegemônicos no Brasil é substituída ou diminuída pelas expressões dúbias e pesquisas estéticas de pessoas cisgênero sobre transgênero pessoas. Esse

descaso motivou o “Manifesto Representatividade Trans, Já!”, Manifesto Representante Trans, Já! lançado em janeiro de 2018 pelo Movimento Nacional dos Artistas Trans (MONART), que tem levado companhias teatrais de todo o país a uma atenção performativa política mais aguçada,

Por um lado, podemos aprender com Dodi Leal, performer, curador, crítico, iluminador teatral, pesquisador, professor e travesti brasileiro que esse cenário exemplificado nos leva a compreender que a presença material de travestis em espaços artísticos em seus próprios termos promove uma reconfiguração epistêmica nos repertórios e teorias da cena. Usando suas palavras sobre a reconfiguração epistêmica travesti em espaços cênicos performativos:

“Não se trata apenas de inserir pessoas trans nos circuitos de produção e consumo da cena, mas de verificar até que ponto essas redes de produção e recepção são oxigenadas e ganham novos significados e novos arranjos” (Leal & Rosa, 2020, p 5).

Por outro lado, essa situação epistêmica única decorre de moldes heterossexuais cis normativos e idealizações de gênero junto com lógicas eugênicas em movimentos espaciais que negam e afirmam não apoiar toda a diversidade de perspectivas de vida. Para nós, pode ser entendida como lógicas normalizadoras que esperam dos corpos não cisgêneros uma materialidade corporal que se encaixe nas expectativas identitárias do grupo cisgênero, produzindo violência com aqueles que fogem das normas cis para um espaço marginalizado na sociedade, ou seja, trata-se de cisgênero o papel dos saberes situados no reforço da organização do espaço binário-gênero.

Pensando com este ensaio a consciência da vida travesti e trans nos afetou a repetir [com algumas modificações] a pergunta de O'Shea (2017) que problematizou a produção de identidades 'normais', considerando práticas organizacionais realizadas por pessoas trans não binárias e sua capacidade de corporificar resistência contra a inteligibilidade de gênero heteronormativa binária: “é possível pensar o gênero [acrescentamos: produção espacial] sem invocar a matriz heterossexual sendo responsabilizada por ele” (O'Shea, 2017, p. 1).

Dessa forma, os corpos travesti e trans são potentes para denunciar normatividades violentas com aqueles que fogem das expectativas normalizadoras, seja pela

heteronormatividade ou pela homonormatividade. Algo que para muitos parece natural, mas denunciado por esses corpos, gêneros e sexualidades divergentes,

Nesse fluxo, destacamos como a produção espacial de gênero e sexualidades é permeada por relações naturalizadas, segregadoras e/ou excludentes vivenciadas por determinados corpos, por conta das normas cisgênero que afetam as práticas espaciais nas organizações. Isso é importante para nossa discussão aqui, uma vez que envolve um jogo político complexo, que nos impele a desafios críticos transformadores das performances cisgênero buscando formas de aliança e apoio à luta travesti e trans.

Ressaltamos que a literatura espacial muitas vezes desenvolve pressupostos de que relações sociais, interações e expressões corporais podem se manifestar igualmente para diferentes indivíduos, negligenciando modos plurais masculinos e femininos, seja dentro do padrão heterossexual ou homossexual. É uma lacuna ontoepistemológica que minimiza a presença material socialmente diversa de corpos em discussões sobre espacialidades que incorrem em processos violentos ao naturalizar práticas normativas binárias de gêneros, permeadas por relações segregadoras e/ou excludentes vivenciadas por determinados corpos espacialmente generificados, seja entre corpos masculinos ou femininos, assim como qualquer corpo que fuja da dicotomia de gênero.

Essas práticas regulatórias, em relação aos sujeitos cisgêneros, são agora universalizadas e compreendidas como práticas neutras de todas as espacialidades. É justamente para romper com esses silêncios e sustentar esse debate que iniciamos a construção de nossa argumentação sobre a necessidade da população TT ser apresentada e reconhecida na literatura com seus próprios termos espaciais e seus próprios modelos de masculino e feminino. Há um desejo legítimo de que seus movimentos espaciais não sejam constrangidos em relação às obrigações cisgênero para os corpos, nem as suposições cisgênero atuando como um vetor espacial situando perspectivas específicas de gênero entre os corpos que são silenciados pela norma.

Essas práticas evidenciam modos relacionais de hierarquização e abjeção dos corpos nas organizações. No cotidiano, esses modos relacionais demarcam lugares privilegiados com corpos cis, normais, neutros e, ao mesmo tempo, constantemente

produzem lugares (não)marginalizados com corpos trans, anormais, abjetos e tokenizados.

Sabemos que em muitas culturas, essa situação problemática se revela nas relações cotidianas, por vezes naturalizadas na hierarquização entre a pessoa normal e a pessoa LGBTQIA+(lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras formas de identidades e orientações sexuais — para obter uma explicação detalhada desses termos, consulte Glossário do Centro de Recursos LGBTQIA, 2021), a população normal e a população negra, o sujeito normal e a mulher, o gênero normal e a pessoa travesti.

Essas dinâmicas sociais criam uma divisão entre perspectivas autenticadas de corpos neutros que representam normas de gênero binárias hegemônicas e perspectivas de corpos não neutros que permanecem não autenticados ou negligenciados em relação a tais normas, princípios e, portanto, marginalizados, ou seja, não podem habitar a organização espacial (Williams, 2020). Ao mesmo tempo, essa situação pode promover o reconhecimento apenas de corpos que não fogem à norma ao reproduzir e reforçar normas binárias de gênero e criar uma espécie de barreira ao reconhecimento daqueles corpos que são apagados ou rebaixados pela norma (Butler, 2009). Entendemos que essas práticas materializam espaços neutros de gênero com direitos e privilégios exclusivos,

Repensar as práticas de organização espacial, de modo que não tenham a violência como um de seus princípios ontológicos, é um importante caminho para reconhecer quão diferentemente as perspectivas cisgênero e transgênero, e os relacionamentos em seus próprios termos influenciam em como alguém teoriza e/ou pratica as espacialidades. Nesse processo, pudemos atentar para nossa perspectiva cisgênero em relação às vivências das travestis, dentro da presença plural de corpos, gêneros e sexualidades.

Assim, entendemos que romper com espaços organizacionais violentos pode implicar em movimentos de autorreconhecimento (Butler, 2009), em um exercício de reflexividade, tornando visíveis nossos corpos cisgêneros, por exemplo, em termos de gênero, sexualidade e raça, assumindo que são aspectos que afetam e constituem as espacialidades.

Esses movimentos nos levam a compreender que cisgênero negligenciando corpos não cisgênero é um reforço dos binarismos de gênero como padrão neutro, natural e único normal que molda nossas práticas dentro dos espaços e além deles. papel do cisgênero em espaços binários de gênero é reproduzido não apenas teoricamente em nossa escrita, mas em nossas experiências vividas, restringendo, limitando e normalizando a maneira como podemos viver em organizações espaciais.

Reconhecer o papel do cisgênero nos espaços é percebido como necessários para deslocamentos reflexivos e práticos para desenvolver uma ontologia espacial que não seja neutra, mas incorporada à perspectiva dos corpos a partir dos quais essas mesmas ontologias são atuadas. Como afirma Cunliffe (2020): situar os códigos organizacionais na prática é um movimento ético sem distanciar a teoria, a prática e a vida terrível.

A compreensão plural de gênero e sexualidades das espacialidades e práticas espaciais resultantes dos desdobramentos da categoria espaço deve ser suficiente para delinear, na organização espacial ontológica, as experiências dos corpos à margem da hegemonia.

No entanto, ainda circulam práticas normativas que buscam condicionar experiências espaciais a partir de perspectivas supostamente neutras. Assim, ao engendrar esforços para fomentar a discussão sobre as organizações espaciais por meio de diferentes olhares e relações não hegemônicas, buscamos evidenciar a constante necessidade de desnaturalização e desnormalização desses princípios ontológicos.

Entendemos que esse esforço, abarcando cada vez mais espacialidades e práticas espaciais, como as vivenciadas a partir dos paradigmas espaciais estabelecidos por travestis e trans por diferentes corpos (Leal & Rosa, 2020) pode ser configurado a partir de um deslocamento analítico, ao convidar para longe de normatividades, julgamentos estratégicos, generalizações, abstrações e representações teóricas sobre os outros e o mundo organizacional, aproximando-nos em uma viagem rumo ao campo incipiente das espacialidades corporificadas pela rotina organizacional (Rezende, De Oliveira & Adorno, 2018) sem descuidar da diversidade material.

Usando a relevância dos corpos e gênero em ação, nesta pesquisa a partir da cisgênero e em relação às pessoas travestis e trans, imaginando que você tem muito a aprender com uma forma divergente de desvelar saberes, quando corpo, gênero e

práticas espaciais podem habitar espacialidades fora das normatividades obrigatórias cisgênero, questionamos: como as espacialidades podem (re)organizar normatividades cisgênero naturalizadas espacialmente? Na próxima seção, apresentamos a noção de espacialidades divergentes, nosso esforço conceitual, como um convite para se afastar das certezas binárias de gênero materializando dúvidas de tudo o que você pensa saber sobre espacialidades.

5 ESPACIAIS DIVERGENTES ALIANÇAS ESPACIAIS

Usamos o termo “espacialidades” e não “espaço”, no singular, para demarcar as diferentes formas pelas quais podemos produzir essas experiências sociais, materiais e corporificadas. Além disso, nossa intenção é também enfatizar a concepção performativa do espaço praticado e do corpo cotidiano produzindo espaços, pois o termo “espaços” pode denotar algo vivenciado externamente. Considerando a presença material por movimentos, fluxos, instintos, afetos, embutidos em práticas corporificadas de espaçamento (Bayes, Stayaert, 2012).

Em outras palavras, o termo “espacialidades” aponta o papel da categoria espaço corporal nos processos sociais e materiais de produção de gênero (Skoglund, Hold, 2020) e denuncia uma necessidade que consiste em tornar visível como os praticantes de corpo, gênero e sexualidade vivenciam o espaço, por meio de relações nas quais as pessoas não apenas reproduzem ou resistem aos regimes de poder e dominação, mas podem reconstruir ativamente os espaços (Beyes & Stayaert, 2012).

É por isso que mobilizamos a ontologia relacional para entender as espacialidades (Massey, 2005; Sheller & Urry, 2006), propondo relações espacializadas onde acontecem encontros respeitosos entre transgêneros e cisgêneros, por nós nomeados como espacialidades divergentes.

As espacialidades divergentes são um lugar de encontro de corpos, mas também estão presentes em uma situação, em uma condição de tempo-espaço onde as práticas espaciais fora das normatividades obrigatórias cisgênero, (des)ocupam a margem e movem a organização espacial afirmando invenções de gênero não binárias. As espacialidades divergentes são lugares que os espaços organizacionais hegemônicos não alcançam, onde as diferenças de gênero não coincidem com as diferenças de espaço,

A relação de divergência da violência binária espacialmente organizada só é possível quando se rompem espaços de silêncio, que ao invés de serem neutros, são cúmplices de opressores ou práticas violentas normalizando quem pode estar ali, como pode estar ali, o que pode fazer ali.

Para o propósito de nosso estudo, definimos divergência como um evento, ação, comentário, artefato mobilizado, intenções, interação ou qualquer outro posicionamento político que organize espaços corporais onde, explicitamente, declare divergência a qualquer atitude racista, LGBTQIA+fóbica, transfóbica e sexista. Butler (2020) argumenta que a única forma possível de derrubar estruturas de poder que dominam, subjagam e exploram determinados corpos, hierarquizando-os em detrimento de outros, é romper com tais estruturas que produzem desigualdades (e, conseqüentemente, violência). Então, argumentamos que a descontinuidade de espaços organizacionais binários pode levar a uma violência fracassada de gênero, sexualidade e relações corporais que organizam transformações de práticas espaciais.

Por sua vez, o termo "práticas espaciais" refere-se a uma categoria utilizada para compreender os modos como os corpos habitam os espaços, em diálogo com o que a organização espacial ontológica normaliza e que, a partir dessas experiências e diferentes olhares, produz transformações. Nesse ponto, resgatamos apreensões espaciais do trabalho de campo em Salvador, onde transgêneros baseados em paradigmas espaciais estabelecidos por travestis e corpos trans (Leal & Rosa, 2020) organizaram a cena noturna ao experimentar o exercício da criação de gênero e sexualidade, por meio de expressões travestis, orientando as espacialidades que ali aconteciam. Para Leal e Rosa (2020) trata-se de performance de desobediência de gênero,

No caso de Domi (uma das informantes), essas demandas de movimentos iam desde aprender a se maquiar, colocar unhas de acrílico, usar salto alto, calcinha, sutiã, peruca e sair para conhecer outras pessoas em público espaços. Passando por se reaprender a se movimentar de diversas formas, agora com música alta e janelas abertas para que todos possam admirar sua expressão feminina. Desenvolvendo técnicas para driblar o constrangimento causado pelo assédio insistente dos motoristas de Uber ou ficar super sorridente, mais falante e mais seguro nas interações ao sair de casa totalmente montado para realizar dublagem transversal ou

apenas passar a noite com os amigos. Afirmando ter se recuperado recentemente de um longo período de depressão, onde sua fase masculina, Anderson, teria descoberto uma paixão pela vida,

Em meio a experiências espaciais entre corpos em (in)constante trânsito de gênero, com perspectivas que rompem com os binarismos normativos excludentes de gênero, atuando como vetor espacial, podemos refletir o que acontece quando nossas perspectivas cis, deixam de ser a norma que norteia as relações espaciais práticas. Um movimento que se possibilitou na busca de um certo distanciamento do caminho ortodoxo, assim como a pesquisa organizacional trata a produção espacial a partir do mito da neutralidade como pressuposto inquestionável.

O estranhamento ficou claro quando o primeiro autor tentou entrar em contato com as travestis, em meio a várias tentativas frustradas de entrevistar aquelas pessoas, as dificuldades dele, um homem cis, em saber estabelecer relações entre pesquisadores e pesquisados. Ele errou os pronomes de tratamento, chamando-o de ela ou ela ele, reproduziu ideias que acabaram tentando enquadrar pessoas pluridiversas em categorias genéricas, fixas e binárias de gênero e sexualidade; não questionou como o participante se autoidentificava e reproduzia padrões de identificação de gênero ou sexualidade a partir de leituras externas ou se a prática comum de buscar conhecer o corpo do outro era suficiente para abordar tais questões.

Em um dos encontros com uma participante travesti, o pesquisador afirma que passou a se perceber confuso com supostos flertes, desconhecendo que uma pessoa trans também pode ser lésbica, gay, bissexual, já que gênero e sexualidade são conceitos que não se confundem. não questionou como o participante se auto identificava e reproduzia padrões de identificação de gênero ou sexualidade a partir de leituras externas ou se a prática comum de buscar conhecer o corpo do outro era suficiente para abordar tais questões.

O maior esforço desde que iniciamos o trabalho de campo com a população TT foi no sentido de não reproduzir nenhum padrão violento com os informantes. O primeiro autor teve que lidar com barreiras iniciais que foram transpostas durante o processo de pesquisa, nas quais pôde pensar e praticar diferentes espacialidades, não dadas como certas, nem mediadas por pressupostos de neutralidade, normativos e violentos com corpos, gêneros e sexualidades. Produziu no campo um movimento alternativo e

reflexivo, com corpos presentes que materializavam espacialidades divergentes como um paradigma epistemológico diferente para pensar e praticar a produção espacial não binária (e não violenta). Um ponto de partida divergente ao quebrar princípios e relações violentas com os corpos como prática naturalizada.

Especificamente, no que diz respeito à população TT, reconhecemos que esse processo envolveu o esquecimento de quase tudo o que pensávamos saber sobre gênero e espacialidades. O esforço de redução dos julgamentos foi o caminho que permitiu nossa abertura às espacialidades dos informantes em suas próprias expressões. Neste ponto da pesquisa, sentimos, pensando com os informantes, que o reconhecimento de diferentes perspectivas que habitam a espacialidade não pode ser reduzido a formular e emitir juízos uns sobre os outros (Butler, 2009).

Nessa concepção espacial divergente, afastando-se das práticas espaciais do corpo naturalizadas, sem interromper os movimentos espaciais, seja em seus próprios modelos de masculinidade e feminilidade (ou ambos, ou nenhum), seja em formas espaciais livres de normas, poderíamos reconhecer que é não nosso papel como pesquisadores.

Esses têm sido os primeiros movimentos de deslocamento analítico que buscam romper com as práticas regulatórias em relação às espacialidades cisgênero e binárias, comumente entendidas como universais e neutras. Em meio a essas experiências, por exemplo, o primeiro autor foi cada vez mais capaz de construir pontes relacionais com aqueles informantes, pessoas nas quais era menos possível imaginar seus órgãos genitais, seu gênero e/ou seus desejos sexuais. Tais práticas acabavam por fraturar supostas neutralidades ao abarcar espacialidades divergentes que afetavam profundamente o pesquisador em campo. Isso nos levou a outro movimento reflexivo, repensando as formas materiais e sociais pelas quais entendemos e praticamos a organização espacial ontológica.

A seguir, para ilustrar o referido movimento, apresentamos as palavras do primeiro autor, em escrito de primeira mão:

“Pude perceber menos obrigações normativas. Não sei ao certo se senti isso tão claramente depois das primeiras visitas a campo, mas depois de algumas semanas já era possível notar algumas diferenças em mim. Mudei a forma como uso meu cabelo, mais solto do que meu rabo de cavalo habitual. Troquei o habitual visual cinza e preto dos meus chinelos por um chinelo azul e outro par com uma estampa de orgulho do arco-íris. Acho que dei vazão a desejos antigos. Reduzindo o autojulgamento ou a obrigação de não usar um acessório tipicamente feminino, passei a usar a canga de praia como saia, evitando molhar o short com a sunga molhada. Passei a usar com frequência uma

linda bolsa que ganhei de presente um ano antes, mas como naturalizou que representasse uma modelo feminina, quase não me permiti usá-la. Passo a passo fui percebendo e me permitindo incorporar múltiplos movimentos. Foram movimentos que naturalizei como um padrão proibido para mim, homem cis, e acho que por isso fui constantemente interrompido, dia após dia. Ainda me lembro de como fiquei feliz quando me vi no espelho depois de comprar dois calções de banho novos, agora em modelo slim, cujo formato é mais próximo do modelo feminino e cujas representações sociais antes eram ligadas a sujeitos masculinos afeminados, que no neste ponto, não era mais suficiente para parar minhas próprias expressões.

Produzimos espacialidades divergentes como oportunidades de estar e estar entre corpos, gêneros e sexualidades alheios aos modos de opressão normativos binários de gênero aos quais as espacialidades são ontologicamente situadas no centro.

Estar com e estar entre travesti e trans, com todas essas práticas de liberdade (De Souza & Parker, 2020), ruptura de gêneros binários, conquistas reconhecidas e experimentações nos levaram a expandir as possibilidades espaciais de forma divergente. Por meio de dinâmicas espaciais orientadas independentemente de normatividades estritas, foi possível abraçar práticas inventadas e entender que a maior parte da literatura sobre espaço falhou em abordar a posição específica da cisgênero e as maneiras pelas quais as questões do espaço se relacionam com a questão do 'gênero'.

Experiências espaciais divergentes manifestam práticas espaciais inventadas pela relação e respeito a corpos mais livres, em termos de gênero e sexualidades. Isso pode ser feito quebrando julgamentos e não interrompendo os movimentos espaciais baseados no policiamento ou buscando adesão às regulamentações cisgênero ou, ao contrário, incentivando aqueles que querem experimentar, que têm o direito de expressar seus próprios modelos de corpo, gênero ou sexualidade espacialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A neutralidade espacial é socialmente violenta. A neutralidade científica é ontologicamente violenta. A neutralidade é um projeto político para encobrir as relações hierárquicas (de gênero) de poder, naturalizadas sob o positivismo e o objetivismo nas ciências sociais. Buscamos inspiração no conhecimento situado feminista para afirmar que a forma como os espaços binários hegemônicos de gênero na ciência é reproduzidos irradia perda ontológica e epistemológica pelas violências de gênero.

Para lidar com essas perdas, buscamos desnaturalizar processos violentos binários de gênero de espacialidades invisibilizadas na teoria e na prática. Esta é uma reivindicação teórica, mas também política e ética, na qual defendemos a visibilidade e a desnaturalização dos processos violentos binários de gênero na ciência, na pesquisa e na sociedade como um todo.

Neste artigo, recorreremos ao trabalho de etnografia para problematizar a violência de gênero organizada e/ou aliança com corpos que não se conformam às normas (cis)gênero e refletir sobre práticas espaciais e espaços de gênero binário. Embora grande parte da literatura sobre a produção de espaços organizacionais homogeneíze espacialidades e experiências de gênero, à medida que caminhamos em direção às margens, alcançando espaços menos normativos, podemos reconhecer corpos com perspectivas específicas de gênero e vivências de espaços corporais. Por exemplo, as experiências das travestis brasileiras e suas infinitas possibilidades de existência produzindo ontologias e epistemologias sofisticadas e plurais. No entanto, é verdade que espaço e gênero podem até ser categorias analiticamente distintas, mas no cotidiano das travestis brasileiras eles se materializam juntos.

Nesse ponto, as perspectivas trans+feministas situadas dentro de um processo performativo particular, ao desvendar os códigos sociais da cisnormatividade do corpo, são essenciais para nos fornecer meios teóricos e analíticos para entender a invisibilização travesti e trans e outros problemas associados aos pressupostos dominantes da cisgeneridade na vida cotidiana, mas também na ciência.

Teorizar, pesquisar e conviver com perspectivas trans+feministas desvela que uma mesma pluralidade material e social negligenciada (ou mais precisamente, negada) na organização espacial hegemônica. Com base no princípio da neutralidade, muitos corpos podem ser negligenciados na teoria e na pesquisa organizacional, situação que naturaliza apenas a ocupação espacial binária de gênero. Ao mobilizar o saber situado das travestis brasileiras,

Teoricamente, acreditamos ser possível repolitizar a categoria de espaço por meio de uma abordagem micropolítica e performativa das práticas espaciais em diálogo com o que chamamos de 'espacialidades divergentes', que neste artigo foi endereçada a espacialidades praticadas em experiências vividas normativamente divergentes sobre o corpo, gênero e sexualidade.

Essas espacialidades ficam evidentes quando problematizamos os espaços hegemônicos no que diz respeito às experiências de gênero travesti, trans e não binária, com rupturas de padrões onde a cisgeneridade permanece neutra, natural, biológica e espacialidade única presente nos estudos organizacionais. Mais do que neutralidades ou universalidades, experiências conceituais captadas em espacialidades divergentes, afirmam a existência daqueles que foram apagados, incapacitados e negados pela hegemonia.

Com esse deslocamento, reconhecemos a posição da produção espacial do nosso próprio ponto de vista cisgênero e desenvolvemos uma discussão sobre o que podemos aprender com as perspectivas travesti e trans e o papel da cisgênero no reforço (violência) e/ou ruptura (aliança) da relação binária -espaços de gênero. As espacialidades divergentes podem nos ajudar a desnaturalizar os espaços hegemônicos, como neutros em termos de gênero; compreender as práticas espaciais normativas não cisgênero e desenvolver possíveis espaços de aliança para romper com os espaços organizacionais binários.

Nosso artigo propõe as espacialidades divergentes como ponto de partida alternativo para desestabilizar as espacialidades binárias de gênero e chama a atenção para esse tipo de particularismo cisgênero que se estabeleceu como hegemônico, mas é desencarnado, desmaterializado e sem pertencer a nenhum lugar na produção espacial onto epistemológica. Falar sobre gênero e espacialidades introduzindo a perspectiva transfeminista baseada nas Espacialidades Divergentes e as perspectivas das travestis brasileiras pode remeter a uma produção intelectual muito específica que diz respeito a um país latino-americano ou algo muito peculiar à experiência de gênero travesti.

De forma controversa, podemos pensar as Espacialidades Divergentes não como uma tentativa totalizante de entender as subalternidades, mas como uma situação relacional onde gêneros enraizados em diferentes práticas espaciais podem conviver de forma menos violenta, produzindo espaços menos violentos. Trata-se do esforço global de luta contra a opressão de gênero que, quando situado em determinados locais de acesso e luta ao redor do globo, pode sobrecarregar os processos organizacionais hegemônicos, remeter diretamente às neutralidades e hegemonias da cisgênero compulsória.

A reprodução da organização espacial binária e/ou a preocupação com deslocamentos críticos destacando o papel da cisgênero, foi uma forma de se engajar com espacialidades divergentes ontológicas e epistemológicas. Acreditamos na construção de uma agenda teórica e política de pesquisa com espacialidades divergentes, pela incorporação ontológica de pontos de vista cisgênero e transgênero em seus próprios termos. Este pode ser um movimento não apenas para incluir travestis e pessoas trans nos espaços organizacionais, mas para efetivamente romper com princípios normativos violentos, como a homogeneização de gênero e experiências espaciais, por meio de espacialidades divergentes.

É por isso que convidamos pesquisadores de corpo, gênero e organização para repensar como teorizamos e praticamos experiências espaciais em estudos organizacionais pelas demandas de perspectivas de gênero diferentes e situadas como uma forma ética de estabelecer transformações teóricas e expandir a diversidade material e social da organização, que não vê apenas as espacialidades como cisgênero projetos políticos universalizados.

Polêmica, uma agenda ética e política engajada com questões de gênero nas organizações deve materializar como experiências plurais de gênero podem caminhar juntas, refletindo experiências espaciais menos violentas entre transgeneridades e cisgeneridades. Esse sentido poderia ser apreendido se levássemos a sério o respeito entre pessoas com raízes de gênero e sexualidade em diferentes práticas espaciais.

Nesse processo, nos perguntamos quanto tempo, esforço e atenção são desperdiçados no policiamento da adesão às normas cisgênero. Quantos espaços limitam, constroem, interrompem ou negligenciam movimentos sob práticas normativas estritamente cisgêneras? Que haja divergentes, (não) hegemônicos, travestis, trans, bichas, feministas, latino-americanos, indígenas, queer e negros sem o animus infligido e com suas próprias perspectivas e relações para nos conduzir à liberdade.

REFERENCES

- Abu-Lughod, L. (1991). *“Writing against culture”*. *Recapturing anthropology: working in the present* (Richard Fox, org.) Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press.
- Antra. (2020). *Associação Nacional de Travestis e Transexuais*. Retrieved June 5, 2021, <https://antrabrasil.org/>.
- Beyes, T.; Steyaert, C. (2012). Spacing organization: Non-representational theory and performing organizational space. *Organization*, v. 19, n. 1, p. 45-61. <https://doi.org/10.1177/1350508411401946>
- Bispo, M. D. S., & Gherardi, S. (2019). Flesh-and-blood knowing Interpreting qualitative data through embodied practice-based research. *RAUSP Management Journal*, 54(4), 371-383. <https://doi.org/10.1108/RAUSP-04-2019-0066>
- Blanchet-Cohen, N., & Di Mambro, G. (2015). Environmental education action research with immigrant children in schools: Space, audience and influence. *Action Research*, 13(2), 123–140. <https://doi.org/10.1177/1476750314553679>
- Butler, J. (1990). *Awash in a sea of faith: Christianizing the American people*. Vol. 6. Harvard University Press.
- Butler, J. (1993). Critically queer. *GLQ: A journal of Lesbian and Gay Studies*, Vol. 1, 17-32.
- Butler, J. (2009). *Giving an account of oneself*. Fordham University Press.
- Carrieri, A. D. P., Papadopoulos, D., Quaresma Junior, E. A., Silva, A. R. L. D. (2021). The ontology of resistance: Power, tactics and making do in the Vila Rubim market. *Urban Studies*, 58(8), 1615-1633. <https://doi.org/10.1177/0042098020912193>
- Cavedon N. R. (2008) *Antropologia para Administradores*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- Cavedon, N. R. (2014) Método etnográfico: da etnografia clássica às pesquisas contemporâneas. IN: *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. Vitória: EDUFES, v. 1, p. 65-90.
- Chin, M. (2017) Feelings, safe space, and lgbtq of color community arts organizing. *Journal of Community Practice*, v. 25, n. 3-4, p. 391-407. <https://doi.org/10.1080/10705422.2017.1347119>
- Clegg, S.; Kornberger, M. (2006). *Space, organizations and management theory*. Oslo: Liber.
- Colling, L. (2018). A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. *Sala Preta*, 18(1), 152-167. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v18i1p152-167>

Costas, J.; Grey, C. (2019). Violence and organization studies. *Organization Studies*, v. 40, n. 10, p. 1573-1586. <https://doi.org/10.1177/0170840618782282>

Cunliffe, A. L. (2016). Republication of 'On becoming a critically reflexive practitioner'. *Journal of Management Education*, 40(6), 747-768. <https://doi.org/10.1177/1052562916674465>

Cunliffe, A. L., & Pavlovich, K. (2021). Making our work matter: from spectator to engagement. *Academy of Management Perspectives*, 36. <https://doi.org/10.5465/amp.2020.0051>

Cunliffe, AL & Ivaldi, S. (2020). Embedded ethics and reflexivity: narrating a charter of ethical experience. *Management Learning*, 52(3) 294–310. <https://doi.org/10.1177/1350507620960014>

Dale, K. (2000). *Anatomising Embodiment and Organization Theory*. Springer.

Dale, K.; Burrell, G. (2007). The spaces of organization and the organization of space: Power, identity and materiality at work. *London: Palgrave Macmillan*.

De Certeau, M. de (1984). *The Practice of Everyday Life*. University of California Press, Berkeley.

De Jesus, J. G. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travesti e demais transgêneros, para formadores de opinião. *Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional – EDA/FBN Registro EDA/FBN nº 563034, Livro 1074, Folha 91 Protocolo EDA/DF 2012 nº 366*.

De Jesus, J.G., Belden, C. M., Huynh, H. V., Malta, M., LeGrand, S., Kaza, V. G. K., & Whetten, K. (2020). Mental health and challenges of transgender women: A qualitative study in Brazil and India. *International Journal of Transgender Health*, 21(4), 418-430.

De Oliveira, J. S. (2018). As influências raciais na construção do campo etnográfico: um estudo multi situado no contexto Brasil-Canadá. *Organizações & Sociedade*, 25(86), 511-531. <https://doi.org/10.1590/1984-9250868>

De Oliveira, J. S.; Cavedon, N. R. (2013). Uma Abordagem Política das Práticas Cotidianas: um Estudo Etnográfico num Circo. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 2, n. 1, p. 81–104.

De Oliveira, M. R. G. (2018). Why Don't you embrace me? *Sur: International Journal on Human Rights*, 15(28)

De Oliveira, M. R. G., & Ribeiro, P. R. C. (2018). Transexistências negras: O lugar de travesti e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. *Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação*, 69.

De Souza, E. M., & Carrieri, A. (2015). When invisibility is impossible: Body, subjectivity, and labor among travestis and transsexuals. *SAGE Open*, 5(2), 2158244015585406.

De Souza, E. M., & Parker, M. G. (2020). Practices of freedom and the disruption of binary genders: thinking with transsexuals. *Organization*, 1(16). <https://doi.org/10.1177/1350508420935602>

Domingues, F. F., Fantinel, L. D., & Figueiredo, M. D. de. (2019). Between the conceived and the lived, the practiced: the crossing of spaces at the arts and crafts fair of Namorados Square in Vitória/ES, Brazil. *Organizações & Sociedade*, 26(88), 28-49. <https://doi.org/10.1590/1984-9260882>

Field-Springer, K. (2020). Reflexive embodied ethnography with applied sensibilities: methodological reflections on involved qualitative research. *Qualitative Research*, 20(2), 194–212. <https://doi.org/10.1177/1468794119841835>

Flores-Pereira, M. T. (2010) Corpo, pessoa e organizações. *Organizações & Sociedade*, v. 17, n. 54, p. 417-438. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000300002>

Fonseca, C. (2007). O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. *Teoria e cultura*, 2 (1 and 2).

Gherardi, S., & Perrotta, M. (2014). Between the hand and the head. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*. Vol. 9 No. 2, 134-150. <https://doi.org/10.1108/QROM-06-2012-1079>

Gomes, R., Cardoso, S. P. & Domingues F. F. (2021) A (re) produção dos espaços urbanos brasileiros nos estudos organizacionais: que cidade é essa? *Gestão & Regionalidade*, V. 37, N° 111. <https://doi.org/10.13037/gr.vol37n111.6539>

Gomes, R.; Felix, B. (2019). In the closet: a grounded theory of the silence of gays and lesbians in the workplace. *Cadernos EBAPE*, v. 17, n. 2, p. 375-388. <https://doi.org/10.1590/1679-395174796>

Hanhardt, C. B. (2013). Safe space – Gay neighborhood history and the politics of violence. Durham, NC: *Duke University Press*.

Haraway, D. (1988). Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599.

Haraway, D. (1995). A manifesto for cyborgs: Science, technology, and socialist feminism in the 1980s. *The Postmodern Turn: New Perspectives on Social Theory*.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, (5), 7-41.

Haraway, D. (2000). Manifesto ciborgue. *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: *Editora Autêntica*.

Harding, S. (2004). Rethinking standpoint theory. *The feminist standpoint theory reader: Intellectual and political controversies*, 127-140.

Harding, S., & Hintikka, M. B. (Eds.). (2003). *Discovering reality: Feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science* (Vol. 161). Springer Science & Business Media.

Hooks, B. (1991). Black Women Intellectual. In: *Breaking Bread: Insurgent Black Intellectual Life*. West, Corcel (Eds.). Boston: South End Press. p147-164.

Leal, D. T. B. (2020). Transvestite spatiality: gender habitat and topographic practices of trans bodies in the Brazilian performing arts. *Urdimento-Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 2(38), 1-19. <https://doi.org/10.5965/14145731023820200003>

Leal, D., & Rosa, A. (2020). Transgenderities in Performance: gender disobedience and anticoloniality in the performing arts. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, e97755, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-266097755>

Leal, A. C. (2021). *Ex/Orbitâncias. Os Caminhos da Deserção de Gênero*. 1º Edição. Glac Edições.

LGBTQIA+ Resource Center Glossary. (2021). UC Davis, <https://lgbtqia.ucdavis.edu/educated/glossary>

Low, S. M. (2011). Claiming space for an engaged anthropology: Spatial inequality and social exclusion. *American anthropologist*, 113 (3), 389-407. <https://doi.org/10.1111/j.1548-1433.2011.01349.x>

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos feministas*, 22(3), 935-952. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

Malta, M., Silva, A. B., LeGrand, S., Whetten, K., & Wells, S. (2019). HIV/AIDS, human rights, and transgender people in Latin America. *Lancet Public Health*, 4(6), e279. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(19\)30082-9](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(19)30082-9)

Massey, D., (2005). *For space*. Sage.

Mombaça, J. (2016). Rastros de uma sub metodologia indisciplinada. *Revista Concinnitas*, 1(28), 334-354.

Mombaça, J. (2021). *Não vão nos matar agora*. Editora Cobogó.

Nascimento, Letícia C. P. do. (2021) *Transfeminismo*. 1. ed. São Paulo: Editora Jandaíra.

Nespor, J. (2000). Anonymity and place in qualitative inquiry. *Qualitative inquiry*, 6(4), 546-569. <https://doi.org/10.1177/107780040000600408>

O'Shea, S. C. (2017). This girl's life: An autoethnography. *Organization*, 25(1), 3-20. <https://doi.org/10.1177/1350508417703471>

Pedra, C. B. (2020). *Cidadania Trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*. 1ed - Curitiba: Appris.

Peres, W. S. (2010) Travestis, cuidado de si e serviços de saúde: algumas reflexões. In: Costa, Horácio et al (org.) *Retratos do Brasil Homossexual. fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. p303-319.

Ranade S (2007) The way she moves: Mapping the everyday production of gender-space. *Economic and Political Weekly* 42(17): 1519–1526.

Rezende, L.; De Oliveira, J. S.; Adorno, E. C. L. M. (2018) Compreendendo o Corpo a partir das Práticas de Organização: Etnografia de uma Organização Artesanal. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 17, n. 1, p. 35-53.

Riach, K.; Wilson, F. (2014). Bodyspace at the pub: Sexual orientations and organizational space. *Organization*, v. 21, n. 3, p. 329-345. <https://doi.org/10.1177/1350508413519767>

Ropo, A., & Salovaara, P. (2019). Spacing leadership as an embodied and performative process. *Leadership*, 15(4), 461-479.

Sheller, M. (2017). From spatial turn to mobilities turn. *Current Sociology*, v. 65, n. 4, p. 623-639. <https://doi.org/10.1177/0011392117697463>

Sheller, M., & Urry, J. (2006). The new mobilities paradigm. *Environment and planning A*, 38(2), 207-226. <https://doi.org/10.1068/a37268>

Skoglund, A.; Holt, R. (2020). Spatially organizing future genders: An artistic intervention in the creation of a hir-toilet. *Human Relations*, 74(7) 1007–1032. <https://doi.org/10.1177/0018726719899728>.

Smith, W., Higgins, M., Kokkinidis, G., & Parker, M. (2018). Becoming invisible: The ethics and politics of imperceptibility. *Culture and Organization*, 24(1), 54-73.

Souza, J. (2012). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Stokes, P., & Gabriel, Y. (2010). Engaging with genocide: the challenge for organization and management studies. *Organization*, 17(4) 461–480. <https://doi.org/10.1177/1350508409353198>

Taylor, S.; Spicer, A. (2007). Time for space: A narrative review of research on organizational spaces. *International Journal of Management Reviews*, v. 9, n. 4, p. 325-346. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2007.00214.x>

Teixeira, J.; De Oliveira, J.; Diniz, A.; Marcondes, M. (2021). Inclusion and diversity in management: a *manifesta* for the future-now. *Revista de Administração de Empresas*, v. 61. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210308x>.

The Roestone Collective. (2014). Safe space: Towards a reconceptualization. *Antipode*, 46, 1346–1365.

Tyler, M.; Cohen, L. (2010). Spaces that matter: Gender performativity and organizational space. *Organization Studies*, v. 31, n. 2, p. 175-198. <https://doi.org/10.1177/0170840609357381>

Vaccaro, A. & Palazzo, G. (2015). Values against violence: Institutional change in societies dominated by organized crime. *Academy of Management Journal*, 58(4), 1075-1101. <https://doi.org/10.5465/amj.2012.0865>

Vásquez, C. (2013). Spacing Organization: Or how to be here and there at the same time. In D. Robichaud & F. Cooren (Eds.), *Organization and Organizing: Materiality, Agency, and Discourse*. Routledge.

Vergueiro, V. (2016). Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: EDUFBA, 249-270.

Vitry, C. (2021). Queering space and organizing with Sara Ahmed's Queer Phenomenology. *Gender, Work & Organization*, 28(3), 935-949. <https://doi.org/10.1111/gwao.12560>

Walford, G. (2018). The impossibility of anonymity in ethnographic research. *Qualitative research*, 18(5), 516-525. <https://doi.org/10.1177/1468794118778606>

Williams, C. (2020). The ontological woman: A history of deauthentication, dehumanization, and violence. *The Sociological Review*, v. 68, n. 4, p. 718-734. <https://doi.org/10.1177/0038026120938292>

Yanow, D. (2010). Giving voice to space: Academic practices and the material world. In: *Organizational spaces: Rematerializing the workaday world*. Edward Elgar Publishing.

Zhang Z. & Spicer A. (2014) 'Leader, you first': The everyday production of hierarchical space in a Chinese bureaucracy. *Human Relations* 67(6): 739–762.

3º ITINERÁRIO: CRIANDO SENTIDOS DIVERGENTES PARA ESPACIALIZAR

Eu quero saber quem é que foi o grande otário
Que saiu aí falando que o mundo é binário, hein
Se metade me quer
E a outra também (pois é)
Dizem que não sou homem (xii)
Nem tampouco mulher
Então olha só, doutor
Saca só que genial
Sabe a minha identidade
Nada a ver com xota e pau, viu
Bem que eu te avisei!
Vou mandar a real
Sabe a minha identidade
Nada a ver com genital

(Música: “Pirigoza” - Linn da Quebrada, 2020)

Este terceiro itinerário aconteceu no período em que eu já havia retornado do segundo campo, quando me percebi praticando um terceiro deslocamento etnográfico. Logo após passar pelo percurso de familiarização com as perspectivas trans, seguido do estranhando da cisgeneridade na Bahia, desta vez, me vi num percurso em direção à incorporação de sentidos divergentes à cisgeneridade ao cotidiano organizacional.

Deixar para trás o segundo campo e o convívio mais intenso com as participantes da pesquisa não foi suficiente para me deslocar de volta ao lugar de (re)produção das neutralidades e normatizações espaciais. Não seria mais possível invisibilizar nem negligenciar corpos, gêneros e sexualidades no espacializar. Não seria mais possível ignorar o papel da cisgeneridade no organizar espacial e seus desdobramentos violentos para o espaço performativo de gênero. Ouvir o som que ecoava da experiência etnográfica fazia emergir músicas, ritmos, corporalidades; fazia ecoar múltiplas vozes afirmando chega desse padrão cisgênero; incorporar outras experiências (e vidas trans) importam. Devido a intensidade dessas vozes ouvidas, já não era possível dissociar se as vozes eram minhas ou das participantes com a mesma facilidade de antes.

Foi o instante em que o convite das bichas e trans travestis em campo, também as aproximações com a luta política transfeminista, começaram a fazer mais sentido. Não sei bem se eu estava intencionalmente respondendo à escassez de estudos

espaciais engajados na travestilidade ou se buscando entender como essas experiências de campo podiam ser articuladas às práticas espaciais, em função do seu potencial de desafiar fronteiras material e simbolicamente, conectando espaço e corpo. O fato é que, com o campo, entendi que para desenvolver noções de espacialidades divergentes à cisgeneridade, deveria estar com o cotidiano na produção de espacialidades marcadas pela divergência em relação à cisgeneridade compulsória. Se as espacialidades emergem na incorporação de práticas e contextos sociais particulares, devemos ter o comprometimento com as práticas às maneiras contínuas pelas quais as espacialidades são feitas e refeitas nas interações cotidianas.

Nesse caminho, o terceiro itinerário foi ganhando sentido como um percurso comprometido em construir sentidos divergentes, por exemplo, com as práticas que mais se orientavam por problematizar e provocar alternativas às fronteiras de gênero do que buscar estranhamentos ou familiarização. Uma direção nova nesta experiência etnográfica, afinal, depois de tudo que pude viver em campo, não fazia mais sentido desconsiderar o papel da cisgeneridade no organizar espacial e eu não mais poderia ignorar as violências decorrentes de neutralidades e normatizações espaciais, nem os efeitos para o espaço performativo, sobretudo bombardeando a população trans com inúmeras violências e opressões.

Depois de tanto conviver e naturalizar divergências à cisgeneridade, ao retornar para o Espírito Santo, eu que tanto estranhei deixar de ocupar o lugar da norma em Salvador, me senti um estranho no ninho ao voltar para os espaços que eu habitava naturalmente com a pele antiga. Difícil explicar, me vi repensando a todo momento sobre (não)lugares (des)obedientes de corpos e a necessidade de comprometimento com as práticas que divergem da binariedade como maneira de expandir o espacializar, considerando que, dentre muitos entendimentos, as experiências bichas e trans travestis manifestam práticas de um lugar fundamentalmente ocupado por corpos políticos e de resistência nas lutas antirracista, antitransfobia e antissexismo. Então, posso dizer que eu saio de Salvador e, logo em seguida me percebo em trânsito me deslocando para novos lugares, experimentando outros estranhamentos. Seria improvável, desde então, desconsiderar que, na maioria das vezes, não havia nenhum corpo travestilizado nos espaços.

Comecei a refletir sobre isso e resgatar algumas passagens de campo que falam muito sobre como lugares e corpos estabelecem associações e seguem representados ou não nos espaços organizacionais. Registrei em diários de campo relatos de vizinhos, trabalhadores e moradores da região histórica de Salvador, quando questionadas sobre o território e as organizações de arte transformista, não raro respondiam que ali “não havia nada”. No mesmo sentido, diários de artistas trabalhadoras na cena transformista, quando questionadas sobre a relação com esses espaços de trabalho, respondiam: “quando comecei, a princípio, não era trabalho, era só um quebra galho, até porque eu tenho minha profissão”. Ao passo que, logo em seguida, apresentavam contradições, informando detalhes sobre esse trabalho: “já ganhei prêmios com os figurinos criados por mim e apresentados em vários concursos de arte”. Me vi por diversas vezes imaginando como seria viver num espaço onde vidas trans não fossem presenças ausentes.

Foi seguindo esse caminho de construir sentidos sobre a criação de outras maneiras de localizar o corpo no organizar que articulei a primeira estação deste itinerário, rompendo o padrão binário de olhar o corpo a partir de experiências do campo, sobretudo aquelas que localizam no corpo as expressões de gênero e sexualidade. Nesse fluxo, fez mais sentido significar a ênfase no espaço performativo do corpo, algo presente nas perspectivas transfeministas que problematizam fronteiras de gênero e denunciam com suas experiências que estamos produzindo lugares, mulheridades e masculinidades o tempo todo (NASCIMENTO, 2021). Além disso, também nos fazem resgatar entendimentos de que o ideal de homem e de mulher é sempre um ideal performativo (BUTLER, 2003).

Insistindo em refletir sobre o potencial de desafiar as fronteiras espaciais a partir dos dados de campo, tornou-se interessante resgatar como esses lugares são materializados, em que a experiência corporificada no espacializar, em processos instáveis, não necessariamente **conscientes é a questão de gênero**. Essa reflexão conduz, de certa maneira, a construir sentidos sobre quais corpos estão participando desta pesquisa, seu potencial de desafiar fronteiras materiais e simbólicas e o que eles nos ensinam sobre o espaço performativo de corpos, dando origem a segunda estação deste itinerário, quando diversos modos não cis para espacializar gênero e sexualidade foram abordados, um fragmento do percurso sobre corpos relocados espacializando a divergência de gênero e sexualidade.

Em uma das noites, registro em meu diário comentários que ouvi uma artista transformista sentada ao meu lado, descrevendo e sintetizando o processo de criação de um lugar de gênero. Ela falava de sua amiga que se apresentava no palco vestida luxuosamente, com um longo vestido preto, que parecia ser parcialmente de veludo. Havia uma peça, usada como um mega colar, em formato de chuva dourada envolvendo o colo, ombros e formando uma espécie de coroa em torno do pescoço. As curvas acentuadas, num estilo clássico para uma festa de gala, constituem o figurino completado com um penteado todo trabalhado, topete alto e um coque bem pomposo, nem um só fio de cabelo fora do lugar. A maquiagem estava impecável, nada de *blush* ou coloridos, apenas batom vermelho e longos cílios completavam a elegância da produção. O som cantado era de clássicos da música sertaneja. Ao final do *show*, todos aplaudem intensamente com o público bastante atento a cada passo, como se ela fosse bem famosa entre eles. A amiga ao meu lado, explica o motivo daquele corpo expressar tanta feminilidade “Ela foi feita a bom preço!”.

Então, o desenvolvimento da terceira rota incorpora perspectivas motivadas pelo seu potencial de desafiar fronteiras espaciais, constituídas simbólica e materialmente, não somente aquelas perspectivas transfeministas que problematizam fronteiras de gênero, mas também outras perspectivas que desafiam fronteiras entre natureza e cultura. Ao conhecer essas perspectivas, tive contato com a oralidade, a pedagogia da desobediência e a fabulação e foi isso que me moveu a escrever o terceiro artigo, fabulando espacialidades divergentes no organizar, sobre vidas bichas e trans travestis que importam.

ESTAÇÃO 6: ROMPENDO O PADRÃO BINÁRIO DE OLHAR O CORPO NO ESPACIALIZAR ORGANIZACIONAL

As velhas terão sonhos
As jovens terão visões
As velhas terão sonhos
As jovens terão visões
As velhas terão sonhos

(Música: “Eu não vou morrer” - Ventura Profana, 2020)

Como vimos, o Âncora organiza espacialidades pela oralidade, pelo som, pelas músicas, como estratégia de resistência e rompimento de silêncios; por exemplo, deslocando lugares de vergonha e humilhação, para sentidos de orgulho, deboche e desobediência. Trata-se de uma produção de espacialidades a partir de lugares femininos que não organiza suas práticas de maneira vetorizada por lógicas de gênero cis.

Essas experiências permitem apontar para outras lógicas e sentidos que podem ser incorporados a espacialidades. Esse trecho mobilizado aqui da música “eu não vou morrer”, corporificada na performance da artista Ventura Profana, se insere nesse contexto ao afirmar em tom profético transformações de pulsões de morte em vida. Aborda a desumanização da pessoa trans travesti na sociedade brasileira, em que a travesti é tratada como animal, posicionada em lugares de calvário por não se dobrar diante do trono de nenhum senhor, mas transforma essa cruz em encruzilhada, os prantos em festa e, por meio uma mensagem falada ao pé do ouvido, profetiza a transformação “eu não vou morrer”. Explica o processo de transformação “nascemos em manjedouras e depois fomos crucificadas, ressuscitamos” quando juntas as velhas terão sonhos e as novas terão visões, e com as palavras materializando os contornos de um lugar vivo em pleno mar morto, nos faz perceber algumas maneiras pelas quais uma organização acontece de forma divergente à cisgeneridade, informando “o que os olhos não vêem” (figura abaixo) como caminhos, rompendo o padrão binário de olhar o corpo no espacializar organizacional.

Esta fotografia foi tirada pelo fotógrafo Jove Fagundes que, por conveniências e motivos pessoais (ele é meu marido) me acompanhou desde o início da experiência

etnográfica. O registro aconteceu em setembro de 2021, durante uma das viagens a campo, cuja materialidade do registro foi descrita pelo próprio retratista no fragmento que recebi por e-mail junto com a própria fotografia abaixo:



Figura 8: O que os olhos não vêem.
Fonte: Estúdio Jove Fagundes Fotografia.

Um corpo trans no mundo, na medida que resiste à dialética do não sentido, se arma e se afirma para, talvez, quem sabe, dar sentidos outro da margem que restringe a vida em sua totalidade significativa. Pensar nessas vidas que assombram o mal agouro do carrego colonial que aprisiona, sistematiza os corpos sem vida do cotidiano, tão somente, por atentar a não lógica da experiência trans. Talvez, um corpo travesti, este mesmo instrumentalizado de peruca e batons que espera a morte em uma estatística de 35 anos no Brasil, aliás, este Brasil que mais mata pessoas LGBTQIA+ e não à toa mais consome pornografia LGBTQIA+ no mundo, faça dessa artimanha, uma brecha na ruptura que toda força que oprime gera. É mais que uma bandeira afirmativa de vida. É enfrentar a Deus, o deus dos produtores de corpos binários, de gêneros fixos e rígidos por uma espécie de ideologia cis judaico cristã. O que a travesti propõe é vida. Mesmo na precariedade das normas e opressão de tudo que domina, a utopia de uma única lógica de mundo eurocêntrico de valores costurados em um projeto de morte a tudo que não seja a norma, portanto, precário, injusto e de direitos segregados. Em oposição a essa máquina de dismantelar pessoas, leia-se qualquer organização que não só professa sua religião normativa, mas que pune os corpos contraventores.

Essas vivências junto ao campo vão me fazendo repensar aspectos da teoria organizacional de modo afetado pelas aproximações com o transfeminismo, produzindo transformações na materialidade do corpo presente no referencial desta

tese. Embora, nesta pesquisa, o propósito de discutir experiência espacial em relação a gênero foi mantido até o final do desenvolvimento, com as vivências em campo, passei a diversificar as referências, nacionalizando, escurecendo e travestilizando os referenciais incorporados por entender a importância de incluir aspectos políticos, culturais e sociais considerando questões trans locais, particularmente aquelas situadas em países não ocidentais.

Estudos mostram que antes do contato com os europeus, muitas culturas expressavam gêneros fora dos moldes binários. Diferentemente do pensamento binário hegemônico nas culturas ocidentais sob influência da modernidade, outros povos possuíam (e outros tantos ainda possuem) experiências espaciais diversas, em caminhos divergentes em relação à cisnormatividade para espacializar (LEAL; ROSA, 2020; MOMBAÇA, 2021). Também, nesta pesquisa, as participantes, por suas corporalidades diversas, não limitadas às dimensões de gênero e sexualidade, estão atravessadas por questões de classe, raça etnia (OLIVEIRA, 2018, MOMBAÇA, 2021); experimentam e produzem o organizar diferentemente, especialmente se comparado aos contextos de países norte americanos e europeus, que compõem os estudos mais abundantes na literatura em torno das experiências de trabalho da população trans (MCFADDEN, CROWLEY-HENRY, 2016).

Antes das vivências de campo, o corpo presente no referencial teórico desta tese configurava, até então, uma materialidade predominantemente ocidental, ou seja, estava embranquecido e cisnormativo. Repensar os referenciais comumente adotados pela Administração e permitir incorporar os lugares bichas e travestis e seus saberes produziu afetações, algo que pode ser observado nas transformações que as elaborações teóricas sofreram ao longo dos três artigos que compõem esta tese. Nesse ponto, penso que vale lembrar que a escolha do corpo para pensar a categoria espacial foi entendida, num primeiro momento desta tese, como uma maneira de visibilizar a presença ausente de corpos no organizar, desnaturalizando o mito da neutralidade com diferentes modos pelos quais pesquisamos, teorizamos e praticamos organização. Contudo, quando recorro a construção de outros sentidos para os discursos de gênero, vou entender que “se os corpos aparecem, eles são articulados como o lado degradado da natureza humana” (OYEWÚMÍ, 2021 p. 29).

Nesse deslocamento em relação aos sentidos inicialmente adotados sobre corpos como categorias ausentes da experiência espacial teorizada, a pluralização

dos entendimentos de gênero passou a ser importante para entender que a presença reivindicada inicialmente requereria outros sentidos. O corpo não é uma presença ausente, mas sim compõe o alicerce sobre o qual a ordem social é fundada; o corpo que está sempre em vista e à vista. O desafio, numa lógica em que o mundo e os corpos são percebidos principalmente pela visão (OYEWÙMÍ, 2021), é privilegiar outros sentidos que não sejam essa tecnologia de olhar cis, em que, ao mesmo tempo que classifica e julga, segue sem permitir espacialidades de corpos dissidentes estarem à luz do dia. É aqui que as experiências sensoriais do campo, muitas vezes mediadas pela música, ajudam a compreender as espacialidades no organizar (MOMBAÇA, 2021).

Durante um show solo, por exemplo, ao sorrir e pedir aplausos instigando o público a participar da cena, enquanto canta e afirma “a gente se gosta como namorados e faz loucura como amante” (Música: “Romance Desapegado”, canção de Conde do Furró), no mesmo instante que aparece elegantemente vestida de longo no palco, com um figurino em tom rosa chá e acabamentos feitos de babados estruturados e volumosos contornando toda a lateral do corpo, a artista em palco não só busca encantar a cena com a criação de uma silhueta no estilo de corpo-violão: ela está ao mesmo tempo atualizando as representações simbólicas sobre espaços (amorosos) cis e reivindicando um lugar. Afirma que o corpo travesti pode ocupar lugares de afeto e amor como pessoas namoradas e até mesmo fazer loucuras como pessoas amantes também fazem. Além disso, o convite feito para o público cantar junto e sorrir, enquanto as palavras e movimentações acontecem, se torna mais sofisticado quando percebemos que, além da silhueta violão lida como feminina, existe um segredo sendo revelado através do corte do vestido, em modelo transpassado na frente, que devido a transparência do tecido, deixa à mostra os seios explicitamente de silicone.

O mais importante é o outro segredo que está por trás de tudo isto, uma movimentação ganha corpo a cada nova música apresentada na sequência de produção, nos termos desta pesquisa, ela está reivindicando um lugar fora do padrão binário de gênero para espacializar. A artista continua seu *show* cantando a canção da Pablio Vittar, acentuando o tom de provocação, talvez fosse mais preciso dizer deboche (ODARA, 2020) ilustrado no fragmento, “você me diz que meu amor não é para casar”, “você ri desse meu sonho de ir para o altar”. Seja negociando ocupação

de lugares “piranha também ama”, seja debochando de representações cis sobre o casamento cis, a igreja e o amor, considerados em geral não-lugares para pessoas trans travesti.

Algumas músicas performadas nos *shows*, ao serem corporificadas por uma corpa travestilizada para o feminino, operam criando outras posições a serem ocupadas por esses lugares dissidentes. Nos termos do campo, uma mulher de “peito e pau” na cena pública do Âncora, se destaca, dá o *close* dela, quando não está sozinha na cena e segue com sua performance transformista incorporada em coro por toda a plateia, em sua maioria, constituída de corpos afeminados de bichas, gays e outras pessoas trans. Rompendo silenciamentos e corporificando outras localizações, nesse balançar de corpos com a música, num golpe de olhar, num sorriso que muda, numa energia feminina que ousa pairar na atmosfera da organização, transitando masculino e feminino, ou mesmo naquilo que os olhos não veem, o som opera (re)localizações entre artista e público, lugar e não lugar, eu e o outro, cis e trans.

Ouvir, sentir, o som que toca nesse lugar, opera um movimento de (re)localização desses corpos(as) desde sentidos que divergem das representações cis sobre trans, rompendo o padrão binário de olhar o corpo no espacializar organizacional. As palavras cantadas, por exemplo, com a música: “Que maravilha”, de Jorge Ben Jor, cantada na voz de Gal Costa, conforme trecho destacado: “A gente no meio das ruas a girar, nas ruas, nas avenidas, onde eu vou te abraçar publicamente, que maravilha” Fala de poder ocupar lugares de amor, “por entre bancários, automóveis, ruas e avenidas, quando ela vem toda de branco, toda molhada e despenteada, que coisa linda é o meu amor”. Lugares de sonho, ao final, podem ser compreendidos como rotas para cultivar um lugar porvir na organização.

É nesse sentido que entender espacialidades para além das normas cis, por exemplo, como espacialidades que divergem à norma cis por serem a ela indiferentes, abre espaço para outros mundos (LEAL, 2021). Espacialidades que não se constituem necessariamente por oposição, nem desconstrução. Diferente disso, se desapegam desse centro de gravidade cis normativo e talvez sigam por outros caminhos.

Pelo que aprendi com as transfeministas em campo, mas também com as mais acadêmicas, ambas engajadas com o movimento organizado e político de travestis e transexuais, a questão “não é apenas o batom, não é apenas o silicone industrial. Mas

também é o batom, e também é o silicone industrial” (OLIVEIRA, 2021, in: orelha do livro *Transfeminismo* de Leticia Nascimento). São corpos e narrativas em disputa exigindo um lugar na cena espacial, são possibilidades de encontros, em que a questão não se restringe ao acesso ou à inclusão, mas como permaneceremos na experiência sem o silenciamento de corpos, gêneros e sexualidades.

As experiências de campo nos convidam, assim, a refletir sobre como os corpos trans podem habitar espacialidades. Vemos que tais processos levam em conta não apenas as questões de gênero na produção espacial, isoladamente, mas recorrem a uma profunda revisão das prerrogativas normativas binárias de gênero e sexualidade, ligadas à cisnormatividade. Para além do importante debate sobre ampliação e diversificação da representatividade trans, incluindo corpos trans cada vez mais nos contextos espaciais, entendo que há necessidade de se pensar\organizar práticas espaciais visando uma espacialidade menos violenta com pessoas travestis e trans. O que pode implicar não só ver essas representações, mas experimentar o mundo com uma intenção de redistribuição material e social, em termos de performances de gêneros e sexualidades, de modo que essas pessoas trans possam existir em qualquer espacialidade que queiram.

Além disso, a questão do gênero presente nas experiências espaciais pode estar nas sutilezas, nas beiradas, no truque, algo não facilmente visível quando se resume o debate a partir de questões de acesso e inclusão que costuma girar em torno da passabilidade cis. Isso é perceptível no “truque”, expressão que as participantes usam ao nomear táticas fugidias, oportunas e momentâneas para encontrar soluções para os problemas, jogando pelas beiradas, entrando e saindo, lidando com as situações que se apresentam, jogando com elas, contra a violência imposta por elas. Usando esses saberes travestis presentes na noção de uma performatividade espacial divergente, espacializar gênero no truque aponta rotas que nos ensinam que nada é compulsório, dicotômico, fixo, estabilizado, nem essencializado ou somente biológico como no espectro postulado pela cisgeneridade.

Por isso, com elas, vou tecendo a noção de divergência que, não necessariamente exige uma negação em relação ao gênero definido ao nascer, ou em relação ao corpo, mas o foco da resistência (e talvez da existência) é dinamizado pela maneira desobrigada em relação às normatividades de corpo, gênero e sexualidade que perpassa desenvolver tecnologias ampliadas sobre as maneiras de

estar, se apresentar, ser lido e ler a organização de mundo, denotando qualidades espaciais em que a questão não é o que nos mata, mas como sobreviveremos.

ESTAÇÃO 7: DIVERSOS MODOS NÃO CIS PARA ESPACIALIZAR NAS ORGANIZAÇÕES

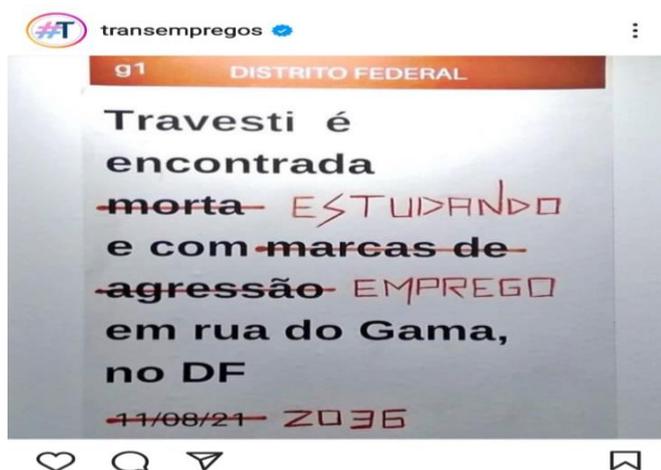


Figura 9: A história está sendo reescrita.
Fonte: Instagram – Transempregos, 2022.

Incorporar outras perspectivas e sentidos divergentes à cisgeneridade, com as experiências de um campo para espacializar, aponta alguns caminhos mostrando de que forma as experiências de corpos permitem incorporação de outras perspectivas. No caso, quando fazemos menção ao corpo trans, devemos considerar que “trans” é um prefixo que amplia o espaço do feminino, por exemplo, pensando o feminismo a partir de e para experiências de mulheres travestis, transexuais e outras pessoas trans. Uma noção que problematiza transversal, nos leva a atravessar contradições e fronteiras não somente em relação ao gênero e à sexualidade, mas uma noção que lida com uma questão mais ampla de como a relação entre natureza (dimensão biológica) e cultura (dimensão social) atravessam os encontros (NASCIMENTO, 2021).

As experiências com as bichas e trans travestis nos fazem perceber, de perto e de dentro (para usar uma expressão muito cara ao fazer etnográfico), os efeitos concretos do organizar espacial binário. As corporalidades afeminadas, marcadas como alguém que pode ficar de fora, destinadas a não-lugares, são excluídas ou vulnerabilizadas. Penso na noção de espacialidades divergentes a partir da preocupação com os efeitos espaciais concretos que impedem cotidianamente a produção de lugares de corpos divergentes à cisgeneridade no organizar.

Então, quando incorporamos nesta tese sentidos divergentes à cisgeneridade com experiências bichas e trans travestis, o interesse passa também por contribuir ao atender à insuficiência teórica em espacialidades organizacionais. E quando me refiro a criar sentidos divergentes à cisgeneridade no espacializar organizacional, provooco uma rota organizacional com as experiências de bichas e trans travestis que possam nos mostrar caminhos para refletir e responder de maneira prática: de que forma as experiências do campo permitem incorporarmos outras perspectivas no organizar cotidiano? Como espacializar divergente hoje, agora, na minha organização?

No campo, tive contato com múltiplas formas, como se pode ver pelos relatos etnográficos que apresento aqui. Pude perceber as práticas (maneiras) de espacializar nas brincadeiras com as palavras, por exemplo. Elas estão no uso da linguagem inclusiva, que insere um lugar que respeite a experiência das pessoas enquanto um corpo, ocupando uma posição num sistema organizativo a partir de seu lugar de sujeito. Isso poderia nos remeter a palavras tais como uma **corpa**, ocupando uma posição num **cistema** que é contrário a legitimar um lugar de respeito para **elus**. É nesse sentido que a invenção e o deboche são tecnologias utilizadas pelas bichas e travestis como maneira de fazer a gente pensar como muitas normatividades e maneiras de construir sentidos são construções pensadas por pessoas cis que organizam as linguagens a partir de suas localidades e, muitas vezes, não são capazes de reconhecer que existem outros lugares que não partem de binariedades de gênero. Parece ser por isso que elas (as participantes da pesquisa, no caso) subvertem, por exemplo, a linguagem falada\escrita como maneira de provocar também a subversão de sentidos adotados amplamente quando tratam de saberes que, por sua vez, também são parciais. Tantas vezes o deboche, a linguagem inclusiva e a invenção de palavras foram e são maneiras de produzir outros sentidos e criar, nessas artes de fazer, neste artesanato cotidiano, outras formas de espacializar.

Por isto, um dos convites que esta tese faz é o de reconhecer o prefixo trans como algo que transforma fronteiras, abarca produções para além dessas fronteiras. No caso da já mencionada fronteira entre natureza e cultura, pode ser uma abordagem transanimal; no caso da fronteira de uma perspectiva trans global *versus* a perspectiva bicha e travesti local, podem ser da ordem do transnacional; ou ainda pode dizer

respeito àquilo que emerge ao transitar entre múltiplos lugares, o híbrido, o *cyborg*, por que não?

Dadas todas as questões éticas e problemáticas mostradas, há que se pensar como podemos agir e se pouco sabemos enquanto pesquisadores nos Estudos Organizacionais, ou se não aprendemos ainda, podemos especular “como poderia ser” esse lugar pensado para espacializar com a intenção de espacialidades divergentes. Ao entrar em sua reta final, esta tese lança uma proposição, uma espécie de convite para ação ou um chamado para espacializar. Fabular, especular, sobre “como seria se fosse” tem sido uma forma, no contexto de uma ciência ficcional, de apresentar uma base, uma história factual ficcionalizada como maneira de contextualizar a realidade, e também de nos levar um passo adiante na imaginação do que pode a realidade (HARAWAY, 2013).

A essa altura, você provavelmente está se perguntando: o que exatamente a gente vai ficcionalizar neste terceiro artigo da tese? Talvez fizesse sentido imaginar espacialidades cujas tecnologias orientam a natureza espacial de gênero num futuro porvir, que talvez não parta de como as representações binárias de gênero são consumidas usualmente e por vezes são reproduzidas em massa. Um lugar em que se possa beijar homens e mulheres, em que corpos(as) afeminados possam espacializar orgulhosos de si e, mesmo assim, não te zombam, não te chamam de bicha, viado, nem vaca ou qualquer outro animal. Corpos que ocupam os mesmos lugares de direitos que corpos com sexualidades e gênero ditos padronizados e ninguém estranha, ao contrário: olham no seu olho, dizem que você está massa e incentivam o espacializar divergente para que você não seja a única bicha a praticar organização. Estéticas que fogem ao binarismo do que se convencionou desejar e achar bonito são compreendidas como visionárias, mensageiras do porvir, em que as mais afeminadas não são silenciadas e nem se sentem envergonhadas. Ampliar possibilidades para o corpo, reconhecendo que útero não tem gênero e que gestações trans são possíveis, a linguagem é inclusiva e os pronomes utilizados não são capazes de definir privilégios, direitos e nem a falta deles.

Nos estudos organizacionais críticos, a ficção associada a processos diferentes de escrita tem despertado atenção recentemente por seu caráter transformador, tornando o corpo material da pesquisa mais interessante e relevante, permitindo pluralidade de vozes no espaço escrito (REINHOLD, 2018). Por isso, preferem borrar

fronteiras artificiais e artificializantes que prometem separação entre o que está sendo dito ou teorizado e quem escreve, entre pesquisador e pesquisados, fato e ficção, natureza e cultura, como se fossem neutras às múltiplas afetações entre os variados pontos de vistas presentes numa narrativa.

Diante dessa realidade marginalizada em praticamente todos os espaços, desenvolver estratégias de resistência acaba sendo uma grande potência da perspectiva trans travesti que a todo tempo produz vida em meio à falha, à quebra, aos xingamentos e à marginalização. O desenvolvimento de linguagens próprias, como por exemplo o Pajubá, é uma forma de permitir um mínimo de comunicação segura entre as suas. No entanto, se para alguns a realidade aponta para o fim do mundo e implica medidas para “adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019), para os fins do diálogo proposto nesta tese, dentre os muitos caminhos para debater como reagir a violência socialmente organizada, trata-se de uma questão que exige fabular o fim do mundo tal qual nos foi dado a conhecer (LEAL, 2021). Nesse sentido, é por meio das invenções sobre as maneiras de diversificar em gênero as experiências espaciais, nas confluências e imbricações entre estratégias e táticas que produzem lugares e, especialmente, no espaço escrito, à beira do desconhecido, daquilo que se ousa imaginar, que se produz um novo tipo de conhecimento, constituindo a rota de nossa próxima estação.

Interessando em manter as bichas e travestis vivas nesta história, no fluxo do campo trans+formista, sendo o prefixo trans uma noção que nos leva a atravessar fronteiras, recorri a escritas diferentes, fábulas, como maneira de habitar o corpo do outro. Trata-se de uma estratégia que pode até mesmo subverter a própria noção de fábula, quando fala de possíveis realidades que os espaços hegemônicos não alcançam. Poder criar, imaginar ou inventar espacialidades pode exigir um lugar fora da cisheteronormatividade, pode exigir desestabilizar certezas, provocar quebras no **cistema** colonial de gênero ou até mesmo seguir obras que, ao buscarem materializar gênero, nos convidam a sair da moldura cisgênera.

Dito isto, caminhar em direção ao próximo artigo é de uma perspectiva que se move desse olhar normativo do "cis sobre trans" para uma perspectiva que seja mais "elas por elas". Tendo sempre no horizonte a construção de uma alteridade radical, então, na próxima estação, ao fabular espacialidades divergentes, o artigo 3 aponta para criar essa força imaginária em possibilidades interessantes para abrir outros

espaços em face do mundo como o conhecemos (o mundo cisgenerificado). Se continuo a espacializar este encontro, a partir de agora instaurado por uma fabulação especulativa de um outro mundo, é porque essa fabulação carrega consigo algo como um segredo que não se esgota por aí, pelo qual vale a pena lutar.

ESTAÇÃO 8: FABULANDO ESPACIALIDADES DIVERGENTES À CISGENERIDADE: PROCURA-SE CORPAS BICHAS E TRAVESTIS VIVAS NA ORGANIZAÇÃO!³⁵

As velhas terão sonhos

As jovens terão visões

[...]

eu nao vou morrer

[...]

Viva (Viva!)

Viva (Viva!)

Viva, viva!

(“Eu não vou morrer | I will not die” canção de Ventura Profana)

Trazendo corporalidades para fabular espaços e criar futuro nas organizações

O movimento social travesti brasileiro afirma que estamos vivendo uma transformação espacial em um momento histórico dos mais intensos atualmente no Brasil, pois as corporalidades (leia-se corpas) não cisgêneras de bichas e travestis estão saindo das margens da sociedade e passaram a ocupar espaços de destaque (ANTRA, 2022). Os processos de ocupação desses lugares de corporificação divergentes à cisgeneridade, que historicamente foram negados nas experiências espaciais brasileiras, estão se espalhando por espaços culturais, artísticos e musicais (com artistas internacionais, como Pablo Vittar e Gloria Groove), afetando os espaços organizacionais. Essa realidade de transformação espacial manifesta sintomas, embora o espaço reservado às corpas bichas, as travestis ainda seja extremamente marginalizado, sem direitos civis básicos, nem mesmo o reconhecimento de sua própria identidade (DE JESUS et al. 2020; DE OLIVEIRA, 2020).

³⁵ Artigo de autoria do autor em parceria com a pesquisadora Samela Pedrada Cardoso integrante do GESIP-PPGADM-UFES, traduzido para o português a partir de sua versão originalmente escrita em inglês, ainda não publicado, mas em processo de avaliação quando do depósito desta tese, em uma chamada internacional sobre escrita incorporada em cultura e organizações.

A princípio, basta apontar que travesti se refere a uma posição social, ocupada por pessoas trans, e marginalidade diz respeito a como essa posição é situada desde a cisgenderidade em contextos violentos, como o Brasil. Também é adequado destacar acerca da cultura brasileira que, gay e bicha são categorias identitárias diferentes, pois expressam comportamentos diferentes. A bicha resiste. O gay se ajusta. Por meio do resgate histórico, estudos mostram que “a imagem da bicha afeminada e desfigurada se tornou o contraponto do homem cisgênero heterossexual brasileiro” (DE OLIVEIRA, 2020, p.109). Mas se esse gay for afeminado, o ajuste não é efetivo, basta ele ser tratado como bicha (DE OLIVEIRA, 2020). Por exemplo, tratado por ela\seu pronome.

Essa crescente protagonismo não cisgênero está sofisticando as formas mobilizadas para pensar os espaços corporificados como experiência performativa do ponto de vista de bichas e travestis. Pela primeira vez, a sociedade brasileira teve a possibilidade de ler e conhecer literatura de autoria travesti (MOIRA, NASCIMENTO, 2020) e em rede nacional, amar e permitir se afetar por uma travesti humanizada na 22ª edição do reality show de maior audiência do país. Além disso, o número de travestis e pessoas trans em espaços políticos triplicou, registrando o maior número de pessoas não cisgêneras eleitas para ocupar espaços políticos (ANTRA, 2020). Essa realidade não parece ser uma condição exclusiva da sociedade brasileira, vestígios e indícios de violência de gênero e incorporação espacial não cisgênero estão cada vez mais presentes em organizações ao redor do mundo.

No entanto, é necessário apontar que, ao nível do explícito, o corpo não é teorizado e raramente é visto como relevante para o desenvolvimento do conhecimento sobre as organizações (DE ALMEIRA, 2017). Do ponto de vista ontológico, a dicotomia corpore e o paradigma mental racional-cognitivo são rejeitados, na medida em que a pessoa é associada ao 'seu' corpo e ao mundo que experimenta (CROSSLEY, 1995; CSORDAS, 1988; MERLEAU-PONTY, 2004; 2005; XELIM, 2003). Os autores analisam a posição e o tratamento do corpo, assim como Shilling (2003), afirmando que no nível implícito “o corpo está presente nas organizações e nos estudos organizacionais – afinal, como poderíamos fazer algo sem 'seus' corpos !” (DALE, 2001: 8).

Nesse fluxo, corporeidade refere-se à relação fundamental e indissociável que se estabelece entre o corpo e o mundo sócio-histórico-organizacional (DE ALMEIDA, 2017). Por um lado, experiências de corporeidade de gênero e sexualidade entendidas como espaços performativos de corpos importam na materialidade organizacional (TYLER, COHEN, 2010). Além disso, o espaço performativo de gênero é onde o corpo importa (ACKER, 1990, BUTLER, 2020). Nesse sentido, corporificação, gênero e sexualidade são aspectos críticos para as espacialidades porque são modos de fazer que não estão dissociados da inteligibilidade espacial (RIACH, WILSON, 2014; SKOGLUND, HOLT, 2020, THANEM, 2015, SOUZA, COSTA, 2015; DE OLIVEIRA, 2020).

Talvez por isso, questões sobre espacialidades e corporificação de gênero vêm ganhando visibilidade na Administração nos últimos anos dentro e fora do Brasil (BAGGIO 2017; CAPRONI NETO, SARAIVA, 2014; GARCIA E SOUZA, 2010; KÖLLEN, 2013, 2018; MCFADDEN, 2015; MOURA; NASCIMENTO E BARROS, 2017; NG E RUMENS, 2017; PANIZA; ICHIKAWA E CASSANDRE, 2018; RUMENS,

2017). Não à toa, grande parte da força desse movimento vem dos debates sobre os corpos que fazem parte de grupos historicamente construídos como LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e outros) e de questões espaciais de desigualdade, diferença, diversidade, não neutralidade, segurança e inclusão.

Contudo, há uma enorme disparidade em termos de representação de gêneros e sexualidades no mundo organizacional espacial, a personificação menos representada nas pesquisas em Administração é a transgênero, que inclui corpos bichas e travestis (PANIZA E MORESCO 2022). Embora existam estudos que materializem a presença de corpos da ampla comunidade LGBTQIAP+ em relação ao ambiente de trabalho, são raros os estudos que mostram espacialidades quando a corporeidade escapa às normatividades binárias (cisgênero). As experiências de corporeidade trans estão muito mais ausentes nas espacialidades, quando comparadas com a quantidade de pesquisas que consideram corpos gays, lésbicas e bissexuais (BELL, 2014, ÖZBILGIN BEAUREGARD, SÜRGEVIL 2011; CARRIERI; PERDIGÃO E AGUIAR 2014; KÖLLEN 2018; NG E RUMENS, 2017; SCHWARTZ; VAN ESCH, BILIMORIA, 2017; THEODORAKOPOULOS; BUDHWAR, 2015; CAPRONI, SARAIVA, 2014; PANIZA; ICHIKAWA, CASSANDRE, 2018; PANIZA, MORESCO, 2022).

Essa situação problemática das corporeidades e espacialidades identificada na literatura sobre as formas de fazer das espacialidades os Estudos Organizacionais nos levou à reflexão de partida e ao questionamento: Que espacialidades são essas? Onde estão as corpos bichas e travestis nos espaços das organizações? Lidar seriamente com essas questões nos permite reconhecer que os estudos organizacionais brasileiros insistem em mostrar o não lugar de bichas e travestis nas organizações (CARRIERI; PERDIGÃO, AGUIAR, 2014; PANIZA, MORESCO, 2022; TEIXEIRA ET AL., 2021) mesmo travesti corresponde ao "melhor identidade não binária conhecida, com nomes e pronomes femininos, que expressam características socialmente entendidas como femininas" (BAGGIO, 2017).

Essas várias formas de exclusão de bichas e trans travestis continuam a indicar quem pode ocupar um lugar de gênero na organização espacial. O seminal estudo brasileiro publicado em livro em 2006, nas Ciências Sociais, intitulado "a reinvenção do corpo, da sexualidade e do gênero na experiência transexual" (BENTO, 2019), revelará, nos termos da pesquisadora, "um enorme vazio", denotando a presença da ausência dessas corporalidades que se reproduz até hoje no Norte Global, cujas posições dos estudos trans só recentemente começaram a emergir (RIZKI, 2019).

Esse buraco pode ser facilmente percebido nas revisões de literatura sobre a categoria espaço (WEINFURTNER E SEIDL 2019; TAYLOR E SPICER 2007; MIGLIORE, ROSSI-LAMASTRA E TAGLIARO 2022), desde a chamada virada espacial (BEYES E STEYAERT 2012; VAN MARREWIJK E YANOW 2010) praticamente nunca reconhecem a presença de corpos divergentes à cisgeneridade e questões de gênero não cisgênero (não binárias). Com base nos estudos feministas, trata-se de uma agenda problemática há muito tempo, mas com questões ainda não superadas, que fala sobre o impacto dos corpos generificados a partir de regimes de gênero e códigos normatizados encorajados a homens e mulheres na organização

(SINCLAIR, 2005; ACKER, 2006; BOURABAIN, 2021; PHILLIPS; PULLEN, RHODES, 2014).

Nesse fluxo, faz sentido encontrar estudos estranhos que reproduzem práticas espaciais a partir de lógicas binárias de corpos generificados no trabalho organizacional, que, por um lado, mostram quem pode ocupar espaços com base nessas normas e, por outro, mantêm ocupando (não)lugares aqueles gêneros e sexualidades que fogem das normas (DE OLIVEIRA, 2020). Espacializar o corporificado é quebrar o silenciamento ignorado nas organizações (THANEM, 2015; DALE, 2001), reconhecendo que a corporeidade é um elemento político (SASSON-LEVY 2008), quando habitamos os espaços organizacionais (FLORES-PEREIRA, DAVEL, CAVEDON, 2008). Entendemos que essa situação configura uma espécie de “sintoma” que deve nos levar a questões que realmente importam nos estudos organizacionais, resultando no descaso, na negação, nas invisibilidades de qualquer relação com essas organizações não cisgêneras corporificadas.

É neste panorama da literatura produzida até agora que faz sentido questionar a experiência espacial afetada pelo gênero e pela sexualidade na organização. Embora o foco deste artigo esteja centrado em espacializar trazendo corporificação para o debate organizacional em termos amplos e não especificamente em relação à gestão da diversidade e inclusão nas organizações, o estudo da diversidade oferece representações significativas ao mostrar como a Administração (na verdade são estudantes, professores e pesquisadores) raramente consegue estabelecer a relação entre a organização espacial e as dimensões de gênero e sexualidade quando se referem a identidades não binárias. Então esse debate travado aqui, trata-se de organização, espacialidades e (re)localizar corporeidades nos espaços organizacionais.

O grande problema de trazer corporificação para o debate das espacialidades na maioria dos Estudos Organizacionais tem sido a visão que sustenta a hegemonia dos corpos nas organizações, o que nos remete à natureza de gênero que os próprios pesquisadores fazem ao pesquisar e escrever. Em termos mais amplos, a pauta da categoria espaço influenciada por corporeidade-gênero-sexualidade carrega significados hegemônicos binários, polarizados e contrastantes. Embora apresentem em grande parte uma visão silenciosa e inexplícita, essas práticas recorrem a uma lógica cisgênero que subordina o corpo feminino como inferior, submisso e, em última instância, sujeito à violência ou mesmo matável, lógica baseada em uma suposta neutralidade de gênero.

Cisgênero conceitua formas analíticas sobre um lugar binário, misógino, com uma visão biologizante única sobre a fixidez do sexo com efeito de gênero (NASCIMENTO, 2021). Embora todos os gêneros passem por um processo de materialização a partir de práticas sobre sexo, seja para aqueles cuja identificação de gênero ocupa lugares na cisgeneridade ou não. No contexto brasileiro, a cisgeneridade revela que os corpos cis gozam de um privilégio capaz de colocá-los em posição de naturalidade, neutralidade e privilégio (SIMAKAWA, 2015).

A norma cisgênero, por processos normativos compulsórios, determina "é menino!" ou "é menina" e a partir daí operam inúmeras repressões corporais desde o nascimento (NASCIMENTO, 2020). Por exemplo, desde cedo as mulheres cis são

ensinadas a como se expressar, por exemplo se sentadas, devem se expressar de preferência com as pernas fechadas, principalmente se estiverem de saia. Enquanto os meninos são encorajados a não chorar ou engolir o choro.

Tais dinâmicas dicotômicas hierarquizam os gêneros em lógicas binárias excludentes, como forma de manter o privilégio único de ocupação de cargos de poder. Posições espaciais consideradas apenas para os homens poderem ocupar e continuar a ocupar, caso continuem a não se comportar como mulheres, o que pode ser entendido para os propósitos deste texto, maneiras de espacializar que dizem respeito a como não se comportar de forma que valorize o feminino em espaços formais ou públicos (NASCIMENTO, 2021).

São produções de gênero naturalizadas desde a infância. Reconhecer que são produções sociais de uma ordem cisgênero (ou seja, binária homem e mulher, onde mulher ocupa posição hierarquicamente inferior) surge como um caminho significativo para desnaturalizar, desfazendo o que foi anteriormente postulado por posições hegemônicas como lugares subalternizados em um sistema de gênero colonial (LUGONES, 2004). Em comum, tanto o trans+feminismo quanto outras perspectivas decoloniais de gênero apresentam inteligibilidades de gênero que não reproduzem a colonialidade de gênero implantada no Brasil, ou recusam tornar-se algo cisgênero ou evitam normatividades binárias de gênero desde o período histórico colonial até o presente (NASCIMENTO, 2021; OYÉWÚMÍ, 1997).

Dinâmicas espacializadas dificilmente passam despercebidas diante do esforço empregado por certas pessoas em tentar impor o cisgênero como sistema de organização dominante. Embora alguns setores e pesquisadores ainda não tenham muito entendimento sobre as bases que constituem o que pode ser analisado através das normas cisgênero e cisgênero, ela se materializa como uma analítica necessária nas abordagens de gênero tendo como ponto de partida a categoria corporeidade.

A produção de saberes não universais, sobre experiências não essencializantes, não binárias, nem reproduzindo normatividades racistas, misóginas, transfóbicas ou pretendidas como dominantes está relacionada a um movimento bastante sofisticado e complexo capaz de produzir transformações onto epistemológicas a partir de travestis e pontos de vista não cisgêneros e impedem corpos não cisgêneros de viver socialmente organizados (especialmente organizados).

Travestis, mulheres trans e outras pessoas não cisgênero passam a questionar quem pode produzir teoria tornando visíveis seus pontos de vista e produção intelectual e se preocupam menos em esconder o que estão sentindo na pele, vendo diante de seus olhos e vivenciando o cotidiano (LEAL, 2022). São provocações poderosas que nos fazem entender quando Marquis Bey busca demonstrar as formas pelas quais trans é negro e negro é trans, ao se recusar a ser feito algo (BEY, 2017).

Tais formas de descrever a organização resultaram em diferentes repertórios que isolam questões de gênero por meio do pensamento binário em organizações espaciais dominantes, expondo a inseparabilidade entre organização espacial e corpos generificados. Essas práticas misóginas foram naturalizadas na sociedade mesmo depois de vários estudos comprovarem que os espaços organizacionais são violentos com corpos efeminados porque partem de um determinismo insuficiente

entre gênero e sexo, bioessencialismo, enquadrado em recortes binários que privilegiam alguns corpos em detrimento de outros (MIGLIORE, ROSSI-LAMASTRA, TAGLIARO, 2022).

Se hoje no Brasil há ampla atenção em relação aos espaços organizacionais inclusivos, as configurações não podem ser reduzidas a uma falsa oposição binária entre espaços de gênero (MIGLIORE, ROSSI-LAMASTRA, TAGLIARO, 2022). Do ponto de vista das bichas e travestis, a invisibilidade espacial, a exclusão e o escrutínio da corporeidade não são acidentes e, como não decorrem de um acidente, são muito mais ousados do que uma aparente disputa ambivalente sobre corporeidades masculinas ou femininas naturais\biológicas\fixas (LEAL, 2021).

Dadas todas as questões problemáticas sobre o que os corpos (e corporificação) podem fazer pela ética da vida organizacional (THANEM, WALLENBERG, 2015), concordamos com Thanem e Wallenberg quando eles dizem que não se trata apenas de fazer gênero (e fazer sexualidade) na organização (THANEM, WALLENBERG, 2016).

Essa situação relacionada à performatividade de gênero e aos espaços que importam nos Estudos Organizacionais, destacada pela experiência trans, requer trazer corporificação para as espacialidades. Razão pela qual declaramos que algo precisa ser feito: É preciso criar localizações corporais espacializantes com intenções divergentes à cisgênero! Para nós, abraçar a divergência cisgênero ao não incorporar espacialidades binárias de gênero pode gerar alternativas ao organizar espacialmente expandindo os limites da espacialização.

Buscando provocar essas alternativas por meio de abordagens ficcionais, buscamos articular lugares de corporeidade que diferem da cisgênero na prática organizacional, como dimensões teóricas e práticas nas espacialidades, fabulando um futuro nos estudos organizacionais que rompem os espaços organizacionais binários de gênero. No sentido de imaginar ou especular como poderia ser.

Nesse fluxo, reconhecemos que não estamos sozinhos nesse movimento e nos aproximamos dos estudos que reconhecem que a pesquisa organizacional pode se beneficiar da discussão sobre práticas espaciais em experiências de fazer gênero, corporificar transgênero ou diversidade de gênero, visto que as práticas espaciais revelam e dinâmicas sociais de corpos, gênero e sexualidade e precisamos de inteligibilidade espacial até mesmo para ousar escrever e imaginar o mundo de maneira diferente (SKOGLUND, HOLT, 2020).

No entanto, a originalidade de nossa escrita corporificada está em falar sobre espacialidades, trazendo corporificação para a conversa por meio de uma abordagem fábula. Esta forma de corporificar a escrita pode permitir construir uma proposta de transposição de fronteiras entre investigador e investigado, mas também entre teoria e prática, facto e ficção, cis e trans abarcando na polissemia dos significados, a transversalidade das relações que se pretende propagar e materializam-se no espaço da organização. A imaginação como forma de habitar o corpo do outro, no sentido de fazer, criar, transformar conexões entre estudos organizacionais, espacialidades e ideias de como dar corpo a um lugar.

As contribuições desse debate podem expandir os limites da espacialização para além da neutralidade cisgênero, no sentido de abrir espaço para outras corporificações, gêneros e sexualidades que importam. Uma visão para ampliar as localizações binárias de gênero fixadas e naturalizadas pela cisgênero na organização.

Nesse sentido, dar corpo à escrita por uma fábula é espacializar e trazer novos lugares dos corpos para o futuro dos estudos organizacionais onde práticas espaciais e diferenças de gênero não coincidem com desigualdades, violências e exclusões espaciais. Um fluxo em que a narrativa se engaja na organização de intervenções sobre como queremos espacializar juntos sem tornar invisíveis os corpos que escapam da normatividade cisgênero, criando um lugar por vir na espacialização dos corpos.

Nós abraçamos um exercício de abordagem de fábula, como um espaço de escrita mobilizado como estratégia não apenas para engajamento ou para estabelecer um fascínio com o público leitor, mas no sentido de subversão da própria noção de fábula quando fala de realidades concretas e possibilidades de habitar espacialidades que os espaços hegemônicos não alcançam. É também sobre o que escolhemos imaginar, escrever e reivindicar sobre um território que pode ser incorporado, espacializado e mantido vivo em outras localizações espaciais.

Assim, apelando à ficção científica também em busca da imaginação, das relações mais fluidas e nebulosas entre natureza e cultura, entre humano e não humano, para contornar as condições de exclusão, romper com a lógica binária do gênero e manifestar ações para um mundo onde a vida trans brasileira importa.

As reflexões aqui apresentadas, foram inspiradas em uma pesquisa de abordagem etnográfica, baseada na convivência com bichas e travestis brasileiras, que a princípio não contou com a tecnologia da fabulação, na qual o primeiro autor esteve em campo com uma organização de arte trans na região nordeste do Brasil. Esta organização celebra a espacialidade dos corpos que divergem da cisgeneridade com um palco para shows musicais de arte travesti e transformista, como um bar de música drag, que existe há mais de 20 anos no Brasil. Para isso, foram resgatados os dados etnográficos produzidos durante a participação do pesquisador como visitante da organização por seis meses, compondo um corpus que foi revisitado reflexivamente pelos dois autores e inspirou o diálogo deste artigo.

A partir desse caminho, começamos a escrever e imaginar como praticar espacialidades em um lugar divergente à cisgeneridade, reconhecendo como diferentes corporificações influenciam a organização espacial. Abraçamos esta viagem inspirando-nos em abordagens fábulas, no contexto de uma ciência ficcional, sobre “como seria se fosse”, para apresentar uma base, uma história factual ficcionalizada para contextualizar a realidade, e para nos levar um passo mais longe na imaginação do que a realidade pode fazer (HARAWAY, 2013). Devido ao nosso engajamento ético com o ponto de vista das bichas e travestis, elegemos as fabulações travestis como força enunciativa dos pressupostos travestis sobre o que se convencionou chamar de cisgênero (LEAL, 2021). Para nós, trata-se de pressupostos culturais situados em locus de enunciação transfeminista na América Latina (PASSOS, VERGUEIRO-SIMAKAWA, 2022) utilizados aqui para escrever sobre como seria se fosse naturalizado para espacializar intencionalmente

corporeidades divergentes à cisgênero na organização. É também uma estratégia que pode até subverter a própria noção de fábula, quando fala de realidades possíveis que os espaços hegemônicos não alcançam.

Assim, a abordagem da fábula funciona neste artigo como um convite à incorporação de diferentes escritas na produção científica considerada convencional, para abrigar exercícios de pensar e especular uma alteridade radical para espacializações divergentes nos estudos organizacionais. Quando tomamos o caminho da divergência, trata-se de destacar que existem vidas corporificadas fora dos espaços binários de gênero, em direção e em relação às travestis e outras personificações de gênero que fogem das normas cisgênero. Tomamos a fabulação travesti dentro de uma grande abordagem científica da ficção, por exemplo, afro futurismo de Octavia Butler, imaginação radical ou especulação científica de Donna Haraway e Isabelle Stengers. Nesse sentido, abordamos obras como manifesto contra sexual, ciborgue e animal trans ou outras obras especulativas que naturalizam gêneros trans, lógicas não binárias, pressupostos biológicos cis divergentes, nem masculinos, nem femininos, legitimam gêneros híbridos para espacializar, considerando que a noção de gênero não precisa ser cis centrada para ser normalizada e naturalizada na experiência espacial

Especificamente usando a fabulação travesti, buscamos entender os limites da corporeidade, raça, gênero e a cena organizacional espacial para além do dilema das localizações binárias masculina e feminina como inteligibilidade espacial única, postulando a performativa de gênero como binária natural, biológica fixada como dimensões neutras da cisgeneridade (LEAL, 2021).

Nesse fluxo, as fabulações travestis (LEAL, 2020) fizeram muito sentido para cultivar outros lugares de corporeidade, gênero e sexualidade na espacialização, pois diz sobre espaços de reconhecimento e respeito em relação às performatividades transgênero no Brasil (LEAL, 2020). Neste artigo, fabular sobre um futuro, é uma maneira para abrir espaço, para mostrar práticas de um futuro organizacional mais inclusivo.

Portanto, para construir novos futuros devemos primeiro ser capazes de imaginá-los coletivamente, escritos por pessoas articuladoras radicais para a transformação social (IMARISHA, 2015). Nós também devemos ser capazes de imaginar maneiras diferentes de incorporar gênero e espaços de escrita, reconhecendo que temporariamente deixamos de prestar atenção à violência de nossos próprios espaços e história de gênero e ignoramos o papel que a cisgeneridade desempenhou na naturalização de normas violentas de gênero e violência espacial. práticas, geralmente acompanhadas de transfobia.

Nesse movimento, introduzimos a noção de espacialidades divergentes, abraçamos experiências normativas divergentes no que diz respeito a não tomar a cisgêneridade como norma constitutiva e eixo neutro na corporalidade praticada. As corporalidades práticas nesse espaço, são afirmadas como importantes para promover a renovação conceitual, metodológica e crítica para qualquer prática incorporada marcadamente cisgênera e heterossexual. A ideia de espacialidades divergentes à cisgeneridade, pode ser entendida como um convite a imaginar uma alternativa no espaço da ortodoxia masculina, especificamente um lugar onde as expressões não cisgêneras

se deslocam das margens e ocupam posições de outros espaços, quando as espacialidades não tem a cisgeneridade como inteligibilidade organizacional única. Esta ideia de espacialidades divergentes pode então promover a produção de novos lugares, relocando lugares e também diz respeito as concretizações espaciais que permitam abrir a imaginação e as possibilidades de criar o futuro nas organizações.

São caminhos capazes de direcionar o foco desta história para um futuro que não reproduza este tipo de violência de gênero, tão conhecida no país com o maior número de travestis e mulheres trans mortas por transfobia no mundo. Então, nesse sentido, se você nos perguntar, há alguma reivindicação a ser declarada? A resposta é sim! Declaramos a reivindicação: Outras vidas também importam! As próximas encarnações de bichas e trans travestis são procuradas vivas!

Localizando a experiência espacial de bichas e trans travestis brasileiras

Travesti é uma forma cultural brasileira, embora existam indícios que apoiem processos semelhantes em toda a América Latina (Leal 2021). O termo travesti é antigo, nasceu muito antes do conceito trans e, portanto, muito mais utilizado e consolidado na cultura brasileira. Em diferentes momentos de sua história, a sociedade brasileira registrou práticas de perseguição cotidiana a certos modos de vida. Durante a inquisição portuguesa no início do século XX, houve um longo período conhecido como movimento higienista LGBTfóbico, contrário a qualquer tipo de expressão de gênero e sexualidade dissidente (TREVISAN, 2018).

Desde o período marcado pelos processos de colonização e escravização, perdurando mais de 4 séculos, diferentes áreas como a medicina e o direito ficaram marcadas por sua constituição historicamente aliada à religião e à igreja na administração, consolidação e defesa do que hoje entendemos como norma cisgênero, ao incluir experiências de vida não cisgênero como categorizações patológicas (DE JESUS, 2020). Tal patologização das corporeidades cis divergentes, organiza a cena espacial, os afetos, os encontros, as organizações e produz um continuum geo histórico de exclusão, precariedade e controle cisgênero com efeitos performativos até os dias atuais no Brasil (LEAL, 2021). Atualmente, entendidas como práticas cis hetero normativas que posicionam o Brasil como líder mundial em rankings de violência de gênero, sendo o país que mais mata pessoas trans travestis no mundo (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021).

Nesse contexto violento, a presença explícita da corpa bicha e trans travesti no espaço de encontro provoca um efeito de estranhamento na cisnormatividade (LEAL, 2021), fazendo-o por desobediência, já que o corpo, ao passar das margens para o espaço da aparência (BUTLER, 2016) contesta as formas existentes que regulam a esfera da aparência e se opõe a forças que nos exporiam a condições precárias; por suspender o que pode ser dito ou visto; por gerar uma infinidade de interpretações ou exposição à figuratividade que se faz sobre a mulher trans ou trans travesti ou qualquer sujeito que se liberte dos limites da atuação de gênero aos parâmetros cis normativos. Em outras palavras, o estranhamento se dá entre a perspectiva cisgênero de homens heterossexuais representados como uma figura normal, naturalmente concebida e não cisgênero, como contraponto, a perspectivas trans representadas como se fossem figuras problemáticas, imperfeitas e fracassadas tentando representar o gênero.

No Brasil, o termo travesti foi subvertido como identidade, mas inicialmente (e até agora em muitas situações sociais) usado em sentido pejorativo, como sinônimo de imitação, engano ou fingimento de ser o que você não é (DE JESUS, 2012). Atualmente, esse termo vem sendo afirmado e autodeclarado pelas travestis brasileiras, sendo associado à identidade de gênero e à expressão cultural de gênero, explicada por expressões generificadas predominantemente femininas. Muitas vezes a vivência travesti transcende o binarismo, transitando entre os gêneros e construindo um outro corpo possível ao ampliar o espectro da feminilidade (ANTRA, 2022).

Do ponto de vista trans+feminista, é importante afirmar que a população TT (travesti e trans) não visa necessariamente a criação de um terceiro gênero, pois muitas travestis brasileiras lutam com o reconhecimento de seu gênero feminino autodeterminado (NASCIMENTO, 2021). No entanto, muitas travestis se entendem como uma expressão original de gênero e, portanto, não se sentem homens ou mulheres no mesmo sentido das lógicas cisgêneras binárias, fixas e biológicas, revelando as performances das relações de gênero e os modelos de masculinidades e feminilidades de forma altamente heterogênea.

As experiências das travestis brasileiras revelam que existem múltiplas encarnações de travestis, sejam travestis mulheres, travestis não binárias, travestis lésbicas, travestis hormonais, travestis operadas ou simplesmente travestis, o que indica que qualquer verdade universal sobre gênero é problemática (NASCIMENTO, 2021). Com efeito, o travesti poderia ser entendido como um gênero em seus próprios termos, para além do binarismo homem-mulher (NASCIMENTO, 2021), porém até hoje essas experiências espaciais raramente trazem informações que respeitem essas localizações historicamente expressas por essas pessoas (DE OLIVEIRA, 2020).

É por isso que combinamos nesta história experiências de travestis brasileiras e outras corpos sem perspectivas de gênero dominantes, pois ocupar lugares com essas corpos rompe com a onto epistemologia binária do gênero e o sistema cisgênero colonial contemporâneo (LUGONES, 2014) possibilitando um contexto social sobre o discurso que ultrapassa a linguagem e os efeitos concretos produzindo efeitos performativos, relações íntimas entre corpos e espaços que rompem com o que é dado como certo (LEAL, 2021).

Quando temos no Brasil (e na América Latina em geral) um fundamento cultural que não permite a existência de trans travestis, utilizamos a metáfora do não-lugar para uma posição espacial que, por desrespeito à materialidade corporal, não tem lugar para viver, é tratado como se supostamente não tivesse capacidade de corporificar, ou não pudesse estar na experiência espacial.

Entendemos esse processo cultural organizado, como práticas espaciais violentas com corporeidade não cisgênero, historicamente situadas desde o Brasil colonial, onde igrejas e organizações da lei realizavam perseguições violentas contra as manifestações públicas dessas performatividades. Os pontos de vista das travestis caracterizam essa cena socialmente organizada como terror, com efeitos performativos sem lugar para corporizar nos espaços brasileiros, mas também em outras partes do mundo (MOMBAÇA, 2021; LEAL, 2021).

Além disso, precisamos dizer que, historicamente no Brasil, as formas trans estão relacionadas a termos e disfarces da sexualidade, porém, muitas vezes, essas noções referem-se explicitamente a performatividades transgênero (LEAL, 2021). Sempre que dizemos bicha, veado, sapa, gazela, égua, vaca, etc., estamos nos referindo ao conteúdo trans (Leal 2018). As justaposições entre formas trans e diferentes sexualidades são evidentes para além do contexto brasileiro, basta atentar para os termos guarda-chuva históricos LGBT+, LGBTT+, LGBTQIA+. Em LGBT+, por exemplo, temos três modalidades de sexualidade, gay, lésbica e bissexual justapostas a formas transgênero, como se uma pessoa se reconhecesse no gênero masculino com sexualidade orientada homossexual ou transgênero, desconsiderando o fato de que um homem trans também pode ser constituído com sexualidade homo orientada.

Na versão brasileira LGBTT+, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis expressam uma operação ainda mais perversa ao diferenciar pessoas trans entre travestis e pessoas trans, como se fossem diferentes. Em LGBTQIA+, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais, reproduz erros anteriores e acrescenta outros. Por exemplo, diferencia e separa as identidades queer, intersexo e transgênero. No entanto, sabemos que essas identidades são formas trans em sua ampla diversidade para além do modelo patológico-hegemônico que se baseia no processo transexualizador (LEAL, 2021).

Entendemos que essa situação configura uma espécie de sintoma que deve nos levar a questões que realmente importam quando trazemos a corporeidade para as espacialidades dos estudos organizacionais. Como seria se as bichas e travestis normais e normalizadas fossem lugares de corporificação nas organizações? Como seria um mundo em Urano (PRECIADO, 2020) em que as personificações femininas pudessem sair incorporando conforto e segurança? Diante dessa situação traumática para muitas pessoas, é preciso articular uma alternativa espacial com vistas a uma futura organização espacial que não tenha a cisgênero como sua única inteligibilidade espacial.

É nesse sentido que incorporamos as invenções transfeministas, especificamente a fabulação travesti para organização espacial. Esse movimento ainda não foi incorporado, teorizado e movido a partir de uma perspectiva cisgênero. Vemos nos estudos organizacionais uma possibilidade de vislumbrar novos conhecimentos sobre a problemática relação entre materialidade e conhecimento corporificado (ROPO, SOLAVAARA, 2019) sobre “desconforto com corpos e significado corporificado” (YANOW, 2010: 147).

Porém, por algum tempo os estudos organizacionais sobre espacialidades trataram os espaços organizacionais como externos, neutros, fixos, materiais e desencarnados (WEINFURTNER E SEIDL, 2019) e com isso, negligenciaram as múltiplas corporeidades que escapam ao cisgênero e reproduziram a invisibilidade, o apagamento e a perseguição dos corpos. São poucos os estudos que se debruçaram sobre a sobreposição das dimensões material e social na produção dos espaços organizacionais e consideraram as práticas corporais como produtoras de espaços (FANTINEL, DAVEL, 2019; WEINFURTNER E SEIDL 2019) pelo que o corpo é ainda uma presença ausente nestes estudos (DE ALMEIDA, DAVEL E CAVEDON, 2008; DE ALMEIDA, 2017), que consideramos uma vulnerabilidade embutida neste campo.

Pontuamos essa crítica e tentamos mostrar que as experiências corporificadas são potentes para “compreender o espaço organizacional em relação às suas configurações materiais, corporificadas, afetivas e menores” (BEYES E STEYAERT, 2012: 45). Nossa atenção está especialmente voltada para práticas espaciais corporificadas, que consideramos cruciais para discussões sobre a produção espacial de gênero, ainda mais quando identidades não cisgênero desafiam normatividades espaciais binárias (SOUZA E PARKER 2020; SKOGLUND E HOLT, 2020; CORNELL, 2010; VITRY, 2021).

Por fim, esperamos que esse quadro cisgênero e transfóbico comece a sofrer transformações, em encontros materializados com, entre e/ou por meio de perspectivas gays, não binárias e travestis que afetam cada vez mais os praticantes das normas cisgênero e transformam os espaços. São transformações potentes pela pluralidade de existências que se encontram sob esse guarda-chuva trans, que nos permitem explorar os lugares de corporificação de outros, abrindo espaço para movimentar os lugares de corporificação na organização e desestabilizar certezas que foram inventadas ao longo da anos.

Relocalizando espacialidades do bicho à bicha

As bichas são posicionadas em suas corporificações por palavras que assumem rótulo de animal, em uma noção dicotômica e conceitual relacionada a um lugar não humano. O termo animal expressa com precisão a articulação da opressão das corporalidades trans via bestialidade (LEAL, 2020). As pessoas bichas e travestis, por suas corporeidades, identidades e/ou performatividades espaciais de gênero, têm sido escrutinadas por outros produzindo imagens figurativas como corporeidades mais animais e menos racionais (LEAL, 2021; 2020), baseadas em fantasias sobre quem conta como pertencente a indivíduos naturais, grupos normais, ou mesmo humanidade que serve de justificativa para subordinação e opressão (DE OLIVEIRA, 2020).

O termo bicha, aparece no contexto brasileiro, como termo feminino, por derivar do termo bicho em português brasileiro referindo-se a seres vivos não humanos. A letra “a” em substituição à letra “o” da língua portuguesa, trata-se da inflexão de gênero do masculino para o feminino geralmente emitida diante da corporeidade afeminada de sujeitos lidos corporalmente como homossexuais. Esse rótulo animal associado a esse local de encarnação costuma ser trocado pelo termo brasileiro viado. Refere-se também a um rótulo de origem animal para corpos que falham nas expectativas sociais atribuídas ao gênero masculino, mas apresentam expressões corporais e identitárias atribuídas a sujeitos femininos (DE OLIVEIRA, 2017).

Essas relações violentas por rótulos de animais operam por meio de uma dupla dinâmica. Ao nomear bicha, a espécie agressora (aquela que não é bicha), evoca uma relação que visa determinar o confinamento da bicha em um lugar social marginalizado, como em áreas pobres e proibidas de espaços formais e centrais (DE OLIVEIRA, 2017). Além disso, esses locais de incorporação (negados), ao falhar e/ou escapar das normas cisgênero, são socialmente posicionados fora dos termos humanos.

Esse processo violento tenta posicionar a pessoa insultada por meio da adoção de gestos e vestimentas que emergem de um universo considerado feminino em níveis ainda mais baixos, pensando em uma escala hierárquica de inferioridade de gênero. Para nós, trata-se de um processo de opressão, que, ao animalizar certos corpos, volta a operar por meio de dicotomias, como aquelas dicotomias raciais impostas desde os tempos da colonização brasileira.

No caso, esse processo de animalização (moral, ética e política) apresenta relações de raça, gênero e sexualidade nos moldes coloniais, onde a nomeação de espécies humanas\não-humanas opera como uma forma de deslocar corpos específicos para lugares subalternos na organização, hierarquizando assim as relações entre masculinidades e feminilidades, transgêneros e cisgêneros, numa lógica de diferenciação e criação de outros que não merecem ocupar os mesmos espaços (DE OLIVEIRA 2020).

No entanto, recorremos a estes processos sociais de animalização não para traçar um mapa a quem nos interessa violar e matar, talvez seja precisamente o contrário. Parece-nos que a animalização se apresenta como um caminho fértil no cultivo de diversas espécies, no sentido de romper com a produção da alteridade em termos de gênero, ou pelo menos, desestabilizando essa produção. Seguir os mesmos caminhos traçados pelo transfeminismo nos ensina, principalmente quando o que não é natural nas relações de gênero (NASCIMENTO 2021).

No mesmo sentido, os termos travestis e mulheres trans tendem a ocupar espaços figurativos de seres tornados incógnitos, como misteriosa manifestação da existência do que não existe no Brasil, (Mombaça 2021). Muitos registros sobre travestis e mulheres trans aparecem confinados em visões estereotipadas e reducionistas, muitas vezes abordando a prostituição e tratando essas pessoas como objeto ou mercadoria, como a carne de animal de outra espécie que é vendida nas esquinas (DE OLIVEIRA 2020).

Muitas vezes, essas pessoas são socialmente consideradas produções figurativas diante de instâncias normativas que se sustentam justamente por meio dessas produções (Butler 2012). Portanto, a experiência travesti brasileira também parte de lógicas especistas que organizam experiências de inferiorização e desumanização desses sujeitos, como se os animais estivessem, então, sob uma roupagem especista, como se fossem carne para os humanos desfrutarem, explorarem, observarem, fazerem sexo , agredir e\ou fetichizar (De OLIVEIRA, 2020).

Intelectuais que adotam abordagens anti especistas nos ensinam que para transformar um corpo em outro, para degradá-lo, para desrespeitar diferentes racionalidades e modos de vida, é preciso criar um abismo entre mim e o outro (FERNANDEZ 2018). Trata-se, portanto, de um abismo ficcional, irreal, pois é criado por um eu hegemônico em seus termos. Um humano universal no centro e nas margens ou em um não-lugar temos sub-humanos, não-humanos e animais, portanto seria justificado não merecer o mesmo lugar no centro, privilégios, direitos e voz.

Trata-se de um processo de animalização, em relação às pessoas não cisgênero, bichas, travestis e outras personificações trans, em que surgem termos como

piranhas, vacas, veados, viados, monstros, denotando esse processo de animalização que incorre em questões morais, éticas e efeitos políticos.

Assim, fabulamos esse convite de forma anti especista, considerando que se trata de uma situação sobre a relacionalidade em que se encontram as espécies em questão. Movimentos que nos convidam a praticar outras relações possíveis entre/com/através dos gêneros e suas heterogêneas bases normativas e/ou epistemológicas. Nesse texto, a animalização ganha sentido como instrumento de resistência, problematização de significados e protagonismo de narrativas simbólicas e materiais sobre gênero. Esse fluxo também abre caminho para reconhecer que há organização que não se dá por meio de hierarquias, mesmo entre espécies diferentes. Também nos lembra que existem espaços que não se relacionam com animais nos moldes coloniais (não são especistas). Ou usando o desafio anti-especista de Fernandez (2018) Rumo a mais mundos animais, como uma crítica ao binarismo ontológico de corpos não humanos.

Nesse cenário, é preciso provocar alternativas, lidar com a predominância masculina, cisgênera e binária das espacialidades nos estudos organizacionais, buscando criar, inventar e escrever possibilidades de corporeidade para mergulhar nos caminhos que transformam as atmosferas existenciais e as espacialidades habitáveis. Ao mesmo tempo em que os animais não humanos têm sido incumbidos da tarefa de atuar alegoricamente em movimentos políticos ou como forma de elucidar verdades sobre a natureza dos humanos, neste trabalho, falar de forma antiespecista e transfeminista é uma forma de convite para: desestabilizar as opressões espaciais; reposicionar essas espacialidades de corporificação; e ainda colocar o debate pelos privilégios da espécie e do gênero (EDELMAN, 2018; HARAWAY, 2013) nas mesas Culturais e Organizacionais.

Do ponto de vista trans+feminista, o desafio da personificação das bichas e travestis é como viver a animalidade em uma trama diferente da animalização racista (CASTIEL E LEAL 2021). A fabulação travesti nos conta rotas, pistas para Imagine uma viagem desalinhada das lógicas binárias do gênero e da heterossexualidade compulsória, por diferentes caminhos, com diferentes intensidades e métodos, para espacializar com itinerários menos eurocêntricos, realizados pelas potencialidades encarnadas de raça, gênero, sexualidade e localizações geopolíticas cultivadas no contexto da América Latina.

Nesse fluxo, outras questões organizacionais podem ser imaginadas. A relocação desse lugar de corporificação pode provocar deslocamentos ancestrais e organizar a cena, onde a cisgênero é forçada, mas também optar por não ver e respeitar pessoas cisgêneras. Neste texto, são relações privilegiadas que encontram modos de viver e agir de forma que a violência seja reduzida, mesmo em situações que se dão entre diferentes performatividades de gênero, cis e trans.

Portanto, um lugar capaz de encarnar feminilidades e masculinidades em termos plurais e heterogêneos que, ao romper com as polarizações entre os corpos, vivenciam gêneros múltiplos. Em vez de olhar como animais queer, talvez possamos incorporar considerando maneiras pelas quais os humanos poderiam ser mais animais, lembrando outras possibilidades quando as espécies se encontram (HARAWAY 2013).

Quando mencionamos o lugar de corporificação trans, sob a ótica do trans+feminismo, devemos considerar que “trans” é um prefixo que amplia o espaço do feminino, por exemplo, pensar o feminismo a partir e para as experiências de mulheres travestis, transexuais e outras pessoas transexuais. Uma noção que problematiza o transversal, nos leva a cruzar contradições e fronteiras não apenas em relação ao gênero e à sexualidade, mas uma noção que lida com uma questão mais ampla de como se dão as relações entre natureza (dimensão biológica) e cultura (dimensão social). os encontros (Nascimento 2021). Por isso, um dos convites deste texto é reconhecer o prefixo trans como algo que transforma as fronteiras espaciais, engloba que transborda a fronteira da natureza e da cultura, pode ser uma abordagem trans animal,

É sobre relações espaciais materiais e afetivas com, entre e/ou através de múltiplos paradigmas de incorporação de gênero cis e trans, quando importantes diálogos e tensões emergem dentro da incorporação e produção espacial. É sobre pessoas personificando lugares que nos fazem perceber os efeitos concretos da organização espacial binária. Do ponto de vista travesti, trata-se de encontros que nos ajudam a perceber que nossos lugares sempre fazem fronteira com outros lugares; podem ser imaginados inaugurando novos mundos, entendidos por meio de um exercício radical, como o ato de criar o possível, reinventando a realidade, como um portalou um feitiço (Da Silva 2022).

Nesse sentido, a escrita corporificada por meio da fabulação travesti é sobre o fim do mundo organizado compulsório cisgênero (Leal 2020) articulada com a escrita diferente (Gilmore et al 2019) é uma forma sofisticada que fabricamos aqui, transpondo o ato de escrever para sobreviver e respire (Silva 2021) sobre estudos organizacionais e mudança de normas de escrita ao incorporar espacialidades divergentes à cisgênero. Significa um ato de recusa da escrita espacial dos limites de um mundo estabelecido por binarismos: recusando-se a escrever sobre o eu ou o outro, sobre o corpo ou a mente, sobre o homem ou a mulher, sobre o lugar do pesquisador da corporeidade ou lugar do objeto da corporificação, sobre espacialidades cisgênero ou transgênero.

Usando a fabulação travesti, adotamos formas divergentes de escrita: incorporamos outros limites espaciais ou simplesmente não nos conformamos com essas normas binárias de escrita. Encarnamos a escrita com bichas e travestis, declaramos: uma de nós pode ser bicha, uma de nós não pode ser mulher cis, quem sabe? Quem pode encarnar essas espacialidades? Pode-se dizer que você é bicha, você é masculino, você é feminino. Quem se importa com isso? Quem quer nomear um local de incorporação? Não queremos saber disso. Talvez prefiramos lugares sem nome. Entre fato e ficção, usando a fabulação travesti, escolhemos a dúvida, o trânsito. Entre o fato e a ficção, preferimos a invenção, a criação, a fabulação outros limites espaciais onde se desejam espaços corporificados de bichas e travestis.

Quando falamos de espaços corporificados onde bichas e travestis podem se expressar livremente, falando sobre práticas de liberdade (Souza e Parker 2020), estamos imaginando espaços livres de transfobia, sexismo e racismo. Denominamos esse lugar de corporificação de espacialidades divergentes que, para muitos, é algo que não existe atualmente. Fabulando um espaço temporal que ainda não aconteceu, que não temos como saber o que pode ser verdade, entendendo que o futuro ainda

está em jogo para a construção de outras realidades onde a imaginação fala para que o ausente se torne existente.

Espacialidades Divergentes trata de espaços performativos sofisticados que seguem o convite da moda anti especista e se abrem para mundos emergentes mais animais e naturais-culturais, como nos conta Donna Haraway (2003). Um lugar para pensar o gênero além do binário que existe é na relação com os outros seres. Esse lugar de corporificação pode ser escrito por um espaço-tempo produzindo outras histórias relacionais com/entre/através de diferentes espécies vivas.

As espacialidades divergentes também podem ser entendidas como um ato de recusa, uma articulação anárquica situada na encruzilhada da imaginação radical negra e travesti (Da Silva 2022), pois é preciso que nos dediquemos ao exercício da imaginação de novos futuros, não mais circundados pelos limites de um mundo estabelecido por binarismos: o eu e o outro, o corpo e a mente,

Poços e rastros dessa encruzilhada têm sido apontados, por exemplo, quando bichas e travestis brasileiras, palavras gramaticalmente flexionadas materialmente representadas no português como língua neutra para o gênero feminino, estão fabricando outra possibilidade de corporificar espaços, rompendo o envergonhar com o corporificar e afirmar orgulho. A mesma lógica usada anteriormente para excluir e subalternar quem não é considerado normal, como bicho para bicha, intencionalmente para inferiorização humana em uma lógica especista tem sido debochada por bichas e travestis. Fabulando novas palavras e significados, por exemplo, de “corpo” (corpo) transicionado para “corpa” (como o corpo dela), bichas e travestis nos indicam maneiras de se apropriar da lógica transfóbica inventando e criando muitas palavras inclusivas e linguagens corporificantes. No entanto, de forma controversa,

Práticas (formas) de espacialização divergente são muitas vezes realizadas em jogos de palavras. Estão no uso de uma linguagem inclusiva, que insere um lugar que respeita a experiência das pessoas enquanto corpo, ocupando uma posição em um sistema organizacional a partir de seu lugar de sujeito. Isso poderia nos levar a palavras como um corpo, ocupando uma posição em um sistema que é contrário a legitimar um lugar de respeito para “elus” (Uma das novas palavras inventadas. “Elus” é um pronome não binário usado em língua portuguesa inclusiva). Parece ser por isso que subvertem, por exemplo, a linguagem escrita falada como forma de provocar também a subversão de significados amplamente adotados quando se trata de saberes que, por sua vez, também são parciais. Tantas vezes a zombaria, a linguagem inclusiva e a invenção de palavras foram e são formas de produzir outros sentidos e criar,

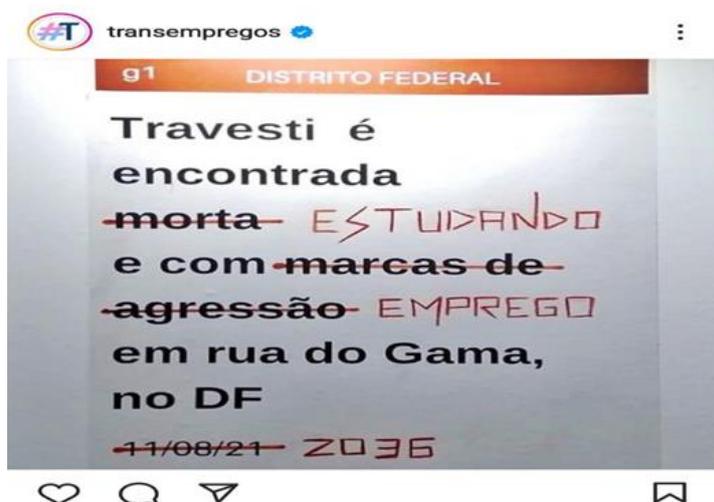


Figura 1: A história está sendo reescrita.

Fonte: Instagram – Emprego trans, 2022.

Na intervenção afirmativa acima, as travestis reescrevem sua história ao subverter notícias frequentes em solo brasileiro sobre as mortes violentas a que bichas e travestis são submetidas. A notícia original é: “Travesti é encontrada morta e com marcas de agressão na Rua da Gama no Distrito Federal, em 11 de agosto de 2021”. Ao reescrever a própria história, fabulando um futuro que permeia a vida e a esperança, a palavra “morta” foi substituída por “estudando” e o termo “marcas de agressão” foi substituído por “trabalhando”. Com isso, a notícia, prevista para 2036, seria “Travesti encontrada estudando e trabalhando na Rua da Gama no Distrito Federal”. É disso que trata este texto. Uma fabulação do futuro.

Aqui, acreditamos que para inventar o futuro é preciso explorar novas espécies de pesquisa (Richardson e St. Pierre 2005) e romper com as lógicas (binárias) que estabelecem o presente (DA SILVA, 2022). É uma organização com dinâmica própria de corporeidade de gênero, em que diferentes formas de feminilidade têm conquistado espaço organizacional. Bem revelado por Sy Gomes:

“Uma travesti não nasce no dia em que nasce o bebê. O primeiro dia de vida dela não é o dia que ela nasce... ela nasce a partir do momento que ela se percebe no meio dos seus iguais, porque você não consegue viver sozinha, se você é travesti, você precisa da suas irmãs. Quando nasce uma travesti, todos ao redor sentem, percebem e olham para ela, e querem que ela tenha sucesso.” (SY GOMES<, 2021).

“[...Viver como espécie não é uma escolha. Fomos colocados no mundo como espécies ...]”

Haraway 2003 138.

Incorporar e desestabilizar localizações fabulando futuro com espacialidades divergentes à cisgeneridade

A noção de espacialidades divergentes contribui para o avanço dos estudos organizacionais sobre espaço e espacialidades, ao situar como as corporificações de bichas e travestis e os espaços binários de gênero se cruzam em termos materiais e sociais na composição do fenômeno, rearticulando conhecimentos sobre espacialidades corporificadas divergentes cisgêneras nas organizações prática e abrindo espaço para mover lugares de corporificação na organização.

Teorizar serve para evidenciar as vivências de corpos negligenciados nas pesquisas organizacionais, mostrando como podemos divergir para o cisgênero ao expandir essas localizações organizacionais, com outras possibilidades de escrever, imaginar, teorizar, praticar que não tenham a violência de gênero como eixo principal de organização. Neste fluxo,

Uma das principais contribuições de se pensar as espacialidades a partir das vivências de bichas e trans travestis é trazer, para os estudos sobre espacialização organizacional, o entendimento de que o binarismo de gênero não constitui uma base âncora a partir da qual possamos falar sobre todas as experiências de corpos, gênero e sexualidades na organização.

Essas experiências corporizam localizações que não fogem das normatividades cisgênero, como vimos, e são evidenciadas por diferentes modos de produção espacial que põem em questão dualidades dadas como certas, tanto nos saberes quanto nas práticas de espacialização organizacional. O feminino e o masculino não se expressam a partir de dualidades, como se fossem duas unidades de corporeidade distintas, mas podem se apresentar como duas faces de uma mesma moeda, que se performam sobre um mesmo corpo na experiência espacial.

A aproximação com as vivências espaciais brasileiras de bichas e trans travestis, levada a sério, exige um compromisso de pesquisa com essa prática divergente, entre outras, num sentido que não glorifica nem orienta a obedecer ou submeter-se ao binarismo de gênero, pois são posições que dizem respeito a lugares negligenciados pela cisgeneridade. Assim, fabulando outras experiências de corporeidade organizacional, além de responder à escassez de estudos de espaços engajados na divergência do cisgênero, avança espacialidades de corporeidade ao propor a (re)localização de lugares de corpos efeminados, com a incorporação da divergência ao cisgênero em espacializando.

Fabulando com espacialidades divergentes, neste texto, materializamos histórias sobre como podemos cultivar espaços confortáveis e seguros (ROESTONE COLLECTIVE 2004: 1346) para que corporalidades com raízes em diferentes práticas de gênero e sexualidade possam caminhar juntas. Imagine um mundo com natureza-cultura integrada cujos fluxos permitem encontros de corpos em experiências espaciais desvinculadas da produção normativa cisgênero.

As espacialidades divergentes também podem ser entendidas como uma espécie de convite para a imaginação radical, a incorporação e a escrita de futuras espacialidades fora das normatividades obrigatórias cisgênero. Imaginar um lugar de encontro ou uma situação ou condição de tempo-espaço onde as práticas espaciais fora das normatividades obrigatórias cisgêneras, (des)ocupam a margem e movem a organização espacial onde as diferenças de gênero não coincidem com as diferenças de espaço, cujos esforços se movem em outras direções, com violência perturbações e defesa dos direitos humanos.

Além disso, é preciso reconhecer que as pessoas bichas e trans travestis não são as únicas que rompem e transpõem os limites socialmente estabelecidos para gêneros e sexualidades. Outras expressões de identidade também revelam divergências com as normas de gênero cis e outras idealizações cis. Aprender a reconhecer lugares não cisgêneros, como ilustrado neste estudo ao longo do caminho do estranhamento ao cisgênero seguido pela construção de significados divergentes, pode inspirar estudiosos a se perguntarem sobre as maneiras pelas quais a organização espacial se dá uma natureza generificada, bem como trazendo esses estudiosos se unem para incorporar lugares ainda não nomeados no conhecimento e na prática organizacional.

Nesse fluxo, justamente divergindo de experiências que localizam no corpo como os teóricos organizacionais naturalizam os espaços binários de gênero, como nos deram conta, foi possível imaginar práticas organizacionais que produzem espacialidades divergentes à cisgênero nas organizações. Diversas espacialidades podem cultivar práticas diante de organizações binárias como hackers transformando espacialidades, produções de gênero, desprogramando códigos que visam colonizar o gênero como condição biológica. Práticas de construção de sentidos divergentes, como possibilidade de rearticular um futuro nas organizações, por meio do cotidiano, limitações à atuação espacial não cisgênero.

Além disso, espacialidades divergentes baseadas em argumentos em torno da (re)localização dos corpos, como uma noção teórica alternativa à cisgênero para o posicionamento imaginativo intencional dos corpos nas espacialidades. Considerando que qualquer ponto de vista é parcial, corporificar relações intencionalmente divergentes sobre pesquisar, teorizar e escrever, ao encontrar poder na localidade, pode apontar caminhos menos violentos para entender uma determinada realidade social e organizacional, mas não apenas isso. Imaginar ser e vir com corpos engendrados nesta pesquisa um espaço onde outras práticas, espaços e organizações poderiam acontecer, em jogos táticos e estratégicos entre lugares e não-lugares, contradições de idealizações e expectativas de gênero,

É nesse sentido, de encontrar a potência que emerge desses lugares, que a prática corporal da divergência pode transformar agendas de pesquisa em modos de afetar-se nos processos de tornar-se com (tornar-se com), ousar transitar entre os lugares. Mesmo com certa estranheza, o processo pode fazer sentido em “permitir-se ver com os ouvidos, especular com os pés, pensar com os quadris e ativar na pele um radar e um locus” (Mombaça 2021: 77).

Essa consciência de camadas espaciais normativas mais profundas opera não apenas como uma forma de contextualizar a realidade, mas também nos leva um passo adiante ao imaginar o que a realidade poderia ser. Nesse processo, a fábula

surge como uma necessidade de responder às articulações empreendidas na problematização da categoria espacial, entendida em sua parcialidade como gênero organizacional que, com seus códigos e modos de espacializar, não tem lugar para diferentes corporificações e espaços femininos, nem para pensar formas de praticar a produção espacial não binária de gênero. Se resgatarmos Czarniawska (1999), lembremos que os Estudos Organizacionais podem ser considerados um gênero literário, cujas formas de contar a história geralmente implicam um espaço que não tem lugar para o feminino, para a corporeidade, para os animais, e que, como viram no campo,

Dessa forma, deslocar essa ordem da corporeidade, alterar esse percurso, inventar um corpo, um nome, um pronome, um som, uma linguagem para si, reposicionar acessos, zombar, divergir, deslocar o que antes parecia fixo, rígido e binário, são algumas das formas de fazer espacialidades divergentes que engendram enredamentos estratégicos e táticos na organização, produzindo e deslocando lugares e não-lugares. Buscar outras formas de organizar, construir outras lógicas de espacialização, potencialidades ainda pouco conhecidas, capazes de conviver de forma divergente, exige um olhar não hegemônico, ao passo que surge como forma de tecer uma agenda espacial futura.

Por fim, podemos afirmar que a noção de espacialidades divergentes permite reconfigurar a categoria espaço incorporando corporalidades aos estudos espaciais. Trata-se um processo de realocação ao cultivar um lugar na divergência à cisgeneridade. Desestabilizar essas localizações nas teorizações organizacionais permitem avançar, senão de outro modo, por meio da imaginação de como o futuro organizacional a partir desta noção pode ser fabulado. Trazer a corporificação para pensar a espacialidades nos Estudos Organizacionais, trata-se de um movimento que já havia sido iniciado por pesquisadoras como Karen Dale (2001) e Maria Tereza Flores-Pereira (2010). No entanto, a contribuição original deste artigo pretende inserir-se especificamente neste nicho, pois, tomando como ponto de partida as experiências afeminadas de bichas e trans travestis brasileiras, foi possível dar corpo à noção de (re)localização presente em espacialidades divergentes.

Com isso, é possível apontar caminhos para a produção de conhecimentos e ações sobre a prática espacial na organização, bem como um futuro em que a lógica do binarismo que circunscreve os não-lugares como supostamente a posição natural e normal dessas experiências organizacionais possa ser quebrada.

São capacidades ainda desconhecidas, novas lógicas não binárias de construção de significados, descentralizadoras de responsabilidades, redistribuidoras de agências, a partir das quais os corpos efeminados não se posicionam sob escrutínio de gênero, sexualidade e simultaneamente tendidos para fora nas espacialidades organizacionais.

A invenção de zonas de diálogo carrega consigo o poder de desestabilizar certezas ficcionalizadas por hegemonias, por meio do cultivo de lugares para novas espécies se colocarem no espaço, rearticulando práticas espaço-corporais na experiência de organizar. sexualidade e simultaneamente tendiam para o exterior nas espacialidades organizacionais.

Historicamente, foi negada a outras corporeidades a possibilidade de espacializar, sobretudo, o lugar de espacializar sua própria experiência de gênero e sexualidade, como se esses outros corpos não pudessem se expressar e existir fora do padrão binário. Portanto, são corpos reféns do que as pessoas cis pensam sobre as pessoas trans, são lugares negados ou esvaziados da razão e de outros sentidos humanos.

Então, quando (re)localizamos esses corpos e construímos significados para as relações praticadas espacialmente a partir de outros lugares, como na vivência de corpos efeminados, queers, travestis, autodeterminando seus modos de trabalhar, espacializando, então estamos dizendo que é possível existir na divergência e que as normas organizacionais não devam definir os sentidos e modos de espacializar de ninguém, são performatividades que permeiam a autonomia de cada corpo.

Com efeito, este trabalho parte dos problemas com as neutralidades e silenciamentos dos corpos, como forma de afirmar as parcialidades, relatando uma outra forma de dialogar com a corporeidade na organização, em que o escrutínio do gênero e da sexualidade caminha também em uma direção divergente. A colocação do binário, e a própria forma de posicionar e compreender a corporeidade na experiência espacial é um vetor organizacional naturalizado pela cisgeneridade, que revela a dimensão transfóbica das organizações.

Assim, por meio de uma abordagem micropolítica, esse percurso manifesta uma possibilidade de compreensão que permite apontar caminhos de como as espacialidades podem ser transformadas na constituição de modos de organização em que as vidas trans importam.

Esperamos que, com uma agenda de pesquisa que considere as espacialidades divergentes, possamos produzir resistências mais sofisticadas, mais potentes, que cheguem a mais pessoas e que nos fortaleçamos ainda mais como comunidade organizada na luta e defesa de nossos direitos. Também demarca novos caminhos por vir, nos quais quem optar por aderir às noções introduzidas nesta pesquisa certamente poderá se juntar a nós e aos nossos, na busca de um caráter transformador na teoria organizacional e na Administração.

Os principais achados sugerem que provocar espacialidades divergentes ao organizar o espaço situado na cisgeneridade, além de rearticular limitações à produção de lugares e espaços, permite tornar visível a corporeidade como elemento central para produzir conhecimento,

Espacializar a divergência pode ser falar, mover, dançar, trabalhar ou colocar essas questões não ditas em palavras escritas e quebrar o silenciamento desses (não)lugares. Espacializar a divergência também pode significar apoiar o lugar de fala dessas pessoas, renunciar a privilégios espacializados, ceder seu espaço para que possamos falar, mas também é reconhecer que todo lugar tem som, por isso é importante ouvir nossas vozes, muitas vezes não disse. É assim, quando os corpos afirmam rejeitar esses não-lugares como princípio existencial, que outros vetores de organização corporal ganham sentido.

Existindo na divergência, diante da necessidade de aprender, experimentar, criar novos repertórios, caminhar com dúvidas, diferenças, incertezas com esses corpos,

gêneros e sexualidades, denunciam que a natureza espacial pode ser diferente. Em um cenário em que as existências dissidentes de gênero continuam sendo desconsideradas pelo Estado brasileiro, que falha em trazer informações sobre a violência de gênero cometida, por exemplo, contra pessoas trans travestis, mesmo com formas de organização do cotidiano que continuam fazendo vítimas cotidianamente no país que “naturalizou um processo de marginalização e precariedade para o aniquilamento das pessoas trans (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021: 78), a espacialização divergente carrega consigo potências.

Discutir a espacialização e a incorporação de práticas divergentes com as bichas e trans travestis brasileiras, mesmo (ou principalmente) quando é necessário inventar, criar e fabular realidades sugere possíveis caminhos a seguir na organização do espaço situado na cisgeneridade - mas talvez a Administração não se importe com que. Somos por uma agenda futura nas organizações que trazem corporeidade divergente para espacialidades na prática organizacional porque pode ser uma forma de quebrar o silenciamento no debate organizacional, uma vez que a corporeidade ainda é uma presença ausente nas correntes clássicas e hegemônicas da teoria organizacional (THANEM, 2015; DALE, 2001).

Além disso, esta peça pode oferecer contribuição para questões espaciais e de incorporação que não dizem respeito apenas à cisgênero, mas também às performatividades transgênero. Portanto, a sensibilização com pessoas trans pode demonstrar uma forma prática de movimento ético de pesquisa, reconhecendo quem pode estar privilegiando e quem pode ser excluído durante as experiências vividas.

Trata-se de um espaço reflexivo necessário para reconhecer as infinitas possibilidades de incorporação de um lugar espacial. Além disso, é preciso reconhecer que as pessoas bichas e travestis não são as únicas que rompem e transpõem os limites espaciais estabelecidos para gêneros e sexualidades. Outras expressões de incorporação também revelam divergências com as normas cisgênero e outras idealizações cisgênero. Aprender a reconhecer os lugares das bichas e travestis,

Dito isso, nosso convite para criar um futuro nas organizações se justifica na articulação de espacialidades com corporeidades que diferem da cisgênero na prática organizacional. Para nós, trata-se de pensar teoricamente como o espaço pode abrir caminhos para criar nas organizações um processo contínuo de (re)localizar corporeidade, gêneros e sexualidades em lugares e não-lugares, onde, no dia a dia, estratégias e táticas negociações são realizadas. limitações ao desempenho espacial não cisgênero. Assim, defendemos que a transformação espacial materializada pela noção introduzida em espacialidades divergentes pode transformar processos negligentes e violentos em termos de gênero, corpo e sexualidade, em processos intencionalmente organizados de forma divergente das normas binárias de gênero.

Com as reflexões e teorias feitas com bichas e trans travestis, é possível fabular lugares futuros ainda inimagináveis pela sociedade cis organizada. Isso pode aumentar a relevância deste artigo. Que possamos produzir encarnações futuras em que a espacialização seja construída por uma lógica divergente, não mais coagida por ideias biológicas, dicotômicas, segregacionistas e totalitárias de gênero e sexualidade.

A organização nunca mais será a mesma quando os espaços binários de gênero forem descontinuados em uma futura agenda de carne e osso.

Referências

Acker, J. (1990). Hierarquias, empregos, corpos: uma teoria das organizações de gênero. *Gênero e sociedade*, 4(2), 139-158.

Adams, CJ (2015). *A política sexual da carne: uma teoria crítica feminista-vegetariana*. Bloomsbury Publishing EUA.

Baggio, MC (2017). Sobre a relação entre pessoas transgênero e as organizações: novos temas para estudos sobre diversidade organizacional. *REGE-Revista de Gestão*, 24(4), 360-370.

Beauregard, AT et al. (2018). Ouça com atenção: vozes transgênero no local de trabalho. *O Jornal Internacional de Gestão de Recursos Humanos*, 29(5): 857-884.

Beavan, K., Borgström, B., Helin, J. e Rhodes, C. (2021). Mudando a escrita/escrita para a mudança. *Gênero, Trabalho e Organização*, 28(2), 449-455.

Benevides. B.; Simpson, K. (2020). Mapeamento de candidaturas de Travestis, Mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans em 2020. ANTRA. Disponível: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/lista-final-15nov2020-1.pdf>>

Bento, B. (2019). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 3ª ed. Curitiba: Editora Devires.

Bey, M. (2017). A trans* da negritude, a negritude da trans*. *Transgender Studies Quarterly*, 4(2), 275-295.

Brasileiro, CV, Leal, DTB (2021). Crítica, cura e curadoria. *Urdimento-Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 1(40), 1-33.

Brasileiro, Castiel Vitorino (2021). Rotas da criação 2020/21. WebDoc - Corpo Flor - Disponível: <https://youtu.be/Xb8Cvld0JXc>.

Bruce, T. (2019). O caso da facção como um método potente para integrar fato e ficção na pesquisa. In *Innovations in Narrative and Metaphor*: 57-72. Springer, Singapura.

Butler, J. (2020). *Corpos que importam: Sobre os limites discursivos do "sexo"*. Routledge.

Butler, J. (2016). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Versos Livros.

Butler, J. (2013). *Discurso excitável: uma política do performativo*. Routledge.

Butler, OE (2012). *Parábola do Semeador (Vol. 1)*. Mídia Estrada Aberta.

Caproni N., Henrique L.; Saraiva, LAS (2014). Estigma na trajetória profissional de uma travesti. *Teoria e Prática em Administração (TPA)*, 4 (2): 234-256.

Clegg, S., e Kornberger, M. (Eds.). (2006). *Espaço, organizações e teoria da gestão*. Oslo: Liber, 143-162.

Crossley, N. (1995). Merleau-Ponty, o corpo esquivo e a sociologia carnal. *Corpo e sociedade*, 1(1), 43-63.

Csordas, TJ (2002). Corporeidade como um Paradigma para a Antropologia. Em *Corpo/significado/cura* 58-87. Palgrave Macmillan, Nova York.

Czarniawska, B. et al. (1999). *Gestão da escrita: a teoria da organização como gênero literário*. Oxford University Press on Demand, 1999.

DA SILVA, Vinícius. Na encruzilhada da imaginação radical negra e travesti In: *Aguarrás*, 9, (39). ISSN 1980-7767. São Paulo: Uva Limão, JAN/JUN 2022. Disponível em: <<http://aguarras.com.br/encruzilhadas-preta-travesti/>>. Acesso em: 12/04/2022.

Dale, K.; Burrell, G. (2007). *Os espaços de organização e a organização do espaço: poder, identidade e materialidade no trabalho*. Educação Superior Internacional da Macmillan.

Dale, Karen. (2000). *Anatomizando a teoria da incorporação e organização*. Springer.

De Almeida, DD (2017). Os desafios da incorporação na pesquisa acadêmica. *Cadernos EBAPE*, 15(2) 194-208.

De Certeau, M. de (1984). *A Prática da Vida Cotidiana*. University of California Press, Berkeley.

De Jesus, JG (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, 2, 42.

De Jesus, JG, Belden, CM, Huynh, HV, Malta, M., LeGrand, S., Kaza, VGK e Whetten, K. (2020). Saúde mental e desafios de mulheres transexuais: um estudo qualitativo no Brasil e na Índia. *International Journal of Transgender Health*, 21(4), 418-430.

De Moura, RG, Nascimento, RP, and Barros, DF (2017). O problema não é ser gay, é ser feminino: O gay afeminado e as organizações. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(11), 1478-1541.

De Oliveira, JS; Cavedon, NR (2013). Uma Abordagem Política das Práticas Cotidianas: um Estudo Etnográfico num Circo. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 2 (1) 81–104.

De Oliveira, MRG (2018). Por que você não me abraça? *Jornal Internacional de Direitos Humanos*, 15(28), 167-179.

De Oliveira, MRG (2020). *Nem ao centro, nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. Editora Devires.

De Oliveira, MRGD (2017). *O diabo em forma de gente:(r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. 190 f (Dissertação de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba).

De Souza, EM, e Carrieri, ADP (2010). O queer analítico e sua ruptura com a concepção binária de gênero. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), 46-71.

De Souza, EM, e de Pádua Carrieri, A. (2015). Quando a invisibilidade é impossível: Corpo, subjetividade e trabalho entre travestis e transexuais. *SAGE Open*, 5(2).

De Souza, EM, e Parker, M. (2022). Práticas de liberdade e ruptura de gêneros binários: pensando com trans. *Organização*, 29(1), 67-82.

Domingues, FF, Fantinel, LD e Figueiredo, MD de. (2019). Entre o concebido e o vivido, o praticado: a travessia de espaços na feira de artesanato da Praça dos Namorados em Vitória/ES, Brasil. *Organizações e Sociedade*, 26(88), 28-49.

Edelman, PJ (2018). Uma visão para o futuro da moda não-binária em vídeo: Explorações de performance de escultura conceitual trans-animal, 1-62.

Fernández, L. (2018). *Hacia mundos más animales. Uma crítica ao binarismo ontológico desde os corpos no ser humano*. Madri: Ocho dos quatro edições.

Flores-Pereira, MT, Davel, E., & Almeida, DDD (2017). Desafios da corporalidade na pesquisa acadêmica. *Cadernos EBAPE.br*, 15(2), 194-208.

Garcia, A.; Souza, EM de. (2010). Sexualidade e trabalho: estudo sobre a detecção de homossexuais masculinos no setor bancário. *Revista de Administração Pública*, 44: 1353-1377.

Gilmore, S., Harding, N., Helin, J., & Pullen, A. (2019). Escrever de forma diferente. *Aprendizagem em Administração*, 50(1), 3-10.

Haraway, D. (1988). Saberes situados: a questão da ciência no feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Estudos feministas*, 14 (3), 575-599.

Haraway, DJ (2003). *O manifesto das espécies companheiras: cães, pessoas e alteridade significativa 1*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 3-17.

Haraway, DJ (2013). *Quando as espécies se encontram (3)*. Imprensa da Universidade de Minnesota.

Ganchos, B. (2014). *Anseio: raça, gênero e política cultural*. Nova York: Routledge, 2014.

Imarisha, W. (2015). Reescrevendo o futuro: usando a ficção científica para repensar a justiça. Bitch Media, 11 de fevereiro. Disponível em: <<https://www.walidah.com/blog/2015/2/11/rewriting-the-future-using-science-fiction-to-re-envision-justice.>>.

Kirksey, SE e Helmreich, S. (2010). A emergência da etnografia multiespécie. *Antropologia cultural*, 25(4), 545-576.

Köllen, T. (2013). Bissexualidade e gestão da diversidade—Abordando o B em LGBT como uma 'orientação sexual' relevante no local de trabalho. *Journal of Bisexuality*, 13(1), 122-137.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Leal, DTB (2018a). *Performatividade transgênera: acreditando poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral* (Dissertação de doutorado, Universidade de São Paulo).

Leal, DTB (2018b). *Genero e educação: processos cis e trans de autodesignação identitária e de leitura expressiva*. In: *Revista Agreste - Agrupamento de estudos excêntricos*.

Leal, DTB (2020). *Espacialidade travesti: habitat de gênero e práticas topográficas de corpos trans nas artes da cena brasileira*. *Urdimento-Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 2(38), 1-19.

Leal, DTB (2021). *Fabulações travestis sobre o fim |Fábulas travestis sobre o fim*. *Conceição/Concepção*, 10(1), e021002-e021002.

Leal, D., Rosa, A. (2020). *Transgeneridades na Performance: desobediência de gênero e anticolonialidade nas artes cênicas*. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, 10.

Lugones, Maria. 2007. *Heterossexualismo e o sistema de gênero colonial/moderno*. *Hipátia* 22 (1): 186–209.

Lugones, Maria. 2010. *Rumo a um feminismo descolonial*. *Hipátia* 25 (4): 742–59.

Lugones, Maria. 2016. *A colonialidade do gênero*. No manual *The Palgrave de engajamentos críticos de gênero e desenvolvimento na teoria e prática feminista*, Ed. Wendy Harcourt. Nova York: Palgrave Macmillan.

McFadden, C., Crowley-Henry, M. (2016). *Uma revisão sistemática da literatura sobre carreiras trans* e experiências no local de trabalho*. *Orientação sexual e questões transgênero em organizações*, 63-81.

Merleau-Ponty, M. (1962). *Fenomenologia da percepção* (Vol. 22). Londres.

Merleau-Ponty, M. (2004). *A arte e o mundo percebido*. Merleau-Ponty. Conversas – 1948. São Paulo: Martins Fontes.

Migliore, A., Rossi-Lamastra, C., e Tagliaro, C. (2022). Os espaços de trabalho são neutros em termos de gênero? Uma revisão de literatura e uma agenda de pesquisa. *Building Research and Information*, 50(8), 924-948.

Moira, A., e Nascimento, T. (2020). *Apresentação: Literatura LGBTQ+. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*.

Mombaça, J. (2021). *Não vamos nos matar agora*. Editora Cobogó.

Mott, L. (1996). Uma sexualidade no Brasil colonial. *História em Revista*, 2.

Nascimento, L. (2021). *Transfeminismo*. Editora Jandaíra.

Neto, HLC, Saraiva, LAS (2014). Estigma na trajetória profissional de uma travesti. *Teoria e Prática em Administração (TPA)*, 4(2), 234-256.

Ng, E. e Rumens, N. (2017). Diversidade e inclusão para trabalhadores LGBTQ: questões atuais e novos horizontes de pesquisa. *Jornal Canadense de Ciências Administrativas*, 34(2), 109-120.

Nonato, M. (2020). *Vivências afeminadas: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes*. Editora Devires.

Oyěwùmí, O. (1997). *A invenção das mulheres: dando um sentido africano aos discursos de gênero ocidentais*. U de Minnesota Press.

Paniza, MDR, Moresco, MC (2022). À margem da gestão da diversidade? Travestis, Transexuais e o mundo do trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, 62 (3) 1-20.

Paniza, MDR; Ichikawa, EY; Cassandre, MP (2018) Einar ou Lili? Os desafios de uma transexual no mercado formal de trabalho. *Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração*, 4 (4).

Passos, MCAD, & Vergueiro Simakawa, V. (2022). Um lócus de enunciação transfeminista na América Latina: questões geopolíticas para um projeto descolonial do sul do mundo. *Saúde Pública Global*, 1-(13).

Preciado, PB (2020). *Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Riach, K., Rumens, N. e Tyler, M. (2014). Des/fazendo a crononormatividade: negociando envelhecimento, gênero e sexualidade na vida organizacional. *Organization Studies*, 35(11), 1677-1698.5.

Richardson, L., Pierre, EAS, Denzin, NK e Lincoln, YS (2005). *O manual Sage de pesquisa qualitativa. 'Escrita: um método de investigação'*, 959-78.

Rizki, C. (2019). Estudos trans latinos/x americanos: em direção a uma análise Travesti-Trans. *Transgender Studies Quarterly*, 6(2), 145-155.

Coletivo Roestone. (2014). Espaço seguro: Rumo a uma reconceitualização. *Antípoda*, 46(5), 1346-136

Rumens, N. (2017). Queering identidades lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros no desenvolvimento de recursos humanos e contextos de educação gerencial. *Management Learning*, 48(2), 227-242.

Schatzki, TR (2006). Nas organizações como elas acontecem. *Estudos de organização*, 27(12), 1863-1873.

Schwartz, HM; Van E., CI; Bilimória, D. (2017). Trazendo questões transgênero para a educação gerencial: um apelo à ação. *Academy of Management Learning & Education*, 16 (2): 300-313.

Shilling, C. (2012). O corpo e a teoria social. *Sábio*.

Silva, CR (2021). Escrever para sobreviver (... e para respirar). *Gênero, Trabalho e Organização*, 28(2), 471-480.

Silva, V. da. Na encruzilhada da imaginação radical negra e travesti. In: *Aguarrás*, vol. 9, n. 39. ISSN 1980-7767. São Paulo: Uva Limão, JAN/JUN 2022. Disponível em: <<http://aguarras.com.br/encruzilhadas-preta-travesti/>>. Acesso em: 25/03/2022.

Simakawa, VV (2015). Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.

Şimşek, H. (2019). Daimi Dişlerde Fissür Örtücü Uygulaması Sırasında Meydana Gelen Tükürük Kontaminasyonunun Mikrosızıntı Değerleri Üzerine Etkisinin İncelenmesi.

Sinclair, A. (2005). Pedagogia do corpo e da gestão. *Gênero, Trabalho e Organização*, 12 (1): 89-104.

Skoglund, A.; Holt, R. (2020). Organizando espacialmente os gêneros futuros: uma intervenção artística na criação de um hir-toilet. *Relações Humanas*, 74(7) 1007–1032.

Souza, EMD, Costa, ADSMD, e Pereira, SJN (2015). A organização (in)corporativa: ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. *Cadernos EBAPE. BR*, 13, 727-742.

Sy Gomes, (2020). Projeto “Travesti são como plantas”. Sétima Edição do Laboratório de Artes Visuais. Disponível em: https://youtu.be/EppMIMj_d-ge
https://issuu.com/portoiracemadasartes/docs/laborat_rio_de_artes_visuais_-_2020_issuu_

Taylor, S.; Spicer, A. (2007). Time for space: Uma revisão narrativa da pesquisa sobre espaços organizacionais. *International Journal of Management Reviews*, 9(4), 325-346.

Teixeira, J.; De Oliveira, J.; Diniz, A.; Marcondes, M. (2021). Inclusão e diversidade na gestão: uma manifestação para o futuro-agora. *Revista de Administração de Empresas*, 61 (3): 1-11.

Thanem, T. (2015). O corpo: Paradigmas filosóficos e contribuições organizacionais. Em *The Routledge Companion to Philosophy in Organization Studies* (pp. 276-284). Routledge.

Thanem, T. (2011). Incorporando o transgênero nos estudos de gênero, trabalho e organização. *Manual de gênero, trabalho e organização*, 191-204.

Thanem, T. e Wallenberg, L. (2015). O que os corpos podem fazer? Lendo Spinoza para uma ética afetiva da vida organizacional. *Organização*, 22(2), 235-250.

Theodorakopoulos, N., & Budhwar, P. (2015). Introdução dos editores convidados: Diversidade e inclusão em diferentes configurações de trabalho: Padrões emergentes, desafios e agenda de pesquisa. *Gestão de Recursos Humanos*, 54(2), 177-197.

Trevisan, JS (2018). *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Objetivo, 4.

Tyler, M. e Cohen, L. (2010). Espaços que importam: performatividade de gênero e espaço organizacional. *Estudos de organização*, 31(2), 175-198.

Vásquez, C. (2013). Organização Espacial. *Organização e organização: Materialidade, agência e discurso*, 127 (1) 151-173.

Vergueiro, V. (2016) Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: Messeder, S., Castro, MG, e Moutinho, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 249-270.

Zhang Z e Spicer A (2014) 'Líder, você primeiro': A produção cotidiana do espaço hierárquico em uma burocracia chinesa. *Relações Humanas* 67(6): 739–762.

4 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Em síntese, esta pesquisa permitiu identificar, descrever, problematizar, discutir e fabular modos de espacializar que divergem da cisgeneridade nas organizações. Nesse sentido, é importante destacar que a prática da pesquisa, nesta

tese, se deu de forma profundamente imbricada a três outras práticas que sustentam as discussões elaboradas a partir dos achados aqui apresentados: produzir corpos em campo na pesquisa organizacional, reconhecer o papel da cisgeneridade no espacializar e, por fim, fabular divergências à cisgeneridade nas organizações. Essas práticas, em comum, reclamam e afirmam que vidas trans (brasileiras) importam dentro dos processos de fazer espacialidades e transformam o organizar. Assim, este tópico busca articular as reflexões produzidas nos três artigos que compõem esta tese, pondo em questão a orientação da prática espacial daqueles que buscam romper o binarismo de gênero, entendido neste estudo como uma forma de violência de gênero no âmbito dos espaços organizacionais, tanto em termos metodológicos e ontoepistemológicos, como em termos práticos, éticos e políticos.

A noção de espacialidades divergentes, principal contribuição deste trabalho, contribui para o avanço dos estudos organizacionais sobre espaço e espacialidades, ao situar como os corpos-gêneros-sexualidades e a cisgeneridade se cruzam em termos materiais e sociais na composição do fenômeno, rearticulando conhecimentos sobre a prática organizativa e abrindo espaço para movimentar lugares de corpos no organizar. Mais importante, põe em evidência as experiências de corpos frequentemente desconsideradas na pesquisa organizacional, mostrando como podemos divergir à cisgeneridade, ampliando essas localidades organizacionais. No entanto, espacialidades divergentes enquanto proposição teórico-empírica só foi possível ser desenvolvida quando demos um passo atrás, passo que se iniciou ao trazermos os corpos-em-campo para a conversa, produzindo assim outros lugares encarnados no espaço da pesquisa. Por exemplo, conforme relato da líder da organização pesquisada durante a experiência do primeiro campo, afirmando que corpos travestis não constam representados como profissionais administradores, líderes de organizações e, mesmo quando realizam tais atividades, são invisibilizados. "As pessoas não acreditam que eu, uma travesti, conduza os projetos aqui na GOLD. Elas não aceitam que uma travesti ocupe esse lugar".

A afirmação de outros lugares de corpos, que emerge na prática de produção de "corpos-em-campo", como um espaço de deslocamento entre (não)lugares, nos auxilia na compreensão de como espacialidades de corpos, por meio de distintos lugares, estabelecem dinâmicas do espaço organizacional nas quais o reconhecimento com diferentes corpos-em-campo permite ampliar espacialidades no

organizar. Nesse ambiente de reflexividade e transformação com corpos-em-campo, é possível reconhecer julgamentos estereotipados, preconceitos e desconstruir determinados modos de relação atravessados por posicionar determinados corpos em lugares de negação, silenciamento, invisibilização, abjeção e exotismo de corpos, gêneros e sexualidades.

Esse próprio movimento reflexivo iniciado durante a materialização do artigo 1 da tese no primeiro campo, sobre a produção de corpos no espacializar, quando aprofundado no segundo campo, fez um “barulhinho bom”, como músicas que fazem os corpos dançarem; como uma operação que nos conecta e muda a atmosfera do lugar. Neste balançar, com corpos relocalizando-se na experiência, emerge um corpo que existe de outra maneira no espaço e reclama, por isso, uma outra forma de posição. Uma (re)localização, como uma evocação de forças disruptivas, simultaneamente íntima e coletiva voltada para à invenção, que desvela espacialidades divergentes. É sobre acolher experiências localizadas na divergência de corpo, gênero e sexualidade que não tomam a cisgeneridade como um eixo constituinte e neutro nos espaços organizacionais, (re)localizando esses não-lugares de corpos nas espacialidades.

Uma das principais contribuições de se pensar espacialidades a partir das experiências de bichas e trans travestis é trazer, para os estudos sobre o espacializar organizacional, a compreensão de que o binarismo de gênero não se constitui uma base âncora a partir da qual podemos falar de todas as experiências de corpos, gênero e sexualidades no organizar. Essas experiências corporificam localizações que não partem das normatividades cisgêneras, como vimos, e evidenciam por distintos modos de produção espacial que põem em questão dualidades tomadas como dadas, tanto nos saberes como nos fazeres do espacializar organizacional. O feminino e o masculino não são expressos a partir de dualidades, como se fossem duas unidades encarnadas separadas, mas podem se apresentar como dois lados da mesma moeda, no corpo da experiência espacial. Por exemplo, quando, na experiência em campo, uma artista se apresenta “feminina”, exhibe seios, cabelos, pernas e figurinos lidos como femininos e, além disso, afirma se reconhecer no gênero feminino, cantando e dublando mulheres famosas na cena musical, ao mesmo tempo em que se autoriza espacializar com barba, ela está demonstrando com sua prática corporificada, mesmo

para pessoas que acham que uma mulher não pode ter barba, que existem diferentes modos de produzir gênero em espacialidades.

A aproximação com as experiências espaciais brasileiras de bichas e travestis, levada a sério, exige um compromisso da pesquisa com essa prática divergente, dentre outros, num sentido que não glorifica nem se orienta a obedecer ou se submeter à binariedade de gênero, uma vez que são posições que dizem respeito a lugares negligenciados pela cisgeneridade. Então, primeiramente, produzindo corpos-em-campo, entendo que a presente tese, além de responder à escassez de estudos de espaços engajados na divergência à cisgeneridade, avança espacialidades ao propor a (re)localização de lugares de corpos afeminados, com a incorporação da divergência à cisgeneridade no espacializar.

Esses sentidos foram reforçados na experiência do segundo campo, convivendo mais uma vez numa organização em que a cisgeneridade não é a norma que organiza o lugar. Me refiro especificamente aos *shows* assistidos, onde praticamente todas as artistas transformistas, a despeito do estilo musical, faziam dublagens de vozes femininas acompanhadas sempre de um coro da plateia, em sua maioria formada por pessoas do gênero masculino, fazendo perceber por meio da magia da música que toca no palco de arte transformista, a materialidade naquela organização, quando cantamos, dançamos e corporificamos um lugar feminino num corpo que não foi autorizado nesta localização. Mesmo sendo uma alegria que dura uma música, fez perceber que romper a dualidade de gênero era uma ideia que não estava isolada em algumas artistas ou participantes desta pesquisa, não falavam apenas dos corpos em palco, mas que relacionalmente estabelecem pontes entre os corpos presentes, unidos numa intencionalidade que diverge à cisgeneridade.

Estranhar o papel da cisgeneridade nessas dinâmicas, como forma de (re)localizar lugares de corpos afeminados, fez sentido na divergência em relação a essas localizações polarizadas de maneira dual. Esse processo exige desaprender formas violentas de opressão que nos foram ensinadas como únicas possibilidades de espacialização, até então, por meio de lógicas binárias cisgêneras que desautorizam corpos (trans) ocuparem tais lugares. A divergência, nesses casos, exige construir outros sentidos e apreender novas formas de espacializar. Não existe caminho melhor para (re)localizar lugares negados, se não pela relação que legitima a existência desses lugares. Por isso, “ouvir o som desses lugares”, e buscar

compreender o que esse som tem a dizer, ajuda na construção desses sentidos divergentes. Ouvir e compreender como essas pessoas querem ser tratadas, por exemplo, chamar a pessoa trans travesti pelo pronome com o qual ela se reconhece, respeitar o nome social informado por ela, ou, baseado nas situações que vivi na GOLD, conseguindo ouvir e compreender que a trans travesti ocupa o lugar de líder, de coordenadora dos projetos, ou que simplesmente ocupa um lugar na organização, são formas de relação com esses (não)lugares que esta tese argumenta ser o caminho da divergência que avança espacialidades.

Além disso, há que se reconhecer que as pessoas bichas e trans travestis não são as únicas que rompem e cruzam os limites estabelecidos socialmente para os gêneros e sexualidades. Outras expressões identitárias também revelam divergências com as normas cis de gênero, e demais idealizações cis. Aprender a reconhecer os lugares das pessoas bichas e trans travestis, conforme ilustrado nos itinerários percorridos neste estudo pelo caminho do estranhamento à cisgeneridade seguido pela construção de sentidos divergentes, pode inspirar estudiosos a estranhar os modos pelos quais o organizar espacial confere a si uma natureza generificada, assim como aproximar tais estudiosos em direção à incorporar lugares ainda sem nome no saber e no fazer organizacional.

Então, é do movimento de considerar a infinidade de lugares negados no espacializar e da necessidade de incorporar lugares ainda sem nome no organizar que emerge a noção de espacialidades divergentes. Argumento que essa noção é o fundamento central da tese aqui defendida, pois apresenta elementos para a produção de corpos em campo, que não centralizam nas normatividades cisgêneras as únicas maneiras inteligíveis de construir sentidos e compreender a articulação de gênero e sexualidade em espacialidades e os espaços de organização. Partindo com as práticas corporificadas em campo, um fluxo orientado pelas experiências de corpos afeminados, vemos o organizar acontecer na divergência ao binarismo de gênero de maneira articulada em processos organizativos. Trata-se de uma rota propositiva, por meio de três argumentos distintos, mas, ao mesmo tempo, emaranhados:

(a) Trazer o corpo nas práticas de produção de conhecimento atuando como forma de manifestar lugares e saberes ocultos durante a realização da pesquisa, visibilizando o abismo ainda desconhecido por meio das maneiras contra hegemônicas de habitar espacialidades. Um caminho transformador, por meio de

performances incorporadas, com argumentos sobre o direito de reconhecimento para corpos, gêneros e sexualidades que escapam ao padrão cis binário de gênero, por isso, tidos como desviantes das normas hegemônicas.

Ao adotar apenas a história hegemônica da binariedade de gênero, contada a partir da cisgeneridade sobre trans, atingindo organizações espaciais que ignoram, fantasiam ou seguem ficcionando não haver localização divergente a esses termos, resulta, entre outras questões, em desconsiderar as práticas espaciais que as perspectivas não cis corporificam. Por isso, trata-se de reconhecer esta realidade que pode gerar tantos prejuízos éticos e epistemológicos, e se reposicionar diante desse importante papel da centralização da prática espacial na cisgeneridade, cujos efeitos produzidos podem implicar continuidade dos padrões coloniais hegemônicos em relação a corpos(as) afeminados, desconsiderando não só a materialidade de corpos, mas as tecnologias de construção de sentidos que residem nesses corpos(as) e que se imbricam no espacializar.

É bem verdade que esse tipo de relação cis organizada fala mais sobre o papel da cisgeneridade e sobre ignorar que existem outras performatividades de gênero, de sexualidade, outras corporalidades e outras pessoas. Mas é também sobre não aprender maneiras divergentes de produzir conhecimento no corpo e espacializar. Foi nesse sentido que aproximar as perspectivas trans serviu para desbinarizar entendimentos de gênero na produção do espaço. A esse respeito, os relatos de convívio com os corpos em campo mostram sua força transformadora, como durante o atendimento voluntário realizado com a população trans, em que me percebi constrangido durante um golpe de olhar com uma mulher trans, o que me fez questionar naturalizadas visões sexualizantes acerca dessas pessoas, reproduzindo por meio da prática espacial, lógicas problemáticas, como aquelas que relacionam gênero-sexo, confundindo expressão de gênero com orientação sexual.

(b) Nesse fluxo, justamente divergindo de experiências que localizam no corpo como os teóricos organizacionais naturalizam espaços binários de gênero, tal qual nos foi dado a conhecer, que foi possível descrever práticas organizativas que produzem espacialidades divergentes à cisgeneridade nas organizações. Práticas de construção de sentidos divergentes, como possibilidade de rearticular, por meio do cotidiano, limitações à atuação espacial não-cisgênera. Além disso, apropriando as noções de corpos-em-campo, especificamente neste percurso etnográfico, provocou

espacialidades divergentes baseadas em argumentos em torno da (re)localização de corpos, enquanto noção teórica alternativa à cisgeneridade para o posicionamento intencional de corpos(as) em espacialidades.

Considerando que qualquer ponto de vista é parcial, corporificar relações intencionalmente divergentes sobre pesquisar, teorizar e escrever, ao reencontrar potência na localidade, pode apontar maneiras menos violentas para compreender uma determinada realidade social e organizacional, mas não só isso. Estar e tornar-se com corpos engendrou nesta pesquisa um espaço em que puderam acontecer outras práticas, espaços e organizares, em meio a jogos táticos e estratégicos entre lugares e não lugares, contradições de idealizações e expectativas de gênero, ampliando espacialidades para outras camadas de práticas organizacionais que não nos foram ensinadas nem a ver, muito menos a ouvir, no contexto da Administração. Ver e ouvir a sociomaterialidade de um espaço, com suas afetações, representações e sonoridades corporificadas pode conduzir a abertura para alteridades, apontar caminhos que não são fechados em si mesmos e romper expectativas e idealizações de gênero, apontando rotas para a invenção de outras maneiras de experimentar corpos e paradigmas no organizar.

É nesse sentido, de encontrar a potência que emerge desses lugares, que a prática incorporada da divergência pode transformar agendas de pesquisa rumo a maneiras de se afetar com-nos processos de tornar-se com (*becoming with*), ousando deslocar-se entre lugares. Mesmo com certo estranhamento, o processo poderá fazer sentido no “permitir-se enxergar com os ouvidos, especular com os pés, pensar com os quadris e na pele ativar tanto um radar quanto um *lócus*” (MOMBAÇA, 2021, p.77).

Partindo dessa rota, problematizando o papel da cisgeneridade em torno de concepções dualistas, essencialistas e fixas sobre corpo, gênero e sexualidade no espacializar, foi possível refletir sobre práticas organizativas hegemônicas, restringindo espacialidades a lugares dicotômicos representados por quem converge e quem diverge dessas normatividades cis. Nesse fluxo, a proposta do artigo 2, parte de problematizações sobre a espacialidade na pesquisa em Administração e visibiliza o corpo como elemento central em um possível caminho para a produção de conhecimentos não sobre, mas com específicas vidas. Nesse trajeto, a noção de espacialidades divergentes pôde ser articulada em termos da produção de afetações sobre as maneiras de ocupar e produzir espaços organizacionais na Administração.

Essa articulação permite (des)naturalizar o papel da cisgeneridade como princípio “normal” organizador das (não)localizações espaciais.

(c) Essa consciência das camadas espaciais normativas mais profundas opera não apenas como maneira de contextualizar a realidade, mas também nos leva a um passo adiante na imaginação do que a realidade poderia ser. Nesse processo, fabular emerge como necessidade de resposta às articulações empreendidas na problematização da categoria espacial, entendida em sua parcialidade como um gênero organizacional que, com seus códigos e maneiras de espacializar, não tem lugar para diferentes corpos e espaços femininos, nem para pensar formas de praticar produção espacial não-binária de gênero. Se resgatarmos Czarniawska (1999), vamos lembrar que os Estudos Organizacionais podem ser considerados um gênero literário, cujas maneiras de contar a história geralmente implicam um espaço que não tem lugar para o feminino, para os corpos, os animais, e que, como vimos em campo, certamente não tem lugar para as bichas e trans travestis.

Dessa forma, deslocar essa ordem do corpo, alterar essa rota, inventar um corpo, um nome, um pronome, um som, uma linguagem para si, reposicionar acessos, debochar, divergir, deslocar o que antes parecia fixo, rígido e binário, são algumas das maneiras de fazer espacialidades divergentes que engendram emaranhados estratégicos e táticos no organizar, produzindo e deslocando assim lugares e não-lugares. Buscar outras maneiras de organizar, construindo outras lógicas no espacializar, potencialidades ainda pouco conhecidas, capazes de viver de uma maneira divergente, exige um olhar não hegemônico, ao mesmo tempo em que emerge como uma maneira de fabular uma agenda espacial porvir.

As contribuições principais da tese podem ser sintetizadas no seguinte quadro:

ESPAÇALIDADES DIVERGENTES À CISGENERIDADE É SOBRE CULTIVAR UM LUGAR NA DIVERGÊNCIA		
DIMENSÃO MATERIAL DA PRÁTICA CORPORÍFICA	DIMENSÃO ONTOEPISTÊMICA	DIMENSÃO ÉTICA- POLÍTICA
<p>É sobre avançar espacialidades na prática material de corpos, gêneros e sexualidades abrindo espaços para a realocação de lugares de corpos afeminados, incorporando lugares desconsiderados no organizar espacial a partir de lógicas binárias de (re)localização.</p>	<p>Incorporar outros sentidos na teorização espacial que não recorrem somente a tecnologias de olhar binária de gênero, (re)localizando corpos(as) na relação. É sobre teorizar a descontinuidade da cisgeneridade no espacializar e os decorrentes prejuízos ontoepistemológicos no organizar.</p>	<p>Cultivar um lugar na divergência é sobre construir outros sentidos para relação e trans+formar espacialidades. Um agenda porvir mais ética e mais comprometida micropoliticamente em construir sentidos que abram espaços para novas formas de ouvir\falar na organização.</p>

Quadro 6: Espacialidades divergentes vistas do alto.

Fonte: Autor.

As três rotas situam dimensões fundamentais no importante movimento de trazer corpos para pensar o espacializar nos Estudos Organizacionais, movimento que já havia sido iniciado por pesquisadoras como Karen Dale (2001) e Maria Tereza Flores-Pereira (2010). A contribuição original desta tese pretende se inserir especificamente neste nicho, pois, ao tomar como ponto de partida as experiências afeminadas das bichas e das trans travestis brasileiras, foi possível incorporar a categoria “corporeidade” aos estudos espaciais e desestabilizar localizações nas teorizações e estudos de espaço por meio da noção de (re)localização presente em espacialidades divergentes. Com isso, é possível mostrar rotas para a produção de saberes e fazeres acerca da prática espacial no organizar, bem como um futuro em que se possa romper a lógica do binarismo que circunscreve não-lugares como supostamente a posição natural e normal dessas experiências organizacionais. Trata-se de capacidades ainda desconhecidas, novas lógicas não binárias de construção de sentidos, descentralizando responsabilidades, redistribuindo agências, a partir das quais corpos afeminados não são posicionados em escrutínio de gênero, sexualidade e simultaneamente tencionados para fora em espacialidades organizacionais. A invenção de zonas de diálogo carrega consigo a potência de desestabilizar as certezas ficcionalizadas por hegemonias, por meio do cultivo de lugares para novas espécies se colocarem no espaço, rearticulando as práticas espaço-corporais na experiência do organizar.

Produzir uma pesquisa a partir de corpos-em-campo também fala sobre a importância de pensar sobre o lugar de outras corporalidades na experiência organizacional. Historicamente é negado às outras corporalidades a possibilidade de espacializar, sobretudo, o lugar de espacializar sua própria experiência de gênero e sexualidade, como se esses outros corpos não pudessem expressar e existir fora do padrão binário. Por isso, são corpos reféns do que pessoas cis pensam sobre trans, são lugares negados ou esvaziados de razão e outros sentidos humanos. Então, quando (re)localizamos esses corpos e construímos sentidos para relações praticadas espacialmente a partir de outros lugares, como com a experiência de corpos afeminados, bichas, travestis, autodeterminando seus modos de liderar projetos, de trabalhar, espacializar, cantar, então estamos falando que é possível existir na divergência e que normatividades organizações não devem definir os sentidos e as formas de espacializar de ninguém, são performatividades que perpassam pela autonomia de cada corpo.

Com efeito, esta tese parte de rompimentos com neutralidades e silenciamentos de corpos, como maneira de afirmar parcialidades, relatando outro modo de dialogar com o corpo no organizar, no qual o escrutínio de gênero e sexualidade também caminha num sentido divergente. Essa rota aponta para a cisgeneridade, e afirma para a comunidade cis: vocês também performam gênero e a sexualidade de vocês, mesmo em categorias binárias, também é um processo cotidiano produzido num organizar espacial no qual o corpo tem papel central.

A colocação da binariedade, e a própria maneira de posicionar e entender os corpos na experiência espacial, já partem como um elemento naturalizado pela cisgeneridade e, por isto, revela uma dimensão transfóbica muitas vezes naturalizada nas organizações. Sendo assim, por uma abordagem micropolítica, essa rota manifesta uma possibilidade de compreensão que permite apontar caminhos sobre como espacialidades podem ser transformadas na constituição de maneiras de organizar nas quais vidas trans importem. O convite à divergência no espacializar, nesta tese, é também um convite para se perceber no mundo de outra maneira coletiva, seja como construção de afeto ou uma forma de construir um repertório divergente sobre espacialidades enquanto prática potente capaz de ampliar a produção de corpos e incentivar outras localizações de pessoas não binárias e de outras identidades de gênero na espacialização. Espero que, com uma agenda de

pesquisa que considere espacialidades divergentes, consigamos produzir resistências mais sofisticadas, mais potentes, que alcancem mais gente e que nos fortaleçamos ainda mais enquanto comunidade organizada na luta e defesa dos nossos direitos.

Nesse caminho, a tese é fruto de várias experiências espaciais que pude viver, com as quais fundamentei as muitas reflexões aqui materializadas que podem ser apropriadas transformando os modos como se pesquisam, teorizam e praticam espacialidades. Ela demarca também novas rotas porvir, nas quais certamente quem optar por se filiar às noções introduzidas nesta pesquisa poderá reunir-se a mim e aos meus, na busca por um caráter transformador na teoria organizacional e na Administração.

Os principais achados sugerem que provocar espacialidades divergentes ao organizar espacial situado na cisgeneridade, além de rearticular limitações à produção de lugares e espaços, permite visibilizar o corpo como elemento central para a produção de conhecimentos, avançando espacialidades pela construção de sentidos que divergem da binariedade de gênero e convergem à inclusão de lugares de corpos afeminados, bichas e trans travestis na conversa. Como visto, aproximar das perspectivas trans permitiu identificar, descrever e compreender a produção de espaços a partir de intencionalidades marcadas pela divergência e debruçar-se sobre práticas que produzem espacialidades que rompem violências binárias de gênero ao buscarmos outros vetores de organização. O não lugar pode ser entendido como uma metáfora para uma posição espacial que, por desrespeito à materialidade corporal, não tem lugar de fala, é tratada como se supostamente não tivesse som ou capacidade de falar, ou não pudesse ser ouvida na experiência. Espacializar divergente pode ser falar, se movimentar, dançar, trabalhar ou colocar em palavras escritas essas questões não ditas e romper com o silenciamento desses (não)lugares. Espacializar divergente também pode ser apoiar o lugar de fala dessas pessoas, abrir mão de privilégios espacializados, ceder seu espaço para que a gente possa falar, mas também é sobre reconhecer que todo lugar tem som, por isso é importante ouvir nossas vozes, frequentemente não ditas.

Retomando a experiência de campo narrada aqui, quando a artista Babalu Jacaré narra seu cotidiano, fala dos enfrentamentos diários para sobreviver na cidade de Salvador, por vezes sem moradia fixa, vivendo da arte transformista, corporificando uma forma de transição do gênero da arte para o feminino, “estando diariamente

Babalu, pois ajuda mais”, mostra a divergência como afirmação da manutenção da sua vida da maneira que dá, dada a realidade de exclusão social desses corpos no Brasil. Ouvir o som que esse lugar enuncia, nos provoca outras compreensões sobre o corpo, além de uma forma de se posicionar, de ver e ser visto no mundo a partir de um (não)lugar dissidente. O corpo (r)existindo, pulsando modos de espacializar como arte de fazer, maneiras de trabalhar e ganhar a vida, expande a própria condição trans, a qual tenta circunscrever esse não lugar de corpo afeminado na Administração. Apresentando essa experiência como possibilidade, é fundamental alterar pressupostos e expectativas políticas que recaem às transgeneridades, especialmente num país como o Brasil, onde, fruto de uma insistente relação de abjeção e desumanização cis sobre as transgeneridades, cai melhor dizer-se que se trabalha com pessoas trans do que nomear-se enquanto tal.

É nesse sentido que um fazer espacial transformista, por meio de um processo de espacializar artístico declaradamente divergente, diante do esforço binário de deslocalização desse mesmo corpo, nos convida a uma espécie de verdade transitória. É possível, neste processo de produção de corpos-em-campo, nos termos relatados, quando a artista faz um desabafo, “você não precisa gostar de alguém como eu, uma bicha preta pobre, mas tem que respeitar”, que o próprio corpo trans redimensiona-se (produzindo a si mesmo no espaço feminino), afeta outros corpos e redefine o que se entende por espacialidades no organizar.

E, nesse percurso, a reclamação não somente aponta rotas para construir sentidos divergentes à cisgeneridade como um itinerário para espacializar. A questão de “ter que respeitar”, mais do que uma forma corporificada de se posicionar no mundo, nesta tese, aponta para a divergência como um percurso que oferece horizontes compostos por ingredientes bastante específicos, desobedientes às normatividades binárias espaciais, relacionando-se substantivamente ao conteúdo prático e o conduzindo de maneiras diversas, diferentes daquelas práticas possíveis antes da existência da corporalidade, transformando a cena. Requisita-se assim construir novos sentidos, por exemplo, via maneira de falar com linguagens mais inclusivas, rompendo com palavras masculinas, se permitindo outros modos de flexionar gênero, ou operando à substituição de palavras numa lógica de invenção de palavras livres de gênero binário, “essa corpa não me define”.

Nesse fluxo, abre-se espaço para outros usos do corpo, com roupas e acessórios naturalizados como masculinos e femininos, mas aqui apropriados de modo livre em relação à sequência sexo-gênero-sexualidade: mulher com barba, homem com maquiagem, mulher travesti sapatão, desenvolvendo inúmeros modos de expressar comportamentos e padrões lidos socialmente como femininos. Horizontes que nos mostram maneiras de romper com o padrão cis sobre o corpo, por exemplo, o padrão hegemônico de olhar para generificar o corpo, colocando em questão a visibilidade do gênero no centro da produção espacial, em direção à construção espacial pelos sentidos, estranhamentos em direção a experimentações da ordem do sensorial, do que não se explica, do que se pode até imaginar, mas as palavras podem não dar conta.

A noção de espacialidades divergentes a normatividades cisgêneras, ao binarismo de gênero e à estabilidade das identidades de gênero e sexualidade se sustenta como maneira de construir sentidos de um porvir que cultiva um lugar até então impedido de habitar espacialidades. É nesse sentido, de novas formas de produção de espacialidades, que escutar com atenção o som que anuncia esses lugares, no caso específico da experiência de campo, é ouvir os pensamentos partilhados pelas artistas transformistas e dançar conforme a música que dá o tom do lugar, como maneira de imaginar um lugar confortável para o corpo estar, em que o gênero das músicas que tocam, são como palavras, ritmos e melodias que envolvem e fazem os corpos dançarem, operam e transformam a atmosfera do encontro, rompendo qualquer tipo de silenciamento.

É nesse caminho, quando corpos afirmam rejeitar esses não-lugares como princípio existencial, que outros vetores de organização do corpo fazem sentido. Existir na divergência, diante da necessidade de aprender, experimentar, criar novos repertórios, caminhando com a dúvida, a diferença, as incertezas com esses corpos, gêneros e sexualidade, denunciam que a natureza espacial pode ser outra. Um largo horizonte que emerge quando abrimos espaço para a divergência em relação a como os corpos são generificados e sexualizados a partir de códigos e regimes binários de gênero.

Tecnologias bichas e travestis estão presentes nas artes de debochar e desobedecer, quando, por exemplo, em uma espécie de gritaria que emergiu numa das reuniões vivenciadas em campo, ouve-se em alto e bom som: “quem vai falar é a

travesti”. Essa atitude pode por vezes ser associada a um comportamento ingênuo de uma criança desobediente que debocha do adulto por simples ato de desobediência, mas no contexto específico vivido pode se apresentar como uma sofisticada combinação de estratégia e tática que não apenas comunica um posicionamento ativo, de orgulho e valorização, mas espacializa divergente no organizar, num sentido de existir fora do que está sendo posto. Assim, nessa espécie de “truque” (categoria êmica engendrada em campo), a travesti oportunamente mobiliza uma tecnologia de (r)existir ou até mesmo superar as barreiras de ocupação e permanência nos lugares por meio da sutileza, com tom de humor, posicionando-se pelas beiradas, enquanto também afirma sua maneira de se manter viva nesse jogo.

Num cenário em que existências gênero-dissidentes continuam desconsideradas pelo Estado brasileiro, que se omite em trazer informações sobre violências de gênero cometidas, por exemplo, contra pessoas trans travestis, mesmo com modos de organizar cotidianos que seguem fazendo vítimas diariamente no país que “naturalizou um processo de marginalização e precarização para aniquilação das pessoas trans (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.78), o espacializar divergente carrega consigo potências. Quando essa invisibilização é subvertida em termos objetivos e concretos, como por meio do encorajamento por parte das organizações em não tomar o pronome de gênero como dado, sinalizando que reconhece a existência possível desses lugares. Ou quando a organização encoraja práticas organizativas que não localizem no gênero, na sexualidade ou demais binariedades cisnormativas os vetores de organização do espaço de trabalho. Por exemplo, disponibilizando banheiros organizados simplesmente pela sua materialidade funcional, para lavar as mãos, usar a privada, dentre outros usos típicos de um espaço como este, contudo não vetorizados, classificados ou tendo seu acesso e permanência organizada por binarismo de gênero. Nos termos da campanha organizada pelo movimento de transexuais e travestis brasileiro, basta fixar um cartaz nos espaços, xixi liberado “aqui você é livre para usar o banheiro correspondente ao gênero com que se identifica. #Liberameuxixi #xixiliberado. Muitas pessoas que se conectam com a questão trans, problematizam ou questionam quantos banheiros são necessários ou mesmo qual categoria identitária devemos usar nessa classificação de acesso, ou mesmo como mensurar a aderência a tais categorias identitárias. A materialidade e o corpo apresentam caminhos de resposta mais simples, só

precisamos de um banheiro e de um corpo para que esse organizar aconteça. Não é preciso generificar esse espaço, nem a pia, nem o vaso sanitário e nem as ações fisiológicas que lá têm lugar.

Além disso, por meio de estranhamentos em relação à cisgeneridade, é possível reconhecer relações fracassadas e problematizar a espacialidade na pesquisa, se responsabilizando por aspectos éticos nesta produção de espacialidades. Nesse fluxo, espacialidades divergentes constituem-se numa proposta prática de incorporar intencionalidades divergentes à cisgeneridade no fazer espacial como maneira de (re)politizar a atuação espacial, não sobre, mas com corpos.

Afastar-se das lógicas binárias de gênero e sexualidade que se vive no contexto espacial, como visto, permite reconhecer alteridades historicamente negligenciadas e eliminar algumas barreiras como um sofisticado caminho para materializar outras relações no espacializar. Discutir o espacializar e corporificar práticas divergentes com as bichas e travestis brasileiras, mesmo (ou principalmente) quando é preciso inventar, criar e fabular realidades sugerem possíveis saídas porvir ao organizar espacial situada na cisgeneridade - mas talvez a Administração não se importe com isso. Apesar da diversidade epistemológica, teórica e metodológica, não é difícil reconhecer que essa diversidade é perdida quando a organização espacial vem sendo naturalizada em termos masculinos hegemônicos sem a adequada representatividade da diversidade que compõe esses corpos, gêneros e sexualidades (TEIXEIRA et al, 2021).

Dito isto, meu argumento de tese é: a articulação de espacialidades com corpos divergentes à cisgeneridade na prática organizativa compõe-se de um contínuo processo de (re)localização de corpos(as), gêneros e sexualidades em lugares e não lugares, em que, cotidianamente, se negociam estratégica e taticamente limitações à atuação espacial não-cisgênera. Assim, a transformação espacial materializada pela noção introduzida em espacialidades divergentes pode transformar processos negligentes e violentos em termos de gênero, corpo e sexualidade, em processos intencionalmente organizados de maneira divergente às normas binárias de gênero.

À guisa de conclusão, há ainda considerações que precisam ser feitas, abrangendo aspectos identitários, metodológico-analíticos e ético-políticos do

trabalho. Em primeiro lugar, a consideração se situa no nível corporal e se materializa na experiência das identidades participantes com quem fabulei esta tese. O texto pode ter construído uma imagem parcial da identidade travesti, ao não enfatizar questões raciais e incluir experiências bichas, mas isso não foi intencional. Em estudos micropolíticos baseados em ontologias práticas relacionais, é preciso se posicionar acerca dos elementos identitários e performativos de corpos que compõe a relação estudada para não cair no que se critica, ou seja, a adoção de certo identitarismo para julgar e classificar o outro pela régua do normal, um exercício difícil, porém necessário, e que desafia o próprio pesquisador a se colocar, assumindo as implicações disso.

A modalidade das experiências das participantes nos ensina que a questão não deve se materializar por normas cis sobre trans, nem réguas identitárias, mas partem de outras noções que não são cisgêneras e falam mais sobre “um corpo que existe de outra maneira no espaço e reclama, por isso, uma outra forma de posição” (MOMBAÇA, 2021 p.103). Todavia, embora as críticas nesse sentido possam ser associadas a tradições políticas sobre identidades enquanto ato de luta e afirmação de existência, à medida que se tenta definir a régua da travesti “de verdade”, desconsidera-se a experiência para a qual apontam as rotas das participantes em campo, privilegiam estratégias de fuga, que não operam simplesmente com a promoção de uma categoria (por exemplo, identitária). Sua relação diverge por apresentar relação com a invenção, criação de gênero e quebra de padrão cis, ao mesmo tempo, uma prática que assinala um engajamento com um campo de forças que configura uma espécie de operação premonitória. Intervém na organização, como numa especulação, que visa operar no futuro por meio de uma leitura ética, afetiva e política do presente, buscando romper com relações violentas de gênero e provocar brechas, táticas e subversões radicais que elas comportam. Todavia, a ênfase na performatividade de corpos, em um jeito “certo” para espacialidades de corpos, termina por reforçar a marginalidade da maioria das existências não binárias de gêneros e sexualidades também no contexto da diversidade, o que pode fazer da vida espacial organizada um interessante alvo de atenção acadêmica e social.

Essas questões não são triviais, e levaram a questionamentos sobre uma produção de um conhecimento que precisa ser politizada, em resposta a toda uma organização dentro de um sistema de produção cisgênero, que descontextualiza e desumaniza em função de uma normatividade binária. Não se trata simplesmente de

ignorar o reconhecimento e a visibilização da ocupação de lugares a partir da comunidade LGBTQIAP+; esses processos não respeitam as divergências de corpos, gêneros e sexualidades, senão na medida em que permitem aumentar os privilégios e direitos de ocupação espacial cis heteronormativa na organização. O nome disso é violência de gênero e transfobia no espacializar organizacional. E tanto isso é verdade que a naturalização da binariedade no espacializar é estimulada, pouco se vê sobre espaços diversos a essa lógica de corpos, porque se tratam de anomalias, na verdade.

Nesse sentido, é interessante entender como a noção de espacialidades divergentes permite avançar em relação às teorizações sobre o organizar espacial ao romper com silenciamentos de corpos, gêneros e sexualidades e incluir as formas de organizar praticadas pelas bichas e trans travestis em seus contextos específicos. Na medida em que compreender espacialidades de práticas divergentes à cisgeneridade é possível, também corporificar outras práticas de gênero para além das normatividades é essencial para pensarmos outras saídas e formas de praticar justiça e respeito.. Isso sugere um potencial ainda pouco explorado de compreender, do ponto de vista organizacional, o que faz sentido corporificar em espacialidades em contextos sociais específicos.

Por fim, declaro: espacialidades divergentes não é simplesmente o nome de uma nova categoria conceitual ou uma afronta que desafia entendimentos espaciais de gênero. Espacialidades divergentes nos diz sobre uma mudança de paradigma das relações entre espacialidades, corpos, gêneros e sexualidades no organizar. É sobre um espacializar de corpos, esse corpo que pode ser híbrido, masculino e feminino, pode conter em si o humano e o não humano, com uma boca que pode até engolir tudo, dado as circunstâncias e opressões, mas tudo transforma para resistir. Corpos-pessoas que inventam, criam, transformam corpos, gêneros, sexualidades e espacialidades, travestilizam, transbordam, transformam, transitam, transacionam com suas artes de fazer, deslocando lugares determinados *a priori*, mostrando para quem quiser aprender, afinal, que todos nós podemos romper com a cis generificação organizacional. Não precisamos ser trans, e muito menos esperar ter uma pessoa trans acessando nossa mesa, para seguirmos afirmando que nos importamos com as vidas trans e as questões práticas que materializam essa vida vivível no espaço de trabalho:

O importante é ser você, seja o que quiser ser, se joga, lhe deixa, põe força, carinho, amor e suor, se encontra, se ajeita, que a vida ainda vai te dar o melhor, seja o que quiser ser, o importante é ser você (Música: “Seja o que quiser ser”, Majur, 2021).

A teoria está no corpo. Esse corpo é espacialidade. É a espacialidade do corpo que trago para a escrita. Pretendo que as reflexões aqui desdobradas sejam vetoriais para romper neutralidades e silenciamentos que encabeçam as dinâmicas de opressões naturalizadas sobre desigualdade nos lugares espaciais e hegemonias organizacionais negligentes e potencialmente violentas com corpos que ousam a divergência.

Com os pensamentos e teorias feitas com as bichas e trans travestis, fabulo lugares porvires ainda inimaginados pela sociedade cis organizada. Isso pode potencializar a relevância desta tese. Que possamos produzir corpos futuros nos quais o espacializar seja construído por uma lógica divergente, não seja mais coagida por ideias bio-lógicas, dicotômicas, segregacionistas e totalitárias de gênero e sexualidade. A organização nunca mais será a mesma, uma vez descontinuados espaços binários de gênero numa agenda de carne e osso “porvir-se”.

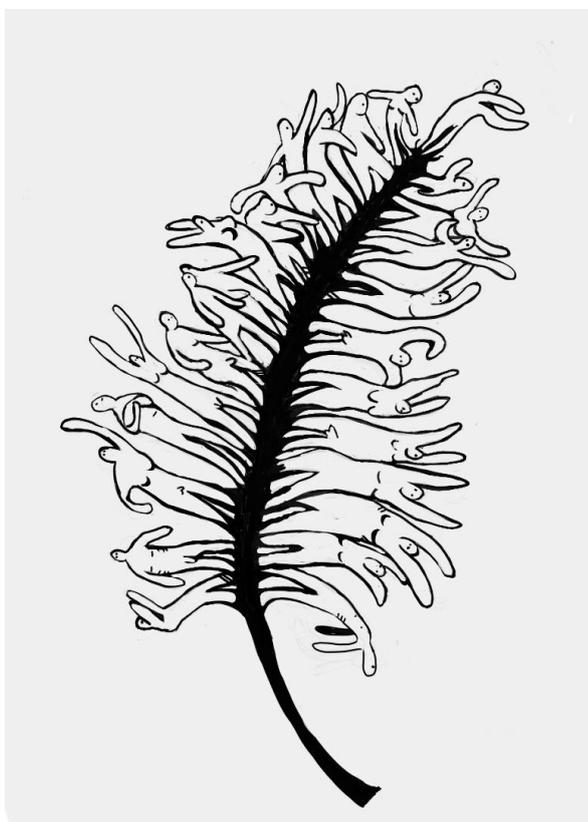


Figura 10: Porvir-se: cultivando um lugar porvir na organização.
Fonte: Ilustração original para a tese feita pelo ilustrador Igor Costa.
Inspiração para um espacializar um gênero porvir-se: Samabaias

REFERÊNCIAS

- ACKER, Joan. Hierarchies, jobs, bodies: A theory of gendered organizations. **Gender & society**, v. 4, n. 2, p. 139-158, 1990.
- ACKER, Joan. Inequality regimes: Gender, class, and race in organizations. **Gender & society**, v. 20, n. 4, p. 441-464, 2006.
- AGNEW, J. A. Territory and territoriality. In: JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; SMITH, D. M. (Ed.) **The dictionary of human geography**. 3th ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1994. P.620.
- AHEARN, Laura M. **Invitations to love: Literacy, love letters, and social change in Nepal**. University of Michigan Press, 2001.
- ALMEIDA, Dóris Dornelles de; FLORES-PEREIRA, Maria Tereza. As corporalidades do trabalho bailarino: entre a exigência extrema e o dançar com a alma. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 6, p. 720-738, 2013.
- ALVESSON, M.; SKÖLBERG, K. **Reflexive methodology: new vistas for qualitative research**. 3. ed. London: Sage, 2017.
- AMANCIO, Izzie. M. S; ODARA, Thiffany. Sujeitas tecendo memórias: Resistência e escrita negra trans travesti, 2021. In: **Transvivências negras entre afetos e aquilombamentos: contanto histórias afro-diaspóricas**. Salvador-BA: Devires, 2021.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: ARTMED, 2009.
- ANNE, Allison. **Precarious**. Japan, 2013.
- ANTRA –ASSOCIAÇÃO NESTAÇÃOACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Sobre–Associação Nacional de Travestis e Transexuais: a maior rede de pessoas trans do Brasil. [2022]. Disponível em: <https://antrabrasil.org>. Acesso em: 22 maio 2022.
- BAGGIO, Maria Carolina. About the relation between transgender people and the organizations: new subjects for studies on organizational diversity. **REGE-Revista de Gestão**, v. 24, n. 4, p. 360-370, 2017.
- BALDRY, C. (1999). Space – the final frontier. **Sociology**, 33, 535–553.
- Bandeira, Marcio Leopoldo Gomes. **Será que ele é? sobre quando Lampião da Esquina colocou as cartas na mesa**. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BARBOSA, Francirosy (2017). **Islã**. Lado Bi #183. Disponível em <http://soundcloud.com/programaladobi/lado-bi-183-islã> . Acesso em: 18 maio 2022.

BARROS, Amon; CARRIERI, Alexandre de Pádua. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 151-161, 2015.

BAUM, J. and Mezias, S. (1992). Localized competition and organizational failure in the Manhattan hotel industry, 1898–1990. **Administrative Science Quarterly**, 37, 580–604.

BEAUREGARD, A T. et al. Listen carefully: transgender voices in the workplace. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 29, n. 5, p. 857-884, 2018.

BEATTY, Andrew. How did it feel for you? Emotion, narrative, and the limits of ethnography. **American Anthropologist**, v. 112, n. 3, p. 430-443, 2010.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. [Dossier on murders and violence against Brazilian trans and travesti people in 2020]. Expressão Popular, ANTRA, IBTE. **Retrieved March**, v. 5, p. 2021, 2021.

BENEVIDES, B. G. Marcos Históricos do Movimento LGBTI+ Brasileiro. **Blog Medium**. 2020. <https://brunabenevidex.medium.com/marcos-hist%C3%B3ricos-do-movimento-lgbti-brasileiro-ad84dd691f41>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 5-58, 2002.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 3ª ed. Curitiba: Editora Devires, 2019.

BERGER, John et al. **Modos de ver: arte e comunicação**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 48, 1999.

BEST, Katie; HINDMARSH, Jon. Embodied spatial practices and everyday organization: The work of tour guides and their audiences. **Human Relations**, v. 72, n. 2, p. 248-271, 2019.

BEYES, Timon; STEYAERT, Chris. Spacing organization: Non-representational theory and performing organizational space. **Organization**, v. 19, n. 1, p. 45-61, 2012.

BILLE, Mikkel; SIMONSEN, Kirsten. Atmospheric practices: On affecting and being affected. **Space and Culture**, v. 24, n. 2, p. 295-309, 2021.

BISPO, M. S. Methodological Reflections on Practice-Based Research in Organization Studies. **Brazilian Administration Review**, v. 12, n. 3, 309-323, 2015.

BISPO, M. S. Educating qualitative researchers in management: Toward performative judgements. **Revista de Administração de Empresas**, v. 57, p. 158-169, 2017.

BLACKMAN, Lisa. Researching affect and embodied hauntologies: Exploring an analytics of experimentation. In: **Affective methodologies**. Palgrave Macmillan, London, 2007. p. 25-44.

BONNETTE-BAILEY, Lakeyta M.; BROWN, Nadia E. Do the ladies run this mutha? The relationship between political rap and Black feminist attitudes. **New Political Science**, v. 41, n. 1, p. 80-97, 2019.

BORSATTO, Andiana Rosa dos Santos. "**Fazendo do limão uma limonada sofisticada**" - generificação e racialização do cozinhar/comer de gestoras negras no (re)organizar do espaço periférico. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2021.

BORSATTO, A. R. S.; FANTINEL, L. D. "A vida parou!" mas a qual vida se referem? – uma análise sobre as práticas de (sobre)vivências de gestoras negras ordinárias e periféricas no cotidiano pandêmico. In: XLV Encontro da ANPAD – EnANPAD, **Anais...** ANPAD, 2021.

BOURABAIN, Dounia. Everyday sexism and racism in the ivory tower: The experiences of early career researchers on the intersection of gender and ethnicity in the academic workplace. **Gender, Work & Organization**, v. 28, n. 1, p. 248-267, 2021.

BRUNSSON, Nils. Ideas and actions: Justification and hypocrisy as alternatives to control. **Accounting, Organizations and Society**, v. 18, n. 6, p. 489-506, 1993.

BUDGE, Stephanie L.; TEBBE, Esther N.; HOWARD, Kimberly AS. The work experiences of transgender individuals: Negotiating the transition and career decision-making processes. **Journal of Counseling Psychology**, v. 57, n. 4, p. 377, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. São Paulo: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Editora José Olympio, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos Que Importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: n-1 Edições, 2020.

CAETANO, Marcio. **Performatividades reguladas: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação**. Curitiba: Appris, 2016.

- CAETANO, Marcio et al. Quando **ousamos existir**: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018) / Marcio Caetano... [et al.] (organizadores). Tubarão: Copiart; Rio Grande, RS: FURG, 2018.
- CAIRNS, G.; McINNES, P.; ROBERTS, P. Organizational space/time: from imperfect panop- tical to heterotopian understanding. **Ephemera: Critical Dialogues on Organization**, v. 3, n. 2, p. 126-138, 2003.
- CALDEIRA, 1995, p. 7. Caldeira, A. M. (1995). A apropriação e construção do saber docente e a prática cotidiana. **Cad. Pesqui.**, (95), 5-12.
- CAPRONI NETO, Henrique Luiz; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Estigma na trajetória profissional de uma travesti. **Teoria e Prática em Administração (TPA)**, v. 4, n. 2, p. 234-256, 2014.
- CARRIERI, A.; PERDIGÃO, D.; AGUIAR, A. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração**, v.49, n.4, p.698–713, 2014.
- CARRIJO, Gilson Goulart et al. Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.
- CAVANAGH, Sheila L. **Queering bathrooms**: Gender, sexuality, and the hygienic imagination. University of Toronto Press, 2010.
- CAVEDON, N. R. **Antropologia para Administradores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- CARVALHO, Claudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2017.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2019**. 2019.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHANLAT, J. Space, organisation and management thinking: a socio-historical perspective. In: CLEGG, Stewart; KORNBERGER, Martin (Ed.). **Space, organizations and management theory**. Oslo: Liber, 2006.
- CHANLAT, Jean-François. O ser humano, um ser espaço-temporal. In: CHANLAT, Jean-François (Coord.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. v. 3. São Paulo: Atlas, 1994.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Bookman Editora, 2009.

CHIN, Matthew. Feelings, safe space, and lgbtq of color community arts organizing. **Journal of Community Practice**, v. 25, n. 3-4, p. 391-407, 2017.

CLEGG, Stewart; KORNBERGER, Martin (Ed.). **Space, organizations and management theory**. Oslo: Liber, 2006.

COELHO, M. C. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. **Maná**, v. 16, n. 2, p. 265-285, 2010.

COFFEY, Amanda. **The ethnographic self**: Fieldwork and the representation of identity. Sage, 1999.

COHN, Gabriel. As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

COLLINS, Joshua C. et al. The problem of transgender marginalization and exclusion: Critical actions for human resource development. **Human Resource Development Review**, v. 14, n. 2, p. 205-226, 2015.

COLLING, Leandro; ARRUDA, Murilo Souza; NONATO, Murillo Nascimento. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 57, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. Estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, Apr. 2016.

CONLEY, V. A. Processual practices. **The South Atlantic Quaterly**, v. 100, n. 2, 2001, 483-500.

CONNELL, Catherine. Doing, undoing, or redoing gender? Learning from the workplace experiences of transpeople. **Gender & society**, v. 24, n. 1, p. 31-55, 2010.

CORADI, Annina; HEINZEN, Mareike; BOUTELLIER, Roman. A longitudinal study of workspace design for knowledge exploration and exploitation in the research and development process. **Creativity and Innovation Management**, v. 24, n. 1, p. 55-71, 2015.

COSTAS, Jana; GREY, Chris. Violence and organization studies. **Organization Studies**, v. 40, n. 10, p. 1573-1586, 2019.

COURPASSON, David; DANY, Françoise; DELBRIDGE, Rick. Politics of place: The meaningfulness of resisting places. **Human Relations**, v. 70, n. 2, p. 237-259, 2017.

COWAN, B. Public spaces, knowledge, and sociability. In F. Trentman, (Ed.). **The Oxford Handbook of the History of Consumption** (pp. 251-266). Oxford, NY: Oxford University Press, 2012.

CRAWFORD, Adam; HUTCHINSON, Steven. Mapping the contours of 'everyday security': Time, space and emotion. **British Journal of Criminology**, v. 56, n. 6, p. 1184-1202, 2016.

CRESWELL, John W.; POTH, Cheryl N. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches**. Sage publications, 2016.

CROSSLEY, N. Merleau-Ponty, the elusive body and carnal sociology. **Body & Society**, v. 1, n. 1, p. 43-63, 1995.

CSORDAS, Thomas J. **Embodiment and experience**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1994.

CSORDAS, Thomas J. Embodiment as a Paradigm for Anthropology. In: **Body/Meaning/Healing**. Palgrave Macmillan, New York, 2002. p. 58-87.

CUNLIFFE, Ann L. "On becoming a critically reflexive practitioner" redux: What does it mean to be reflexive?. **Journal of Management Education**, v. 40, n. 6, p. 740-746, 2016.

CUNLIFFE, Ann L. Reflexividade no ensino e pesquisa de estudos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, p. 64-69, 2020.

CZARNIAWSKA, Barbara et al. **Writing management: Organization theory as a literary genre**. Oxford University Press on Demand, 1999.

CZARNIAWSKA, Barbara. Organizing: how to study it and how to write about it. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, 2008.

DALE, Karen. Building a social materiality: Spatial and embodied politics in organizational control. **Organization**, v. 12, n. 5, p. 649-678, 2005.

DALE, Karen. The Body and Organisation Studies. In: **Anatomising Embodiment and Organisation Theory**. Palgrave Macmillan, London, p. 8-31, 2001.

DALE, K.; BURRELL, G. What shape are we in? Organization theory and the organized body. In: HASSARD, J.; HOLLIDAY, R.; WILLMOTT, H. **Body and organization**. London: Sage Publications, 2000.

DALE, Karen; BURRELL, Gibson. **The spaces of organisation and the organisation of space: Power, identity and materiality at work**. Macmillan International Higher Education, 2007.

DAMASCENO, F. J. G. As cidades da juventude em Fortaleza. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 215-242, 2007.

DIAS, M. A. Essa pesquisa tem “mironha”: notas etnográficas sobre o fazer etnográfico. In: BONETTI, A.; FLEISCHER, S. (orgs.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Editora Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DIAS, Claudenilson da Silva. **Identidades trans* em Candomblés**: entre aceitações e rejeições. Editora Devires. 2020.

DISPENZA, Franco et al. Experience of career-related discrimination for female-to-male transgender persons: A qualitative study. **The Career Development Quarterly**, v. 60, n. 1, p. 65-81, 2012.

DOMINGUES, F. F.; FANTINEL, L. D.; FIGUEIREDO, M. D. de. Between the conceived and the lived, the practiced: the crossing of spaces at the arts and crafts fair of Namorados Square in Vitória/ES, Brazil. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 88, 28-49, 2019.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1966.

DOSSE, F. **História e ciências sociais**. Bauru; SP: Edusc, 2004.

DURAN, 2007, p. 118. Duran, M. C. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educacional**, 7(22), 115-128, 2007.

ECCEL, Cláudia Sirangelo; GRISCI, Carmem Lígia Iochins; TONON, Leonardo. Representações do corpo em uma revista de negócios. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 309-317, 2010.

ERICKSON-SCHROTH, Laura; JACOBS, Laura A. " **You're in the Wrong Bathroom!**": And 20 Other Myths and Misconceptions about Transgender and Gender-nonconforming People. Beacon Press, 2017.

EVANS, Sara M.; BOYTE, Harry C. **Free spaces**: The sources of democratic change in America. University of Chicago Press, 1992.

FANTINEL, Letícia Dias; CAVEDON, Neusa Rolita. A cultura organizacional do restaurante Chalé da Praça XV em Porto Alegre: espaços e tempos sendo revelados. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 1, p. 6-37, 2010.

FANTINEL, Letícia Dias. **Os significados do espaço e as sociabilidades organizacionais**: estudo de um café em Salvador. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2012a.

FANTINEL, Letícia Dias; CAVEDON, Neusa Rolita; FISCHER, Tânia Maria Diederichs. Produção de significações do espaço e sociabilidade em um café artesanal de Salvador. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 1, n. 3, 2012b.

FANTINEL, Leticia Dias; FISCHER, Tânia Maria Diederichs. Organizações e contextos urbanos: os cafés e as sociabilidades. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 280-307, 2012c.

FANTINEL, Letícia. As Sociabilidades nas Organizações: Da Sociologia Formal às Interações Cotidianas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 2, 2016.

FANTINEL, Letícia; DAVEL, Eduardo Paes Barreto. Learning from sociability-intensive organizations: An ethnographic study in a coffee organization. **Brazilian Administration Review**, v. 16, n. 4, p. 1-20, 2019.

FIGUEIREDO, Marina Dantas de. **A transmissão do saber-fazer como intencionalidade incorporada**: etnografia em uma fábrica de doces em Pelotas, RS. 2013.

FELDMAN, Martha S.; ORLIKOWSKI, Wanda J. Theorizing practice and practicing theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1240-1253, 2011.

FELIX, Bruno; MELLO, Alciara; VON BORELL, Diana. Voices unspoken? Understanding how gay employees co-construct a climate of voice/silence in organisations. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 29, n. 5, p. 805-828, 2018.

FERNANDES, Luís; BARBOSA, Raquel. A construção social dos corpos periféricos. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 70-82, 2016.

FERRAÇO, Carlos Eduardo et al. Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação no Brasil. **Pedagogia y Saberes**, n. 46, p. 7-17, 2017.

FERREIRA, Tatiane A.; FANTINEL, Letícia D.; AMARO, Rubens de A. Corpo e sentidos na pesquisa organizacional: a compreensão empática a partir de uma experiência encarnada. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 22, 2021.

FISCHER, G. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, J. F. (Org.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1994. v.II, p.81-102.

FLEMING, P.; SPICER, A. You can check out any time you want, but you can never leave: spatial boundaries in a high commitment organization. **Human Relations**, 57, 75–94, 2004.

FLEMING, P.; SPICER, A. Power in management and organization science. **Academy of Management Annals**, v. 8, n. 1, p. 237-298, 2014.

FLORES-PEREIRA, Maria Tereza. Corpo, pessoa e organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 17, p. 417-438, 2010.

FLORES-PEREIRA, Maria Tereza; DAVEL, Eduardo; CAVEDON, Neusa Rolita. Drinking beer and understanding organizational culture embodiment. **Human Relations**, v. 61, n. 7, p. 1007-1026, 2008.

FLORES-PEREIRA, Maria Tereza. Corpo pessoa, sexo e gênero. **Diversidade sexual e trabalho**, p. 79-98, 2012.

FLORES-PEREIRA, Maria Tereza; DAVEL, Eduardo; ALMEIDA, Dóris Dornelles de. Desafios da corporalidade na pesquisa acadêmica. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 2, p. 194-208, 2017.

FONTANA, Andrea; FREY, James H. **The interview: From neutral stance to political involvement**. 2005.

FORMBY, Eleanor. **Exploring LGBTQIA+Spaces and Communities: Contrasting identities, belongings and wellbeing**. Routledge, 2017.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. **Teoria e cultura**, v. 2, n. 1 e 2, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 1984.

FRANCO, Bárbara Lopes; OLIVEIRA, Josiane. As Práticas de Constituição dos Espaços Organizacionais e dos Espaços das Cidades: Contribuições de Michel de Certeau aos Estudos Organizacionais. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. 2016.

FREHSE, Fraya. Erving Goffman, sociólogo do espaço. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 155-166, 2008.

FREHSE, Fraya. Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos da urbanização. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 1, p. 100-118, 2016.

FRÚGOLI, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Zahar, 2007.

GARCIA, Agnaldo; SOUZA, Eloisio Moulin de. Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. **Revista de Administração Pública**, v. 44, p. 1353-1377, 2010.

GARRETT, Bradley L. Videographic geographies: Using digital video for geographic research. **Progress in human geography**, v. 35, n. 4, p. 521-541, 2011.

GERICÓ, Jeifa Alice; SOUZA, Jônatas Emanuel Pereira; PEREIRA, Taline Santana Dias. "Escama é só de peixe": o brega funk e o pensamento de fronteira. **Fórum Regional de Pesquisa e Intervenção (FOR-PEI)**, n. 2, 2020.

GGB, GRUPO GAY DA BAHIA. **População LGBTQIA+morta no Brasil**, relatório 2018. Acesso em, <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>, 13 de setembro, 2019.

GHERARDI, S. Practice-based theorizing on learning and knowing in organizations. **Organization**, v. 7, n 2, p. 211-223, 2000.

GHERARDI, Silvia; PERROTTA, Manuela. Between the hand and the head: How things get done, and how in doing the ways of doing are discovered. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, 2014.

GHERARDI, Silvia. Why Kurt Wolff matters for a practice-based perspective of sensible knowledge in ethnography. **Journal of Organizational Ethnography**, 2015.

GHERARDI, Silvia. To start practice theorizing anew: The contribution of the concepts of agencement and formativeness. **Organization**, v. 23, n. 5, p. 680-698, 2016.

GHERARDI, Silvia. Theorizing affective ethnography for organization studies. **Organization**, v. 26, n. 6, p. 741-760, 2019.

GHERARDI, S.; STRATI, A. **Administração e aprendizagem na prática**. São Paulo: Elsevier, 2014.

GIARD, L. História de uma pesquisa. IN: CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Artes de Fazer, 2019.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**: Outline of the theory of structuration. Cambridge: Polity Press, 1984.

GILMORE, S. et al. Writing differently. **Management Learning**, v. 50, n. 1, 3–10, 2019.

GOFFEE, R., Jones, G. What holds the modern company together? **Harvard Business Review**, 74, 134-148, 1996.

GOFFMAN, E. **Behavior in public places**: Notes on the social organization of gatherings. New York: Free Press, 1963.

GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Vozes, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. 2011.

GOFFMAN, Erving. **The Presentation of Self In Everyday Life** (A Representação do Eu na Vida Quotidiana). 2002.

GUERREIRO, Goli. **Terceira diáspora—Salvador da Bahia e outros portos atlânticos**. 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19287.pdf>.

GOMES, Paulo César; COSIA, Rogério. O Espaço na Modernidade. In: SANTOS, Milton et al (Org.). **O espaço em questão**. São Paulo: Terra Livre, 1988.

GOMES, Romulo; FELIX, Bruno. O self no armário: uma teoria fundamentada sobre o silêncio de gays e de lésbicas no ambiente de trabalho. **Cadernos Ebape. BR**, v. 17, p. 375-388, 2019.

GOMES, Romulo; FANTINEL, Leticia Dias. Gênero-corpo-sexualidade no espacializar: produzindo corpos-em-campo na pesquisa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 04, 2022.

GUARINELLO, N. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**, 24(48), 13-38, 2004.

HALFORD, S. Hybrid workspace: re-spatializations of work, organization and management. **New Technology, Work and Employment**, 20, 19–33, 2005.

HALFORD, S. and LEONARD, P. 'Place, Space and Time: Contextualizing Workplace Subjectivities', **Organization Studies** 27(5): 657–76, 2005.

HALFORD, Susan. Towards a sociology of organizational space. **Sociological Research Online**, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2004.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist studies**, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna. **When species meet** (3). University of Minnesota Press, 2013.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: **Feminist theory reader**. Routledge, 2020. p. 303-310.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. **Antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 33-118, 2000.

HARDING, Sandra G. (Ed.). **The feminist standpoint theory reader: Intellectual and political controversies**. Psychology Press, 2004.

HARLOW, Summer; BENBROOK, Anna. How# Blacklivesmatter: exploring the role of hip-hop celebrities in constructing racial identity on Black Twitter. **Information, communication & society**, v. 22, n. 3, p. 352-368, 2019.

HARTAL, Gilly. Fragile subjectivities: constructing queer safe spaces. **Social & Cultural Geography**, v. 19, n. 8, p. 1053-1072, 2018.

HATCH, M. J.; CUNLIFFE, A. **Organization Theory: modern, symbolic, and postmodern perspectives**. Hampshire: Oxford University Press, 2013.

HATCH, M.J. Physical barriers, task characteristics, and interaction activity in research and development firms. **Administrative Science Quarterly**, 32, 387–399, 1987.

HERNES, Tor. **The spatial construction of organization**. John Benjamins Publishing, 2004.

HINDMARSH, Jon; PILNICK, Alison. Knowing bodies at work: Embodiment and ephemeral teamwork in anaesthesia. **Organization studies**, v. 28, n. 9, p. 1395-1416, 2007.

HIRST, Alison. Settlers, vagrants and mutual indifference: unintended consequences of hot-desking. **Journal of Organizational Change Management**, v. 24, n. 6, p. 767-788, 2011.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Yearning: race, gender, and cultural politics**. New York: Routledge, 2014.

IPIRANGA, Ana Silva Rocha. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n 1, p. 65-91, jan./fev. 2010.

IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha; LOPES, Luma Louise Sousa. O Organizar da Estética Espacial: Uma História Táctil da Praça dos Leões. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, 2017.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; FREITAS, Maria Ester de. Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. **Organizações & Sociedade**, v. 18, p. 625-641, 2011.

JAGUM, Roberto de. **Brasil de todos os Orixás**. São Paulo: Ícone, 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, v. 2, p. 42, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Prefácio: Primeiro tem que nos reconhecer como gente. In: PEDRA, Caio Benevides. **Cidadania Trans: o acesso à cidadania por transexuais no Brasil**. Curitiba: Ed. Appris, 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 1, p. 250-260, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: teorias e práticas**. Digitaliza Conteúdo, 2019.

JUNQUILHO, Gelson Silva; ALMEIDA, Roberta Alvarenga de; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da. As " artes do fazer" gestão na escola pública: uma proposta de estudo. **Cadernos EBAPE. Br**, v. 10, p. 329-356, 2012.

JAGUN, Márcio De. **Orí: A Cabeça Como Divindade**: História, Cultura, Filosofia e Religiosidade Africana. Litteris, 2022.

KASS, Hailey. Similaridades e divergências entre as correntes Feministas Tradicional/Mainstream e o Transfeminismo. In: BENTO, Berenice, FÉLIX-SILVA Antonio Vladmir (org.) **Desfazendo Gênero**: Subjetividade, cidadania e transfeminismo. Natal: EDUFRN, 2015. P.289-300.

KLIMA, Alan. Thai Love Thai: financing emotion in post-crash Thailand. **Ethnos**, v. 69, n. 4, p. 445-464, 2004.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.

KÖLLEN, Thomas. Sexual orientation and transgender issues in organizations. **Global Perspectives on LGBTQIA+Workforce Diversity**, 2016.

KÖLLEN, Thomas. Declining career prospects as 'transition loss'? On the career development of transgender employees. In: **Research handbook of diversity and careers**. Edward Elgar Publishing, 2018.

KÖLLEN, Thomas. Bisexuality and diversity management—Addressing the B in LGBTQIA+as a relevant 'sexual orientation'in the workplace. **Journal of Bisexuality**, v. 13, n. 1, p. 122-137, 2013.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANZ, Letícia. **O Corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2015.

LAUGER, Timothy R.; DENSLEY, James A. Broadcasting badness: Violence, identity, and performance in the online gang rap scene. **Justice Quarterly**, v. 35, n. 5, p. 816-841, 2018.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista**: Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LAW, John. **After method**: Mess in social science research. Routledge, 2004.

LEAL, Dodi Tavares Borges. **Performatividade transgênera**: Equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral. 2018. (Tese de Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2018.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-13112018-144518/en.php>

LEAL, Dodi; ROSA, André. Transgeneridades em Performance: desobediências de gênero e anticolonialidades das artes cênicas. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, v. 10, 2020.

LEAL, Dodi Tavares Borges. Fabulações travestis sobre o fim. **Conceição/Conception**, v. 10, n. 1, p. e021002-e021002, 2021.

LEAL, Abigail Campos. **Ex/orbitâncias**: os caminhos da deserção de gênero. São Paulo: GLAC edições, 2021.

LEÃO, Inara; IPÓLITO, Juliana. Determinações psicossociais do preconceito contra a homoafetividade - curso de educação e diversidade sexual: uma proposta de intervenção para o combate ao preconceito aos homossexuais no espaço escolar. In: Anais do 16º Encontro Nacional da ABRAPSO: Psicologia Social e seus movimentos. **Anais...** ABRAPSO, 2011.

LE BRETON, David. **La sociología del cuerpo**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2002.

LEFEBVRE, Henry. **Rhythmanalysis – Space, Time and Everyday Life**. London and New York: Bloomsbury Academic, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Rio de Janeiro: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Donald Nicholson-Smith. **Trans. Oxford: Basil Blackwell Ltd**, 1991.

LEITE, Rogério Proença. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI JR, Heitor; ANDRADE, Luciana; PEIXOTO, Fernanda (Org). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006.

LEWGOY, Bernardo. Os cafés na vida urbana de Porto Alegre (1920-1940): as transformações em um espaço de sociabilidade masculino. **Iluminuras**, v. 10, n. 24, 2009.

LLEWELLYN, Nick; HINDMARSH, Jon. The order problem: Inference and interaction in interactive service work. **Human relations**, v. 66, n. 11, p. 1401-1426, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LORIMER, Hayden. Cultural geography: the busyness of beingmore-than-representational'. **Progress in human geography**, v. 29, n. 1, p. 83-94, 2005.

LOW, Setha M. Spatializing culture: the social production and social construction of public space in Costa Rica. **American ethnologist**, v. 23, n. 4, p. 861-879, 1996.

LOW, Setha M. **On the plaza**: The politics of public space and culture. University of Texas Press, 2010.

LOW, Setha M. Claiming space for an engaged anthropology: spatial inequality and social exclusion. **American anthropologist**, v. 113, n. 3, p. 389-407, 2011.

LOW, Setha M. Embodied space (s) anthropological theories of body, space, and culture. **Space and culture**, v. 6, n. 1, p. 9-18, 2003.

LUGONES, María. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-219, 2007

LUTZ, Catherine A.; ABU-LUGHOD, Lila Ed. Language and the politics of emotion. In: **This book grew out of a session at the 1987 annual meeting of the American Anthropological Association called " Emotion and Discourse."**. Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1990.

LUTZ, Catherine. What matters. **Cultural Anthropology**, v. 32, n. 2, p. 181-191, 2017.

MACHADO, Filipe Cabacine Lopes; FERNANDES, Talita Almeida; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite. Michel de Certeau e estudos organizacionais: uma leitura do cenário brasileiro. **Caderno de Administração**, v. 25, n. 2, p. 24-43, 2017.

MACKE, Janaina. A pesquisa-ação como estratégia de pesquisa participativa. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, p. 217-249, 2006.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, p. 95-117, 1995.

MARCUS, G. E. (1999). What is at stake —and is not —in the idea and practice of multi-sited ethnography. **Camberra Anthropology**, 22(2), 6-14.
<http://dx.doi.org/10.1080/03149099909508344>.

MARTINELLI, Fernanda; QUEIROZ, Taya; ARARUNA, Maria Léo; MOTA, Bernardo. Entre o Cisplay e a Passabilidade: Transfobia e Regulação dos Corpos Trans no Mercado de Trabalho. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 348-364, 2018.

MASSUMI, B. **Politics of affect**. John Wiley & Sons, 2015.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MCELHINNY, Bonnie. The audacity of affect: Gender, race, and history in linguistic accounts of legitimacy and belonging. **Annual Review of Anthropology**, v. 39, p. 309-328, 2010.

MCFADDEN, Ciarán; CROWLEY-HENRY, Marian. A systematic literature review on trans* careers and workplace experiences. **Sexual orientation and transgender issues in organizations**, p. 63-81, 2016.

MCFADDEN, Ciarán. Lesbian, gay, bisexual, and transgender careers and human resource development: A systematic literature review. **Human Resource Development Review**, v. 14, n. 2, p. 125-162, 2015.

MENEZES, Marlucci. A praça do Martim Moniz: etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 301-328, jul./dez. 2009.

MERILÄINEN, Susan; TIENARI, Janne; VALTONEN, Anu. Headhunters and the 'ideal' executive body. **Organization**, v. 22, n. 1, p. 3-22, 2015.

MESSIAS, Luiz Fernando Fernandes. **Towards a New Sissiology**: The Sissy in Body, Abuse and Space in Performance Practice. 2011. Tese de Doutorado. The Royal Central School of Speech and Drama, University of London.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Phenomenology of Perception**. 2002.

MICHELS, Christoph; STEYAERT, Chris. By accident and by design: Composing affective atmospheres in an urban art intervention. **Organization**, v. 24, n. 1, p. 79-104, 2017.

MILKIDIS, Stefanos. Foucault: On the Monstrosity of the Hermaphroditic Body. **Queer Cats Journal of LGBTQ Studies**, v. 2, n. 1, 2018.

MOIRA, Amara et al. **Vidas trans**: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social. Astral Cultural, 2022.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

MOURA, Renan Gomes de; NASCIMENTO, Rejane Prevot; BARROS, Denise Franca. O problema não é ser gay, é ser feminino: O gay afeminado e as organizações. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 11, p. 1478-1541, 2017.

MORGAN, Gareth; BERGAMINI, Cecília Whitaker; CODA, Roberto. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOREIRA, Raquel. "Now That I'm a Whore, Nobody Is Holding Me Back!": Women in Favela Funk and Embodied Politics. **Women's Studies in Communication**, v. 40, n. 2, p. 172-189, 2017.

MUHR, Sara L.; SULLIVAN, Katie Rose. "None so queer as folk": Gendered expectations and transgressive bodies in leadership. **Leadership**, v. 9, n. 3, p. 416-435, 2013.

MUHR, Sara Louise; SULLIVAN, Katie Rose; RICH, Craig. Situated transgressiveness: Exploring one transwoman's lived experiences across three situated contexts. **Gender, Work & Organization**, v. 23, n. 1, p. 52-70, 2016.

MUNRO, Iain; JORDAN, Silvia. 'Living Space' at the Edinburgh Festival Fringe: Spatial tactics and the politics of smooth space. **Human Relations**, v. 66, n. 11, p. 1497-1525, 2013.

MUEHLEBACH, Andrea. On affective labor in post-Fordist Italy. *Cultural Anthropology*, v. 26, n. 1, p. 59-82, 2011.

MYERSON, Jeremy; ROSS, Philip. **The 21st century office**. Laurence King Publishing, 2003.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

NATT, Elisângela Domingues Michelatto; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Criação de banheiros LGBTs: inclusão ou prática discriminatória? *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 14, n. 1, p. 31-44, 2015.

NASH, Catherine J.; GORMAN-MURRAY, Andrew. LGBT neighbourhoods and 'new mobilities': Towards understanding transformations in sexual and gendered urban landscapes. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 38, n. 3, p. 756-772, 2014.

NESPOR, J. Anonymity and place in qualitative inquiry. *Qualitative Inquiry*, v. 6, n. 4, 546-569, 2000. <https://doi.org/10.1177/107780040000600408>

NG, Eddy; RUMENS, Nick. Diversity and inclusion for LGBTQIA+workers: Current issues and new horizons for research. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, v. 34, n. 2, p. 109-120, 2017.

NIKARATTY, Leandra. O que mais me marcou na vida é ser barrada e não poder entrar nos lugares: Esta é a geografia de uma travesti. In: Silva, Joseli Maria, Ornat, Márcio José. Chimim Junior, Alides Baptista. **Geografias Malditas**: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa. Todapalavra. p. 39-55, 2013.

NONATO, Murillo. **Vivências Afeminadas. Pensando corpo, gênero e sexualidades dissidentes**. Editora, Devires, 2019.

NORD, W., & Fox, S. (1996). The individual in organizational studies: the great disappearing act? In S. Clegg, & C. Hardy (Eds.), **Studying organization: theory & method** (pp. 142-169) London, UK: SAGE.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, Josiane Silva de. **A política emocional nas práticas de organização do circo contemporâneo**: uma etnografia multissituada no contexto Brasil-Canadá. 2014. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

OLIVEIRA, Josiane Silva; CAVEDON, Neusa Rolita. Uma Abordagem Política das Práticas Cotidianas: um Estudo Etnográfico num Circo. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 2, n. 1, p. 81–104, 2013.

OLIVEIRA, Josiane Silva de; CAVEDON, Neusa Rolita. Os circos contemporâneos como heterotopias organizacionais: Uma etnografia multissituada no contexto Brasil-Canadá. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, p. 142-162, 2017.

OLIVEIRA, Josiane Silva de. Práticas Organizativas e Emoções: Contribuições para as Pesquisas sobre Organizações Culturais. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 2, 2016.

OLIVEIRA, Josiane Silva. As influências raciais na construção do campo etnográfico: um estudo multissituado no contexto Brasil-Canadá. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 86, p. 511-531, 2018.

OLIVEIRA, Josiane Silva. Etnografia como um processo de (re)educação de subjetividades: feminismos negros e a aprendizagem etnográfica com Neuza Cavedon. **Faol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 6, n. 17, 810-835, 2019.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes (2020a), **Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero**. Saberes Trans, Ed. Devires, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente:(r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 2017. 190 f. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. Why don't you embrace me? **International Journal on Human Rights**, v. 15, n. 28, p. 167-179, 2018.

O'SHEA, S. C. (2017). This girl's life: An autoethnography. **Organization**, v. 25, n. 1, 3-20. <https://doi.org/10.1177/1350508417703471>

OYEWÙMÍ, Oyeronké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

OYEWÙMÍ, Oyeronké. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

PANDYA, Vishvajit. Movement and space: Andamanese cartography. **American Ethnologist**, v. 17, n. 4, p. 775-797, 1990.

PANIZA, Maurício Donavan Rodrigues; MORESCO, Marcielly Cristina. À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, 2022.

PANIZA, Maurício Donavan Rodrigues; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; CASSANDRE, Marcio Pascoal. Einar ou Lili? Os desafios de uma transexual no mercado formal de trabalho. **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, p. c4-c4, 2018.

PARKER, Martin. Manufacturing bodies: Flesh, organization, cyborgs. **Body and organization**, p. 71-86, 2000.

PATTO, 2013, p. 124. Patto, M. (1993). O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. **Perspectivas**, 16, 119-141.

PEDRA, Caio Benevides. **Cidadania trans**: o acesso à cidadania por transexuais no Brasil. Editora Appris, 2020.

PEREIRA, Severino Joaquim Nunes; AYROSA, Eduardo André Teixeira. Corpos consumidos: cultura de consumo gay carioca. **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 61, p. 295-313, 2012.

PHILLIPS, Mary; PULLEN, Alison; RHODES, Carl. Writing organization as gendered practice: Interrupting the libidinal economy. **Organization Studies**, v. 35, n. 3, p. 313-333, 2014.

PINK, Sarah. From embodiment to emplacement: re-thinking competing bodies, senses and spatialities. **Sport, Education and Society**, v. 16, n. 3, p. 343-355, 2011.

PINK, Sarah; MACKLEY, Kerstin Leder; MOROȘANU, Roxana. Researching in atmospheres: video and the 'feel' of the mundane. **Visual Communication**, v. 14, n. 3, p. 351-369, 2015.

POLANYI, M. **The tacit dimension**. London: Routledge & Kegan Paul, 1966.

POMPEU, Samira Loreto Edilberto; SOUZA, Eloisio Moulin. Homophobic discrimination through humor: naturalization and heteronormativity maintenance in the organizational context. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 645-664, 2019.

POSTERT, Christian. Emotion in exchange: Situating Hmong depressed mood in social context. **Ethos**, v. 40, n. 4, p. 453-475, 2012.

PORTER, R. História do corpo. In: BURKE, P. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo, UNESP: 1992.

PRIOLA, Vincenza et al. The sound of silence. Lesbian, gay, bisexual and transgender discrimination in 'inclusive organizations'. **British Journal of Management**, v. 25, n. 3, p. 488-502, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**. 2020. A Palavra Solta. Disponível em: <<https://www.revistaapalavrasolta.com/post/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala>>. Acesso em: 12 maio. 2022

PRECIADO, Paul B. **Manifiesto contrasexual**. N-1 Edições, 2017.

PULLEN, A.; THANEM, T. Organization and Sexual Spaces. **Gender, Work and Organization**, v. 17, n. 1, 1-6, 2010.

PUTNAM, L. L.; BANGHART, S. Interpretive Approaches. In: SCOTT, C.R.; LEWIS, L. (eds.). **The International Encyclopedia of Organizational Communication**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2017.

QUEBRADA, Linn da. **Oração**. 02.nov.2019. (6 min). Disponível em: <https://youtu.be/y5rY2N1XuLI>. Acesso em 18 mai. 2022.

RANADE, Shilpa. The way she moves: Mapping the everyday production of gender-space. **Economic and Political Weekly**, p. 1519-1526, 2007.

RAMPAZO, Adriana Vinholi et al. Rompendo hegemonias sobre corpos e organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, 2022.

REASON, Peter; BRADBURY, Hilary. Introduction. **The Sage handbook of action research: Participative inquiry and practice**, v. 2, p. 1-14, 2008.

RECKWITZ, A. **Espaços afetivos**: um olhar praxeológico. Repensando a história, v. 16, n. 2, pág. 241-258, 2013.

RECKWITZ, Andreas. Practices and their affects. In: **The nexus of practices**. Routledge, 2016. p. 126-137.

REINHOLD, Emilie. How to become animal through writing: the case of the bear. **Culture and Organization**, v. 24, n. 4, p. 318-329, 2018.

REZENDE, Claudia. Os limites da sociabilidade: cariocas e nordestinos na feira de São Cristóvão. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 28, p. 167-181, 2001.

REZENDE, L.; OLIVEIRA, J. S.; ADORNO, E. C. L. M. (2018) Compreendendo o Corpo a partir das Práticas de Organização: Etnografia de uma Organização Artesanal. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 17, n. 1, p. 35-53, 2018.

RIACH, Kathleen; WILSON, Fiona. Bodyspace at the pub: Sexual orientations and organizational space. **Organization**, v. 21, n. 3, p. 329-345, 2014.

RIACH, Kathleen; RUMENS, Nicholas; TYLER, Melissa. Un/doing chrononormativity: Negotiating ageing, gender and sexuality in organizational life. **Organization Studies**, v. 35, n. 11, p. 1677-1698, 2014.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. **Da Avenida Cerqueira Lima ao Beco dos Artistas**: um espaço de sociabilidade GLS. 2011.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Gina DMascar: a performance do ridículo. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 9, n. 34, p. 72-83, 2016.

RICHARDSON, Laurel. Writing: A method of inquiry. **Turning points in qualitative research: Tying knots in a handkerchief**, v. 2, p. 379, 2003.

RICHARDSON, Miles. being-in-the-market versus being-in-the-plaza: material culture and the construction of social reality in Spanish America. **American Ethnologist**, v. 9, n. 2, p. 421-436, 1982.

RIZKI, Cole. Latin/x American trans studies: toward a Travesti-Trans analytic. **Transgender Studies Quarterly**, v. 6, n. 2, p. 145-155, 2019.

ROCHA, Rose de Melo; CAMINHA, Marina. Estéticas bastardas de subjetividades celebrizadas: sensualização, deboche e resistências no pop-funk de Lia Clark. **Revista Famecos**, v. 26, n. 1, p. e30349-e30349, 2019.

RODNER, Victoria et al. Making Space for Art: A Spatial Perspective of Disruptive and Defensive Institutional Work in Venezuela's Art World. **Academy of Management Journal**, n. ja, 2019.

ROESTONE COLLECTIVE. Safe space: Towards a reconceptualization. **Antipode**, v. 46, n. 5, p. 1346-1365, 2014.

ROLLAG, Keith. Socializing the "other" organizational newcomers—customers, clients. **The Oxford handbook of organizational socialization**, p. 250-263, 2012.

ROPO, A., HÖYKINPURO, R. Narrating organizational spaces. **Journal of Organizational Change Management**, v. 30, n. 3, p. 357-366, 2017.

ROSEN, Michael. Coming to terms with the field: Understanding and doing organizational ethnography. **Journal of Management Studies**, v. 28, n. 1, p. 1-24, 1991.

RUMENS, N.; SOUZA, E. M.; BREWIS, J. Queering queer theory in management and organization studies: Notes toward queering heterosexuality. **Organization Studies**, 40(4): 593–612, 2019.

RUMENS, Nick. **Organisation studies**: not nearly 'queer enough'. In: *Queer presences and absences*. Palgrave Macmillan, London, 2013. p. 241-259.

RUMENS, Nick. Towards queering the business school: A research agenda for advancing lesbian, gay, bisexual and trans perspectives and issues. **Gender, Work & Organization**, v. 23, n. 1, p. 36-51, 2016.

RUMENS, Nick. Queering lesbian, gay, bisexual and transgender identities in human resource development and management education contexts. **Management Learning**, v. 48, n. 2, p. 227-242, 2017.

SANGGANJANAVANICH, Varunee Faii; HEADLEY, Jessica A. Facilitating career development concerns of gender transitioning individuals: Professional standards and competencies. **The Career Development Quarterly**, v. 61, n. 4, p. 354-366, 2013.

SASSON-LEVY, Orna. Individual bodies, collective state interests: The case of Israeli combat soldiers. **Men and Masculinities**, v. 10, n. 3, p. 296-321, 2008.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 547-576, 2012.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; IRIGARAY, Hélio Arthur dos Reis. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, p. 337-348, 2009.

SCHATZKI, T. R. On organizations as they happen. **Organization Studies**, v. 27, n. 12, 1863-1873, 2006.

SCHEPER-HUGHES, Nancy; LOCK, Margaret M. The mindful body: A prolegomenon to future work in medical anthropology. **Medical Anthropology Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 6-41, 1987.

SCHWADE, Elisete. Poder do sujeito, poder do objeto. In: GROSSI, M. (org). **Trabalho de Campo e Subjetividade**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.

SCHWARTZ, Hyacinthe Michael; VAN ESCH, Chantal; BILIMORIA, Diana. Bringing transgender issues into management education: A call to action. **Academy of Management Learning & Education**, v. 16, n. 2, p. 300-313, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SERANO, J. **Whipping girl**: A transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity. Seal Press (CA), 2016.

SEREEMONGKONPOL, Pornchai; ALDOUS, Susan. **Ladyboys**: The Secret World of Thailand's Third Gender. Maverick House, 2015.

SERRATE, Helena Wanguestel; FANTINEL, Letícia Dias. Representações de espaço e sociabilidades organizacionais em dois cafés na Grande Vitória. **Pensamento & Realidade**, v. 29, n. 4, p. 18, 2014.

SERVA, Maurício; JAIME JÚNIOR, Pedro. Observação participante pesquisa em administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 64-79, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu et al. A produção social da identidade e da diferença. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

SILVA, Alfredo Rodrigues Leite. Um Pesquisador Ordinário: Entre Substantivos e Gerúndios na Polifonia dos Esquecidos. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 8, n. 3, 2019.

SILVA, V. **Fragmentos do porvir** (Coleção X, coordenação de Rafael Haddock-Lobo). Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2022.

SHELLER, Mimi; URRY, John. The new mobilities paradigm. **Environment and planning A**, v. 38, n. 2, p. 207-226, 2006.

SHELLER, Mimi. From spatial turn to mobilities turn. **Current Sociology**, v. 65, n. 4, p. 623-639, 2017.

SHILLING, C. **The body and social theory**. London: SAGE, 2012

SCHILT, Kristen; CONNELL, Catherine. Do workplace gender transitions make gender trouble?. **Gender, Work & Organization**, v. 14, n. 6, p. 596-618, 2007.

SHIN, Y. A person–environment fit model for virtual organizations. **Journal of Management**, 30, 725–743, 2004.

SHORTT, Harriet. Liminality, space and the importance of ‘transitory dwelling places’ at work. **Human Relations**, v. 68, n. 4, p. 633-658, 2015.

SINCLAIR, Amanda. Body and management pedagogy. **Gender, Work & Organization**, v. 12, n. 1, p. 89-104, 2005.

SIMAKAWA, V. V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2015.
<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. Sociologia do espaço. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 75-112, 2013.

SKOGLUND, Annika; HOLT, Robin. Spatially organizing future genders: An artistic intervention in the creation of a hir-toilet. **Human Relations**, v.74, n. 7, 1007–1032 2020.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Zahar, 1993.

SOUZA, Eloisio Moulin de; COSTA, Alessandra de Sá Mello da; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. A Organização (in) corporada: ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. 4, p. 727-742, 2015.

SOUZA, Eloisio Moulin de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, p. 46-70, 2010.

SOUZA, Eloisio Moulin de; CARRIERI, Alexandre de Paula. When invisibility is impossible: Body, subjectivity, and labor among travestis and transsexuals. **SAGE Open**, v. 5, n. 2, 2015.

SOUZA, Eloisio Moulin de; PARKER, Martin. Practices of freedom and the disruption of binary genders: Thinking with trans. **Organization**, 2020.

SOUZA, Eloisio Moulin de; COSTA, Alessandra de Sá Mello da; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. A organização (in) corporada: ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. **Cadernos Ebape. BR**, v. 13, p. 727-742, 2015.

STEPHENSON, Kathleen Ann et al. Spacing and Organizing: Process Approaches to the Study of Organizational Space. In: **Academy of Management Proceedings**. Briarcliff Manor, NY 10510: Academy of Management, 2018. p. 18025.

STEWART, Kathleen. Ordinary affects. In: **Ordinary affects**. Duke University Press, 2007.

STOKES, Peter; GABRIEL, Yiannis. Engaging with genocide: The challenge for organization and management studies. **Organization**, v. 17, n. 4, p. 461-480, 2010.

STYHRE, Alexander. The (re) embodied organization: Four perspectives on the body in organizations. **Human Resource Development International**, v. 7, n. 1, p. 101-116, 2004.

STRATI, A. Knowing in practice: aesthetic understanding and tacit knowledge. In: NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. (eds.) **Knowing in organization**. New York: Sharpe, 2003. p. 53-75.

STRATI, A. Sensible knowledge and practice-based learning. In: **Management Learning**, vol 38, n 1, p. 61-77, 2007.

STRATI, Antonio. Sensible knowledge and practice-based learning. **Management learning**, v. 38, n. 1, p. 61-77, 2007.

Sy Gomes, (2020). **Projeto “Travesti são como plantas”**. Sétima Edição do Laboratório de Artes Visuais. 2020. Disponível em: https://youtu.be/EppMIMj_d-g e https://issuu.com/portoiracemadasartes/docs/laborat_rio_de_artes_visuais_-_2020_issuu_

TAYLOR, Scott; SPICER, André. Time for space: A narrative review of research on organizational spaces. **International Journal of Management Reviews**, v. 9, n. 4, p. 325-346, 2007.

TEDESCO, João Carlos. Georg Simmel e as ambigüidades da modernidade. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 1, p. 57-67, 2007.

TEIXEIRA, Juliana Cristina et al. Inclusão e diversidade na administração: Manifesta para o futuro-presente. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, 2021.

THANEM, Torkild; WALLENBERG, Louise. Just doing gender? Transvestism and the power of underdoing gender in everyday life and work. **Organization**, v. 23, n. 2, p. 250-271, 2016.

THANEM, Torkild. Embodying transgender in studies of gender, work and organization. In: Jeanes E, Knights D and Yancey PM (eds) **Handbook of Gender, Work & Organization**. Chichester: Wiley, 191–204, 2011.

THANEM, Torkild. All talk and no movement? Homeless coping and resistance to urban planning. **Organization**, v. 19, n. 4, p. 441-460, 2012.

THANEM, Torkild; WALLENBERG, Louise. What can bodies do? Reading Spinoza for an affective ethics of organizational life. **Organization**, v. 22, n. 2, p. 235-250, 2015.

THANEM, Torkild. The body: Philosophical paradigms and organizational contributions. In: **The Routledge Companion to philosophy in organization studies**. Routledge, 2015. p. 276-284.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2005.

THROOP, C. Jason. Ambivalent happiness and virtuous suffering. **Values of Happiness**, p. 29, 2015.

TOMKINS; L.; EATOUGH, V. The feel of experience: phenomenological ideas for organizational research. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 8, n. 3, p. 258-275, 2013.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TYLER, Melissa; COHEN, Laurie. Spaces that matter: Gender performativity and organizational space. **Organization Studies**, v. 31, n. 2, p. 175-198, 2010.

VACCARO, A.; PALAZZO, G. (2015). Values against violence: Institutional change in societies dominated by organized crime. **Academy of Management Journal**, v. 58, n.4, 1075-1101, 2015.

VAN HOUWELINGEN, Gijs; VAN DIJKE, Marius; DE CREMER, David. Fairness enactment as response to higher level unfairness: The roles of self-construal and spatial distance. **Journal of Management**, v. 43, n. 2, p. 319-347, 2017.

VAN MARREWIJK, A. H. Corporate headquarters as physical embodiments of organisational change. **Journal of Organizational Change Management**, v. 22, n. 3, 290–306, 2009.

VAN MARREWIJK, A. H.; YANOW, Dvora (Ed.). **Organizational spaces: Rematerializing the workaday world**. Edward Elgar Publishing, 2010.

VÁSQUEZ, Consuelo. 8 Spacing Organization. **Organization and organizing: Materiality, agency and discourse**, p. 127-149, 2013.

VÁSQUEZ, C. A spatial grammar of organising: studying the communicative constitution of organisational spaces. **Communication Research and Practice**, v. 2, n. 3, p. 351-377, 2016.

VELHO, Gilberto. **O desafio da proximidade**. Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 11-19, 2003.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação de mestrado em cultura e sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, p. 249-270, 2016.

VICENTE, André Luíz Coutinho et al. Linguagem inclusiva de gênero na educação. **Diversidade e Educação**, v. 10, n. 1, p. 251-276, 2022.

VITRY, C. Queering space and organizing with Sara Ahmed's Queer Phenomenology. **Gender, Work & Organization**, v. 28, n. 3, 935-949, 2021. <https://doi.org/10.1111/gwao.12560>

WALFORD, G. The impossibility of anonymity in ethnographic research. **Qualitative Research**, v. 18, n.5, 516-525, 2018. <https://doi.org/10.1177/1468794118778606>

WARNER, Michael (Ed.). **Fear of a queer planet**. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

WASSERMAN, V.; FRENKEL, M. Organizational aesthetics: Caught between identity regulation and culture jamming. **Organization Science**, v. 22, n. 2, 503–521, 2011.

WASSERMAN, Varda; FRENKEL, Michal. Spatial work in between glass ceilings and glass walls: Gender-class intersectionality and organizational aesthetics. **Organization Studies**, v. 36, n. 11, p. 1485-1505, 2015.

WÄSTERFORS, David. My face turned red, but it led me nowhere. Notes on epistemically pointless embarrassment in ethnographic practice. **Qualitative Research**, p. 14687941211072800, 2022.

WATKINS, Ceri. Representations of space, spatial practices and spaces of representation: An application of Lefebvre's spatial triad. **Culture and Organization**, v. 11, n. 3, p. 209-220, 2005.

WEST, C.; ZIMMERMAN, H. D. Doing gender. **Gender and Society**, v. 1, n. 2, 125–151, 1987.

WEINFURTNER, Tania; SEIDL, David. Towards a spatial perspective: An integrative review of research on organisational space. **Scandinavian Journal of Management**, v. 35, n. 2, p. 101009, 2019.

WILHOIT, E. D. Organizational Space and Place beyond Container or Construction: Exploring Workspace in the Communicative Constitution of Organizations. **Annals of the International Communication Association**, v. 40, n. 1, p. 247-275, 2016.

WILLIAMS, C. L., Giuffre, P. A. and Dellinger, K. 'The gay-friendly closet', **Sexuality Research and Social Policy**, v. 6, n. 1, 29–45, 2009.

WILTON, Robert D.; CRANFORD, Cynthia. Toward an understanding of the spatiality of social movements: Labor organizing at a private university in Los Angeles. **Social Problems**, v. 49, n. 3, p. 374-394, 2002.

YAKHLEF, Ali. The corporeality of practice-based learning. **Organization Studies**, v. 31, n. 4, p. 409-430, 2010.

YANOW, Dvora. Space stories: Studying museum buildings as organizational spaces while reflecting on interpretive methods and their narration. **Journal of Management Inquiry**, v. 7, n. 3, p. 215-239, 1998.

ZAMBONI, Jésio. **Educação Bicha: uma arqueologia da diversidade sexual**. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ZANDOMENICO, Yasmin. Modos de descolonizar: o trauma é brasileiro, de Castiel Vitorino Brasileiro. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 54, 2021.

ZHANG, Zhongyuan; SPICER, André. 'Leader, you first': The everyday production of hierarchical space in a Chinese bureaucracy. **Human Relations**, v. 67, n. 6, p. 739-762, 2014.

ANEXOS

Abaixo, a listagem dos anexos da tese, dispostos nas páginas seguintes:

10.1 Flyer de Divulgação.

10.1.1 Seminário Saberes Transviados: A construção da Identidade Travesti no Brasil com Bruna Benevides, Carolina Iara, Amanda Palha, Magô Tohon, Letícia Carolina e João Gomes Junior.



10.1.2 Traveca metodologias de Criação em Arte Contemporânea organizado por Isadora Ravena.



Curso online com Profa. Me. Isadora Ravena

TRAVECAMETODOLOGIAS DE CRIAÇÃO EM ARTE CONTEMPORÂNEA R\$ 80,00

15, 16, 17 e 18/03, 19h-20h30. LEFA / LAC

AULA 1 | TRAVECAMETODOLOGIAS I:
(15/03) **Arte como plataforma de transição entre mundos.**

AULA 2 | TRAVECAMETODOLOGIAS II:
(16/03) **Arte e regimes contemporâneos de (in)visibilidade.**

AULA 3 | TRAVECAMETODOLOGIAS III:
(17/03) **Arte e a loucura como cura.**

AULA 4 | TRAVECAMETODOLOGIAS IV:
(18/03) **Fechar os olhos para enxergar o escuro invisível da Terra.**

O curso ensaia uma aproximação de estéticas e cosmovisões travestis que arrancam da arte, da política e da performance novos modos de existência, para compreender a fabulação travesti, a potência da imaginação, como colapso estético, que desordena o mundo, que é feitiço, que acessa camadas de delírio, que cria a partir da arte novos modos de existir. O curso oferece uma análise de obras e artistas travestis que transitam entre linguagens artísticas e testam os limites destas linguagens, provocando colapso e crise estética. Jogar sombra sobre os processos de criação travestis. Um convite a passear pela penumbra que gesta novos mundos.



Isadora Ravena é travesti, artista, pesquisadora e professora. É professora na Rede Municipal de Educação de Fortaleza e Professora-Tutora no Centro Universitário Leonardo da Vinci. É Mestra em Artes e Graduada em Teatro pela Universidade Federal do Ceará. Foi professora de Estudos da Performance no Curso Técnico em Dança e no Curso Extensivo em Teatro do Centro Cultural Bom Jardim (2020/21). Foi curadora do Festival Tomada LBT do Teatro José de Alencar. Ministrou os cursos "Pensamentos Travestis na Arte Contemporânea" (2021), "Estéticas Travestis: Crise, Colapso e Pensamento" (2021) e "Ateliê de escrita e fabulação para criação em Arte" (2022) pelo Lux Espaço de Arte (SP). Suas obras transitam e elasticam os limites da cena, do audiovisual e das visualidades contemporâneas. É autora do livro "Siníonias para o fim do mundo" (2020).

10.2 Declaração e autorização de co-autoria assinada pela pesquisadora Samela Pedrada Cardoso participante como co-autora do artigo da tese.



Declarao_Samela_assi
nada.pdf